



Departamento de Educação e Ensino a Distância

Mestrado em Gestão da Informação e Bibliotecas Escolares

A Biblioteca Escolar no Estado Novo: Meta-Análise do
Boletim *Escola Portuguesa* entre 1934 e 1974

António José Meneses Aires Nogueira

Lisboa, Julho de 2012

Mestrado em Gestão da Informação e Bibliotecas Escolares

A Biblioteca Escolar no Estado Novo: Meta-Análise do Boletim *Escola Portuguesa* entre 1934 e 1974

António José Meneses Aires Nogueira

Orientadora: Professora Doutora Teresa Margarida Loureiro Cardoso

Dissertação apresentada para obtenção do Grau de Mestre em
Gestão da Informação e Bibliotecas Escolares

DEDICATÓRIA

À Idalina, minha amada

Aos nossos filhos Tiago, Violeta, Célia, Simão e José

AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora Glória Bastos pelo apoio e pela sugestão do tema da presente dissertação, que me proporcionou uma enorme satisfação intelectual.

À Professora Doutora Teresa Cardoso pelo apoio incansável, pelo rigor demandado e pelas preciosas orientações dadas no decurso da elaboração desta dissertação.

À Dra. Teresa Calçada pela paixão que transmite pelas Bibliotecas Escolares, influenciando o meu percurso profissional.

Aos meus colegas de mestrado.

Aos meus colegas da Rede de Bibliotecas Escolares, especialmente à Odília Baleiro, à Teodora Costa e ao João Paulo Proença, pela colaboração prestada.

À minha família e aos amigos com quem partilho a arte de viver.

RESUMO

Palavras-chave: Biblioteca Escolar | Estado Novo | Escola Portuguesa | Meta-Análise | Leitura | Analfabetismo

O ensino elementar constituiu uma das preocupações fulcrais do regime político legitimado após a Constituição de 1933, num Portugal essencialmente rural e analfabeto. Neste contexto, o combate ao analfabetismo implicou o investimento na escolarização da sociedade portuguesa, no qual a Biblioteca Escolar assumiu um papel relevante. Descobrir e mapear o seu percurso e a sua missão educativa e cultural num país dominado por um governo fortemente ideológico, avesso à modernização e à diversidade, tornou-se o grande desafio do presente estudo. Mais especificamente, o tema abordado na presente dissertação é a Biblioteca Escolar no Estado Novo, um período histórico preciso, situado entre os anos 30 e os anos 70 do século XX, caracterizado, então, por um regime político autoritário e por uma sociedade que possuía como atributo mais marcante o analfabetismo real e funcional.

A metodologia seguida foi a meta-análise do boletim *Escola Portuguesa*, periódico editado pelo Ministério da Instrução Pública, Direcção Geral do Ensino Primário, que se manteve ativo entre outubro de 1934 e outubro de 1974, praticamente ao longo de toda a vigência do Estado Novo. A escolha do referido boletim como objeto de análise deveu-se ao facto de este ser uma publicação oficial, criada para orientar os agentes do ensino elementar português, segundo orientações ideológicas muito específicas. Os 143 artigos selecionados e que constituem o corpus de análise distribuem-se por três áreas estruturantes que formam um todo conceptual: a Escola Portuguesa, o Estado Novo e a Biblioteca Escolar. Assim, ancorou-se o estudo nas três áreas mencionadas para contextualizar e fundamentar a criação e evolução da Biblioteca Escolar, tendo em conta o tipo de regime político vigente. De facto, quer o Estado Novo, quer a Escola Portuguesa funcionaram como condicionantes importantes na criação da Biblioteca Escolar e do seu papel no contexto da sociedade portuguesa e do regime político que lhe esteve subjacente.

As medidas tomadas pelos sucessivos governos para enfrentar o problema da elevada percentagem de analfabetos, durante aquele período, passaram necessariamente pela criação de escolas e pela instalação de Bibliotecas Escolares. Estas, inicialmente impulsionadas para atender às necessidades de uma população analfabeta adulta, foram gradualmente orientadas para o público infantil do ensino primário elementar, mas nunca perderam a sua função de transmissoras da ideologia dominante. Além disso, formar leitores passou a ser a palavra de ordem das cerca de 3000 Bibliotecas Escolares instaladas ao longo do período em estudo. A leitura tornou-se ainda um conceito cada vez mais abrangente, passando da leitura para educar nos valores e formar o carácter à leitura com fins pedagógicos, com vista a aprofundar os conteúdos abordados em contexto curricular, até à descoberta do prazer de ler ou à leitura por prazer, afinal uma das noções preconizadas atualmente.

ABSTRACT

Key-words: School Library | “*Estado Novo*” (the “New State” or the Portuguese Second Republic) | Portuguese School | Meta-Analysis | Reading | Illiteracy

The elementary school was one of the key concerns of a legitimate political regime after the Constitution of 1933, in an essentially rural and illiterate Portugal. In this context, the fight against illiteracy meant investment in the education of the Portuguese society, in which the school library assumed an important role. Discovering and mapping its role and its cultural and educational mission in a country dominated by a strongly ideological Government, not prone to modernization and diversity, was the greatest challenge of this study. More specifically, the topic addressed in this dissertation is the school library in the New State/”*Estado Novo*”, a precise historical period, situated between the years 30 and 70 years of the 20th century, characterized by an authoritarian political regime and a society marked by a real and functional illiteracy.

The methodology followed was a meta-analysis of the *Portuguese School* bulletin, a publication edited by the Ministry of Public Instruction, General Directorate of Primary Education, which was printed between October 1934 and January 1974, practically throughout the entire time of the New State/”*Estado Novo*”. The reason why this bulletin was chosen as the object of analysis for this study was due to the fact that it was an official publication, designed to guide the agents of Portuguese second elementary school, according to very specific ideological guidelines. The 143 selected articles which constitute the corpus of analysis were organized in three fundamental areas that form a conceptual whole: the Portuguese School, the “*Estado Novo*” and the School Library. Thus, the study is framed within those three areas so as to contextualize and support the creation and evolution of the school library, taking into account the type of political regime at the time. In fact, both the New State/”*Estado Novo*” and the Portuguese school were important factors in the creation of the school library and of its role in the context of that Portuguese society and its political system.

Measures taken by successive Governments to tackle the problem of the high percentage of illiterates, during that period, were necessary steps to build new schools and school libraries. These were initially created to meet the needs of an adult illiterate population and gradually oriented for elementary school children, but never lost their function of transmitting the dominant ideology. In addition, to form readers became the slogan of approximately 3000 school libraries that were created during the analyzed period. Reading became an increasingly broad concept, including educating on values and forming the character, reading with educational purposes, in order to deepen the contents covered in the curriculum context, and discovering the pleasure of reading or reading for pleasure, after all one of the notions so common today.

LISTA DE ACRÓNIMOS E SIGLAS

BACP – Biblioteca Ambulante de Cultura Popular

BE – Biblioteca Escolar

BEP – Boletim Escola Portuguesa

CNEA – Campanha Nacional de Educação e Adultos

CPTV – Ciclo Preparatório TV ou Telescola

EN – Estado Novo

EP – Escola Portuguesa

FCG – Fundação Calouste Gulbenkian

FNAT – Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho

JAS – Junta de Acção Social

JNE – Junta Nacional de Educação

MP – Mocidade Portuguesa

MPF – Mocidade Portuguesa Feminina

OMEN – Obra das Mães pela Educação Nacional

OCDE – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico

OECE – Organização Europeia de Cooperação Económica

PEP/PNEP – Plano de Educação Popular/Plano Nacional de Educação Popular

PRM – Plano Regional do Mediterrâneo

SEL – Serviço da Escolha de Livros

SELBJEP – Serviço de Escolha de Livros para as Bibliotecas Junto das Escolas
Primárias

SELME – Serviço de Escolha de Livros do Ministério da Educação

SNI – Secretariado Nacional da Informação Cultural Popular e Turismo

SPN – Secretariado da Propaganda Nacional

ÍNDICE

Parte I – Apresentação do estudo	1
I. Introdução	3
2. Ancoragem Conceptual: Revisão da Literatura	9
3. Design Investigativo	21
4. Metodologia de Análise	27
5. Procedimentos Metodológicos	31
5.1 – Características e aspectos formais do Boletim Escola Portuguesa	31
5.2 – Apresentação gráfica do Boletim Escola Portuguesa	34
5.3 – Tipologias e assuntos dos artigos do BEP	39
5.4 – Autores do Boletim Escola Portuguesa	41
5.5 – Os Eixos de Temáticos de Análise	43
5.6 – Os artigos do BEP: instrumentos, conceitos e realidades	44
5.7 – Síntese da evolução dos artigos do BEP	57
6. Contextualização Histórica	63
6.1 – O combate ao analfabetismo	63
6.2 – Início e Consolidação do Estado Novo	64
6.3 – A conquista da alfabetização: O Plano dos Centenários	70
6.4 – A Educação Popular e o arranque das Bibliotecas Escolares	73
6.5 – O Projecto Regional do Mediterrâneo. Uma nova visão da escolaridade obrigatória	77
Parte II – Análise e Discussão de Dados	83
1. Análise de Conteúdo do Corpus Seleccionado	85
1.1 – A Escola Portuguesa, o Estado Novo e a Biblioteca Escolar entre 1934 e 1939	85
1.1.1 – Missão da EP, EN e BE entre 1934 e 1939	85
1.1.2 – Organização e realizações do ensino entre 1934 e 1939	94
1.1.3 – Orientação e Princípios Pedagógicos da EP, EN e BE entre 1934 e 1939	96
1.2 – A Escola Portuguesa, o Estado Novo e a Biblioteca Escolar entre 1940 e 1951	101
1.2.1 – Missão da EP, EN e BE entre 1940 e 1951	101
1.2.2 – Organização e realizações do ensino entre 1940 e 1951	107
1.2.3 – Orientações e Princípios Pedagógicos da EP, EN e BE entre 1940 e 1951	119
1.3 – A Escola Portuguesa, o Estado Novo e a Biblioteca Escolar entre 1952 e 1959	129
1.3.1 – Missão da Escola Portuguesa, Estado Novo e Biblioteca Escolar entre 1952 e 1959	129
1.3.2 – Organização e realizações do ensino entre 1952 e 1959	136
1.3.3 – Orientações e Princípios Pedagógicos da EP, EN e BE entre 1952 e 1959	148
1.4 – A Escola Portuguesa, o Estado Novo e a Biblioteca Escolar entre 1960 e 1974	163

1.4.1 – Missão da Escola Portuguesa, Estado Novo e Biblioteca Escolar entre 1960 e 1974	163
1.4.2 – Organização e realizações do ensino entre 1960 e 1974	169
1.4.3 – Orientações e Princípios Pedagógicos da EP, EN e BE entre 1960 e 1974	175
2. A Evolução dos Conceitos entre 1934 e 1974: síntese meta-analítica	183
2.1 – Escola Portuguesa	183
2.2 – Estado Novo	185
2.3 – Biblioteca Escolar	187
Parte III – Reflexões Finais	191
1. Conclusão	193
2. Limitações do Estudo	203
3. Sugestões para Futuras Investigações	205
4. Referências Bibliográficas do Corpus de Análise	207
5. Outras Referências Bibliográficas	225
6. Referências Webográficas	231
ANEXOS	
Anexo 1 – Listagem dos livros que integravam as Bibliotecas Ambulantes de Cultura Popular	III
Anexo 2 – Desenho de Armário adoptado nas Bibliotecas Escolares	IV
Anexo 3 – Grelha Documental do Corpus de Análise	V
Anexo 4 – Grelha do Corpus de Análise	V
Anexo 5 – Primeira Fase das Construções Escolares lançada pelo Plano dos Centenários	VI
Anexo 6 – Escola Primária construída após o <i>Plano dos Centenários</i>	VII
Anexo 7 – Cartazes da Campanha Nacional de Educação de Adultos	VIII
Anexo 8 – Tipologia de escola após o Projecto Regional do Mediterrâneo: Escola Piloto de Mem-Martins (1965)	IX
Anexo 9 – Ministros da Educação entre 1933 e 1974	X
Anexo 10 – Despacho de 21 de Outubro de 1960	XI
Anexo 11 – A alfabetização da população infantil portuguesa (10 a 14 anos) entre 1930 e 1970	XIII
Anexo 12 – Edifícios escolares e salas de aula por distrito no ano letivo de 1964/65	XIV
Anexo 13 – Bibliotecas com maior número de leitores por distrito, no ano lectivo de 1964/65	XV
Anexo 14 – Levantamento do Corpus por ano e por eixo de análise	XVI
Anexo 15 – Regulamento: Bibliotecas Rurais Junto das Escolas Primárias	XVIII
Anexo 16 – Grelha Documental do Corpus de Análise: Levantamento dos artigos consultados	XXXIX

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Tipologia dos artigos do Boletim <i>Escola Portuguesa</i>	39-41
Quadro 2 – Relação entre os autores e o número de artigos no BEP	42-43
Quadro 3 – Conceitos-chave abordados no BEP entre 1934 e 1939	45
Quadro 4 – Número de Analfabetos	67
Quadro 5 – Número de Escolas Primárias e de Alunos do Ensino Oficial	67
Quadro 6 – Conceitos abordados na missão da EP, EN e BE entre 1934 e 1939	86-87
Quadro 7 – A missão da EP, EN e BE entre 1934 e 1939	89
Quadro 8 – Organização e realizações da EP, EN e BE entre 1934 e 1939	94
Quadro 9 – Orientações e princípios pedagógicos da EP, EN e BE entre 1934 e 1939	96-97
Quadro 10 – Assuntos abordados sobre a BE entre 1934 e 1939	100
Quadro 11 – Conceitos abordados na missão da EP, EN e BE entre 1940 e 1951	101
Quadro 12 – A missão da EP, EN e BE entre 1940 e 1951	102-103
Quadro 13 – Organização e realizações da EP, EN e BE entre 1940 e 1951	108
Quadro 14 – Número de alunos e professores entre 1930 e 1940	109
Quadro 15 – Relação entre as escolas e os postos escolares decorrente do Plano dos Centenários.	110
Quadro 16 – Balanço da escolarização entre 1925/26 e 1943/44	111
Quadro 17 – Alunos aprovados em exame entre 1925/26 e 1943/44	112
Quadro 18 – Evolução do número de alunos e professores entre 1910/11 e 1940/41	112
Quadro 19 – Proposta de classificação para a Literatura Infantil	116

Quadro 20 – Proposta de tipologias de Bibliotecas segundo Viana	117
Quadro 21 – Orientações sobre a organização da BE	117-118
Quadro 22 – Orientações e princípios pedagógicos da EP, EN e BE entre 1940 e 1951	119
Quadro 23 – Temas abordados sobre a BE entre 1940 e 1951	128
Quadro 24 – Conceitos abordados na missão da EP, EN e BE entre 1952 e 1959	129-130
Quadro 25 – A missão da EP, EN e BE entre 1952 e 1959	131
Quadro 26 – Organização e realizações do ensino entre 1952 e 1959	136
Quadro 27 – Resultados do PNEP no primeiro ano de existência	141
Quadro 28 – Meios e formas de divulgação utilizados na Campanha Nacional de Educação de Adultos	142
Quadro 29 – Resultados do PNEP no segundo ano de existência	145
Quadro 30 – Orientações e princípios pedagógicos da EP, EN e BE entre 1952 e 1959	148
Quadro 31 – Temas abordados sobre a BE entre 1952 e 1959	162
Quadro 32 – Conceitos abordados na missão da EP, EN e BE entre 1960 e 1974	163
Quadro 33 – A missão da EP, EN e BE entre 1960 e 1974	164-165
Quadro 34 – A organização e principais realizações do ensino entre 1960 e 1974	169
Quadro 35 – Orientações e princípios pedagógicos da EP, EN e BE entre 1960 e 1974	175
Quadro 36 – Assuntos abordados nos artigos sobre a BE entre 1960 e 1974	177

Quadro 37 – Evolução do conceito de “missão” da Escola Portuguesa entre 1934 e 1974	183
Quadro 38 – Evolução do conceito de “missão” do Estado Novo entre 1934 e 1974	185
Quadro 39 – Evolução do conceito de “missão” da Biblioteca Escolar entre 1934 e 1974	187

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Sistema metodológico de Pesquisa	21
Figura 2 – Gravura do Boletim Escola Portuguesa a partir de 1934	35
Figura 3 – Gravura do Boletim Escola Portuguesa a partir de 1936	35
Figura 4 – Gravura do Boletim Escola Portuguesa a partir de 1955	36
Figura 5 – Gravura do Boletim Escola Portuguesa a partir de 1956	36
Figura 6 – Capa do Boletim Escola Portuguesa – fevereiro de 1960	37
Figura 7 – Capa do Boletim Escola Portuguesa – agosto de 1974	37
Figura 8 – Contra-capa do Boletim Escola Portuguesa – agosto de 1974	38
Figura 9 – Capa do Boletim Escola Portuguesa – setembro de 1974	38

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Autores e número de artigos do Boletim Escola Portuguesa analisados	43
Gráfico 2 – Número de artigos selecionados no Boletim Escola Portuguesa (corpus de análise)	46
Gráfico 3 – Número de artigos selecionados no Boletim EP entre 1934 e 1939 (sub-corpus 1)	50
Gráfico 4 – Número de artigos selecionados no Boletim EP entre 1940 e 1951 (sub-corpus 2)	52
Gráfico 5 – Número de artigos selecionados no Boletim EP entre 1952 e 1959 (sub-corpus 3)	53
Gráfico 6 – Número de artigos selecionados no Boletim EP entre 1960 e 1974 (sub-corpus 4)	56
Gráfico 7 – Evolução comparativa do número de artigos publicado no Boletim EP entre 1934 e 1974	57
Gráfico 8 – Número de alunos a frequentar a escola entre 1911 e 1944	114
Gráfico 9 – Número de Professores no ensino entre 1911 e 1944	114

PARTE I – APRESENTAÇÃO DO ESTUDO

1. INTRODUÇÃO

O projeto de investigação que pretendemos realizar insere-se na investigação histórica. Esta metodologia utiliza-se quando se pretende conhecer uma situação passada. Como afirmam Cohen e Manion (1990), é um ato de reconstrução empreendido, num espírito de estudo crítico, desenhado para conseguir uma representação fiel de uma época passada.

O tema que iremos abordar tem como objeto de estudo a Biblioteca Escolar, no período do *Estado Novo*, a partir da análise do Boletim *Escola Portuguesa* – periódico do Ensino Primário Oficial, publicado pela Direcção Geral do Ensino Primário, com periodicidade semanal entre 1934 e 1958, passando a ter depois desta data, e até 1974, uma periodicidade mensal.

O período denominado de *Estado Novo* inicia-se em Portugal 11 de Abril de 1933, data em que é publicada a Constituição que irá legitimar a instauração de uma ditadura, presidida por António de Oliveira Salazar.

Uma das maiores preocupações do *Estado Novo*, que irá perdurar cerca de 40 anos, é a educação e o ensino, dado Portugal possuir níveis muito baixos de alfabetização que era imperioso combater.

Visto que a nova ideologia dominante, influenciada pelo fascismo de Mussolini e pelas ditaduras europeias de então, devia impregnar as mentalidades e a cultura das diversas classes sociais, a escola viria a servir como meio fundamental para a difusão dos ideais proclamados na Constituição de 1933 e a alfabetização tornou-se numa prioridade nacional.

É neste contexto que vamos estudar a Biblioteca Escolar. Pretendemos saber qual o seu papel ao longo dos 40 anos de vigência do *Estado Novo* e, mais concretamente, qual foi a sua função na escolarização e no combate nacional ao analfabetismo, que como acabamos de referir se tornou, à época, numa prioridade nacional.

O trabalho de investigação incidiu sobre a leitura e interpretação de artigos publicados no *Boletim Escola Portuguesa*, a partir dos quais analisamos o papel e a missão da Biblioteca Escolar, no período em causa, tendo em conta dois eixos

fundamentais de contextualização cultural: os princípios ideológicos que estiveram na base da ditadura política de direita, formalizada no *Estado Novo*, e a Escola Portuguesa, enquanto instituição com uma função cultural específica no âmbito da cultura e da sociedade portuguesas, ao longo da vigência da governação política de António de Oliveira Salazar e de Marcelo Caetano.

Partimos de uma revisão da literatura sobre o tema procurando um enquadramento histórico que possibilitasse uma melhor compreensão da problemática das Bibliotecas Escolares, sobretudo no referido contexto ideológico, dada a sua função crucial e determinante na evolução cultural e educativa do povo português.

O tema que abordamos na presente dissertação é a *Missão da Biblioteca Escolar no Estado Novo*, através da meta-análise do Boletim *Escola Portuguesa*, entre 1934 e 1974.

Este tema prende-se com a necessidade de estudar a criação e o desenvolvimento das Bibliotecas Escolares, no contexto da escola pública, no seguimento do impulso dado pelos governos republicanos à educação e ao ensino, pois, com a implantação da Primeira República em 1910, o ensino primário tornou-se obrigatório e o estado tomou sobre si o encargo da alfabetização dos portugueses.

Nesta tradição, o *Estado Novo* investiu igualmente na escolarização da sociedade portuguesa, de modo a combater o analfabetismo e renovar o ensino, reforçando a defesa de uma “Escola Nacionalista”, isto é, uma escola ao serviço dos valores ideológicos dominantes, assentes em três pilares fundamentais: *Deus, Pátria e Família* (Mello, 2006).

Para além desta preocupação, o novo regime viu na escolarização um meio excecional para difundir os seus princípios ideológicos, ou seja, a formação de cidadãos aptos a corresponder aos valores sociais e culturais defendidos pelo ideário político do *Estado Novo: Totalitarismo, Culto do Chefe, Militarismo, Imperialismo, Corporativismo*, salvaguardado por uma ditadura monolítica expressa na existência de um partido único, a *União Nacional*. Uma das formas encontradas foi a inclusão de propaganda ideológica nos manuais escolares (Cunha, 2005).

Neste contexto, pretendemos equacionar o papel da Biblioteca Escolar, procurando definir o seu contributo específico na escolarização empreendida pelo

Estado Novo e os desafios que a nova ideologia propunha à sociedade portuguesa, como forma de renovar social e culturalmente o País.

No que se refere à criação e implementação das Bibliotecas Escolares, no ensino elementar, quisemos indagar dados relativos à tipologia ou tipologias arquitectónicas propostas, à sua missão no âmbito da escolarização da sociedade portuguesa e da luta contra o analfabetismo, e à população que serviam.

A par da tipologia quisemos indagar sobre a existência de algum normativo relacionado com o mobiliário, organização técnica e documentos considerados essenciais, para o apetrechamento das referidas Bibliotecas.

O tema que nos propusemos tratar resulta essencialmente de dois factores: a formação académica, nomeadamente a licenciatura em Ciências Históricas, e o trabalho desenvolvido, em termos profissionais, no âmbito das Bibliotecas Escolares, como coordenador de bibliotecas escolares e como membro do Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares do Ministério da Educação.

Por outro lado, a Biblioteca Escolar no período do *Estado Novo* é um tema ainda pouco estudado e, julgamos, de enorme importância, para ajudar a compreender melhor quer a evolução do ensino em Portugal, ao longo do século XX, quer o impacto da Biblioteca nas aprendizagens e a sua função pedagógica e cultural, no meio escolar e educativo do período em análise.

Um aspeto que parece fundamental, no estudo da Biblioteca Escolar do *Estado Novo*, é o aprofundamento da própria evolução do conceito e do papel da Biblioteca na organização do ensino em Portugal. Dado que o período a investigar é longo, situado num século que assistiu a profundas transformações políticas, económico-sociais e culturais, sobretudo no mundo ocidental, e de Portugal ter vivido sob um regime ditatorial que procurava manter o país afastado de qualquer influência externa, não estava imune ao progresso cultural e científico, que inevitavelmente se fazia sentir, apesar dos contactos sempre controlados com o exterior.

Assim, estudar a evolução da Biblioteca Escolar irá permitir compreender melhor a sua missão e objetivos, inclusive no contexto da sociedade atual, procurando-se estabelecer os momentos chave dessa evolução e as suas eventuais ruturas face ao seu modelo tradicional.

Num momento em que a Biblioteca Escolar adquire uma função central no processo de ensino-aprendizagem, como centro de recursos orientado para servir o currículo e as necessidades dos utilizadores, num contexto da sociedade da informação e do conhecimento, parece fundamental o estudo da evolução histórica e pedagógica que este importante recurso foi conhecendo ao longo do século XX, até se tornar no motor da aprendizagem e do conhecimento, no atual paradigma educacional, com a implementação da Rede de Bibliotecas Escolares.

Tendo em conta o tipo de estudo a realizar e o tema proposto, as questões que orientaram o trabalho foram as seguintes:

1. Qual a política educativa adotada pelo *Estado Novo*?
2. Que modelo ou modelos pedagógicos implementou?
3. Qual era a organização curricular e educacional no período de vigência do *Estado Novo*?
4. Que tipologias foram definidas na criação e implementação de Bibliotecas nas escolas?
5. Quais eram os recursos materiais e humanos considerados fundamentais para a atividade da Biblioteca Escolar?
6. Qual a função da Biblioteca Escolar nesse contexto educativo?
7. Que evolução registou a Biblioteca Escolar ao longo dos quarenta anos de vigência do *Estado Novo*?
8. Qual foi o impacto da Biblioteca Escolar na educação e na promoção da leitura?

Os objectivos que presidiram à seleção do tema da presente dissertação foram os seguintes:

1. Descrever as principais características da política educativa do *Estado Novo*;
2. Conhecer as orientações educativas e pedagógicas emanadas pelos governos do *Estado Novo*;
3. Conhecer a organização curricular em Portugal no período em estudo;
4. Conhecer as orientações educativas sobre a instalação de Bibliotecas Escolares;

5. Identificar os recursos materiais e humanos necessários ao funcionamento da Biblioteca Escolar;
6. Conhecer o papel da Biblioteca Escolar no processo educativo;
7. Compreender a evolução da Biblioteca Escolar ao longo dos 40 anos de vigência do Estado Novo;
8. Conhecer a utilização da Biblioteca Escolar na promoção da leitura.

No sentido de indagar sobre as questões referidas, desenvolvemos a presente dissertação em três partes: a apresentação do estudo, a análise e discussão dos dados e as reflexões finais.

Na apresentação do estudo procuramos ancorar o trabalho na literatura significativa existente sobre o assunto, a partir da qual pudemos elaborar um design investigativo, partindo da pesquisa e análise do boletim *Escola Portuguesa*, onde procuramos extrair a informação fundamental que sustentou todo o percurso de pesquisa. Para melhor compreensão dos factos enunciados nos artigos seleccionados, quisemos contextualizar historicamente a evolução dos conceitos e das realidades neles apresentadas, bem como os factos históricos que os impulsionaram.

Na análise e discussão dos dados pretendemos abordar três grandes parâmetros de estudo: a missão, a organização e as orientações e princípios da Escola Portuguesa, Estado Novo e Biblioteca Escolar, entre 1934 e 1974, ou seja, ao longo da vigência do regime político designado por Estado Novo. A fim de possuímos um melhor entendimento da evolução dos referidos parâmetros de estudo, optamos por estabelecer quatro períodos de análise (divisões cronológicas) assentes em factos históricos significativos:

1º período: entre 1934 e 1939 (período de consolidação do Estado Novo).

2º período: entre 1940 e 1951 (período de implementação do Plano dos Centenários) .

3º período: entre 1952 e 1959 (período de lançamento do Plano de Educação Popular seguido da Campanha Nacional de Educação de Adultos).

4º período: entre 1960 e 1974 (período de implementação do Projeto Regional do Mediterrâneo)

Por fim, com as conclusões finais, pretendemos obter uma síntese das questões levantadas, salientando os principais conceitos e ideias desenvolvidos ao longo do estudo, realçando a função da Biblioteca Escolar, consciencializando também os limites encontrados no estudo elaborado e estabelecendo novas metas para futuras investigações sobre o tema.

2. ANCORAGEM CONCEPTUAL: REVISÃO DA LITERATURA

Após a escolha do tema e a definição dos objetivos do trabalho de pesquisa, é crucial, em qualquer investigação, a *Revisão da Literatura*, dado que o investigador deve inteirar-se dos estudos prévios realizados sobre o tema em questão.

Este processo permite ao investigador continuar dentro da tradição dos estudos anteriores, facilitando a contextualização do problema, a partir do qual se desenvolve o seu trabalho específico.

Cardoso (2007) refere os passos essenciais para efetuar a *Revisão da Literatura*:

- Recolha de documentos;
- Tratamento Documental;
- Organização da Informação ou do banco de dados que servem para constituir e fundamentar o referencial teórico do projeto de investigação.

A par das linhas de intervenção referidas na introdução, e dos objetivos definidos pelo Ministério da Instrução Pública (posteriormente Ministério da Educação Nacional), pretendemos destacar as orientações relativas à criação das Bibliotecas Escolares e ao seu papel no contexto educativo, cultural e ideológico do *Estado Novo*, ou seja, no âmbito das decisões governamentais relativas à educação e ao ensino. Portanto, iremos valorizar a perspetiva da evolução cronológica das Bibliotecas Escolares e o seu papel face aos objetivos educacionais definidos pela tutela.

Esta primeira abordagem fundamentou-se na leitura e análise de documentos existente sobre o assunto (fontes secundárias), realizadas através de uma *Revisão da Literatura*. Estas fontes secundárias possibilitaram contextualizar o tema, servindo de referencial teórico à presente dissertação. No entanto, encontramos algumas limitações na literatura consultada, pois as obras de referência focam sobretudo aspetos de carácter político, ideológico e económico-social, rareando aquelas que abordam mais detalhadamente as questões culturais, área onde se inserem as Bibliotecas e Bibliotecas Escolares. Dos autores consultados destacamos Matos (2010), que tem como limite temporal o ano de 1938, e Ramos do Ó (1992), que refere as Bibliotecas e Bibliotecas Escolares, no Estado Novo, mas de forma iterativa.

As fontes primárias, nomeadamente o *Regulamento das Bibliotecas Rurais Junto das Escolas Primárias*, publicado pelo Ministério da Educação Nacional, e o conjunto de artigos do Boletim *Escola Portuguesa*, que foram lidos a partir da construção de grelhas de análise (meta-análise), permitiram responder globalmente às questões anteriormente formuladas, tornando-se a base estruturante da presente investigação.

Para uma abordagem mais sistematizada do tema dividimos o estudo em três eixos de análise que permitiram obter uma visão mais abrangente e holística do tema: *Escola Portuguesa* (45 artigos), *Estado Novo* (53 artigos) e *Biblioteca Escolar* (45 artigos).

Partimos de uma pesquisa da literatura publicada sobre o tema da dissertação (fontes secundárias), de modo a podermos ser introduzidos nas questões que permitiram focalizar o problema em análise e que serviram de ancoragem conceptual.

A primeira questão prende-se com a instauração do Estado Novo em Portugal. Após a Constituição de 11 de Abril de 1933, passa a governar em Portugal um regime autoritário designado por Estado Novo. A ideologia do novo regime político inscreve-se forte e decididamente no quadro ideológico das ditaduras europeias da época, em especial o Fascismo italiano de Benito Mussolini, e teve como principal ideólogo e chefe político António de Oliveira Salazar.

O Estado Novo defendia, entre outras, a ideia de Nacionalidade, procurando atualizar momentos e personagens relevantes da história da Pátria, como forma de engrandecer este conceito e torná-lo, assim, inquestionável, num momento de particular crise política, económica e social, vivida em toda a Europa.

Para Carvalho (1996), Salazar considerava-se revestido de um poder sobrenatural. A sua doutrina inscrita na consciência nacional não abarcava apenas o âmbito das finanças, mas todos os aspetos do comportamento individual e social. A sua doutrina era de raiz católica, assente em sólidas “traves mestras”, alicerçadas no seminário em que fora educado. Vai encontrar, portanto, nas ideias marxistas, em plena ascensão em toda a Europa, um inimigo a combater, e o meio mais eficaz para exercer esse combate era precisamente o ensino (a escola).

Nos discursos de Salazar é clara a necessidade de impor a Portugal um governo nacionalista que não se deixe perverter:

Deve pensar-se que o fim desta grande actividade renovadora é o estabelecimento político, económico e social, bem compreendido, dominado pela soberania incontestável do Estado forte em face de todos os componentes da Nação e insusceptível de ser joguete ou vítima dos partidos, de facções, de grupos, de classes, de seitas e de engrenagens revolucionárias (Salazar citado por Ramos do Ó, 1992:391)

Uma outra questão que se nos afigura extremamente importante, no contexto do nosso estudo, é a questão do Analfabetismo.

De facto, Portugal possuía nos inícios dos anos 40 cerca de 57% de analfabetos - recenseados com idades entre os 7 e os 9 anos (Candeias e Simões, 1999), situação verdadeiramente preocupante para um país europeu entrado no segundo quartel de Século XX. Este facto colocava Portugal na cauda da Europa e o Estado Novo tinha consciência desta limitação, tendo decidido lutar eficazmente contra aquilo que considerava ser um verdadeiro flagelo.

A explicação para a elevadíssima percentagem de analfabetos seria, segundo a Câmara Corporativa, a indiferença do povo português pela instrução, especialmente as populações rurais. Porém, alguns relatórios e artigos de inspetores do Ministério da Educação Nacional referiam a pobreza como responsável por este fenómeno:

No dia em que saber ler e escrever lhes seja tão útil como saber governar o arado, plantar feijões, ou até jogar o pau, nesse dia as escolas, as mais anti-higiénicas e lóbregas escolas de Portugal abarrotarão de estudantes (Aquilino Ribeiro citado por Mónica, 1977:324)

Ensinar o povo a ler era fundamental, porém, era necessária alguma prudência, pois para o ministro Carneiro Pacheco *muito pior do que a treva do analfabetismo num coração puro, é a instrução materialista e pagã*. Adotou, assim, uma solução de compromisso entre os dois fatores: ensinar o povo a ler sem lhe destruir a pureza do coração. Esta solução passaria pela redução da escolaridade obrigatória, primeiro a quatro e depois a três anos, substituindo os professores primários por regentes escolares, com uma preparação inadequada para o exercício da função docente e onde a única instrução necessária passou a ser a religião (Mónica, 1977).

O combate ao analfabetismo teve como momento decisivo de arranque o Plano dos Centenários (Decreto Lei nº 1985 de 17 de Dezembro de 1940), no qual se previa a

construção de um número alargado de escolas, segundo um grandioso plano de obras públicas.

De facto, e como refere Carvalho (1996), na reorganização do Ministério da Instrução Pública, expressa na lei de 11 de Abril de 1936, intitulada *Remodelação do Ministério da Instrução Pública*, ficou patente a solução de compromisso do ministro António Pacheco Carneiro. Este documento dividido em 13 partes (Bases), definiu as características da escolaridade obrigatória:

- A escola deve privilegiar a educação em detrimento da instrução;
- A instrução deve reduzir-se ao mínimo – ler, escrever e contar;
- A educação para a Ditadura deve ser exaltada ao máximo, nas suas implicações nacionalista e cristã;
- Em todos os estabelecimentos de ensino, exceto o superior, passa a ser adotado um único compêndio para cada ano, nas disciplinas de História Geral, Filosofia e Educação Moral e Cívica;
- Em todos os estabelecimentos de ensino, com exclusão do superior, será obrigatório o canto coral, como elemento de educação e coesão nacional;
- Em todas as escolas públicas do ensino primário elementar existirá, por detrás e acima da cadeira do professor, um crucifixo, como símbolo da educação cristã.

Neste sentido, podem ler-se no Decreto-Lei de 24 de Novembro de 1936, sobre o ensino primário obrigatório, os grandes objectivos da Escola Salazarista, designada como *A Sagrada Oficina das Almas*:

É razão do presente decreto-lei assente na ideia de que o ensino primário elementar trairia a sua missão se continuasse a sobrepor um estéril enciclopedismo racionalista, fatal à saúde moral e física da criança, ao ideal prático cristão de ensinar bem a ler, escrever e contar, e a exercer as virtudes morais e um vivo amor a Portugal. (Carvalho, 1996:761)

Uma característica fundamental do novo regime político, como referimos, era o Nacionalismo. Para a afirmação da ideologia que acabara de implantar-se, a escola tornar-se-ia um meio indispensável à educação das novas gerações aos valores

ideológicos do Estado Novo. A sobreposição da educação à instrução afigurava-se crucial para o regime; a educação à ideologia dominante tornou-se, assim, a principal função da escola. Esta pretendia combater, ao mesmo tempo, para além do comunismo que ameaçava a Europa, as ideias liberais e da República que dominavam em Portugal, há mais de um século. Isto é,

Os novos objectivos apontados à escola pelo Salazarismo pretendiam combater as “aberrações” que o liberalismo e a República haviam inculcado na mente popular. A uma educação excessivamente intelectual deviam contrapor-se os conceitos da doutrina cristã (...) Tratava-se, em suma, de ressuscitar a moral tradicional (Mónica, 1977:333).

Por outro lado, a valorização do mundo rural tornou-se um dos aspetos-chave da ideologia oficial. Mónica (1977) refere que o primeiro Congresso da União Nacional determinava objetivamente que o ensino deveria prender o homem à terra, dando-lhe as condições para nela viver e a valorizar. Divulgar as maravilhas da vida rural na escola era, para Pacheco Carneiro, a melhor forma de abrandar o afluxo de pessoas às cidades. Assim, a glorificação da vida rural constituiu um ponto central da ortodoxia Salazarista.

Apesar de o ensino obrigatório ter permanecido bastante rudimentar em termos curriculares, a verdade é que o esforço levado a cabo pelo Estado Novo, para combater o analfabetismo, revelou-se um facto notável. A partir dos Censos (Recenseamento Geral da População), Candeias e Simões (1999) mostraram que em 1950 o número de alfabetos – crianças entre os 7 e os 9 anos – era de 78% e em 1960 era de 97%, ou seja, o objetivo determinado foi praticamente conseguido.

A minimalização da escolaridade seria ultrapassada a partir do ano de 1964, por imposição do Projeto Regional do Mediterrâneo, com o alargamento da escolaridade obrigatória para seis anos.

Esta conquista não se generalizou, porém, a toda a sociedade portuguesa, nomeadamente à população adulta, que manteve ao longo da vigência do Estado Novo um grande número de iletrados, apesar do enorme esforço de alfabetização da população portuguesa, conseguido com o Plano Nacional de Educação Popular iniciado em 1952. Assim, a população adulta analfabeta, entre os 20 e os 24 anos, era de 32%

em 1950 (correspondente a 245.152 indivíduos) e de 20% em 1960 (correspondente a 144.331 indivíduos, número que aumenta à medida em que se avança na idade).

Um último aspeto evidenciado pela literatura é a questão das bibliotecas e das bibliotecas escolares no processo da alfabetização e da promoção de competências de leitura. O tema foi pesquisado na literatura de referência sobre o Estado Novo e sobre a História do Ensino em Portugal. Dos vários autores que abordaram o tema, encontramos, apenas, em Ramos do Ó (1992) algumas referências às bibliotecas escolares. Segundo o autor, o Estado Novo terá iniciado uma política do livro e da leitura com a criação das *Bibliotecas Ambulantes de Cultura Popular* (BACP), como forma de educar as camadas populares na ideologia dominante e nas noções básicas da cidadania.

De facto, ler, escrever e contar depressa se tornaram competências insuficientes face a um mundo onde o progresso tecnológico era uma constante, no qual o desenvolvimento de uma mão-de-obra especializada constituía um requisito fundamental.

Esta constatação deu corpo, num primeiro momento, como referimos, à execução do *Plano Nacional de Educação Popular*, que incluiu os *Cursos de Educação de Adultos* e a *Campanha Nacional de Educação de Adultos* e, neste contexto, as bibliotecas vão tornar-se determinantes. Era necessário possibilitar o acesso a um fundo bibliográfico que permitisse aproximar as camadas populares rurais das grandes figuras nacionais e dos grandes problemas da cultura portuguesa.

O processo de aculturação do povo para os valores ideológicos do Estado Novo tinha começado com a criação das *Bibliotecas Ambulantes de Cultura Popular*, a partir de 1945, da responsabilidade do Secretariado Nacional de Informação (SNI). Ainda para aquele autor, estas não conseguiram impor-se no panorama nacional, pois o regime não tinha minimamente conseguido, em meados da década de 40, realizar uma política editorial concordante com o quadro de valores que o informavam e as competências da maioria dos cidadãos (ver Anexo 1). Ou seja, a ideia de cultivar as massas depressa se evidenciou ineficaz e descontextualizada: o número de leitores era baixo (uma média de 220 leitores por localidade) e o número de localidades visitadas foi, também, muito abaixo do espectável (96 povoações até 1958).

Este facto, aliado à constatação de que os livros enviados de Lisboa, a partir do Palácio Foz para as BACP, eram em número muito reduzido, vai originar uma viragem na política do livro e das bibliotecas. O governo, através do Decreto –Lei nº 36 147 de 5 de Fevereiro de 1947, decide instalar fundos bibliográficos definitivos nas escolas primárias e nas casas do povo espalhadas pelas freguesias das zonas rurais (Ramos do Ó, 1992).

O *Plano da Educação Popular* (1952) veio dar novo impulso à produção livreira oficial, permitindo a constituição de bibliotecas organizadas. Estas foram resultado da *Campanha Nacional Contra o Analfabetismo* e tinham como função divulgar noções de educação moral e cívica, economia doméstica e educação familiar, organização corporativa, previdência, higiene e defesa da saúde, agricultura e pecuária, bem como os acontecimentos notáveis da nossa história e a posição de Portugal no mundo (Ramos do Ó, 1992).

O número de bibliotecas, pensadas inicialmente para as Casas do Povo e para as Escolas Primárias (350 em 1953), alargou-se rapidamente a outras instituições e chegou a 1181 bibliotecas em 1957:

A geografia das instituições receptoras alargava-se, pois os núcleos disseminar-se-iam pelas escolas, bibliotecas de sindicatos, casas do povo e paroquiais, centros de cultura popular, agremiações recreativas e culturais, casas de soldados e centros de mocidade portuguesa, o que impunha uma tríplice repartição: bibliotecas específicas para os meios rurais, os meios urbanos e industriais e uma outra modalidade de complemento das anteriores. Ficou à partida estabelecido que cada unidade expedida incluiria entre 100 e 500 títulos, razão pela qual às edições do Plano seriam acrescentados outros livros, adquiridos pelo Serviço de Escolha de Livros do Ministério da Educação.¹

Ainda para Ramos do Ó (idem), as publicações levadas a cabo pelo SELME não cumpriram o seu objetivo. Até 1970 teriam sido publicadas 111 obras, mesmo com a intervenção da Junta de Acção Social, não tendo conseguido o governo criar um verdadeiro corpus literário nacionalista. Por outro lado, as bibliotecas não cobriram

¹ Intervenção na Assembleia da República de Marques Teixeira, *Diário das Sessões*, sessão de 17/I/1957, pp. 234-237, citado por Ramos do Ó (1992:420).

todas as freguesias como era suposto, apesar de o governo ter declarado atingir, em meados dos anos 50, resultados satisfatórios neste âmbito.

Relativamente às Bibliotecas Escolares, a literatura disponível não revela informação substancial. Destacamos neste contexto, o *Regulamento* das Bibliotecas Rurais Junto das Escolas Primárias publicado pelo Ministério da Educação Nacional, Direcção Geral do Ensino Primário, no ano de 1956, como uma referência imprescindível, não refletindo, no entanto, a sua concretização no terreno. O impulso iniciado em 1947, só em 1953 teve efeitos práticos com a execução do Plano da Educação Popular, a partir do qual a instalação das BE terá sido objeto de alguma sistematização, como podemos depreender dos artigos constantes no referido regulamento. Este documento, constituindo um normativo para a criação, organização e dinamização das BE, não contém informações relativas à sua implementação no meio escolar. Desta publicação destacamos os artigos seguintes, relativos à instalação das novas Bibliotecas Escolares rurais:

Artº 1º - As bibliotecas rurais junto das escolas primárias destinam-se a proporcionar leituras tanto aos alunos do ensino primário como aos jovens e adultos, residentes nas localidades onde elas estão instaladas, que desejem utilizá-las para sua recreação ou aumento dos seus conhecimentos.

Artº 2º - São orientadas pelo Ministério da Educação Nacional, por intermédio do serviço de Escolha de Livros para as Bibliotecas Junto das Escolas Primárias, ao qual compete:

- a) Seleccionar as espécies de que cada biblioteca se há-de compor;
- b) Remetê-las às escolas-bibliotecas, acompanhadas dos respectivos verbetes impressos para os catálogos;
- c) Dar parecer sobre a incorporação em qualquer biblioteca de espécies que lhe sejam oferecidas;
- d) Fixar as regras pelas quais as bibliotecas se hão-de reger e dar aos professores-directores das bibliotecas a orientação e assistência técnica de que eles carecem.

Artº 3º - Funcionam junto das escolas do ensino primário, sempre que possível dentro do edifício escolar, ou anexo, e em sala própria, se houver uma disponível.

Artº 7º - Sendo a biblioteca instalada em sala própria, deve esta ser mobilada, sempre que seja possível, com a estante ou estantes necessárias para a arrumação das espécies e respectivo catálogo, uma mesa grande, ou várias mesas individuais, para leitura e cadeiras.

Artº 8º - Não dispendo a escola de sala que possa ser exclusivamente destinada a biblioteca, será esta instalada, ou na cantina, se a houver, ou na sala de aula mais vasta e iluminada, servindo as “carteiras” de mesas de leitura para as crianças e destinando-se uma ou duas mesas para a leitura dos jovens e dos adultos.

Artº 9º - A aquisição do mobiliário, que é considerado mobiliário escolar, é feita a expensas do respectivo município;

§ único – Este mobiliário deve obedecer, quanto possível, às características que constam do anexo a este Regulamento.

Anexo – De harmonia com o § único do Artº 9º do Regulamento, esclarece-se que do armário-estante para arrumação dos livros estão aprovados os modelos n.ºs. 1 e 2 por despachos de Sua Excelência o Subsecretário de Estado da Educação Nacional, de 9 de Março de 1954 e de 6 de Agosto de 1954, e publicados em anexo a “Escola Portuguesa”, respectivamente de Março e Agosto do mesmo ano (ver Anexo 2).

O Regulamento das BE divide-se em quatro capítulos, abordando, cada um deles, um aspecto funcional deste novo recurso educativo das escolas primárias rurais portuguesas, conforme se indicamos a seguir:

Capítulo I – Criação das Bibliotecas Escolares;

Capítulo II – Fundo documental e respectiva classificação;

Capítulo III – Funcionamento das Bibliotecas Escolares;

Capítulo IV – Desenvolvimento das competências de leitura

Para além dos capítulos referidos, este *Regulamento* possui ainda um Anexo e um texto complementar intitulado *Instruções aos Agentes de Ensino sobre a Organização e Funcionamento das Bibliotecas*, dividido em 7 partes (de A a G):

A- Recepção e inventariação das espécies;

B- Ordenação do catálogo;

C- Arrumação nas estantes;

D- Empréstimo para leitura;

E- Preceitos a difundir quanto à utilização dos livros;

F- Reunião com leitores;

G- Estatística;

Este *Regulamento* não adota para classificação das obras a Classificação Decimal Universal que, segundo Ramos do Ó (1992), deveria ter sido, também, a classificação proposta para outras bibliotecas, nomeadamente as bibliotecas das Casas do Povo. As BE utilizaram, para classificação do fundo documental, a seguinte descrição:

I – Religião. Moral. Apologética;

II – Educação;

III – Estudos da Língua e da Literatura Portuguesas;

IV – História . Geografia. Viagens;

V – Hagiografias e Biografias;

VI – Sociologia;

VII – Poesia. Romance e Conto. Teatro;

VIII – Iniciação à Arte. Folclore. Regionalismo;

IX – Divulgação da Ciência e das Técnicas;

X – Publicações Periódicas.

A classificação proposta evidencia claramente as prioridades do Estado Novo em relação aos temas considerados fundamentais para a formação dos alunos, jovens e adultos, das BE das zonas rurais. Os temas ligados à religião, história, língua e literatura têm um peso muito superior aos temas ligados à ciência, à qual é destinada apenas uma classe (IX).

Paralelamente, evidenciam-se as questões relacionadas com o desenvolvimento das competências de leitura e a sua ligação ao currículo como forma de enriquecer as aprendizagens, que importa evidenciar:

Artº 28º - Os professores organizarão grupos de alunos das classes primárias que já tenham lido a mesma obra, ou obras do mesmo género, e promoverão reuniões, em oportunidades, horas, local e com o número de alunos que julgarem mais convenientes, para verificarem a forma como cada um assimilou as leituras, analisando e explicando o que as crianças não tenham compreendido. Poderão mesmo permitir a generalização de um debate entre as próprias crianças, que orientarão com prudência e o tacto que a experiência lhes aconselhar. Também poderão os agentes de ensino utilizar os livros das bibliotecas para exercícios escolares, tirando assim o maior proveito deles.

No seguimento do artigo exposto, são feitas algumas considerações muito pertinentes, nomeadamente a sugestão da leitura de algumas obras feita pelo professor, para os alunos que ainda não lessem, ou a necessidade da leitura recreativa em grupo não se confundir com mais uma actividade curricular, mas esta (leitura e audição de textos) ter um carácter vivo e interessante, de modo a desenvolver nos alunos o gosto e a cultura.

O papel da Biblioteca Escolar durante o Estado Novo, referido no Boletim *Escola Portuguesa*, é fundamentalmente o de promover a leitura e combater, deste modo, o analfabetismo funcional. Este papel foi sendo ampliado ao longo do tempo

devido, por um lado, ao desenvolvimento tecnológico e à modernização da economia europeia da segunda metade do século XX, na qual Portugal estava integrado mesmo se de forma isolada, por outro, aos desafios da didática moderna, onde o manual escolar se revelou insuficiente para responder às necessidades de uma aprendizagem mais ativa e culturalmente alargada. A Biblioteca passa assim a desempenhar a função de fazer leitores mais autónomos e críticos, ampliando as possibilidades de contacto com a informação, apesar das dificuldades manifestadas pelo contexto político e ideológico, nomeadamente o Serviço de Escola de Livros, que temia as consequências do “livre acesso” aos documentos.

3. DESIGN INVESTIGATIVO

Como referimos anteriormente, partimos para este trabalho de dissertação, apoiando-nos na análise de conteúdo dos documentos seleccionados e na meta-análise, onde procurámos conciliar práticas qualitativas e quantitativas na análise dos dados.

Estas duas vertentes metodológicas determinaram o processo de investigação que se ancorou em quatro momentos bem definidos: a recolha dos documentos, a análise documental e de conteúdo, o tratamento e a organização dos dados e, finalmente a produção de nova informação, tendo em conta as questões formuladas e as respectivas respostas.

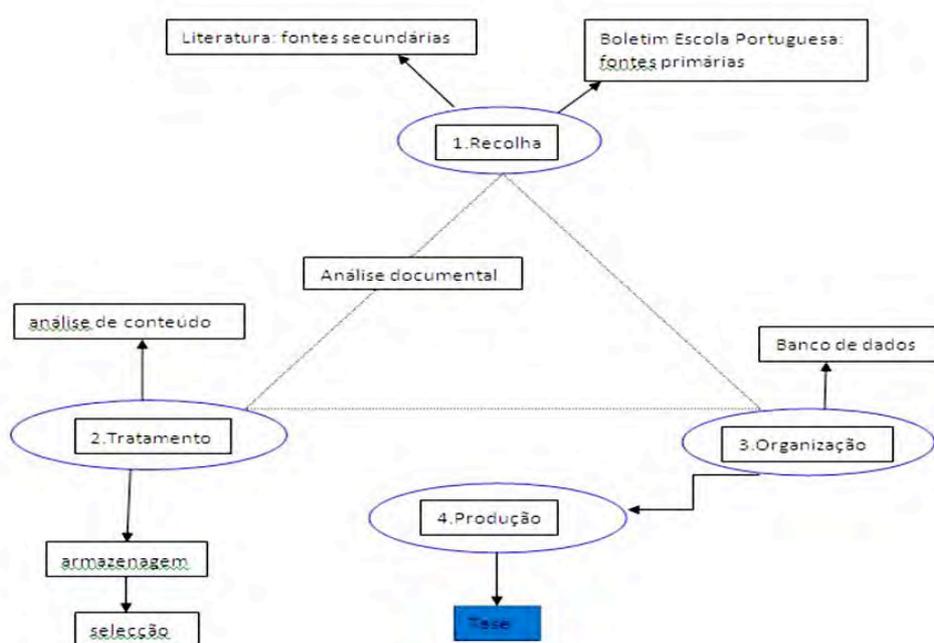


Figura 1 – Sistema metodológico de pesquisa
(adaptado de Cardoso, 2007:34)

O esquema apresentado sintetiza de um modo operativo o trabalho (pesquisa, tratamento, organização e produção da informação) que foi objeto do presente estudo meta-analítico.

O ponto de partida da cadeia, designado por *Recolha*, baseou-se numa revisão da literatura relativa ao tema, com vista à sua contextualização histórica. Este procedimento permitiu sustentar teoricamente os factos, acontecimentos e ideias que os artigos selecionados revelaram (as fontes primárias), dando-lhes a credibilidade necessária à sua formulação no âmbito do estudo em construção. A recolha das fontes primárias centrou-se sobretudo na identificação dos artigos do Boletim *Escola Portuguesa* recolhidos na *Grelha Documental do Corpus de Análise* (ver Anexo 3) e culminou com a respetiva apreciação analítica, a partir da *Grelha do Corpus de Análise*, elaborada para esse fim (ver Anexo 4).

O segundo e terceiro pontos da cadeia, respectivamente *Tratamento e Organização* dos documentos, reportam-se, como afirma Cardoso (2007), a etapas de leituras, através das quais a informação dos textos do corpus foi progressivamente emergindo, através de uma apurada análise de conteúdo dos documentos.

A referida *Grelha de Análise* possibilitou uma abordagem analítica bastante minuciosa, quase cirúrgica, no sentido de focar uma atenção constante nos aspetos que constituíam o alicerce do estudo a realizar. Este instrumento permitiu criar uma chave de leitura e de descodificação da informação, prisma a partir do qual todos os artigos foram perspetivados.

As questões-chave que conduziram o processo de abordagem e meta-análise dos artigos foram, para os três eixos de análise, as seguintes:

- Compreender a “Missão” da Biblioteca Escolar, no contexto em que estava inserida (Escola Portuguesa), tendo como pano de fundo um regime político específico (Estado Novo);
- Conhecer a “Organização/Realizações” que marcaram o ensino e a educação ao longo do período em estudo, tendo em conta o cenário anteriormente definido;
- Explicar as “Orientações/Princípios Pedagógicos”, que legitimaram as ações realizadas, no cumprimento da missão e dos objetivos propostos, pelo Estado Novo, relativamente ao ensino ministrado em Portugal.

Este processo de análise de conteúdo, alicerçado na meta-análise qualitativa, permitiu criar, entre os diversos artigos, uma lógica intrínseca e unificadora que possibilitou a obtenção de uma leitura integrada das questões formuladas.

Relativamente à *Produção*, ou seja, à *Fase Conclusiva* de todo o processo (Sarmiento 2008), procuramos responder às questões referidas e que orientaram este estudo. Ela prende-se também com a questão da divulgação contribuindo, de algum modo, para um conhecimento mais aprofundado do tema que nos propusemos investigar, bem como, do período histórico que lhe serviu de contextualização: o *Estado Novo*.

A análise documental, sendo utilizada em diferentes áreas científicas, é uma técnica de recolha de informação indispensável, quando se trabalha no domínio da História e, por consequência, no âmbito do passado humano. Como reconhecem Pardal e Correia, (1995, citados por Cardoso, 2007:36), *o recurso a documentos é uma tarefa difícil e complexa que exige do investigador paciência e disciplina*.

Esta operação exige um conjunto de tarefas que podemos sintetizar, com base no esquema atrás elaborado (fig.1), nas seguintes etapas, às quais nos referimos a seguir:

1. Recolha de documentos (revisão da literatura de publicações relacionadas com o tema e através dos artigos selecionados no Boletim *Escola Portuguesa*).

A seleção dos artigos referidos teve em conta os seguintes fatores:

- Enquadrar cada um dos eixos de análise da dissertação (Escola Portuguesa; Estado Novo; Biblioteca Escolar);
- Disponibilizar informação relevante para ajudar a compreender a “Missão” de cada elemento/eixo de análise;
- Revelar o contexto ideológico das medidas realizadas em cada um dos eixos de análise;
- Explicar as opções ideológicas das medidas tomadas;
- Apresentar a realidade das Bibliotecas Escolares, no contexto identificado.

Tal como afirmam Cardoso e outros (2010), a revisão da literatura implica a existência de matéria prima sobre o tema; a seleção adequada dos documentos; a identificação de aspetos significativos e contextuais na informação consultada; a interpretação pessoal baseada na análise crítica dos documentos; e a apresentação pessoal dos resultados.

Como referimos anteriormente, a literatura que serviu de suporte à presente dissertação, baseou-se sobretudo na leitura de estudos publicados no âmbito da História de Portugal, com especial incidência nos aspetos de ordem cultural (educação e ensino). Neste contexto adquiriu uma relevância particular a temática do Analfabetismo.

2. Tratamento da informação.

Esta etapa foi realizada através da análise de conteúdo das fontes seleccionadas, dos quais destacamos, naturalmente, os 143 artigos (meta) analisados.

Esta fase é designada, também, de análise documental. A análise documental consiste em tratar previamente a informação, reunindo-a segundo o tema ou os subtemas elencados pelas necessidades da investigação, permitindo a posterior análise de conteúdo (idem).

A análise documental permitiu a formulação de hipóteses de trabalho com vista a um olhar holístico do tema (Cohen e Manion, 1990). No presente estudo, dado tratar-se de uma meta-análise dos artigos seleccionados, a abordagem foi concebida a partir da construção de uma grelha conceptual, que permitiu uma análise exaustiva dos textos.

Como refere Bell (2004), a investigação orientada para as fontes é determinada pela natureza dessas fontes, que acaba por determinar o projeto de estudo, ajudando a responder às questões inicialmente formuladas.

O tema da presente dissertação exigiu uma abordagem centrada na investigação histórica, que tem como finalidade compreender o passado na sua complexidade, para explicar melhor o presente e perspetivar de uma forma fundamentada o futuro. Assim, o tipo de investigação histórica, não sendo uma *investigação em presença*, exige como que uma atualização do passado, não para o compreendermos com os nossos olhos, mas, para através deles, o passado se poder exprimir, explicando o que em nós está, ainda, “oculto”.

Este aspeto fundamental da metodologia de investigação histórica é a avaliação das fontes, pois delas depende o valor do estudo a desenvolver (Cohen e Manion, 1990).

Paralelamente, tivemos como principal objeto de trabalho, o *Boletim Escola Portuguesa* (fonte primária), a partir do qual procedemos à análise e interpretação dos artigos relacionados com a criação e desenvolvimento das Bibliotecas Escolares.

A análise dos dados a partir das fontes primárias que constituem o corpus documental selecionado, ou seja, o conjunto de artigos do Boletim *Escola Portuguesa*, publicados ao longo da vigência do regime político designado por *Estado Novo* (1934 - 1974), teve em conta a metodologia de investigação histórica, que se apoia fundamentalmente na análise de conteúdo daqueles documentos.

3. Organização da informação.

A organização da informação teve em conta a metodologia de recolha materializada na *Grelha do Corpus de Análise* referida. Esta Grelha permitiu reunir, de uma forma sistematizada, a informação extraída dos documentos consultados, facilitando a sua posterior meta-análise.

Aquela primeira sistematização da informação (banco de dados) facilitou a sua interpretação e organização temático-cronológica, a partir da qual se relacionaram os (meta) dados. Deste relação resultou o tratamento da informação, isto é, a elaboração de um discurso coerente, tendo a vista a procura de uma resposta adequada às questões que a pesquisa do tema suscitou.

4. Produção da informação.

A produção é o momento através do qual procuramos dar a conhecer as conclusões resultantes da presente investigação (Tese). Como qualquer texto estruturado, esta dissertação pretende ser um contributo para o conhecimento das Bibliotecas Escolares do Estado Novo, nomeadamente as bibliotecas das escolas primárias das zonas rurais.

Os conteúdos abordados na revisão da literatura e na leitura e análise dos artigos selecionados do Boletim *Escola Portuguesa* vieram a constituir a matéria prima a partir da qual foi nascendo um novo texto, uma nova unidade semântica, um novo olhar. A identidade do novo corpo textual exigiu que esta unidade fosse adquirindo as características textuais próprias (Beaugrande e Dressler, 1981, citado por Cardoso et al., 2010:40): coesão (conectividade sequencial), coerência (articulação conceptual), intencionalidade (consecução dos objetivos), aceitabilidade (aceitação do texto pelo leitor), situacionalidade (relevância para o leitor), informatividade (quantidade adequada de informação) e intertextualidade (relação estabelecida com outros textos).

Neste momento, julgamos oportuno avançar com a apresentação do meta-conhecimento desenvolvido sobre o tema que pretendemos aprofundar. Contudo,

antes de o fazermos, retomamos os aspetos metodológicos essenciais ao nosso trabalho, para os (re)lembrar e resumir na secção seguinte.

4. METODOLOGIA DE ANÁLISE

A metodologia utilizada na abordagem dos documentos analisados foi a meta-análise. Associada ao tratamento de dados estatísticos e a estudos de natureza quantitativa, esta metodologia tem vindo a incluir estudos e análises qualitativas (Cardoso et al: 2010). Sobre a génese deste conceito, os autores referem a seguinte origem:

Termo cunhado por Gene Glass em 1976, no seu artigo “Primary, secondary and meta-analysis of research” publicado na revista científica *Educational Researcher*, nº5, e retomado em 1977 por Smith & Glass; referiu-se inicialmente à análise estatística de conjuntos de estudos individuais a partir de indicadores relativos à temática em consideração, com vista à sistematização e análise comparada de resultados (p.17).

A meta-análise é uma metodologia de análise exaustiva de dados, a partir de um conjunto de indicadores, dos quais se podem obter factos mensuráveis, relativos às temáticas estudadas, que permitem, como mencionado, a sua posterior análise e uma sistematização comparada de resultados. A determinação dos indicadores que conduzem a referida análise é obtida tendo em conta as temáticas que são objeto de estudo e a problematização inerente às questões que suscita junto do investigador.

Tendo esta metodologia sido aplicada essencialmente em áreas como a agricultura, física, matemática e medicina (Cook et al., 1994 e Martins, 2001, referidos por Cardoso, 2007), disciplinas com uma abordagem metodológica essencialmente quantitativa, começa a ser adoptada em estudos ligados às ciências sociais e à educação. A meta-análise surge assim como uma resposta credível e promissora para a convergência da informação de um ou de múltiplos estudos empíricos, *making the process of reviewing a research literature more a science than an art* (Cook et al, 1994, citados por Cardoso, 2007:25).

Tal como qualquer método, a meta-análise contém limitações e fragilidades (Martins, 2001, citada por Cardoso, 2007), entre as quais:

- A combinação de estudos diferentes;
- A avaliação da qualidade metodológica dos estudos;

- O enviesamento das publicações a favor de resultados significativos;
- A heterogeneidade entre os resultados dos diferentes estudos;
- A utilização de múltiplos resultados de um mesmo estudo;
- O predomínio dos efeitos principais entre as variáveis, em detrimento dos efeitos de interação e mediação.

As referidas limitações, no entanto, não impossibilitam uma utilização rigorosa da meta-análise como metodologia eficaz para interpretar e analisar conteúdos informacionais. Ela tem caminhado, inclusivamente, para a incorporação de dados qualitativos, através de técnicas narrativas ou interpretativas, que lhe dão uma nova consistência.

Para realizar o presente estudo, que tem como finalidade conhecer a Biblioteca Escolar do ensino elementar no Estado Novo, localizámos e seleccionámos no *Boletim Escola Portuguesa* os artigos que constituíram a base do nosso corpus, a partir dos quais recolhemos os dados que foram objeto de interpretação e (meta) análise. No sentido de explicar e contextualizar os dados recolhidos, segundo um ponto de vista histórico, incorporámos dados qualitativos que permitiram conhecer de uma forma mais abrangente a realidade estudada. Assim, a expressão **meta-análise qualitativa** (Cardoso, 2007) designa com maior rigor esta investigação.

Em termos metodológicos, a meta-análise qualitativa realizou-se em dois momentos, a análise documental e a análise de conteúdo, onde a presença dos dados qualitativos constituiu um momento inovador neste tipo de investigação.

Após o *Processamento e Organização dos Dados* fornecidos pelas fontes e a seleção da informação pertinente, procedemos a uma *Análise dos Dados Recolhidos*, ou seja, à interpretação crítica das fontes, tentando responder às seguintes questões específicas:

- Que termos são aí usados?
- Quem o produziu?
- Qual a sua finalidade?
- Em que circunstâncias foi produzido?
- Qual a origem social do autor?

- Quais as suas opiniões políticas?

Para responder a estas questões que formulámos, procurou-se, primeiramente, contextualizar a informação e perspectivá-la em função do período em estudo: o Estado Novo. Compreendemos que, constituindo um período específico, com características muito próprias, manifestava um conjunto de ideias e valores ideológicos particulares, alicerçados fortemente na tradição e na religião cristã, onde o autoritarismo e o fechamento político ao multipartidarismo e à democracia eram fatores determinantes. Procurámos, por isso, verificar a implicação da doutrina política do Estado Novo, no ensino e na educação.

Deste modo, pudemos focar a nossa atenção num conjunto de palavras-chave que identificavam e contextualizavam o pensamento político e cultural que lhe está subjacente. Surgiam, assim, de forma recorrente termos como: analfabetismo, alfabetização, educação versus instrução, formação do carácter, nacionalismo, enquadramento das massas, educação popular, entre outras.

O pensamento expresso nos documentos analisados não pode ser distanciado do instrumento que facilitou a sua disseminação. O Boletim *Escola Portuguesa* era um periódico do Ministério da Educação, instituído pelo Decreto – Lei nº 22.369 de 30 de Março de 1933:

Criado como instrumento de consolidação das virtudes herdadas, e de desenvolvimento e valorização de aptidões, posto ao serviço do engrandecimento e da perpetuação da Pátria. Este papel não se desempenha sem que se haja definido, e constantemente se rememore, uma doutrina pedagógica nacional, na qual hão-de conscientemente integrar-se as vontades dos educadores (Paixão, 1934, citado por Oliveira, 2006)

Neste contexto, os artigos estudados são na sua maioria artigos de opinião, cujos autores (daqueles que foi possível identificar) eram maioritariamente professores, inspetores, diretores e subdiretores (ver Gráfico 1), ligados inevitavelmente ao novo regime político, ou dele dependentes, e que serviam lealmente os princípios ideológicos e os valores então dominantes.

A finalidade do Boletim e dos artigos nele expressos evidenciam a necessidade de afirmar, de uma forma clara e forte, a identidade da escola primária e o seu papel na

educação dos valores dominantes impostos pelo Estado Novo. As questões pedagógicas são secundadas pela doutrina que revestia o regime. A afirmação dos novos valores era tida como um fator de urgência nacional, face às ideias liberais e republicanas que tinham dominado parte do século XIX e o primeiro quartel do século XX, bem como à ameaça da ideologia comunista que se difundia por toda a Europa.

Estes aspetos enquadraram o cuidadoso registo das leituras realizadas, numa *Grelha Documental do Corpus de Análise* numa *Grelha de Análise de Conteúdo*, que serviram para meta-analisar as ideias estruturantes do trinómio que orientou a leitura analítica dos documentos: Escola Portuguesa, Estado Novo e Biblioteca Escolar.

Com base na interpretação dos dados, na sua coerência e explicação, foi possível chegar às conclusões da investigação, isto é, à clarificação e síntese das hipóteses levantadas, tal como estão descritas na introdução deste estudo. São os *Procedimentos Subsequentes*, ou *Fase Conclusiva* (Sarmiento, 2008), onde podemos observar os seguintes elementos, dos quais daremos conta mais à frente:

- Confirmação das hipóteses da investigação;
- Verificação dos objetivos alcançados;
- Discussão dos resultados;
- Exposição das conclusões;
- Apresentação de sugestões para investigações futuras.

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O principal objeto de análise da presente dissertação, como referimos, foram os artigos do Boletim *Escola Portuguesa*. Este periódico tutelado pelo Ministério da Instrução Pública, Direcção Geral do Ensino Primário, possuiu, desde a sua criação, um carácter oficial, isto é, sujeito à intervenção do poder político e, de um modo muito substantivo, na orientação do ensino elementar português e dos seus principais agentes, com o objetivo de criar uma forte base ideológica nas principais estruturas educativas e culturais do País.

5.1 – Características e aspetos formais do Boletim *Escola Portuguesa*

O Boletim *Escola Portuguesa* nasce aproximadamente um ano após a instituição do Estado Novo. Este teve início, oficialmente, a partir de 11 de abril de 1933, com a publicação da Constituição de 1933, e o número 1 daquele periódico surgiu a 2 de outubro de 1934, sendo logo notória a afirmação ideológica e os princípios doutrinários que estiveram na origem da sua criação.

Como órgão oficial do ensino primário, foi instituído pelo Decreto-lei n° 22.396, de 30 de março de 1933, tendo a sua publicação permanecido contínua entre outubro de 1934 e outubro de 1974, sob Direcção-Geral do Ensino Primário (designação que muda em 1973 para Direcção-Geral do Ensino Básico).

O BEP possuiu ao longo do seu tempo de existência diversos subtítulos, designações e transformações, conforme a seguir se assinala:

- 1937 (fevereiro) – Boletim de acção educativa publicado pela Direcção Geral do Ensino Primário;
- 1939 (agosto) – assume a Direcção do Boletim o Diretor Geral do Ensino Primário, Manuel Cristiano de Sousa (até então a cargo de Braga Paixão);
- 1953 (setembro) – o Boletim é administrado pela Direcção Geral do Ensino Primário;

- 1958 (outubro) – Boletim de ação educativa e de difusão de cultura popular editado pela Direcção Geral do Ensino Primário;
- 1974 (março) – Boletim mensal de acção educativa, editado pela Direcção Geral do Ensino Básico.

Nóvoa (1993) refere como objetivos que presidiram à publicação deste periódico, os seguintes:

- Orientar e aperfeiçoar pedagogicamente o ensino primário;
- Ajudar a escola a consolidar as virtudes herdadas na vida nacional;
- Desenvolver e valorizar as aptidões e colocá-las ao serviço do engrandecimento e perpetuação da Pátria;
- Definir uma doutrina pedagógica nacional, na qual se haveriam de integrar as vontades dos educadores.

O então Diretor Geral do Ensino Primário, Braga Paixão, no nº1 do Boletim *Escola Portuguesa* irá explicitar estes objetivos, salientando no seu discurso que a Escola é um instrumento de consolidação das virtudes herdadas dos antepassados, tendo como preocupação a valorização e o desenvolvimento de aptidões para engrandecimento da Pátria. Como testemunha Mello (2006), a escola só poderá realizar a sua missão se existir uma *doutrina pedagógica nacional* na qual se integrem as vontades dos educadores.

A publicação do Boletim *Escola Portuguesa* pode dividir-se em três fases, se tivermos em conta os seus aspetos formais e as características dos conteúdos dos artigos publicados.

As três fases definidas por Nóvoa (1993) não foram por nós adotadas, dado que não nos baseamos apenas nos aspetos formais que o periódico foi assumindo, mas nos aspetos de carácter histórico e factos de ordem política marcantes que ajudaram a definir os momentos cruciais da evolução do sistema educativo e de afirmação das Bibliotecas Escolares, que importava fixar e que oportunamente iremos detalhar (ver mais à frente no ponto 5.6).

No entanto, vale a pena referi-las e por isso retomaremos os momentos definidos por Nóvoa (idem), que foram citados por Mello (2006:3), cuja transcrição seguidamente apresentamos:

A primeira (1934/1957/58), coincide com a periodicidade semanal e com o papel central desempenhado, ao nível da colaboração pelos inspectores-orientadores, por diversos responsáveis do Ministério e por figuras destacadas do regime (...) caracteriza-se pela existência de uma forte componente ideológica e “propagandística”, sendo perceptível que se visa defender a “escola nacionalista” ao serviço da “Revolução Nacional”.

Entre 1958 e 1974 o periódico é reestruturado, alterando o aspecto formal (impresso a cores, apresenta agora maior número de fotografias e material iconográfico e de novas secções), assumindo uma natureza mais “científico-pedagógica” (...)

A partir de Junho de 1974, e na sequência do *25 de Abril*, o suplemento deixa de ser editado e os últimos números do periódico reflectem já algumas das transformações entretanto ocorridas no pensamento político-educativo português.

Retomando as referidas alterações, podemos acrescentar a esta caracterização as seguintes informações:

- Em outubro de 1936, o boletim passa a ter, em anexo, os *Diários de Governo*, com legislação relativa ao ensino. Uma nova rubrica designada *Vida Escolar* vai passar a integrar o boletim;
- Em outubro de 1937, a rubrica *Didáctica* passa a integrar as temáticas do boletim;
- Em 25 de outubro de 1958 o Boletim passa a adotar uma fisionomia mais cultural, com artigos sobre teatro, cinema, biografias, literatura, passatempos, contos infantis, entre outros;
- Os artigos publicados a partir de 1961 são, na sua maioria, artigos de divulgação cultural. Para além de mencionarem as cantinas escolares, divulgam a história do património colonial e da metrópole, abordam temas como música, poesia e literatura portuguesa, rádio escolar, contos, passatempos, artigos religiosos, e temas sobre diversas questões pedagógicas e metodologias de ensino.

As três grandes fases de publicação do Boletim *Escola Portuguesa* são marcadas por diferentes momentos políticos, visíveis no tipo de discurso que os enforma. Assim, podemos distinguir um discurso ideológico e propagandístico nos primeiros anos de publicação do periódico (1934/1958) e depois um discurso científico-pedagógico, a par dos melhoramentos gráficos (impressão a cores, maior utilização de material fotográfico e iconográfico), com a introdução de novas secções ligadas à pedagogia e às novas

metodologias de ensino (a rádio, o cinema, o teatro, etc.) passam a ser uma novidade na sala de aula (1958/1974).

À medida que se vai deixando o fulgor ideológico das décadas de 1950/60, o Boletim passa a exercer fundamentalmente, como referimos, um papel de divulgação cultural, onde surgem, entre outros, artigos dedicados ao lar e artigos de carácter lúdico.

A última fase, após a revolução de 25 de Abril de 1974, originou uma inevitável alteração do discurso do Boletim que passa a refletir, de algum modo, as transformações ocorridas no pensamento político e educativo português. Ideias como a democratização e modernização do ensino, iniciadas ainda antes da eclosão da revolução dos cravos, ganham novo impulso.

A evolução formal e de conteúdo referidas vão fazer-se sentir, igualmente, ao nível da apresentação gráfica, imposta por novas concepções estéticas que se vão afirmando ao longo do tempo, como ilustraremos de seguida.

5.2 – Apresentação gráfica do Boletim *Escola Portuguesa*

Ao longo das três fases de publicação deste periódico, definidas por Nóvoa (idem), e já mencionadas, o Boletim vai assistir a algumas transformações a nível gráfico e estético:

- Entre outubro de 1934 e outubro de 1936, a primeira página exhibe a gravura de uma criança a segurar uma lápide com o escudo de Portugal - as cinco quinas e os 7 castelos, elemento simbólico da Nacionalidade representado na Bandeira Portuguesa. A parte superior da gravura exhibe uma frase de Salazar: *Uma Mentalidade Nova Fará Ressurgir Portugal*, demonstrando o forte pendor ideológico desta publicação, conforme reproduzido a seguir:



Figura 2 – Gravura do Boletim Escola Portuguesa a partir de 1934

- Entre novembro de 1936 e 1958, a primeira página passa a exibir uma nova gravura, assinalando assim os 10 anos da Revolução Nacional (28 de maio de 1926), onde uma lápide em forma de ogiva mostra uma figura humana iluminada por um feixe de luz, que segura um livro onde está representado o escudo de Portugal. Na parte superior da gravura está escrita a divisa *Ut Videam*:

Para que seja visto. Para que se saiba. Para que conste... À tradução linear do latim haverá que acrescentar o significado político: para comemorar o Ano X da Revolução Nacional foi criado um ex-líbris que, durante um ano, foi colocado em todos os livros movimentados nas bibliotecas portuguesas. Um exemplar d'Os Lusíadas foi o primeiro livro em que foi apostado este ex-líbris (Matos, 2010:175).



Figura 3 – Gravura do Boletim Escola Portuguesa a partir de 1936

- Em 2 de novembro de 1955, o BEP sofre uma ligeira alteração gráfica: o Sumário é destacado com uma caixa de texto; surge com o subtítulo *Boletim de Acção Educativa Publicado pela Direcção Geral do Ensino Primário*; aparece com um arranjo gráfico muito depurado e sem qualquer desenho.

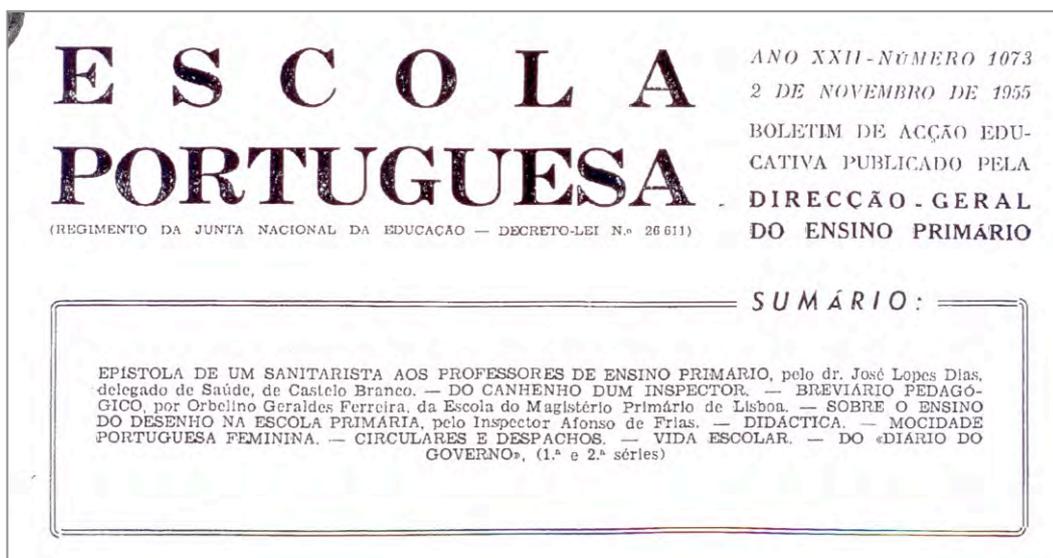


Figura 4 – Gravura do Boletim Escola Portuguesa a partir de 1955

- Em 17 de janeiro de 1956, o Boletim surge com novo arranjo gráfico na página principal. Um desenho estilizado a preto e branco exhibe dois livros, uma cruz, a esfera armilar e as cinco quinas – símbolos que denunciam uma forte marca ideológica nacionalista.



Figura 5 – Gravura do Boletim Escola Portuguesa a partir de 1956

- Em 1960, o Boletim é novamente renovado na sua apresentação gráfica. A primeira página passa a ser colorida, com fotografias que ocupam toda a página, sem qualquer texto. O subtítulo passa a ter a seguinte designação: *Boletim de acção Educativa e de Cultura Popular, Editado pela Direcção Geral do Ensino Primário.*

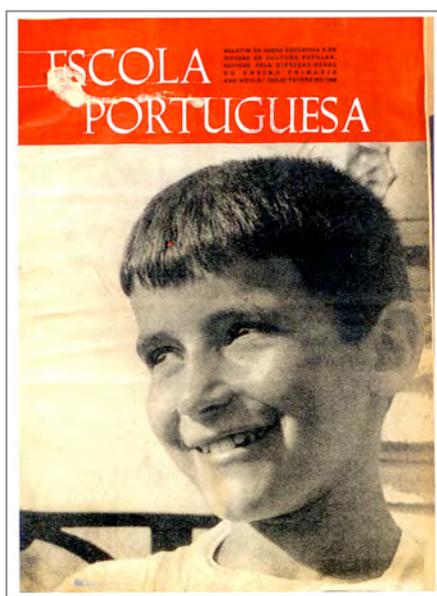


Figura 6 – Capa do Boletim Escola Portuguesa – fevereiro 1960

- Em 1970, o grafismo do Boletim apresenta um gosto estético mais moderno. Este modelo subsiste até agosto de 1974. O subtítulo mantém-se.

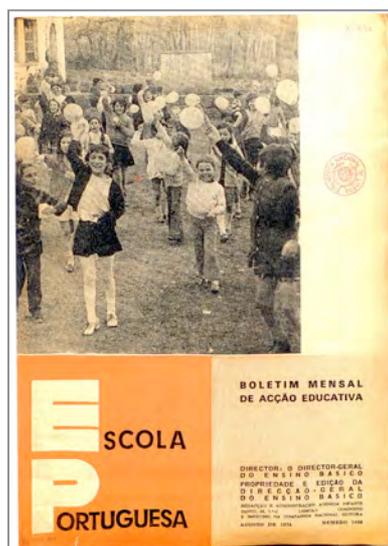


Figura 7 – Capa do Boletim Escola Portuguesa – agosto de 1974

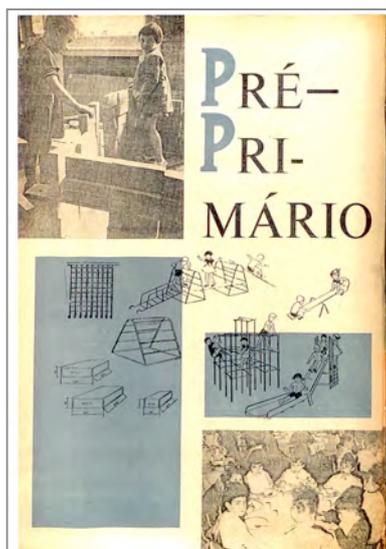


Figura 8 – Contra-capa do Boletim Escola Portuguesa – agosto de 1974

- Em 1974 (a partir do mês de setembro), o Boletim é reformulado. Apresenta um formato mais reduzido, embora mantenha o mesmo número de páginas. A responsabilidade da edição é do Ministério da Educação e Cultura, Direcção Geral do Ensino Básico.

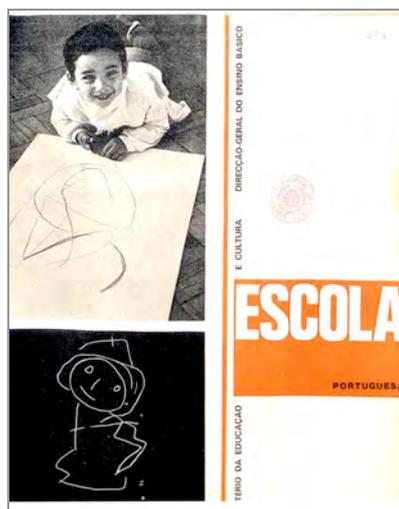


Figura 9 – Capa do Boletim Escola Portuguesa – setembro de 1974

Como referimos, o desenvolvimento formal e de conteúdo e a evolução gráfica e estética do BEP foram, de algum modo, determinados pelos contextos político, social e cultural que marcaram a sociedade portuguesa ao longo dos 40 anos de existência do Estado Novo. Estes aspetos determinaram, também, os diversos tipos de artigos publicados e os seus respetivos temas.

5.3 – Tipologias e assuntos dos artigos do BEP

As tipologias dos artigos do Boletim *Escola Portuguesa* e os assuntos neles mais abordados foram subdivididos por Nóvoa (idem) em sete categorias, tal como procurámos sistematizar no quadro seguinte:

Tipologias	Assuntos
Artigos de carácter didáctico	<ul style="list-style-type: none"> • Planos de aula e didáticas específicas de várias áreas (educação física geral e feminina, labores, educação cívica, moral, canto coral e trabalhos manuais), com predomínio para a <i>língua materna</i>, geografia e história, com planificações detalhadas, graças à colaboração de Janeiro Acabado, Domingos Evangelista e Silvestre Figueiredo; • Textos acerca de materiais didáticos relativos à sala de aula (cartazes, mapas, etc.) ou pertencentes ao aluno (caderno diário, livros, etc.), com orientações e hipóteses de utilização (ex: <i>A Lição de Salazar</i>; estrutura e conteúdos dos manuais únicos); • Estudos sobre o valor pedagógico do Cinema e Teatro – meios para tornar o ensino mais atractivo – veículos de propaganda nacionalista; • Estudos sobre as potencialidades da Rádio, como meio de educação e abundante documentação sobre a <i>Rádio Escolar</i>.
Artigos relacionados com a reestruturação do ensino	<ul style="list-style-type: none"> • Processos de reforma ocorridos ao longo do período em estudo – legitimados por entrevistas e discursos dos ministros envolvidos ou por artigos de diferentes colaboradores; • Publicidade, apelos, relatórios e teses oriundas de congressos e conferências pedagógicas, abordando questões diversas como o <i>ensino colonial na metrópole</i> ou o <i>ensino rural</i>; • Relatos e opiniões sobre certos acontecimentos: instituição do livro único, a colocação do crucifixo nas escolas, a reestruturação do ensino técnico, os programas dos vários graus de ensino, a escolaridade obrigatória, as multas escolares, etc.; • Reflexões sobre exames dos alunos, as provas de <u>passagem</u>

	<p>de classe, a organização dos serviços de orientação escolar ou publicação de testes-modelo;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Questões relacionadas com os vários serviços do ministério, especialmente a inspeção; • Questões sobre o analfabetismo – <i>Campanha de 1952</i> – associadas às questões de difusão cultural, educação popular e educação de adultos.
Artigos relacionados com o Ensino Primário	<ul style="list-style-type: none"> • Artigos relacionados com a divulgação de despachos de orientação pedagógica, horários, exames e outros problemas específicos deste grau de ensino; • Instruções sobre a organização da classe na sala de aula; • Organização das bibliotecas escolares e referência à criação de uma biblioteca-museu do ensino primário [nosso negrito]; • Orientações sobre as férias escolares (trabalhos escolares, acampamentos, escutismo, etc.); • Análise sobre os problemas da emigração e do ensino do português no estrangeiro, e campanhas de sensibilização escolar (regras de trânsito, uso de pesticidas, etc.).
Artigos relacionados com a escola e o meio escolar	<ul style="list-style-type: none"> • Construções escolares, inaugurações, interior das salas de aula (material diverso, mobiliário); • Higiene escolar; • Assistência escolar: ajudas materiais, beneficência, alimentação (cantinas escolares), outros apoios aos alunos e às famílias; • Quotidiano escolar e comemoração de efemérides (semanas da criança, festas regionais, 1º de Dezembro, etc.).
Artigos sobre a infância, juventude e família	<ul style="list-style-type: none"> • Textos e fotografias sobre as organizações juvenis oficiais: Mocidade Portuguesa e Mocidade Portuguesa Feminina; • Reportagens sobre acampamentos, campos de férias e cruzeiros de jovens; • Relatos com imagens de desfiles comemorativos; • Artigos sobre <i>Juventudes</i> católicas e organizações afins, bem como atividades missionárias, cartas pastorais ou a visita do Papa Paulo VI a Portugal; • Textos sobre a importância da família na <i>educação portuguesa</i> e da escola na <i>educação para a família</i>: comemoração do dia da Mãe e difusão da <i>Obra das Mães</i>.
Artigos relacionados com a docência	<ul style="list-style-type: none"> • Tomadas de posição sobre a <i>missão do professor</i>, com eixo central na construção <i>escola activa nacionalista</i>, do tempo de Carneiro Pacheco ou da <i>educação para o ano 2000</i>, de final dos anos 60; • Inúmeras referências sobre as várias categorias profissionais: professores do quadro, professores equiparados, diplomados das escolas do magistério, regentes escolares; • Indicações e opiniões sobre as formas de organização corporativa, casamento das professoras, vantagens da docência no mundo rural e o seu papel na divulgação dos ideais éticos da escola e da <i>Revolução Nacional</i>; • Assistência social e profissional dos professores;

	<ul style="list-style-type: none"> • Formação inicial e contínua dos professores, conferências pedagógicas e encontros de professores, bem como divulgação de legislação.
Outros	<ul style="list-style-type: none"> • Conferências e discursos proferidos por individualidades ligadas à direção política do regime; • Reportagens fotográficas, resumos e reprodução de alguns discursos de comemorações nacionais importantes; • Artigos sobre literatura, cinema, arte e património; • Artigos sobre moda, labores, e passatempos. • Artigos sobre o império e as províncias ultramarinas: acção missionária e ensino nas colónias; outras questões coloniais e notícias sobre as mortes de jovens professores ao <i>serviço da pátria</i>; • Comentários a ocorrências diversas: atentados a Salazar, guerra civil espanhola, II Guerra Mundial, eleições, morte de Salazar ou inauguração da <i>Ponte de Salazar</i>; • Várias notícias sobre a educação no estrangeiro.

Quadro 1 – Tipologia dos artigos do Boletim *Escola Portuguesa* (adaptado de Nóvoa, 1993:398-399).

Do conjunto de artigos que foram publicados neste periódico, seleccionámos aqueles que se relacionavam diretamente com a Biblioteca Escolar e, pela necessidade de compreender melhor o assunto no seu contexto histórico, cultural e político, decidimos incluir, igualmente, artigos relacionados com o Estado Novo e a Escola Portuguesa, duas referências que marcaram o percurso da BE ao longo do período em estudo. Assim, a Escola Portuguesa, o Estado Novo e a Biblioteca Escolar, constituíram os três eixos de análise que orientaram o nosso trabalho, de acordo com o que antes referimos.

Também como mencionado previamente, os artigos publicados ao longo dos anos de existência do Boletim foram escritos por um conjunto diversificado de autores que quisemos identificar, o que fazemos na secção seguinte.

5.4 – Os autores do Boletim *Escola Portuguesa*

Os autores que escreveram ou contribuíram para os artigos relacionados com as áreas de estudo desta dissertação dividem-se em 9 categorias: ministros, subsecretários de estado, deputados, diretores e subdiretores, inspetores, professores do

magistério primário, professores, um bibliotecário e outros, sem contar com um número elevado de artigos sem autor identificado (47 num total de 143).

Os artigos da autoria de Ministros, Subsecretários de Estado, Diretores e Subdiretores são, geralmente, transcrições completas ou excertos de comunicações e palestras realizadas em momentos comemorativos ou cerimónias públicas.

No conjunto do binómio autores/profissões, o número de artigos varia destacando-se, no computo geral, os artigos sem autor identificado, cujo número chega a atingir 1/3 do total de artigos selecionados. A existência de artigos sem autor é uma situação que se verifica ao longo da publicação do boletim; porém, é nos anos 40 e 50 que este facto ocorre com mais frequência. Esta situação acontece num período de grande afirmação do Estado Novo, como regime político já estruturado e em franco desenvolvimento. Neste contexto, o peso ideológico do Estado parece ganhar cada vez mais terreno, sobrepondo-se às ideias e opiniões individuais. De facto, são poucos os autores identificados para além dos ministros da educação e dos diretores gerais do ensino primário, pessoas que, pelos cargos que ocupam, representam inequivocamente o regime político vigente.

O maior número de profissões identificadas estão relacionadas com o ensino, nomeadamente professores dos vários graus de ensino, com predominância para os professores primários, primeiros destinatários do Boletim *Escola Portuguesa*, e Inspetores do ensino primário.

Na categoria profissional “outras” estão presentes várias profissões, entre as quais, médicos e engenheiros e um jornalista.

Passando das categorias para o número de artigos por cada um dos tipos de função ou categoria profissional, obtivemos o seguinte levantamento:

Função/Profissão	Nº de Artigos
Ministro	6
Deputado	5
Subsecretário de Estado	7
Diretor ou Subdiretor	11
Inspetor	17
Professor do Magistério Primário	5
Professor	24

Bibliotecário	1
Outra	10
Não referida	47

Quadro 2 – Relação entre os autores e o número de artigos no BEP

Esta distribuição descrita em forma de gráfico, permite a seguinte representação:

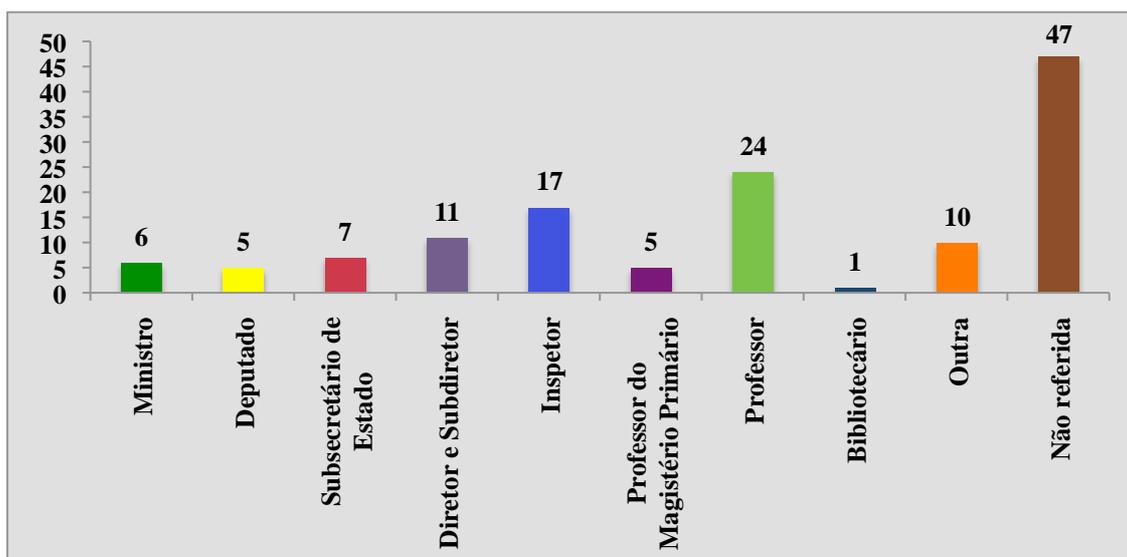


Gráfico 1 - Autores e número de artigos do Boletim *Escola Portuguesa* analisados

Os dados obtidos demonstram inequivocamente a origem e a finalidade do periódico em análise, isto é, a intenção de se constituir como um boletim de orientação pedagógica para os professores e educadores do ensino primário, mas também, no contexto cultural e político do Estado Novo, como um órgão de orientação ideológica marcadamente tradicionalista e autoritário.

5.5 – Os Eixos Temáticos de Análise

Após o levantamento dos artigos que iriam constituir a base deste estudo, procedemos à respetiva análise de conteúdo. Esta desenvolveu-se segundo três eixos fundamentais que balizaram a meta-análise de todos os documentos selecionado: missão, organização/realização e orientação/princípios orientadores do trinómio

estruturante identificado e que retomamos, Escola Portuguesa, Estado Novo e Biblioteca Escolar.

O primeiro eixo de análise – missão – teve como principal objetivo entender o papel da Biblioteca Escolar no contexto da Escola Portuguesa e do governo vigente, o Estado Novo, isto é, compreender a missão da Biblioteca Escolar e a missão da Escola Portuguesa, num contexto político, ideológico e cultural específico.

O segundo eixo de análise – organização/realização – resultou da necessidade de compreender a organização dos três principais elementos de análise, já referidos, a sua estrutura enquanto sistemas e subsistemas estruturados, a sua filosofia e as suas principais realizações.

O terceiro eixo de análise – orientações/princípios pedagógicos – pretendeu focar as medidas, princípios e valores que orientaram a praxis educativa, pedagógica e político-ideológica, dos três elementos estruturantes do presente trabalho. A focagem deste eixo de análise, permitiu entender de que modo foram legitimadas todas as medidas que vão estar na base das transformações ocorridas ao longo do período em estudo.

Foi a partir destes três eixos de análise que realizamos o levantamento dos artigos que constituíram o nosso objeto de estudo.

5.6 – Os artigos do BEP: instrumentos, conceitos e realidades

Do corpus documental de análise foram apurados, entre outubro de 1934 e outubro de 1974, 143 artigos divididos do seguinte modo: 45 artigos sobre *Escola Portuguesa*, 53 sobre *Estado Novo* e 45 sobre *Biblioteca Escolar*.

As grelhas de análise, criadas para orientar e sistematizar a leitura, permitiram uma abordagem taxonómica dos artigos, com vista à sua meta-análise, ou seja, a uma análise comparativa dos diferentes eixos temáticos em estudo. Assim, para efetuar essa leitura e análise das fontes (artigos do corpus), foram elaboradas, como referimos anteriormente, a *Grelha Documental do Corpus de Análise* e a *Grelha de Análise*, que tiveram como finalidade o registo dos dados considerados essenciais para o presente estudo.

A análise dos dados foi precedida por uma seleção aturada dos artigos que interessavam à investigação em curso. Mais precisamente, na *Grelha Documental do Corpus de Análise*, foram registados todos os elementos formais relativos à análise externa dos documentos. Desta primeira abordagem aos documentos, foram identificados os seguintes elementos: título do artigo; autor; número do artigo (segundo codificação por nós definida); ano; data; páginas, codificação do artigo; assunto; e, os respetivos aspetos formais.

Os três eixos de análise referidos foram perspetivados tendo em conta a evolução diacrónica e sincrónica de alguns conceitos-chave, que emergiram na primeira fase da meta-análise e da qual obtivemos o seguinte quadro:

Conceitos-Chave	1º Período 1934/39	2º Período 1940/51	3º Período 1952/59	4º Período 1960/74	Total
Nacionalismo	15	3			18
Formação do carácter	11	6	2		19
(Re)cristianização	7	3			10
Analfabetismo	8	9	20		37
Alegria de viver	3	1			4
Combater a corrupção	1				1
Combater o Liberalismo/ Republicanismo	1				1
Cultura popular	1	2	4		7
Leitura		2	8	15	25
Especialização				3	3
Igualdade de oportunidades				2	2
Coeducação				2	2

Quadro 3 – Conceitos-chave abordados no BEP entre 1934 e 1974

Estes conceitos foram analisados em função da sua evolução cronológica e da sua abrangência (grau de permanência nos diferentes eixos de pesquisa), ao longo dos quatro períodos definidos.

O conceito mais abordado nos artigos selecionados foi o de analfabetismo, referido 37 vezes. Este número exprime a importância dada pelo governo à questão do elevado número de analfabetos existente em Portugal, problema que só a partir da década de sessenta se considerará controlado, embora não extinto. Tal facto é visível pela inexistência de artigos sobre o tema no último período de análise (1960/74).

O segundo conceito-chave mais abordado no boletim, é um conceito muito importante para o tema que estudamos: o de leitura, registado 25 vezes . Este, como poderemos constatar mais adiante, vai acompanhar a importância da Biblioteca Escolar, razão pela qual ganha mais expressão nos dois últimos períodos de análise.

Na apresentação dos dados do levantamento dos artigos em gráfico, para os três eixos de análise (Escola Portuguesa, Estado Novo e Biblioteca Escolar), selecionámos respetivamente três cores: vermelho, amarelo e verde. Esta opção prende-se com o facto de estas cores simbolizarem as cores da Nacionalidade presentes na Bandeira de Portugal. Não foi alheia a esta opção, a contextualização histórica subjacente ao período compreendido entre os anos de 1934 e 1974, isto é, o período de vigência do Estado Novo – regime político marcado fortemente por uma forte exaltação da nacionalidade.

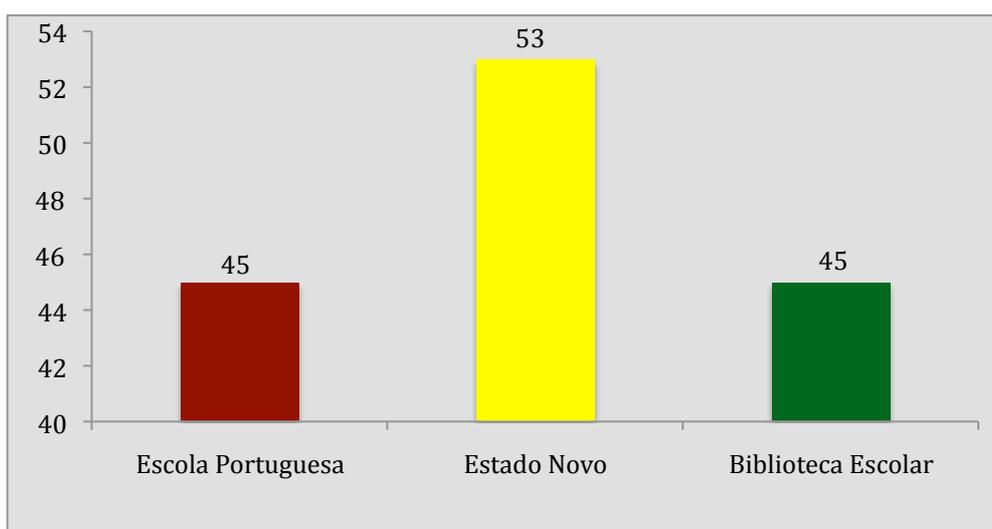


Gráfico 2 – Número de artigos selecionados no Boletim Escola Portuguesa (corpus de análise)

Os quatro momentos/períodos que orientaram o nosso estudo foram os seguintes:

- Período 1 - 1934/1939 - Início da publicação do Boletim *Escola Portuguesa*, até ao momento de consolidação do Estado Novo. Neste período, o Ministério da Instrução passa a designar-se Ministério da Educação Nacional, sob proposta do ministro Carneiro Pacheco (11 de fevereiro de 1936). Este momento é caracterizado pela expansão e afirmação do ideário nacionalista e a consolidação das principais estruturas políticas do novo governo. Os conceitos de nacionalismo, formação do carácter e recristianização dos valores são amplamente divulgados e defendidos.
- Período 2 - 1940/1951 - Momento em que se dá um forte impulso político de afirmação do Estado Novo, como um regime consolidado e amplamente aceite. É o momento do Ministério da Educação Nacional assumir o combate sistemático ao analfabetismo que se verificava em Portugal. No ano de 1940 assiste-se à comemoração dos *Centenários* da Fundação da Nacionalidade (1140) e da Restauração da Independência de Portugal (1640), na qual a Exposição do Mundo Português constituiu um momento culminante. Lisboa anunciava-se como a acrópole sagrada e lugar eleito de peregrinações patrióticas (Beja et al., 1996). Este contexto impulsionou o aparecimento do Plano dos *Centenários*, ou seja, a criação de escolas primárias por todo o País, como forma de extinguir o analfabetismo reinante (ver Anexo 5 e Anexo 6).

Neste mesmo período, a Europa assiste ao final da Segunda Guerra Mundial. Este conflito irá marcar o desenvolvimento político da Europa com inevitáveis repercussões na política portuguesa.

- Período 3 - 1952/1959 - A ação concertada do poder político para diminuir substancialmente o analfabetismo dá origem a um novo projeto, o *Plano de Educação Popular*, e à *Campanha Nacional de Educação de Adultos*, amplamente divulgada por todo o País (ver Anexo 7).

A prestigiada União Internacional dos Arquitectos, fundada em 1948, com a sua secção portuguesa liderada pelo arquitecto Pardal Monteiro, acabaria por contribuir para a elaboração da *Carta das Construções Escolares* (1951) que viria a marcar um novo ciclo na organização do ensino em Portugal (Beja e Serra, 2010). As bibliotecas escolares vão afirmar-se como serviço educativo indispensável no processo de alfabetização da população portuguesa, fortemente

ligada ao setor primário e tecnologicamente muito atrasada. Neste período, surge em 1956, o 1º Regulamento das Bibliotecas Escolares Junto das Escolas Primárias (ver anexo 15), o primeiro passo para o incremento e consolidação de bibliotecas escolares por todas as localidades rurais do País.

- Período 4 - 1960/74 - período decisivo para a modernização do sistema educativo português e de alguns países europeus (Espanha, Itália, Grécia, Jugoslávia e Turquia). Neste período, a OCDE vai ter um papel determinante na iniciativa de adoção de uma reforma educativa materializada na publicação do *Projecto Regional do Mediterrâneo*, que prevê a modernização do ensino, da qual o alargamento da escolaridade obrigatória para seis anos é uma expressão significativa. A modernização do currículo (Decreto-Lei nº 42 994, de 28 de maio de 1960) é acompanhada por uma atualização das metodologias de ensino, a adoção de novas práticas pedagógicas e a conceção de novos espaços físicos escolares, da qual resultou, entre outros, o *Projecto-piloto da Escola de Mem Martins* (ver Anexo 8).

O discurso político torna-se mais permeável às inevitáveis influências estrangeiras e a ideia de democratização do ensino começa a ganhar consistência.

A ideologia que esteve na origem do Estado Novo inscreve-se de uma forma muito perceptível nos princípios ideológicos do fascismo italiano de Benito Mussolini, onde a defesa do *Nacionalismo* adquire um lugar predominante e fortemente exacerbado nas mais variadas manifestações públicas.

A escola e a educação iriam ser fortemente atingidas pelos novos princípios *revolucionários*, tal como o faziam crer os ideólogos e homens do poder ligados à nova doutrina política.

Como acontece com qualquer poder político autoritário, o Estado Novo exprimia-se a partir de uma liderança forte e dissuasora, protagonizada por António de Oliveira Salazar, professor de direito da Universidade de Coimbra, a quem tinham sido reconhecidas grandes capacidades de estadista.

Como referiu Carvalho (1996), a doutrina de Salazar era de raiz católica e tradicionalista, assente em sólidas “traves mestras”, tendo sido educado e formado a sua personalidade no seminário de Viseu.

As suas ideias vão encontrar nas ideias marxistas, então muito difundidas em toda a Europa, um inimigo a combater. A escola, como vimos, era o local ideal para exercer esse combate.

Por mais longe que vá a nossa tolerância perante as divergências doutrinárias que em muitos pontos dividem os homens, nós somos obrigados a dizer que não reconhecemos liberdade a outra Nação, contra o bem comum, contra a família, contra a moral. Queremos, pelo contrário, que a família e a escola imprimam nas almas em formação, de modo que não mais se apaguem, aqueles altos sentimentos que distinguem a nossa civilização e profundo amor à sua Pátria, como o dos que a fizeram e pelos séculos fora a engrandeceram (Carvalho, 1966:724).

Iniciando a nossa viagem ao longo das quatro fases de desenvolvimento do ensino, durante a governação de Salazar/Caetano, podemos observar no *Gráfico nº2 – Número de artigos de 1934 a 1939 selecionado no Boletim EP* (sub-corpus 1), que o número de artigos referentes à Escola Portuguesa, se sobrepõem claramente aos outros dois eixos temáticos. A razão que poderá explicar este fenómeno estará no facto de o *Boletim Escola Portuguesa* ter nascido com o objetivo de orientar pedagógica e ideologicamente os professores do ensino elementar. A escola surgia, assim, como um importante veículo de formação aos ideais políticos defendidos pelo Estado Novo:

Toda a escola deve enformar de tendências nacionalistas, dentro dos novos princípios políticos e sociais que presidem ao Estado Novo. Deve, sobretudo formar homens portugueses, cultivar o amor de Portugal, o orgulho das glórias do passado, a confiança no sacrifício e no esforço do presente e a fé nos altos destinos da Pátria (Escola Portuguesa, I, 2)

Para além de ser um meio de instrução das crianças portuguesas, a escola do EN possuía a função de ser um instrumento de educação nos valores ideológicos do novo regime político.

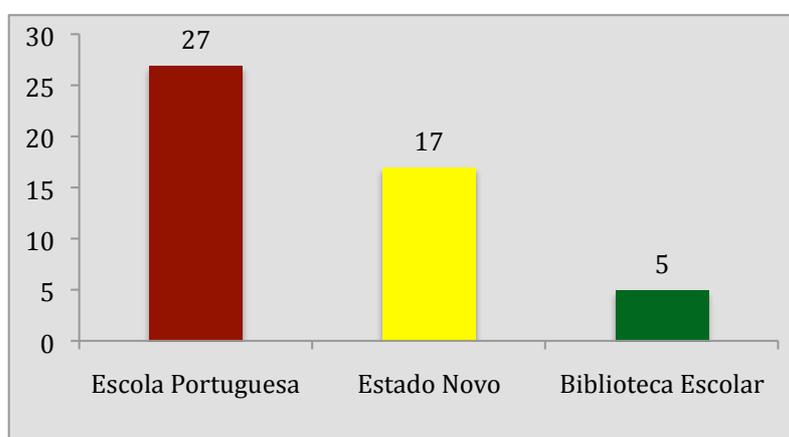


Gráfico 3 – Número de artigos selecionados no Boletim EP entre 1934 a 1939 (sub-corpus 1)

Ao longo das primeiras décadas de vigência do novo regime político, os artigos do Boletim *Escola Portuguesa* relacionados com os temas Escola Portuguesa e Estado Novo registam muitas afinidades ao nível das ideias e valores veiculados, já que os princípios ideológicos da ditadura instituída por Salazar irá enformar todas as medidas de ação governativa, nomeadamente as que dizem respeito à educação.

Após a Constituição de 1933, o Estado Novo vai encontrar condições para a estabilidade política e governativa. Os três primeiros anos vão constituir-se como um período de reforço e de afirmação da nova ideologia e das políticas que lhe estão associadas.

É neste contexto que o novo regime vai estabelecer as bases sociais para a sua afirmação no terreno, movido pelo combate às concepções, representações e práticas da escola republicana, com particular incidência na organização do ensino e na formação dos professores.

É o momento da atuação do ministro Carneiro Pacheco que institui, logo em 1936, a primeira grande reforma do Ministério da Instrução. Este ministério passa a designar-se Ministério da Educação Nacional e a sua política educativa vai adquirir as seguintes características, como descreve Ramos do Ó (1992):

- Uma estratégia de compartimentação do ensino, que se manifesta na separação dos sexos e dos grupos sociais, bem patente nas medidas contra os princípios da coeducação ou da escola única;
- A definição de uma lógica de realismo pragmático, (...) traduzindo-se numa espécie de nivelamento por baixo das aprendizagens escolares (redução da escolaridade obrigatória, redução dos conteúdos programáticos, redução do nível de competências dos professores, etc.);
- A imposição de uma administração centralista e autoritária do sistema educativo, concretizada por via de um reforço dos mecanismos de inspeção;
- Uma atitude de desprofissionalização do professorado, através da desvalorização das bases profissionais e científicas da actividade docente, de que a nomeação de regentes escolares ou a desqualificação da formação académica dos professores são sinais evidentes. (p.458)

A par da adoção destas medidas, já anteriormente em vigor, vai organizar a escola nacionalista onde é definitivamente assumida a sua orientação cristã. O ideal cristão está presente não só na família, como no processo de ensino-aprendizagem, onde

o ato de educar significa dirigir para algum ponto, por alguma forma, a alguma luz (Adão, 2006).

O ensino torna-se uma preocupação fundamental da ação governativa do EN, pois a escola constitui-se um terreno fértil para a inculcação dos novos valores ideológicos. A par do ideário nacionalista, a escola inscreve-se, igualmente, no ideário católico. Este é visível na obrigatoriedade da colocação de um crucifixo por detrás e acima da cadeira do professor.

De facto, o esforço inicial do governo dirigido por Salazar foi o de encontrar a estabilidade governativa que lhe permitisse governar de forma autoritária e sem oposição, encontrando mecanismos de controlo social, nomeadamente sobre o ensino.

A escola portuguesa ganha, por isso, uma importância capital, visível no Boletim *Escola Portuguesa*, pelo número de artigos que são editados na primeira fase da sua publicação: 27 artigos, num conjunto de 49.

Mas qual é a ideia de escola num País predominantemente rural, onde praticamente 50% da população trabalhava no campo? É o que Canário (1994, citado por Adão, 2006) esclarece:

Com esta forte incidência rural seria de supor que Oliveira Salazar e os seus seguidores se tivessem preocupado com o desenvolvimento, no mundo rural, de um ensino com características próprias e voltado para os saberes adequados ao meio. Pretendeu-se, porém, construir uma escola inserida num processo de unificação cultural e política (p.2).

Os conteúdos curriculares uniformizam-se. Além de ensinar a ler, escrever e contar, o professor deveria ter como preocupação, formar um cidadão moralmente forte e desassombrado, um homem confiante na vida e no seu esforço, suscitando nele a perseverança, os hábitos de trabalho, a consciência do dever e o sentimento de responsabilidade e de justiça (Adão, 2006).

O combate ao analfabetismo não coincidiu, no entanto, com um interesse efetivo pela escolarização dos portugueses, pois a reforma do ensino primário impulsionada por Carneiro Pacheco traduziu-se, como referimos, na manutenção da redução da escolarização (3 anos) e, em 1936, as Escolas do Magistério Primário são encerradas. Além disso, nos locais onde não existem professores o ensino vai ser administrado por *Regentes Escolares* (pessoas letradas, social e moralmente insuspeitas), a lecionarem em escolas designadas *incompletas*, que viriam a dar origem aos *postos escolares*

(estabelecimentos de ensino que passaram a funcionar em povoações rurais, onde existissem pelo menos 30 alunos em idade escolar, em localidades desprovidas de escolas oficiais). Estes postos vão acabar por coexistir com as escolas primárias, dada a necessidade de alargar a todos a escolaridade obrigatória. Por sua vez, os regentes escolares para poderem exercer o cargo de professor, vão ter que se sujeitar a um exame de aptidão (Adão, 2006).

A par das medidas educativas referidas, o EN vai exercer, também, a política do “livro único” para o ensino primário e complementa a educação da juventude com a criação da Mocidade Portuguesa, que é criada com o objetivo de estimular o desenvolvimento da sua capacidade física, a formação do carácter, a devoção à Pátria, o sentimento de ordem e o gosto pela disciplina, bem como, o culto do dever militar. Tem função idêntica a Mocidade Portuguesa Feminina, que surgiu com o intuito de fomentar a devoção ao serviço social e o gosto pela vida doméstica (Ramos do Ó, 1992).

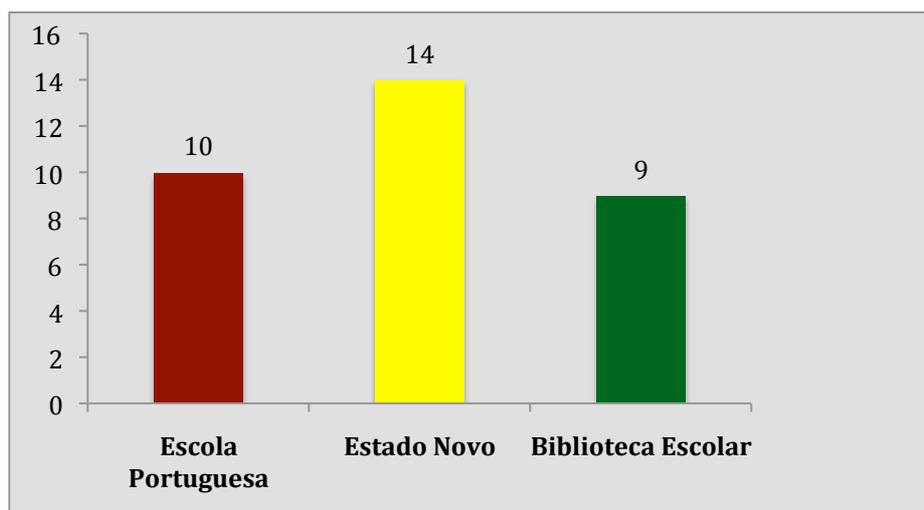


Gráfico 4 – Número de artigos selecionados no Boletim EP entre 1940 a 1951 (sub-corpus 2)

O ano de 1940 foi um ano decisivo para as políticas educativas do Estado Novo. A consolidação do poder político instituído por Salazar era já uma evidência, tornando-se uma situação propícia para a afirmação da nova ideologia nacionalista e do regime político instituído pela Constituição de 1933.

O impulso surgiu, como referimos, com a comemoração de duas datas históricas incontornáveis: o oitavo centenário da *Fundação da Nacionalidade* e o terceiro centenário da *Restauração da Independência*. Estas comemorações permitiam difundir a ideia do engrandecimento da Pátria e a perpetuação das suas glórias passadas.

É neste contexto que, logo em 1941, se dá a aprovação de um plano de construções escolares em grande escala, sobretudo em zonas rurais mais carenciadas, designado por *Plano dos Centenários*, que previa a assinatura de protocolos com as Câmaras Municipais, para a construção de escolas primárias por todo o País:

Sob um processo uniforme de conteúdos, todavia os edifícios escolares a construir teriam uma feição regionalista, o que, deste modo, na opinião de um deputado, o Governo pretende inocular e intensificar no espírito da criança o amor entranhado às coisas belas do seu torrão natal – amor regionalista, que é o primeiro e maior pilar do amor à Pátria. (Bartolomeu Gromicho citado por Adão, 2006:7)

O *Plano dos Centenários* que compreendia a abertura de 12.500 salas de aula, em 10 anos, e o conseqüente aumento do número de alunos a frequentar o ensino elementar obrigatório, vai levar à reabertura, em 1942, das Escolas do Magistério Primário de Lisboa, Coimbra, Porto e Braga. No ano seguinte são abertas, também, as Escolas do Magistério Primário em Ponta Delgada e Funchal (Carvalho, 1996).

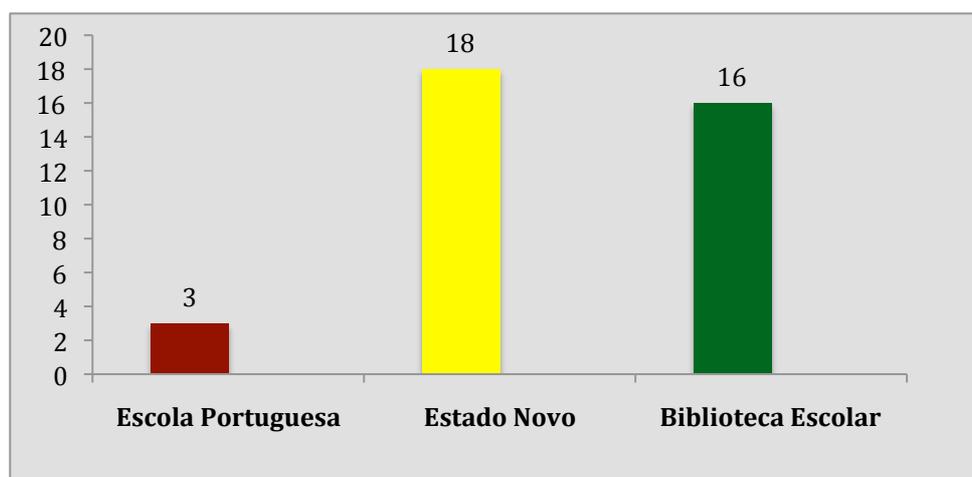


Gráfico 5 – Número de Artigos selecionados no Boletim EP entre 1952 e 1959 (sub-corpus 3)

A percepção de que a trilogia escolar elementar, *ler, escrever e contar*, não era, de modo algum, o conjunto de competências necessárias para enfrentar os desafios do desenvolvimento tecnológico e cultural dos anos 50 e 60 do século XX, vai levar à reforma educativa de 1956, por ação do ministro Leite Pinto, ou seja, a escolaridade obrigatória passa para 4 anos para o sexo masculino e, três anos e meio mais tarde, esta obrigatoriedade atinge, também, o sexo feminino (28 de Maio de 1960).

O *Plano dos Centenários* vai ser secundado pelo *Plano Nacional de Educação Popular e Campanha Nacional de Educação de Adultos*, que constituiram, igualmente, uma estratégia fundamental de combate ao analfabetismo, não só ao nível da população infantil, como ao nível da população adulta, sobretudo rural, que tinha permanecido, na sua maioria, iletrada ao longo do século XX.

É neste contexto de combate à iliteracia que as Bibliotecas Escolares começam a adquirir o seu lugar, no âmbito da educação e do ensino:

O arranque da produção livreira oficial data de 1953 e em referência a esse contexto o regime poderá avançar outros números: 350 bibliotecas foram organizadas ainda naquele ano, cifra que se elevaria a 1181, perfazendo quase um milhão de espécimes impressos, por inícios de 1957. A geografia das instituições receptoras alargava-se, pois os núcleos disseminar-se-iam pelas escolas, bibliotecas de sindicatos, casas do povo e paroquiais, centros de cultura popular, agremiações recreativas e culturais, casas de soldados e centros da Mocidade Portuguesa (...) Ficou à partida estabelecido que cada unidade expedida incluiria entre 100 e 500 títulos, razão pela qual às edições do Plano [de Educação Popular] seriam acrescentados outros livros, adquiridos pelo Serviço de Escolha de Livros do Ministério da Educação. (Ramos do Ó, 1992: 420)

Vai ser, precisamente, em 1956 que vai ser publicado pelo Ministério da Educação Nacional o *Regulamento: Bibliotecas Rurais Junto das Escolas Primárias*.

A importância das bibliotecas escolares é visível no número de artigos publicados sobre o tema. De facto, no período decorrido entre 1952 e 1963 são divulgados 16 artigos sobre as BE, número muito próximo do conjunto de artigos publicados no mesmo período sobre o EN (18 artigos).

Após a consolidação do regime autoritário de Salazar, a nova ideologia ganhava raízes e afirmava-se no conjunto da sociedade Portuguesa, conquistando um lugar indestronável. Apesar de ter havido um aumento da Escolaridade obrigatória para 4 anos, e um esforço redobrado do estado para o cumprimento dessa determinação pelas famílias, o número de artigos relacionados com a escola e o seu papel na sociedade portuguesa são insignificantes (só 3 artigos). Sobre o ensino, vão surgir quase exclusivamente artigos de carácter pedagógico e didático, que se vão desvincular, gradual e progressivamente, da sua função político-ideológica.

Por outro lado, a importância das bibliotecas, entre as quais as escolares, torna-se cada vez mais evidente, após a implementação do *Plano Nacional de Educação Popular*, pois era necessário criar um fundo documental que servisse o combate ao analfabetismo e, ao mesmo tempo, a formação nos valores políticos e ideológicos do Estado Novo. Tal facto vai exigir que, a par da criação do Serviço de Escolha de Livros do Ministério da Educação (1947), fosse criado, também, um projeto designado *Plano de Formação Social e Corporativa* (1956), sob a orientação da *Junta da Acção Social* (JAS) que, para além de se constituir como centro de estudos destinado ao rejuvenescimento das elites, tinha a tarefa de criar bibliotecas. Estas, porém, não vão tornar-se uma referência cultural para o conjunto da população portuguesa, pela distância criada entre a produção literária e as exigências de uma população sem hábitos de leitura:

Assim foi construído em Portugal, durante o Estado Novo, o discurso dominante para consumo das massas: pegando nas narrativas históricas e querendo aproximar os leitores do que seria o seu tesouro comum, as imagens e os objectos, os ritos e as crenças populares (...) Acresce que o regime sempre afastado dos centros de produção literária e dos sujeitos que os comandavam... não congregou qualquer tipo de apoio expressivo, jamais encontrando uma equipa coesa de intelectuais capaz de organizar o corpus literário do nacionalismo. (Ramos do Ó, 1992:421)

As bibliotecas vão, deste modo, possuir um fundo documental muito reduzido, quer em termos quantitativos, quer qualitativos, como podemos observar na listagem do fundo documental elaborada para as bibliotecas ambulantes (ver anexo 1), que pensamos serem muito próximas das BE posteriormente criadas.

A produção literária efetivamente realizada, tendo em vista a constituição de um corpus destinado a promover a ideia de uma cultura nacional, era muito lenta e, em 1970, dezassete anos depois da implementação do Plano de Educação Popular, cerca de oito dezenas de colaboradores ocasionais fizeram publicar um total de 111 obras, ou seja, cerca de 6,5 títulos por ano (Ramos do Ó, 1992).

Entre 1960 e 1974, o número de artigos relacionados com a BE (15 artigos) ultrapassa e distancia-se dos artigos sobre a EP (5 artigos) e o EN (4 artigos). O período de decadência do regime político iniciado por Salazar começa a manifestar-se. É o período da guerra colonial. O Estado Novo vai encontrar, assim, novos desafios

políticos, internos e externos: Portugal necessita, urgentemente, de alargar os seus horizontes políticos, económico-sociais e culturais.

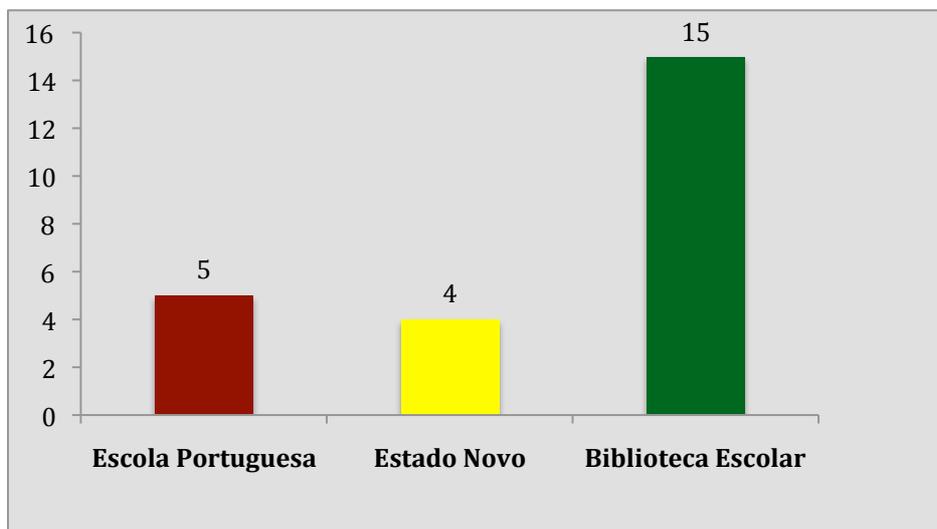


Gráfico 6 – Número de artigos selecionados no Boletim EP entre 1960 a 1974 (sub-corpus 4)

A abertura do ensino às novas necessidades, relacionadas com os avanços tecnológicos e a consequente necessidade de mão-de-obra especializada, para alguns setores económicos em desenvolvimento, vão levar o Ministro da Educação, Leite Pinto, a estabelecer conversações com alguns organismos internacionais, como foi o caso da OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico), para relançar economicamente o País. É precisamente, neste contexto, que Portugal vai integrar o *Projecto Regional do Mediterrâneo*, com início em 1960. Nesse ano, a escolaridade obrigatória passa a ser de 6 anos, estendida aos dois sexos.

Este período é também marcado pela morte de António de Oliveira Salazar, pelo seu afastamento inesperado da governação e a sua substituição por Marcelo Caetano, mais liberal e aberto às exigências que a modernidade da cultura europeia vinha impondo a um país periférico como Portugal.

As exigências referidas levam Marcelo Caetano a convidar José Veiga Simão para a pasta da Educação (1970). Como ministro da Educação, Veiga Simão pautou-se por uma atitude de diálogo, mesmo no seio de personalidades opositoras ao regime, evidenciando uma postura de democratização do ensino, acessível a todos, independentemente da sua condição social.

Neste contexto, a biblioteca escolar adquire uma nova importância, pois garante uma formação mais alargada do que aquela permitida pelo currículo. A abertura à inovação pelo acesso a temas diversificados, com um fundo documental mais abrangente, vai dar às bibliotecas escolares um protagonismo tímido, mas irreversível, na conjuntura do ensino em Portugal. Para esta abertura terá também contribuído a criação da rede de bibliotecas itinerantes, e depois as bibliotecas fixas, da Fundação Calouste Gulbenkian, iniciada na Primavera de 1958 (Nóvoa e Ramos de Ó, s.d.). De facto, uma parte destas bibliotecas viria a fixar-se no espaço das Bibliotecas Escolares, como veremos.

5.7 – Síntese da evolução dos artigos do BEP

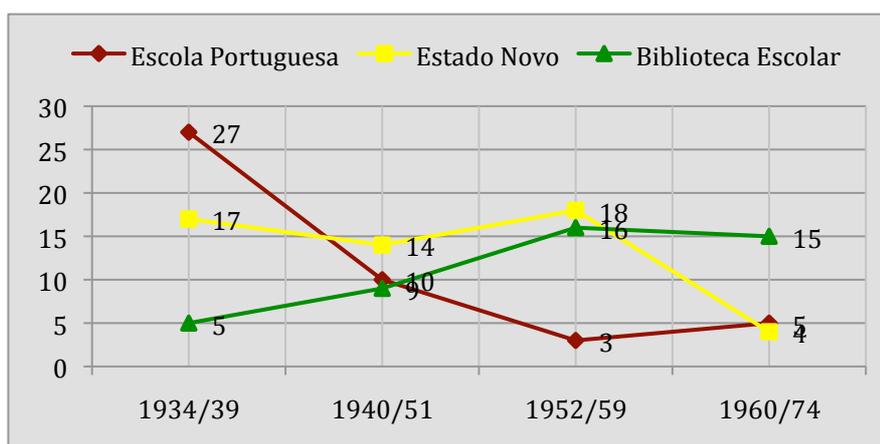


Gráfico 7 – Evolução comparativa do número de artigos publicado no Boletim EP entre 1934 e 1974

Se nos detivermos a comparar a evolução dos três eixos de abordagem desta investigação, poderemos facilmente verificar que o número de artigos relativos ao eixo *Escola Portuguesa*, ao longo do primeiro período de análise (1934/39), é bastante superior do que nos dois outros eixos de análise. Esta constatação prende-se com o facto de estarmos a analisar um periódico dedicado a apoiar o ensino primário, isto é, os professores e agentes da escola do ensino elementar. Neste contexto, o Boletim pretende ser um veículo de orientação pedagógica e, sobretudo, ideológica, no qual o ensino elementar surge com a designação de *Oficina das Almas* (Matos, 2010), isto é, o meio primordial e privilegiado de educação nos valores políticos dominantes. Portanto, escola

vai adquirir no BEP um lugar de destaque e de preocupação por parte dos responsáveis políticos e editoriais.

Antes de mais, a escola portuguesa concebida pelo EN é uma escola anti-republicana, devendo, por isso, assumir outros valores e uma nova forma de perspetivar o ensino. Estes novos valores ideológicos vão impregnar o BEP, e a sua missão vai ser assumida, desde logo, pelo Diretor-Geral do Ensino Primário, como um cântico vitorioso face à oposição:

porta voz incessante, clarim entusiástico e ardente que faça vibrar em todos os peitos o cântico de uma vitória que se tem como certa; de um clamor que abafe e anule os prejuízos das vozes da derrota, vestígios de hábitos defeituosos, apostados em atrair à deserção ou desânimo os que não são bastante fortes para resistir à sua sedução traiçoeira (Braga Paixão citado por Nóvoa, 1993:339).

No segundo período defenido (1940/51), o *Estado Novo* é o eixo que reúne mais artigos. Marcado no início dos anos 40 pela *Exposição do Mundo Português*, a qual teve como objetivo glorificar o passado histórico de Portugal, que assumiu então um carácter pluricontinental e multirracial, devido ao domínio histórico de Portugal sobre as possessões ultramarinas. Simultaneamente, o governo vai deparar-se com a derrota das ditaduras europeias de Mussolini e Hitler, necessitando, então, de reforçar a sua imagem face ao estrangeiro. Por isso, numa tentativa aparente de abertura política, Salazar inicia, em 1945, a segunda Revisão Constitucional ordinária, simulando admitir a existência de um Parlamento *politicamente mais crítico e vigilante*, ao permitir a entrada na Assembleia Nacional de alguns deputados oposicionistas. Porém, esta medida foi acompanhada por um esvaziamento das funções legislativas deste órgão, que passaram a estar concentradas nas mãos do governo (Rosas, 1992).

Este período é, também, o momento de consolidação das políticas assumidas pelo novo regime nacionalista. Ao nível do ensino, o recém criado Ministério da Educação Nacional passa por uma série de medidas de forte impulso educativo, como foi o caso do *Plano dos Centenários*, do qual resulta a decisão da construção de inúmeras escolas primárias por todo o País, como forma de promover a alfabetização da população portuguesa.

O terceiro período considerado na análise (1952/63), é também o período da afirmação da Biblioteca Escolar, que vai manter-se no período seguinte.

Os anos de 1952/53 foram, na verdade, anos de combate sistemático ao analfabetismo em Portugal. Este impulso é visível em três ações educativas e culturais de grande envergadura, que recordamos: a implementação do *Plano Nacional de Educação Popular* (conjunto de publicações originais mandadas imprimir pelo governo de Salazar e que constituíam o fundo documental oficial do nacionalismo), a *Campanha Nacional de Educação de Adultos* (ações desenvolvidas pelo governo para escolarizar a população adulta) e a criação de bibliotecas escolares por todo o País. Daqui surgiu um conjunto de iniciativas notáveis, que tinham como objetivo combater a iliteracia e o atraso cultural do povo português, nomeadamente as *missões culturais* que percorreram o território nacional (continente e ilhas), de lés a lés. As razões apontadas para o “gritante” analfabetismo do povo português eram frequentemente escamoteadas com explicações simplistas, como a que registamos de Carvalho (1996:785):

O analfabetismo, mormente entre as populações rurais, é devido a circunstâncias de diversa natureza, mas a sua mais funda razão de ser reside, como já alguém salientou, no facto de o nosso povo, pela sua riqueza intuitiva, pelas condições da sua existência e da sua actividade, não sentir a necessidade de saber ler.

Para impor alguns comportamentos que favorecessem a frequência escolar por parte dos adultos, o governo tomou algumas medidas impopulares. Estas iam desde medidas sancionatórias e pagamentos de coimas, à negação de licença para obtenção da carta de condução ou à ausência de autorização para a emigração, entre outras.

O sucesso da *Campanha Nacional de Educação de Adultos* foi, de algum modo, resultado desta política autoritária.

O esforço do governo para escolarizar e especializar recebe um forte impulso a partir de 7 de julho de 1955, quando Francisco de Paula Leite Pinto, professor catedrático da Universidade Técnica de Lisboa, sucede a Fernando Andrade Pires de Lima na pasta da Educação. Leite Pinto era uma personalidade com uma forte visão pragmática e, ao mesmo tempo, demonstrava consciência dos desafios que o progresso tecnológico lançava à sociedade e ao ensino. De facto, saber ler, escrever e contar eram competências muito insuficientes para as necessidades apresentadas pelo progresso. Por isso:

Formar a mão-de-obra diversificada que a técnica exige, formar os especialistas habilitados a conceber, orientar e conservar as máquinas, formar os investigadores preparados para, através da pesquisa, activarem a escola, são tarefas urgentes (Carvalho, 1996:794).

Alguns meses antes, em 31 de dezembro de 1956, a Reforma do Ensino Primário, veio determinar a obrigatoriedade da escolaridade, até à 4ª classe, para o sexo masculino (o alargamento desta medida ao sexo feminino acontecerá quatro anos mais tarde). Entretanto, em 21 de abril de 1956, como anteriormente referimos, era publicado pela Direcção-Geral do Ensino Primário do Ministério da Educação Nacional, o primeiro Regulamento das Bibliotecas Rurais Junto das Escolas Primárias.

Estes fatores irão contribuir, cada um a seu modo, para uma valorização das bibliotecas escolares das escolas rurais, onde o acesso aos bens culturais era, na generalidade, muito parco. O *Plano da Educação Popular e a Campanha Nacional de Educação de Adultos*, para os quais as bibliotecas escolares eram um recurso fundamental, contribuiriam, de algum modo, para a alfabetização do povo e deveriam constituir-se como um meio de aprendizagem das matérias relacionadas com a vida económica das zonas rurais, favorecendo a aquisição de novos conhecimentos indispensáveis ao progresso das respetivas atividades económicas.

O quarto e último período identificado (1960/1974) vai ser caracterizado por uma atenção clara do poder político em adotar medidas educativas mais abrangentes, tendo em vista uma maior escolarização e modernização do sistema de ensino português, que irá manter-se até ao final da vigência do Estado Novo.

Neste período, o interesse manifestado pela promoção de uma educação mais adaptada às necessidades socioeconómicas da Europa, saída há uma década da Segunda Guerra Mundial, era indiscutível. Este contexto despertava a urgência de uma maior especialização dos trabalhadores, só possível com uma adequada escolarização.

Por outro lado, este período coincide com o alargamento da escolaridade obrigatória de quatro para seis anos. Esta medida foi conseguida através da ação do ministro Inocêncio Galvão Teles, que fez cumprir as linhas de ação sugeridas pelo *Projecto Regional do Mediterrâneo*, nomeadamente o aumento da escolarização obrigatória para seis anos e, mais tarde, através de Veiga Simão, com o investimento realizado na construção de novas escolas do ensino primário, escolas do Ciclo Preparatório, postos oficiais de Telescola, liceus e escolas do Magistério Primário (Carvalho, 1986). A BE constituindo-se como um recurso essencial, permitiu o

alargamento dos conhecimentos obtidos por meio do currículo, ao integrar um fundo documental mais diversificado, embora sempre controlado pela censura nacionalista, tão cara ao regime político que vigorava no País.

Simultaneamente, a dinâmica da BE vai ser impulsionada, em diversas localidades, devido à instalação das bibliotecas fixas da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG), que, nalguns casos, funcionavam no mesmo local. A primeira biblioteca fixa foi instalada na sede da Sociedade Filarmónica União Samorense, tendo sido inaugurada a 20 de Maio de 1960 (Melo, 2005:72). Entre as instituições que assumiam a instalação das bibliotecas fixas no seu espaço constam as associações livres (não oficiais), estruturas eclesiais católicas, bibliotecas distritais e bibliotecas escolares, entre outras (Melo, *idem*). Esta realidade é visível no número de artigos sobre a Biblioteca Escolar registado neste período, contrariamente ao número de artigos sobre a Escola Portuguesa e o Estado Novo, que decresceram no período entre 1960 e 1974.

6. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

6.1- O combate ao analfabetismo

A instauração do regime saído da revolução de 28 de maio de 1926 foi ao encontro de um inconformismo generalizado relativamente ao espírito democrático da 1ª República. Salazar vai, assim, dar consistência aos defensores do autoritarismo, vigilantes dos bons costumes, defensores da verdade e depositários da certeza que a nova ideologia protagonizava.

Mas, a questão do analfabetismo, ou seja, o elevado número de analfabetos que existia em Portugal, cerca de 75%, não foi nos primeiros momentos do governo (saído da revolução de 1926) um problema a que se devia dar resposta eficaz. Pelo contrário, combater o analfabetismo era ajudar a corromper as virtudes que engrandeciam a Nação.

Entre as muitas opiniões favoráveis à manutenção do analfabetismo, destacamos a de João Ameal, escritor e historiador, citado por Carvalho (1966:727): “Portugal não necessita de escolas(...)ensinar a ler é corromper o atavismo da raça”. Alfredo Pimenta, também citado por Carvalho (idem), um erudito investigador da História Nacional afirmava no jornal *A Voz*: “Abrir uma escola é abrir dez cadeias”.

Nesta linha, precisamente em 1933, aquando da instauração do novo governo, numa das célebres entrevistas dadas ao então jornalista António Ferro, Salazar não demonstra grande preocupação pelos baixos níveis de escolaridade do povo português, mas pela resolução dos grandes problemas nacionais, os quais só podiam ser enfrentados por uma elite bem preparada:

Considero (...) mais urgente a constituição de vastas elites do que ensinar o povo a ler. É que os grandes problemas nacionais têm de ser resolvidos, não pelo povo, mas pelas elites enquadrando as massas (Carvalho, 1966:728).

Esta opinião vem na sequência das medidas tomadas no governo da ditadura instaurada em 1926, durante a qual se deu a redução da escolaridade obrigatória para três anos, pois era convicção do governo de que não seriam necessários mais anos de escolaridade para aprender a ler, escrever e contar. Esta medida provocou, igualmente, um desinvestimento na formação pedagógica e científica dos professores primários (designação dos professores do ensino elementar), como anteriormente mencionámos.

A falta de investimento na formação dos professores originou, por sua vez, através da publicação do Decreto-lei de 15 de junho de 1926, a extinção das *Escolas Normais Superiores*, onde os professores das Escolas Primárias complementares recebiam a referida formação.

A par destas medidas foi proibida, também, a coeducação, ou seja, foi adotada a separação dos sexos em contexto de aprendizagem, passando a haver salas exclusivamente para rapazes e salas para raparigas, determinação que foi cumprida rigorosamente e em todo o País, com raras exceções.

6.2 – Início e Consolidação do Estado Novo

No momento em que foi instaurado o Estado Novo, o analfabetismo era uma realidade inquestionável em Portugal. A necessidade de combater os níveis de iliteracia tinha-se tornado inadiável, o que levou o governo a incentivar a criação de *postos escolares* e a admitir professores sem qualificação específica designados, *Regentes Escolares*. Estes deviam possuir idoneidade moral e intelectual, como qualidade indispensável para exercer este cargo.

Após a instauração do Estado Novo, o Ministério da Instrução, vai conhecer nos três primeiros anos de existência quatro ministros: Gustavo Cordeiro Ramos, Alexandre Sousa Pinto, Manuel Rodrigues e Eusébio Tamagnini (ver Anexo 9).

Os primeiros anos da nova governação foram decisivos para afastar todos os elementos que prejudicassem a instauração da nova ideologia. De facto, após algum acerto governativo, chega ao Ministério da Instrução Pública António Carneiro Pacheco,

nomeado em 18 de janeiro de 1936, para executar de forma implacável a doutrina política de Salazar. Esta atitude vai concretizar-se a 11 de abril de 1936, com o Decreto-Lei denominado *Remodelação do Ministério da Instrução Pública*, a partir do qual este Ministério passa a designar-se *Ministério da Educação Nacional*. Portanto,

Este documento traduz a intenção do *Estado Novo* em privilegiar a educação, em detrimento da instrução – esta fica reduzida ao mínimo: ler, escrever e contar. A educação para a Ditadura vai ser exaltada ao máximo, nas suas implicações nacionalista e cristã. (Carvalho,1996: 753)

O diploma então publicado refere uma série de normativos que demonstram com alguma clareza, os princípios que norteavam o novo Ministério:

- a) Na selecção do professorado de qualquer grau de ensino ter-se-ão em conta[...]as exigências do espírito nacional;
- b) Haverá nas escolas de formação de pessoal docente em todos os estabelecimentos de ensino, com excepção do primário, cursos obrigatórios de organização corporativa para todos os candidatos e alunos;
- c) Haverá em todos os estabelecimentos de ensino, excepto o superior, um único compêndio para cada ano, nas disciplinas de História de Portugal; História Geral; Filosofia e Educação Moral e Cívica;
- d) Será dada à Mocidade Portuguesa uma organização nacional pré-militar que estimule o desenvolvimento integral e a sua capacidade física, e formação do carácter e a devoção à Pátria;
- e) Em todos os estabelecimentos de ensino, com exclusão do superior, será obrigatório o canto coral, como elemento de educação e coesão nacional (...) organizar-se-á uma pequena colecção de cânticos nacionais, exaltando as glórias portuguesas, a dignidade do trabalho e o amor à Pátria;
- f) Em todas as escolas públicas do ensino primário infantil e elementar existirá, por detrás e acima da cadeira do professor, um crucifixo, como símbolo da educação cristã determinada pela Constituição.

O recrutamento da Organização Nacional da Mocidade Portuguesa (MP) data de 4 de dezembro de 1936. No seu artigo 5º é referido que a ela deverão pertencer obrigatoriamente todos os portugueses, estudantes ou não, dos 7 aos 14 anos, abrangendo todo o Império Português:

A Mocidade Portuguesa cultivará nos seus filiados a educação cristã tradicional e não admitirá no seu seio qualquer indivíduo sem religião. Tome como guias da

sua acção os grandes exemplos de Nun'Alvares e do Infante D. Henrique. Adopte como símbolo ao lado da bandeira nacional o símbolo de D. João I (...) A MP adopta a saudação romana como sinal de subordinação hierárquica e patriótica solidariedade. (Carvalho, 1996:756)

A Mocidade Portuguesa foi inicialmente uma organização masculina. A Mocidade Portuguesa Feminina foi criada pelo Decreto-Lei de 8 de dezembro de 1937 – dia da Imaculada Conceição – tendo ficado a cargo da OMEN (Obra das Mães pela Educação Nacional).

Paralelamente, o currículo foi reduzido ao mínimo: Língua Portuguesa (leitura, redação e feitos pátrios); Aritmética e Sistema métrico; Moral; Educação Física e Canto Coral. Esta alteração tinha objectivos precisos, impedir a filosofia racionalista do ensino:

A redução do currículo deve-se à ideia de que o ensino primário elementar estava a trair a sua missão ao sobrepôr o enciclopedismo racionalista estéril, ao ideal prático e cristão de ensinar bem a ler, escrever e contar, bem como a praticar as virtudes morais e o amor vivo a Portugal (Carvalho, 1996:761).

A tese de que uma boa instrução era sinónimo de desordem social e enfraquecimento dos valores tradicionais era defendida por um número considerável de personalidades políticas e do mundo da cultura.

Esta ideia vai presidir à decisão do livro único para o ensino primário. Inicialmente o Ministério da Instrução Pública pensou em elaborar um concurso público, entre os escritores, para a sua execução, mas tal acabou por não acontecer, ficando a elaboração dos textos e a sua ilustração a cargo de uma comissão de técnicos da confiança do regime, criada para o efeito pelo Ministério da Educação Nacional.

Os responsáveis pela elaboração dos livros foram buscar a inspiração aos manuais escolares italianos, cuja execução seguia as exigências ideológicas do regime fascista de Mussolini. Esta influência traduziu-se, igualmente, no aproveitamento ideológico e propagandístico do governo:

Como é obvio, todas as oportunidades se aproveitaram para que os livros propagandassem as pessoas e as excelências do regime político português e os ensinamentos da doutrina cristã. (idem: 776)

Só com um ensino minimal seria possível aos governantes olharem a paupérrima realidade educativa que existia em Portugal, ou seja, o elevado número de analfabetos que marcava o espectro cultural da Nação.

Assim, a ideia de combater a iliteracia do povo português, construindo escolas e instituindo postos escolares, passou a ser uma preocupação séria dos governos do *Estado Novo*.

Como já referimos, o ano de 1940 foi um ano de glória para o Regime: completavam-se nesse ano dois centenários, o da Fundação da Nacionalidade (1140) e o da Restauração da Independência (1640). Foi igualmente um ano de recenseamento da população, motivo bastante para se fazer um ponto da situação relativamente ao ensino (e que representamos nos quadros seguintes).

ANO	POPULAÇÃO	SEXO MASC.	SEXO FEM.	ANALFABETOS	%
1930	6.825.883	3.255.876	3.570.007	4.627.988	67,8
1940	7 722.152	3.711.748	4.010.404	4.584.431	59,4

Quadro 4 – Número de Analfabetos (Carvalho, 1996:768)

ANOS	ESCOLAS	POSTOS		SEXO MASC.	%	SEXO FEM.	%
		ESCOLARES	ALUNOS				
1926	6.657	-	316.888	187.906	59,3	128.982	40,7
1940	7.768	2.526	554.892	315.639	56,9	239.253	43,1

Quadro 5 – Número de Escolas Primárias e de Alunos do Ensino Oficial (ibidem)

Nos dez anos decorridos entre 1930 e 1940, o analfabetismo baixou 8,4%. A percentagem de analfabetos em 1930 era de 67,8%, e em 1940 este número baixou para 59,4%, facto que elucida o impacto das medidas tomadas pelo Estado Novo neste âmbito.

Relativamente ao número de escolas primárias e ao número de alunos, o espaço temporal referido foi fixado entre 1926 e 1940, ou seja, mais quatro anos do que o verificado no quadro anterior (relativo ao número de analfabetos). Constatamos,

também aqui, que o número de escolas aumentou significativamente, ou seja, foram criados 3.637 novos estabelecimentos de ensino, incluindo postos escolares. A urgência em alfabetizar a população, sobretudo a população rural, permitiu este *boom* de construção de edifícios escolares:

A esta medida vai juntar-se uma outra, a criação de postos escolares por todo o País. Assim (...) segundo o governo de Salazar, os interesses nacionais exigem uma outra acção educativa que vise unicamente o ensino da leitura e da escrita nos meios mais isolados. E autoriza-se a criação destes postos sempre se justifique, independentemente da existência, ou não, de uma escola primária oficial. (Adão, 2006:6)

A possibilidade da frequência escolar permitida pelo Estado Novo vai originar um aumento da frequência escolar feminina, que é assinalável. Em contrapartida verifica-se uma ligeira diminuição da frequência masculina. A necessidade de combater o analfabetismo vai impulsionar a reabertura das escolas do Magistério Primário em Lisboa, Porto, Coimbra e Braga. Posteriormente, e como também antes aludido, abriram-se mais duas escolas: uma em Ponta Delgada e outra no Funchal. A duração do curso passou de três para dois anos, como forma de diminuir o impacto da falta de professores em todo o País.

Mesmo se o combate ao analfabetismo passou a ser uma preocupação constante do governo de Salazar, a educação elementar tinha a missão de assegurar a todos os portugueses um grau de cultura elementar, que fosse útil para a coletividade.

Sendo o País eminentemente rural, as condições para assegurar a escolarização a todos não existiam, nomeadamente as escolas oficiais e os professores mantinham-se em número insuficiente. Esta necessidade conduziu, como vimos, à criação de *Postos Escolares* em zonas rurais distantes, onde os professores apesar de serem pessoas letradas, não possuíam qualificação especializada, por isso, eram designados por *Regentes Escolares*.

Esta medida permitiu um aumento muito significativo do número de crianças que passaram a frequentar a escola primária elementar. A ausência de professores qualificados e de escolas suficientes para a população em idade escolar vai incentivar a crescente criação de postos escolares:

Por esta razão assiste-se à sua difusão progressiva. Já na década de 1940 o seu número é bastante elevado: representa cerca de 33% do número de escolas oficiais. E, do mesmo modo, o número de alunos aumenta de ano para ano: entre 1934/35 e 1940/41, conhece um acréscimo de 270% e, até 1947/48, o aumento situa-se nos 171%. (Adão, 2006:6)

A alfabetização das pessoas das regiões rurais constituiu, como temos vindo a explicitar, a grande preocupação educativa do Estado Novo. Esta alfabetização, contudo, trazia consigo algumas preocupações ideológicas. Uma dessas preocupações era o perigo que constituía para o País possuir um povo letrado. Por isso, era fundamental ensinar só o indispensável, para além dos conhecimentos básicos, os conhecimentos ligados à agricultura e à vida do campo. Deste modo, era feita uma forte apologia da vida rural, com o objetivo de fixar as pessoas à terra, evitando, portanto, a sua potencial fuga para a cidade. A aprendizagem de noções práticas de agricultura foi, assim, introduzida no currículo:

Para além de saber ler, escrever e contar (...) ao aluno da escola primária do campo deve ser estimulada a leitura de publicações agrícolas, deve ser-lhe ministrada uma ligeira aprendizagem prática e noções gerais de interesse agrícola. (Adão, 2006:9)

O “perigo da literacia” traduziu-se num desinvestimento na educação e na qualidade do ensino ministrado, de que são exemplo a desactivação do ensino primário superior (dois anos após a escolaridade obrigatória) e na diminuição da escolaridade obrigatória de quatro para três anos. Do mesmo modo, implementaram-se mais medidas tendentes a limitar os conhecimentos e as competências da população, como foi o caso de, entre outras, da adoção do livro único:

Registaram-se ainda outras medidas que contribuíram para a desqualificação da população e do próprio sistema de ensino. Assim, além de se instituir o livro único, diminui-se quer a idade limite para a frequência escolar, quer o nível de formação dos docentes, denominados regentes escolares, aos quais bastava a obtenção da 4ª classe, para ensinar a 4ª classe, enquanto, paradoxalmente, se instituíram postos escolares em todas as “terras pequeninas”. (Mendonça, s.d:12)

O controlo que o Governo adotava ao nível educativo era exercido também ao nível político, através da criação de um conjunto de organismos que ajudaram a enquadrar a própria sociedade, adaptando-a às novas exigências ideológicas (Ramos do Ó, 1992). Estes organismos, nomeadamente o Secretariado da Propaganda Nacional (1933), a que se seguiu a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (1935), a Junta Nacional da Educação (1936), a Mocidade Portuguesa (1936), a Obra das Mães pela Educação Nacional (1936) e a Mocidade Portuguesa Feminina (1937), que referimos anteriormente, permitiram, assim, a consolidação do novo regime político.

6.3 – A conquista da alfabetização: o *Plano dos Centenários*

A consolidação do Estado Novo culminou, como é sabido, com a Exposição do Mundo Português. A década de 40 foi o momento de afirmação do *Estado Novo*, período em que o novo governo vai exercer uma forte e determinante influência na educação, nomeadamente no ensino primário (escola elementar), onde se torna evidente a preocupação do novo regime político, em educar para os valores nacionalistas. Esta situação ficará demonstrada, também, no Boletim *Escola Portuguesa*, pois, o número de artigos sobre o *Estado Novo*, no segundo período em estudo (1940/51), passa a ser superior aos artigos publicados sobre a Escola Portuguesa e a Biblioteca Escolar.

A célebre *Exposição do Mundo Português*, seguida do projeto denominado *Plano dos Centenários*, constituiu um momento áureo de afirmação do Estado Novo, cuja dimensão geográfica ultrapassava grandemente o território da metrópole e ilhas adjacentes, assumindo-se enquanto nação multirracial e pluricontinental. O governo pretendia, antes de mais, afirmar a grandeza de Portugal, à semelhança do que tinha sucedido com a fundação da nacionalidade, a expansão portuguesa dos séculos XV e XVI, e a restauração da independência.

O *Plano dos Centenários* tinha como finalidade dotar o país de escolas para que todas as crianças pudessem ser alfabetizadas. Este impulso determinado do governo fez com que se planeasse de um modo massivo, mas alargado no tempo, a construção de escolas primárias por todo o País. Assim, foi delineada a construção de 12.500 salas de aula ao longo de um período de 10 anos. As novas construções escolares foram

programadas segundo as diferentes regiões do País envolvendo, além do Ministério da Educação Nacional, a Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Para além de estabelecerem o número de escolas e salas a construir, determinaram a sua localização:

As localizações, por concelho, deveriam estar previstas no plano e os distritos contemplados seriam Região Norte: Braga, Porto e Viana do Castelo; Região Centro: Aveiro, Coimbra e Leiria; Região de Lisboa: Lisboa, Santarém e Setúbal; Região Sul: Beja e Faro. Nas semanas seguintes foram organizados e remetidos ao Director-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais os *Mapas de Distribuição dos Edifícios*. Com o acordo dos Presidentes das Câmaras e dos Delegados Escolares, os mapas fixavam o número de edifícios e de salas a construir em cada freguesia. (Beja, et. al, 1996: 27)

Porém, quais eram os objetivos da educação elementar para o *Estado Novo*? O partido da União Nacional (único partido político reconhecido pelo Estado Novo) refere esses objetivos, inscrevendo-os nos princípios nacionalistas que deviam presidir à orientação educativa dos portugueses. A escola constituía o local por excelência de educação nos valores nacionalistas, onde a entrega incondicional à Pátria era o apanágio do governo de Salazar. Na escola aprendia-se a amar Portugal:

Toda a escola deve enformar de tendências nacionalistas, dentro dos novos princípios políticos e sociais que presidem ao Estado Novo. Deve, sobretudo, formar homens portugueses, cultivar o amor a Portugal, o orgulho das glórias do passado, a confiança no sacrifício e no esforço do presente e a fé nos altos destinos da Pátria. (Adão, 2006:2)

A década de 1940 foi também marcada, a nível internacional, pelo desenrolar da II Guerra Mundial, cujo desfecho veio colocar alguns problemas políticos ao Estado Totalitário de Salazar.

As ditaduras europeias tinham colapsado e os regimes democráticos ganhavam novo fôlego. Portugal necessitava de reconhecimento internacional, situação algo desfavorável devido à injustificável manutenção de um império colonial. O governo de Salazar pretendeu escamotear esta situação hegemónica, face às colónias, incluindo-as na designação de Portugal Continental e Ultramarino. Esta situação, porém, valeu ao Estado Novo algumas ameaças das potências estrangeiras:

Perante as ameaças das potências aliadas, sobretudo por meio da *Organização das Nações Unidas*, relativamente à posse das colónias africanas e à manutenção de domínios coloniais, designados pelo Estado Novo de *Portugal Ultramarino*, produziu-se, como reacção, uma tentativa enérgica de afirmação da Nação Portuguesa e da sua arrojada configuração geopolítica. (Silva et al., 1986).

No que diz respeito à educação e à cultura, o País assistiu, em 1945, a uma medida inédita do governo, com especial incidência na população rural portuguesa: foram criadas as Bibliotecas Ambulantes de Cultura Popular. Estas tinham um objetivo preciso:

As bibliotecas ambulantes tinham por missão familiarizar as (...) populações rurais com as grandes figuras nacionais e os grandes problemas da cultura nacional. (Ramos do Ó, 1992: 416)

Porém, a distância entre as leituras propostas e a cultura, os interesses e os valores dos cidadãos, era considerável. Neste particular, o regime vai permanecer sempre insatisfeito pois, a partir de 1947, a par do insucesso da leitura registado pelo SNI (Secretariado Nacional da Informação Cultural Popular e Turismo), antigo SPN (Secretariado da Propaganda Nacional), registou-se uma diminuição dos exemplares enviados para as bibliotecas ambulantes do País, pelos editores e livreiros que as sustentavam. Este facto provocou o envio de fundos bibliográficos para as escolas primárias e Casas do Povo espalhadas pelas freguesias das zonas rurais, dando origem à criação das primeiras bibliotecas rurais com carácter permanente.

As pequenas bibliotecas criadas nas escolas primárias e nas Casas do Povo deveriam ser catalogadas segundo o sistema de *Classificação Decimal Universal* (Ramos do Ó, 1992), sistema que não tinha sido aplicado nas Bibliotecas Ambulantes e que não foi certamente utilizado naquelas bibliotecas escolares, como se pode depreender da edição do Regulamento das Bibliotecas Rurais Junto das Escolas Primárias, publicado alguns anos mais tarde (21 de abril de 1956).

6.4 – A Educação Popular e o arranque das Bibliotecas Escolares

A década de 1950 é caracterizada pelo combate definitivo ao analfabetismo e à tomada de medidas abrangentes para escolarizar o povo português. O Estado Novo tem consciência de que Portugal só pode modernizar-se e competir economicamente com o resto da Europa se elevar os seus níveis de literacia e de qualificação profissional. É neste contexto que surge o *Plano Nacional de Educação Popular*. Este Plano irá ajudar a elevar os níveis de escolarização elementar, que atingiu, em 1960, cerca de 97 % de alfabetizados entre as crianças dos 7 aos 14 anos (Candeias, 2004). O *Plano Nacional de Educação Popular* implementado em 1952 (Decretos-Lei nº 38 968 e 38 969 de 27 de outubro), sob o governo do Ministro da Educação Nacional Fernando Pires de Lima, tinha como objetivo tornar exequível o princípio da escolaridade obrigatória. O analfabetismo constituía um problema grave para o qual era necessário procurar explicações. Relativamente a esta questão, eram apontadas várias razões para a existência de um grande número de analfabetos em Portugal, sobretudo nas zonas rurais:

O analfabetismo, mormente entre as populações rurais, é devido a circunstâncias de diversa natureza, mas a sua mais funda razão de ser reside, como já alguém salientou, no facto de o nosso povo, pela sua riqueza intuitiva, pelas condições da sua existência e da sua actividade, não sentir a necessidade de saber ler. (Carvalho, 1996:785)

Este plano levou à implementação de milhares de cursos de educação de adultos, tendo sido mobilizados vários organismos institucionais, desde o Ministério da Educação à Presidência do Conselho, das Corporações à Previdência Social, ao Ministério do Interior e ao Exército, e tornou-se o acontecimento mais relevante da história do ensino primário português. Este facto desencadeou a publicação de várias séries de títulos originais, que iriam povoar as bibliotecas. O conjunto destas publicações integrava, como anteriormente referimos, o *Plano Nacional de Educação Popular*, cujos princípios fundamentais de ação eram: divulgar noções de educação moral e cívica, economia doméstica e educação familiar, organização corporativa, previdência, higiene e defesa da saúde, agricultura e pecuária, bem como os acontecimentos mais notáveis da nossa história e a posição de Portugal no mundo (Ramos do Ó, 1992). Os meios utilizados nesta campanha eram diversificados e exigiam encargos públicos específicos:

Esta Campanha, presidida pelo Ministro da Educação Nacional (então Professor Fernando Pires de Lima), seria custeada pelo *Fundo Nacional de Educação de Adultos*; envolveria, na sua orgânica e nas suas acções, todo o aparelho corporativo do Estado e assumiria o seu carácter de informação e Propaganda rodando filmes, produzindo teatro e programas de rádio, e organizando as *Missões Culturais Itinerantes* que, ao vivo, tornariam conhecidas as propostas da Campanha (Beja, et. al., 1996:145).

Sendo o *Plano Nacional de Educação Popular* uma campanha para combater o analfabetismo e tornar a escolaridade obrigatória um princípio inquestionável, previa também, entre outras medidas, sanções para os infratores. Deste modo, a todas aquelas famílias que não cumprissem as determinações da escolaridade obrigatória, eram-lhes aplicadas multas pecuniárias de 500 escudos, que poderiam ser convertidas em penas de prisão ou em prestação de trabalho em obras públicas (Mendonça, s.d.)

A escolarização era assumida pelo governo como uma forma de assegurar, aos jovens e adultos, competências para enfrentar os desafios do desenvolvimento tecnológico e da modernização industrial.

O cumprimento da escolaridade obrigatória trazia consigo, algumas vantagens, permitindo:

- O acesso ao trabalho no comércio e na indústria;
- A obtenção da carta de condução automóvel;
- A autorização para emigrar;
- A passagem à disponibilidade dos mancebos após o cumprimento do serviço militar obrigatório.

Este Plano envolvia não só as crianças como os adultos. Para alfabetizar os adultos foi criada a *Campanha Nacional de Educação de Adultos* (ver Anexo 7). Para tal, o governo idealizou o seguinte plano:

Com a finalidade de preparar adolescentes, e adultos jovens, para o exame da 3ª classe, o Estado manteria cursos nocturnos, em escolas e postos escolares; criaram-se, ainda, os cursos de educação de adultos que deveriam ser organizados em quartéis das Forças Armadas e em empresas que tivessem ao seu serviço mais de vinte assalariados de idades inferiores a 35 anos sem a habilitação da 3ª classe (Beja et al., 1996:144).

Durante os três anos de execução do *Plano* e da *Campanha* (1952/55), registou-se um aumento de cerca de 126.459 alunos inscritos, recaindo o maior peso sobre alunos adultos, que atingiu os 100.000 instruendos.

Por outro lado, as crianças dos 7 aos 14 anos que não tinham acesso ao ensino, diminuíram drasticamente: a percentagem destes alunos era em 1930 de 67% e, em 1960, como anteriormente referimos, diminuiu para 3%, ou seja, registou-se um crescimento de alfabetos na ordem dos 64% (Candeias et al., 1999).

O impulso dado à educação pelo ministro Fernando Andrade Pires de Lima foi continuado pelo seu sucessor, o professor catedrático da Universidade Técnica de Lisboa Francisco de Paula Leite Pinto.

Um engenheiro a receber a pasta da educação, depois de estar anos sucessivos nas mãos de homens ligados ao direito, parecia ser um sinal efetivo de mudança. De facto, o mundo tinha saído há 10 anos da Segunda Guerra Mundial e começava a encontrar alguma estabilidade. A par desta estabilidade iam-se registando progressos técnicos significativos, com reflexos profundos no quotidiano. O nível de vida dos cidadãos registou uma acentuada melhoria por toda a Europa e, naturalmente, tais factos tiveram a sua repercussão no ensino e na preparação dos cidadãos para a vida ativa.

Era necessário preparar o homem para trabalhar desembaraçadamente com as novas tecnologias que integravam o mundo do trabalho, nomeadamente ao nível da indústria. Era imperioso, portanto:

formar a mão-de-obra diversificada que a técnica exige, formar especialistas habilitados para conceber, orientar e conservar as máquinas, formar os investigadores preparados para, através da pesquisa, activarem a escola, são tarefas urgentes (Carvalho, 1996:794).

A educação surge como um pilar importante do desenvolvimento económico e, neste contexto, Leite Pinto irá projetar um plano designado *Plano de Fomento Cultural*, envolvendo meios técnicos e financeiros que ultrapassavam as possibilidades nacionais. Para o conseguir, estabelece conversações com organismos internacionais, entre os quais a OECE/OCDE, do qual Portugal vai receber uma alargada assistência de especialistas. Esta intervenção foi integrada numa ação mais vasta, envolvendo vários países do mediterrâneo, entre eles Espanha, Itália, Jugoslávia, Grécia e Turquia, através de um plano comum denominado *Projecto Regional do Mediterrâneo* (PRM). Este

Projecto implicou a elaboração de um relatório sobre o estado da educação em Portugal, iniciado em 1960 e tornado público a 2 de abril de 1964 (Carvalho, 1996).

A ação do ministro Leite Pinto teve uma repercussão imediata ao nível do ensino elementar: a Reforma do Ensino Primário, publicada a 31 de dezembro de 1956, tornou a escolaridade obrigatória, para o sexo masculino, até à 4ª classe e para o sexo feminino, alguns anos mais tarde, em 28 de maio de 1960. Esta medida tinha como objetivo, a prazo, combater de forma generalizada a pobreza e diminuir o fosso entre ricos e pobres. A decisão do ministro Leite Pinto foi por ele anunciada como uma prioridade nacional, com as seguintes palavras:

Pois afirmo categoricamente que se não acabarmos com a frase rançosa e vergonhosa de que o Tesouro não pode dar prioridade às despesas com a educação, não poderemos ir longe no futuro, nesse futuro que para o Ocidente consiste numa contínua ascensão no caminho da prosperidade. (Carvalho, 1996:797).

Neste período, mais precisamente em 21 de Abril de 1956, iremos assistir à publicação do *Regulamento das Bibliotecas Rurais Junto das Escolas Primárias* (ver Anexo 15), pelo Ministério da Educação Nacional. O combate ao analfabetismo e a promoção da leitura ganham, assim, um novo impulso. A criação de bibliotecas escolares vai incidir sobretudo nas zonas rurais, onde tradicionalmente o acesso ao livro e à cultura era mais difícil.

A perceção de que a trilogia escolar elementar, *ler, escrever e contar*, não era, de modo algum, o conjunto de competências necessárias para enfrentar os desafios do desenvolvimento tecnológico e cultural dos anos 50 e 60, vai originar o aumento da escolaridade obrigatória para 6 anos, iniciando-se, assim, o Ensino Primário Complementar (mais tarde Ciclo Preparatório do Ensino Secundário).

A aposta do Ministério da Educação Nacional na criação de bibliotecas escolares vai refletir-se na publicação de alguns artigos, sobre esta temática, no Boletim *Escola Portuguesa* (ver Gráfico 5). As Bibliotecas Escolares começam a adquirir uma nova dinâmica, para a qual não vai ser alheio o contributo das bibliotecas fixas da Fundação Calouste Gulbenkian que, em alguns casos, se instalam junto das Bibliotecas Escolares rurais. O projeto das bibliotecas fixas da FCG era de facto inovador face ao contexto biblioteconómico português: o serviço era gratuito para todos, promovia o empréstimo domiciliário e o livre acesso às estantes (Melo, 2005).

6.5 – O Projecto Regional do Mediterrâneo. Uma nova visão da escolaridade obrigatória.

O *Projecto Regional do Mediterrâneo* partiu, como referimos, da iniciativa do ministro da Educação Nacional Francisco Leite Pinto, preocupado com a necessidade de traçar um *Plano de Fomento Cultural*, sem o qual não tinha significado nem eficiência um *Plano de Fomento Económico* projetado para Portugal. Leite Pinto começou por pedir ajuda técnica e financeira, como referimos, à então OECE/OCDE, para estabelecer os grandes objetivos do sistema de ensino português, como meio de garantir a formação de uma mão-de-obra especializada que correspondesse às exigências económicas do País (Teodoro, 2000).

Esta decisão foi tornada pública através do Despacho de 21 de outubro de 1960 (ver Anexo 10), através do qual foi declarado que a participação de Portugal neste projeto ficava a cargo da OCDE e do Instituto Nacional de Investigação Industrial, envolvendo uma verba de 15.230 dólares e 700.000 escudos, para cada entidade, respetivamente.

Cada um dos países envolvidos deveria nomear uma equipa de seis membros, composta por um diretor e por economistas estatísticos e peritos no campo do ensino, designados pelos respetivos governos, aos quais deveriam prestar contas. Em Portugal, esta equipa foi nomeada pelo ministro Leite Pinto, integrando uma equipa de investigadores do Centro de Estudos de Estatística Económica, coordenada pelo respetivo diretor, Alves Martins (Teodoro, 2000).

A equipa nomeada pelo ministro Leite Pinto elaborou dois relatórios no âmbito do PRM, o primeiro, de carácter preliminar e introdutório e o segundo apresentava um estudo prospetivo complexo sobre a evolução da sociedade portuguesa no âmbito das classificações escolares, entre 1964/65 e o ano de 1975.²

² Os relatórios intitulados *Análise Quantitativa da Estrutura Escolar Portuguesa, 1950-1959* e *Evolução da Estrutura Escolar Portuguesa (Metrópole). Previsão para 1975*, foram publicados pelo Centro de Estudos de Estatística Económica em 1963 e 1964, respetivamente.

Relativamente ao ensino, o primeiro relatório apontou como objetivos essenciais o aumento do nível geral de cultura da população, e um maior acesso aos graus de instrução, para além da escolaridade obrigatória (Martins, s.d.).

Assim foram apontadas duas fases de cumprimento das orientações sugeridas:

1ª fase – Prolongamento da escolaridade obrigatória para seis anos, utilizando a rede existente de escolas e de docentes;

2ª fase – Construção de escolas para o ciclo comum preparatório e a qualificação dos professores primários para lecionarem a 5ª e 6ª classes, de modo a que estes anos adquirissem equivalência com o 1º e 2º anos do ensino secundário.

As sugestões referidas originaram as seguintes transformações imediatas ao nível da escolaridade obrigatória (Martins, s.d.):

- Aumento da escolaridade obrigatória para 6 anos, devendo ser encarada a hipótese de novo prolongamento para 8 anos, como acontecia no resto da Europa;
- Existência simultânea e independente de dois anos adicionais de escolaridade obrigatória (5ª e 6ª classes e ciclo preparatório);
- Equivalência entre a 6ª classe e o 2º ano do ciclo preparatório.

As transformações operadas exigiram, no entanto, uma alteração no plano curricular das Escolas do Magistério Primário, que passou de dois para três anos. No relatório constatou-se, igualmente, que a qualificação dos professores para os outros graus de ensino era insuficiente, pois uma percentagem de docentes não possuía o grau de licenciatura.

Outras sugestões foram apontadas relativamente aos outros graus de ensino:

- Canalizar cada vez mais estudantes para os cursos científicos e técnicos (ensino secundário);
- Formar portugueses com grau inferior a licenciatura e com grau superior, através da frequência de cursos pós-graduados (ensino universitário).

As alterações propostas iriam provocar um esforço considerável do governo português. Para além da construção de novos equipamentos escolares, sobretudo nos

níveis de ensino pós-primário, era necessário estabelecer um plano de formação de professores de todos os níveis de ensino (Teodoro, 2000).

Apesar de não ter sido cumprido, na íntegra, devido a fatores de ordem financeira, o PRM conseguiu promover uma notável expansão, qualitativa e quantitativa, nos sistemas de ensino dos países envolvidos.

Este facto, como referimos, foi responsável pelo prolongamento da escolaridade obrigatória. O Decreto-Lei 45 810 de 9 de julho de 1964 compreendia a obrigatoriedade do ensino básico gratuito em todas as escolas públicas. O próprio conceito de ensino primário foi substituído, pela primeira vez, pelo conceito de ensino básico (Mendonça, 2000).

Esta alteração, no entanto, não foi acolhida com grande entusiasmo pelo governo. Após o ministério de Leite Pinto, Galvão Teles, ministro da Educação Nacional a partir de 1962, afirmou, a este propósito, que a corrida às escolas teria de ser acompanhada e vigiada, salientando que o Decreto-Lei 45 810 só iria ser aplicado para os alunos que se matriculassem na 1ª classe, a partir do ano de 1964/65, o que, na prática, significava que o alargamento da escolaridade só se efetivaria no ano letivo de 1968/69. (Mendonça, 2000). O receio pela adoção de novas medidas pedagógicas, colocava alguns entraves à modernização do próprio ensino:

o Estado, ao mesmo tempo que se manteve à mesa das discussões com técnicos e pedagogos especializados, vestido à moderna e descontraído, buscava, na retaguarda, acautelar-se contra os perigos que a introdução de novas experiências no sistema de ensino viriam a acarretar (Carvalho, 1996: 799).

Neste contexto, pode entender-se melhor a necessidade de introduzir o ensino da Religião e da Moral, nos diferentes graus de ensino. Tal facto tinha sido alicerçado na Concordata assinada entre Portugal e a Santa Sé, em 1940, dando agora os seus primeiros passos.

Esta medida foi complementada, no mesmo ano (1964), com a criação da Telescola ou Ciclo Preparatório TV. Neste tipo de ensino, o acompanhamento dos alunos, nos postos de receção, era feito por monitores que podiam ter, como habilitação mínima, o ciclo complementar do ensino liceal (sétimo ano), ou por professores do ensino primário que recebiam mais um ano de formação. A necessidade de recorrer à

Telescola era evidente num País com um número insuficiente de escolas fora das zonas urbanas. Esta situação foi constatada pela própria OCDE:

Para a OCDE, o cumprimento da escolaridade de seis anos dificilmente seria alcançada em aldeias e lugares completamente afastados das cidades e vilas sem o recurso à Telescola visto que a sua implantação, nas zonas rurais do interior, permitiu-lhe desempenhar funções importantes na criação de condições para um maior cumprimento da escolaridade. (Mendonça, 2000: 18)

Os documentos produzidos pela OCDE, relativos à análise e evolução da estrutura escolar portuguesa, nomeadamente a *Análise Quantitativa da Estrutura Escolar Portuguesa* e a *Evolução da Estrutura Escolar Portuguesa*, revelaram a existência de um ensino extremamente carenciado em Portugal, devido a um conjunto de fatores, entre os quais:

- Elevada taxa de analfabetismo;
- Reduzida frequência de alunos em todos os graus de ensino;
- Muito baixo aproveitamento escolar;
- Falta de Professores;
- Falta de instalações e de materiais.

A última década de vigência do Estado Novo vai caracterizar-se, como podemos constatar, por uma crescente, embora tímida, abertura ao exterior. O isolamento a que estava votado tendia a asfixiar económica e culturalmente o País.

A necessidade de colocar Portugal ao nível do desenvolvimento dos restantes países da Europa ocidental faz sentir a urgência de uma abertura da nossa economia às economias mais prósperas. A falta de quadros médios e superiores só poderia ser suprida com uma maior aposta na educação.

Uma nova tentativa de solucionar os problemas identificados foi dada, mais tarde, com a substituição de Salazar por Marcelo Caetano, na presidência do conselho. Este, como vimos, numa tentativa de impulsionar a modernização do sistema de ensino, convidou para a pasta da educação o ministro Veiga Simão, professor da Universidade de Coimbra, que iniciou as suas funções em 15 de Janeiro de 1970, como último Ministro da Educação do Estado Novo (ver Anexo 9)

Veiga Simão tentou lançar as bases de um sistema baseado não só no aumento da escolaridade obrigatória, mas na ideia da necessidade de democratizar o ensino.

Defendia, assim, uma educação dirigida a todos os portugueses, baseada na meritocracia, permitindo aos mais capazes, a integração na elite da Nação, independentemente de determinantes sociais e económicas (Mendonça, 2000).

É lançado, assim, um conjunto de reformas educativas que ficou conhecido por *Reforma Veiga Simão*, marcado por um forte impulso modernizador.

Constituindo um programa inovador de ligação das escolas às famílias e ao meio, e ainda pelo apoio e formação de professores, tornou-se um poderoso foco de inovação pedagógica (Mendonça, 2000). Mas o impulso inovador que a Reforma implicava provocava apreensão nos círculos governativos tradicionais; contudo, Veiga Simão avançou, com tenacidade, nas suas reformas ao afirmar:

não deixemos que a marcha iniciada possa ser travada por aqueles que têm o pavor da educação, de todos e para todos, da cultura que chegue a todos os lares, do progresso que reparta por todos e com mais justiça o rendimento nacional (citado por Carvalho, 1996:811).

Traduzindo em números o impulso dado ao sistema educativo entre 1970 e 1973, foram criadas: 6.400 escolas primárias; 180 Escolas do Ciclo Preparatório; 280 postos oficiais de Telescola; e, 9 Escolas do Magistério Primário. Neste período, deram entrada nas escolas primárias mais de 100.000 alunos e formaram-se mais de 1.100 professores do ensino primário (Carvalho, 1996).

O combate ao analfabetismo alcança o seu auge e nos últimos anos da ditadura a percentagem de alfabetizados atingia os 99% das crianças em idade escolar (Candeias, 2004). É neste período de “falência” do estado autoritário e de afirmação de novos valores políticos, sociais e culturais que recordamos, a Biblioteca Escolar surge como um meio de abertura cultural, sobretudo nos meios rurais, menos informados.

O processo de modernização do ensino promovido pelo ministro José Veiga Simão, exprimiou-se, igualmente, através no restabelecimento da coeducação no ensino “primário”, a qual foi objeto de legislação específica (Decreto-Lei n.º 482 do Ministério da Educação Nacional).

PARTE II- ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

1. ANÁLISE DE CONTEÚDO DO CORPUS SELECIONADO

A análise do corpus selecionado para o estudo do tema *A Biblioteca Escolar no Estado Novo: Meta-Análise do Boletim Escola Portuguesa entre 1934 e 1974*, foi sistematizada tendo em conta duas linhas-força: os três eixos de análise que compõem o tema, designadamente Escola Portuguesa, Estado Novo e Biblioteca Escolar, e os quatro períodos de desenvolvimento temporal que balizaram a presente dissertação.

Para a meta-análise dos três eixos que compõem o tema, quisemos aprofundar os respetivos conceitos e a sua evolução ao longo do período em estudo.

Como pudemos verificar pelo levantamento do corpus documental, os artigos relacionados com a *Escola Portuguesa* (27 artigos), evidenciam-se no primeiro período em estudo, facto compreensível pela própria natureza do Boletim. Nos segundo e terceiro períodos, os artigos relacionados com o *Estado Novo* são claramente em maior número (32 artigos), visto ser uma fase de expansão do ideário nacionalista do regime salazarista e da sua determinada intervenção no âmbito do ensino (Plano dos Centenários e Plano de Educação Popular). Curiosamente, ao longo destes dois períodos, vamos assistir a uma gradual divulgação das bibliotecas escolares e da sua importância no contexto da alfabetização (25 artigos). No quarto e último período do nosso estudo, é a biblioteca escolar que se vai evidenciar, mantendo a sua progressiva afirmação (15 artigos) e distanciando-se dos restantes eixos de análise; o seu papel no desenvolvimento das competências de leitura e na promoção cultural das populações rurais (limitada esta ao conceito da ideologia dominante), torna-se evidente.

1.1. A Escola Portuguesa, O Estado Novo e a Biblioteca Escolar entre 1934 e 1939

1.1.1. Missão da EP, EN e BE entre 1934 e 1939

Os artigos produzidos ao longo do primeiro período em estudo abordaram vários conceitos que estão na origem da nova orientação ideológica. Os princípios que fundamentaram as opções políticas sobre a missão da Escola Portuguesa, Estado Novo e Biblioteca Escolar, apresentam-se no quadro seguinte:

Missão	Conceitos Relacionados	Nº de referências
<ul style="list-style-type: none"> • Construir uma escola nacionalista 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover o ressurgimento nacional • Transmitir a herança da civilização • Servir a Nação • Afirmar a Pátria • Possuir a fé nos altos destinos da Pátria • Engrandecer Portugal • Promover a perfeita integração no ideal da Pátria • Renovar a escola • Varrer dos espíritos portugueses o espírito estrangeiro • Fazer ressurgir as glórias do passado • Revigorar as energias nacionais • Fortalecer o amor da família e o amor da Pátria • Conferir à escola um ideal 	15
<ul style="list-style-type: none"> • Formar o carácter 	<ul style="list-style-type: none"> • Preparar verdadeiros portugueses • Cultivar os valores éticos e profissionais • Despertar aptidões • Modelar almas • Restaurar os valores morais • Educar e cultivar para o bem comum • Procurar o desenvolvimento harmónico • Tender para a perfeição • Educar de forma integral • Educar para além de instruir • Formar portugueses • Forjar a mulher à sua dignidade • Promover o desenvolvimento 	11

	<p>de valores morais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Refazer a educação • Renovar espiritual e materialmente a Nação • Formar moralmente o cidadão • Adquirir competências e conhecimentos úteis à vida quotidiana 	
<ul style="list-style-type: none"> • Construir uma escola cristã 	<ul style="list-style-type: none"> • Recristianizar os costumes • Excluir o que é fictício • Cultivar a verdade • Orientar para os princípios da moral cristã • Educar para a formação nacional condicionada a Deus e à tradição cristã 	7
<ul style="list-style-type: none"> • Combater o analfabetismo 	<ul style="list-style-type: none"> • Ler, escrever e contar • Melhorar a condição social, económica e tecnológica dos alunos • Criar o gosto pela leitura • Desenvolver a compreensão da leitura • Combater a ignorância • Extinguir o analfabetismo • Promover a leitura • Ensinar a saber ler • Melhorar a cultura infantil 	8
<ul style="list-style-type: none"> • Ensinar a alegria de viver 	<ul style="list-style-type: none"> • Despertar o prazer pela vida do campo 	3
<ul style="list-style-type: none"> • Combater a corrupção 		1
<ul style="list-style-type: none"> • Combater o comunismo 		1
<ul style="list-style-type: none"> • Combater as ideias liberais e republicanas 		1
<ul style="list-style-type: none"> • Popularizar o ensino 		1

Quadro 6 – Conceitos abordados na missão da EP, EN e BE entre 1934 e 1939

Os conceitos abordados (nucleares e relacionados) ao longo do período 1 foram: *construir uma escola nacionalista* (15 referências); *formar o carácter* (11 referências); *combater o analfabetismo* (8 referências); *construir uma escola cristã* (7 referências); *ensinar a alegria de viver* (3 referências); *combater a corrupção*, *combater o comunismo*, *combater as ideias liberais e republicanas* e *popularizar o ensino* (1 referência cada).

Os conceitos mais focados, nomeadamente *construir uma escola nacionalista*, *formar o carácter* e *construir uma escola cristã*, surgem, nos artigos analisados, profundamente relacionados, constituindo cada um a parte de um todo, ou seja, a escola deveria tornar-se um espelho fidedigno da ideologia e dos valores defendidos pelo Estado Novo, assente numa sociedade homogénea, segundo a tríade identitária do novo regime político: Deus, Pátria e Família.

Um outro conceito muito presente e que passa a marcar o enfoque do governo é o *combate ao analfabetismo*, situação preocupante para um país que possuía, em 1930, cerca de 58% de analfabetos, entre as crianças de 10 aos 14 anos (ver Anexo 11).

A necessidade de aumentar a percentagem de alfabetizados fez surgir o conceito de *popularização* do ensino, permitindo que a escolaridade fosse uma realidade acessível a todos.

Ligado ao conceito de nacionalismo surge, também, a apologia da vida rural. A ruralidade permitia manter nas pessoas um certo espírito ingénuo e pouco crítico em relação às opções políticas e aos valores defendidos pelo Estado Novo. Aliás, torna-se imprescindível defender a população das ideias liberais, republicanas e comunistas que vigoravam e se difundiam por toda a Europa.

Através da leitura dos artigos relativos ao primeiro período do nosso estudo, a *missão* da EP, EN e BE surge destacada por vários autores porque era necessário repensar o seu papel na nova conjuntura político-ideológica. Estes conceitos são muitas vezes comuns aos diferentes eixos de análise:

Escola Portuguesa	Estado Novo	Biblioteca Escolar
<ul style="list-style-type: none"> • Construir uma escola nacionalista • Promover o ressurgimento nacional • Transmitir a herança da civilização • Servir a Nação • Afirmar a Pátria • Possuir a Fé nos altos destinos da Pátria • Engrandecer Portugal • Cultivar o Amor por Portugal • Promover a perfeita integração no Ideal da Pátria 	<ul style="list-style-type: none"> • Renovação da escola • Varrer dos espíritos portugueses o espírito estrangeiro que os deformou e arruinou • Fazer ressurgir as glórias do passado • Revigorar as energias nacionais • Fortalecer o amor da família e o amor da Pátria • Conferir à escola um ideal 	
<ul style="list-style-type: none"> • Formar o carácter • Preparar verdadeiros portugueses • Cultivar os valores éticos e profissionais • Despertar aptidões • Modelar almas • Restaurar os valores morais • Educar e cultivar para o bem comum • Procurar o desenvolvimento harmónico • Tender para a perfeição • Educar de forma integral • Educar para além de instruir 	<ul style="list-style-type: none"> • Formar portugueses • Forjar a mulher à sua dignidade • Promover o desenvolvimento de valores morais • Refazer a educação • Renovar -espiritual e materialmente a Nação • Formar moralmente o cidadão 	<ul style="list-style-type: none"> • Adquirir competências e conhecimentos úteis à vida quotidiana
<ul style="list-style-type: none"> • Recristianizar os costumes • Construir uma escola cristã • A exclusão do que é fictício • Cultivar a verdade 	<ul style="list-style-type: none"> • Orientar para os princípios da moral cristã • Educar para uma formação nacional condicionada a Deus e à tradição cristã 	
<ul style="list-style-type: none"> • Ler, escrever e contar • Combater o analfabetismo • Melhorar a condição social, económica e tecnológica dos alunos • Criar o gosto pela leitura • Desenvolver a compreensão da leitura (literacia) • Combater a ignorância 	<ul style="list-style-type: none"> • Extinguir o analfabetismo 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a leitura • Ensinar a saber ler • Melhorar a cultura infantil
<ul style="list-style-type: none"> • Ensinar a alegria de viver • Despertar o prazer pela vida do campo 		
	<ul style="list-style-type: none"> • Combater a corrupção 	
	<ul style="list-style-type: none"> • Combater o comunismo 	
	<ul style="list-style-type: none"> • Combater as ideias liberais e republicanas 	
	<ul style="list-style-type: none"> • Popularizar o ensino 	

Quadro 7 - A Missão da EP, EN e BE entre 1934 e 1939

Como podemos constatar pelo quadro anterior, os conceitos relativos à *Formação do carácter e à Promoção da Leitura (combate ao analfabetismo)* estão presentes nos três eixos de análise, o que demonstra serem estes os grandes objetivos do Estado Novo, enquanto regime político vigente.

O conceito *Construir uma escola nacionalista* é, no entanto, o principal desígnio da Escola Portuguesa. Este é secundado pelos conceitos *Formação do carácter* (formação de verdadeiros portugueses); *Recristianizar os costumes* (Construir uma escola cristã); *Ler, escrever e contar* (combater o analfabetismo) e *Ensinar a alegria de viver*.

Assistimos, assim, à afirmação de uma nova ideologia política que procurava implantar novos conceitos e uma nova atitude na sociedade portuguesa, marcada anteriormente por um percurso republicano, democrático e laico que o Estado Novo queria derrubar. O Ensino surge como um meio privilegiado para formar as novas gerações aos valores dominantes, de que ressalta a importância da escola:

A Escola será portuguesa se formar homens amantes da sua Pátria e do bem estar colectivo; se os ensinar a valorizar a sua terra, conforme as necessidades nela verificadas; se os afizer às condições de vida nacional; se em tudo contribuir para a harmonia e engrandecimento de Portugal de aquém e além mar – sacudindo de si tudo o que for artificioso, inútil ou gerador de desadaptação (Leão, 1934:1).

A ideia de constituir uma escola nacionalista, que se distanciasse da escola liberal e republicana, mantinha-se como um dever predominante. Neste contexto, era fundamental moldar o carácter dos alunos, afeiçoando-os aos ideais e valores tradicionais, ou seja, formar homens para servir a Nação. Esta é principal tarefa da escola:

A Escola fez-se para servir a Nação. A Nação, portanto, é a realidade que o professor deve ter presente, a todo o momento (...) servir a Pátria, instruindo e educando (...) Pôs-se ao alto e em frente de tudo a ideia da Pátria e deu-se, em direcção a ela, a todas as actividades escolares, um rumo seguro (Figueiredo, 1934:40).

As ideias que referimos espelham alguns dos conceitos formulados nomeadamente: *Combater a corrupção; Combater o comunismo; Combater as ideias liberais e republicanas e Popularizar o ensino.*

Assente na tradição, a escola deve continuar o desígnio de grandeza demonstrado pela história e pelos valores herdados dos antepassados. O método fundado na psicologia nacional devolveria à escola a sua verdadeira identidade. Esta constrói-se sobre um grande ideal:

ideal português, ideal mais que humano, prosseguido pelos nossos santos, pelos nossos heróis, amor consciente e generoso, activo e fecundo, desdobrando-se no coração de cada criança, em germe de outros nobres sentimentos(...) grande nas suas riquezas materiais, maior ainda nos seus valores morais, herdados dos seus antepassados (...) O método fundado na psicologia nacional é o método a empregar na escola para que ela seja **genuinamente portuguesa** (Oliveira, 1934:145).

Esta ideia surge ligada, frequentemente, à noção de que ser português é ser cristão. Por isso a escola portuguesa deve servir a tradição, contribuindo decisivamente para a recristianização dos portugueses, muito abalados pelas ideias anti-cristãs da Primeira República.

A recristianização da sociedade e a formação para os valores cristãos estão presentes de um modo muito incisivo, em dois dos eixos de análise: EP e EN. Estes conceitos permitiram a afirmação de algumas noções muito peculiares, como ilustra a frase: “A missão da escola é fundamentalmente espiritual” (Leal, 1937:127).

Esta posição vai ser muito marcada pelo Ministro Carneiro Pacheco, quando impõe a presença do crucifixo nas escolas, símbolo da vocação cristã dos portugueses e sinal de combate ao comunismo “que tudo fulmina, tudo destrói, tudo perverte” (Pacheco, 1936:225).

A forte intervenção ideológica na escola primária elementar é visível na forma como os professores são envolvidos na sua função educativa. Os professores têm, assim, uma grande missão:

Os professores deverão estar à altura desta missão, não se limitando a ministrar aos alunos os rudimentos de leitura, escrita e cálculo. O professor deve, acima de

tudo, ser um modelador de almas, suscitador de energias latentes(...), capaz de abrir ou de ampliar no espírito dos alunos horizontes cada hora mais vastos e aliciantes (Leal, 1937a:127)

Esta valorização dos professores não vai acontecer na prática, como sabemos, quando comparada com a decisão do governo de encerrar as Escolas do Magistério Primário (1936), ou na autorização da escola primária elementar poder ser lecionada, nas zonas rurais, por *Regentes Escolares* em substituição dos professores primários, denotando um claro desinvestimento na formação docente.

A ideia comum de que a escola tinha como principal preocupação a instrução baseada no *ler, escrever e contar*, não fica demonstrada nos artigos analisados. A alfabetização era apenas um meio para o papel mais fundamental, que era o de assegurar uma educação nacionalista, ou seja, uma educação para a ideologia dominante.

Constatamos em dois artigos, um de Manuel Múrias, professor do Magistério Primário de Lisboa, e outro de Miguel Portugal, inspector-orientador, uma opinião crítica relativamente à política educativa do passado. Os autores destacam alguns aspetos essenciais para a conquista do sucesso educativo; por exemplo Manuel Múrias destaca uma escola que prepare o aluno para a vida:

Ler, escrever e contar são instrumentos de trabalho e de cultura: não devem ser considerados nunca objectivos fundamentais, para melhor dizer, exclusivos do ensino (...) a escola deve fornecer ao aluno, aprendizagens úteis para a vida e para a sua valorização profissional (Múrias, 1935:463).

A promoção da leitura junto dos alunos, como referimos, é uma ideia transversal aos três eixos de análise. Sendo naturalmente um objetivo da EP e da BE, vai ser, igualmente, uma tarefa essencial do EN, já que o Governo chamou a si a missão de combater o analfabetismo.

A BE, no entanto, surge com uma missão acrescida relativamente à EP e ao EN, porquanto se afirma que ela deve também: “melhorar a cultura infantil por meio de livros apropriados e atraentes” (s.a., 1936:12).

Para além da BE, as Bibliotecas das Casas do Povo assumem um papel importante na aquisição de competências e conhecimentos para a vida quotidiana,

nomeadamente os camponeses, ao beneficiarem do empréstimo de livros destas bibliotecas.

Miguel Portugal (1935), por seu turno, destaca o fator económico e a pobreza das populações rurais como aspetos essenciais a serem resolvidos, para que a escola consiga cumprir a sua verdadeira função educativa.

Por outro lado, o autor assinala como função da escola possibilitar o progresso social, económico e tecnológico, para não correr o risco de ser uma escola do passado, situação que, na sua opinião, se mantinha em muitas escolas do País. Referindo-se a depoimentos de alguns camponeses, testemunha:

Andei na escola alguns anos, fiz exame e de nada me valeu (...) a lavoura ou a minha profissão correm como no tempo dos meus avós (...) Impõe-se a erecção da escola integrada nos princípios salutareis do Estado Novo, a escola – prática, a escola – oficina (...) Apesar da acção renovadora da Direcção Geral do Ensino Primário, há ainda tanta escola que dorme a sono solto, sob a influência da ideia velha (Portugal, 1935:643).

Para além de consolidar nas crianças as virtudes cristãs, outra função da Escola Portuguesa destacada nos artigos seleccionados é *Ensinar a alegria de viver*. Esta existe fundamentalmente nas zonas rurais. A cidade surge como um local de perversão dos conceitos de homem e de progresso. Manter o homem no campo e ensinar-lhes as virtudes do trabalho, afastando-o da preguiça que provoca a desordem, é a verdadeira missão da escola:

Ensinemos nós o povo, através das crianças, a ver a luz do sol, as nuvens do nosso céu, o fogo das nossas alvoradas, as cores dos nossos poentes, o arvoredo que reza e canta (...) Ensinemo-lo a ouvir a beleza dos seus cantares e a admirar a dos seus trajes libertos da tirania da moda, que tudo uniformiza (...) o amor pela igreja onde aprendeu a subir para Deus (...) Cultivemos a alegria de viver (s.a., 1937:9).

Alguns dos conceitos relacionados com a *missão* do Estado Novo, nomeadamente *Combater a corrupção*, *Combater o comunismo*, *Combater as ideias liberais e Popularizar o ensino*, não aparecem diretamente nos restantes eixos de análise, embora de forma indireta se façam sentir quando se reafirma que a escola tem a

missão de *formar o carácter, recristianizar os costumes* ou *excluir tudo o que é fictício*. É também para combater aquelas ideias que estes conceitos são enfatizados.

1.1.2. Organização e Realizações do Ensino entre 1934 e 1939

No sub-corpus 1, os aspetos relativos à nova organização escolar são bastante escassos. Apenas nos foi possível obter informação relacionada com os compêndios escolares, ou seja, uma relação dos livros e compêndios adotados no ensino primário elementar, em conformidade com os Decretos-Lei nº 18.379 de 23 de março de 1930 e nº 22.369 de 30 de maio de 1930.

O tema base, não explícito, dos três eixos de análise estudados, é o combate ao analfabetismo. Para a sua eficaz erradicação eram necessárias a criação de novos postos escolares, a alteração do currículo, a formação de professores e a adequação dos livros escolares e de leitura recreativa ao público-alvo.

Escola Portuguesa	Estado Novo	Biblioteca Escolar
<ul style="list-style-type: none"> • Livros sem qualidade gráfica e em papel ordinário 		<ul style="list-style-type: none"> • Bibliotecas mal equipadas e desadequadas • Constituição de uma coleção conveniente à aprendizagem ao longo da vida
	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de uma Junta de Cultura Popular • Instituição de cerca de 1000 postos de ensino • Aumento do número de escolas do ensino 	
	<ul style="list-style-type: none"> • Ensino da doutrina cristã • Ensino do canto: cânticos regionais, patrióticos e religiosos 	
	<ul style="list-style-type: none"> • Formação e seleção de professores 	

Quadro 8 – Organização e Realizações da EP, EN e BE entre 1934 e 1939

Os livros escolares em circulação, são livros sem qualidade gráfica e mal encadernados. Como afirma Moita (1935: 917) “uma encadernação feita à pressa, de cartão fraco, quando não apenas uma brochura vulgar (...) textos organizados em curandéis, com gravuras ou fotos impressas em papéis ordinários”.

Para além da ideia da alfabetização de todas as crianças em idade escolar, é referida a necessidade das bibliotecas, nomeadamente as bibliotecas das Casas do Povo, possuírem livros cuja leitura fosse mais conveniente, para uma verdadeira aprendizagem ao longo da vida, ou seja, a necessidade de se alfabetizar convenientemente a população adulta.

Outro aspeto a salientar é a necessidade de se investir em livros para as bibliotecas escolares, de modo a que o contacto com a leitura não se perca após a frequência escolar. A aquisição de livros para as bibliotecas escolares e a sua disponibilização às famílias parece ser uma questão crucial. Por outro lado, há uma questão que subsiste: como distribuir livros pelas bibliotecas, se estas ainda são escassas, mal equipadas? É necessário realizar, neste campo, um verdadeiro investimento, e de forma criteriosa. Assim:

Urge fazer um esforço e valorizar os 93 mil contos do orçamento, empregando-se a centésima parte do que o Estado gasta na instrução primária em comprar livros e distribuir pelas bibliotecas escolares, bibliotecas que é preciso criar (...) Há em português bastantes livrinhos de cultura geral, de historietas, de viagens, de imaginação, com que se organizam estas minúsculas bibliotecas, onde beberão os professores que, em geral, não podem comprar livros e onde se fornecerão as famílias amigas da leitura, sobretudo da leitura em comum (Silva, 1934:63).

As ideias defendidas pelos autores dos artigos do sub-corpus 1, sobre a organização da Escola Portuguesa e da Biblioteca Escolar, distanciam-se das preocupações manifestadas nos artigos sobre o Estado Novo. A motivação do Governo era o combate ao analfabetismo e as suas preocupações prendiam-se com a abertura de escolas e postos escolares por todo o País. De facto, como vimos, foram abertos cerca de 1000 postos escolares nos primeiros anos de governação do Estado Novo, mas tal número era manifestamente insuficiente para acolher a percentagem de analfabetos existente em Portugal. Dito de outro modo, o governo “não cessa de construir escolas;

porém, o País terá necessidade de 14.000 escolas primárias rurais para ter uma rede escolar completa” (s.a., 1938:549).

Ao nível da organização curricular vai defender-se a introdução de atividades relacionadas com o ensino da moral católica e com o canto: “cânticos regionais, patrióticos e religiosos, tendentes à formação da unidade moral portuguesa” (s.a., 1938:550). A selecção dos professores passa a constituir um aspeto importante na organização do ensino e na educação para os valores nacionalistas. A esta ideia está ligado um conceito muito claro sobre a missão dos professores:

Na organização do ensino torna-se fundamental a selecção dos professores, dada a missão que estes agentes têm na educação aos valores ideológicos do Estado Novo: (...) a vossa missão é, de facto, de todas a mais bela e a vossa escola terreno fértil onde se cultivam os mais generosos ideais. (s.a., 1939b:521)

Na prática, porém, esta tese é marginalizada pelo Governo, quando introduz na função educativa, regentes escolares sem preparação adequada ao trabalho que era necessário desenvolver.

1.1.3. Orientações e Princípios Pedagógicos da EP, EN e BE entre 1934 e 1939

As orientações e princípios explanados nos artigos seleccionados pretendem fundamentar as opções ideológicas e políticas do Estado Novo, relativamente à educação e ao ensino, tendo em vista a construção da nova escola nacionalista e portuguesa.

Escola Portuguesa	Estado Novo	Biblioteca Escolar
<ul style="list-style-type: none"> • Cultivar o Amor por Portugal • Cultivar a fé nos altos destinos da Pátria 	<ul style="list-style-type: none"> • Renovar e engrandecer a Nação • Servir a Nação • Seguir o Chefe 	

<ul style="list-style-type: none"> • Cultivar valores éticos e profissionais • Fazer tender a evolução social para a perfeição • Educar para Vontade • Formar para o Coletivismo e não para o individualismo • Cultivar a Verdade • Excluir tudo o que é fictício, pretensioso e inútil • Fornecer aprendizagens úteis para a vida • Promover a formação moral e económica dos povos • Formar o carácter 	<ul style="list-style-type: none"> • Restaurar os valores morais • Formar o carácter • Ensinar o mínimo de cultura indispensável • Extinguir o analfabetismo 	
<ul style="list-style-type: none"> • Formar adequadamente os alunos dos meios rurais • Cultivar a alegria de viver 		
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver o gosto pela leitura • Editar livros tendo em conta o bom gosto 		<ul style="list-style-type: none"> • Promover a leitura • Formar leitores • Selecionar adequadamente o fundo documental
<ul style="list-style-type: none"> • Formar professores competentes 	<ul style="list-style-type: none"> • Selecionar e formar professores 	

Quadro 9 – Orientações e Princípios Pedagógicos da EP, EN e BE entre 1934 e 1939

Na generalidade existe uma forte relação entre os princípios enunciados e a missão da escola/ensino já analisada.

Continuamos a verificar que os princípios defendidos e as orientações sugeridas pelos respetivos autores, ou emanadas dos discursos políticos, funcionam como uma explicitação ou desenvolvimento das ideias expressas na missão da EP, EN e BE, designadamente aquelas que se prendem com a afirmação da escola nacionalista e com a formação do carácter (formar portugueses), das quais transcrevemos alguns excertos ilustrativos.

Salientamos, no entanto, alguns aspetos que merecem alguma reflexão, pois manifestam algumas aparentes contradições. É o caso de na EP termos como orientações *Fazer tender a evolução social para a perfeição*, *Fornecer aprendizagens*

úteis à vida ou *Promover a formação moral e económica dos povos* e, simultaneamente, no eixo de análise do EN o princípio *Ensinar o mínimo de cultura indispensável*.

Para o Estado Novo, a perfeição, a aprendizagem útil e o progresso económico da Nação estavam na conquista da alfabetização, conquista que estava ainda por conseguir. A ideia generalizada, mas não aceite por todos, de que colocando o povo a ler, escrever e contar, resolveria o problema do atraso social, económico e cultural do País, parece ser um dado inquestionável.

A ideia de *Ensinar o mínimo de cultura indispensável* prende-se com o facto de que promovendo a cultura junto do povo, este tendia a deixar as zonas rurais, onde abundava a pobreza e a ausência de condições de vida aceitáveis, para procurar melhores oportunidades de emprego na cidade. Esta ideia era, no entanto, contrária ao conceito de *Ensinar a alegria de viver*, cultivando o amor ao trabalho e consciencializando o povo para a beleza que a vida do campo encerra. Assim, a cultura indispensável seria sinónimo de manter a tradição, o arcaísmo, os costumes, a ordem estabelecida. O desamor ao trabalho seria motivado pela preguiça que devia ser combatida:

O amor ao trabalho é um sentimento fundamental, que deve ser cultivado, pois, o desamor ao trabalho gera os preguiçosos, e estes tornam-se sempre elementos de desordem (...) É, de certo modo, o desamor ao trabalho, que provoca o êxodo das populações rurais para os centros urbanos. Esta situação deve ser combatida: Combatendo-a, iremos fixar à terra o que de outra forma tenderia a abandoná-la (...) Ensinemos nós o povo, através das crianças, a ver a luz do sol, as nuvens do nosso céu, o fogo das nossas alvoradas, as cores dos nossos poentes, o arvoredo que reza e canta (...) Ensinemo-lo a ouvir a beleza dos seus cantares e a admirar a dos seus trajes libertos da tirania da moda, que tudo uniformiza (...) o amor pela igreja onde aprendeu a subir para Deus (s.a., 1937: 9)

Outro aspeto evidenciado nos artigos analisados sob o eixo da EP e da EN é a questão da formação de professores competentes e a respetiva seleção para a alta missão que o Estado lhes confia, não só ao nível da instrução e da aquisição de competências básicas, como ao nível da educação nos valores ideológicos dominantes.

Relativamente à questão da seleção dos professores, a ideia de que nem todos os candidatos aos exames de Estado para o Magistério Primário revelam competências

para ensinar é expressa pela inspetora dos Serviços de Orientação Pedagógica, Felismina Oliveira (1936:234), referindo que “Sugestivo é serem excluídos alguns”.

O papel do professor é sublinhado por vários autores que destacam a sua importância como artista modelador da inteligência e do carácter, “semeador e cultivador generoso das ideias imortais” (Sousa, 1939:473).

A sua função no contexto do Estado Novo é, antes de mais, atualizar-se no seu papel de educador, ou seja, seguir as virtudes maiores personalizadas em Salazar, “modelo de português e de educador, que devemos ter sempre na escola, na família e na sociedade”(s.a., 1938: 549).

Um outro aspecto que merece alguma atenção é a leitura e a sua compreensão, fatores essenciais à verdadeira alfabetização e ao desenvolvimento das competências da leitura (literacia). As orientações relativas à leitura são encontradas simultaneamente na EP e na BE.

Parente de Figueiredo (1935) destaca a importância da compreensão da leitura para que os alunos dêem continuidade aos conhecimentos adquiridos, não devendo perder nunca o contacto com os livros, revistas e jornais. A compreensão da leitura torna-se assim uma das funções essenciais da escola, porém esta nem sempre é conseguida, devido à desadequação dos livros utilizados na escola para promover o gosto pela leitura:

Na maior parte dos casos contribue muito para que os alunos não adquiram o gosto pela leitura o facto de serem obrigados, durante dois ou três anos, a uma leitura sem atractivos, sem beleza e que ultrapassa (...) as suas frágeis possibilidades de percepção e assimilação (...) Na verdade não parecem feitos para as crianças muitos dos livros que se lhes entregam (idem: 759)

Luiz Moita (1935), para além de referir a desadequação dos livros utilizados na escola primária, refere a falta de qualidade da respetiva encadernação, a utilização de papel ordinário e a ausência de qualidade gráfica, aspetos essenciais para desenvolver o estímulo para a leitura, situação muito diferente de outros países da Europa ou dos Estados Unidos da América. Como reconhece o autor:

Em frente de um livro bem e de outro mal encadernado, uma criança tem naturalmente reacções diferentes. Os estímulos na leitura e observação de um e outro livro (...) serão diversos. As noções de beleza recebidas, variáveis segundo o caso vão influir até na formação do carácter (p. 917).

O papel das Bibliotecas Escolares no desenvolvimento de competências de leitura, mesmo após a frequência da escolaridade elementar, apesar de ser poucas vezes abordado neste período, é-o de uma forma muito assertiva. O gosto pela leitura não se pode adquirir em bibliotecas sem mobiliário apropriado e, sobretudo, sem um fundo documental adequado às necessidades da escola e inacessível aos alunos. Assim,

[O fundo documental deve, antes de mais, seleccionar-se em harmonia com os interesses] da acção educativa e renovadora que anima as escolas dos nossos dias, [seleccionando os livros que interessam ao mestre e os que interessam às crianças] (...) As bibliotecas não podem ter uma função decorativa. É preciso que desapareça aquela discreta camada de pó que tantas vezes temos encontrado sobre a lombada dos livros! (...) Se o fim principal destas bibliotecas é acordar e manter nas crianças o gosto pela leitura, de nada servirá que os livros existam, se os mantivermos, como até aqui se tem feito, fechados a sete chaves (Figuiredo, 1935: 659)

Os assuntos relacionados com a Biblioteca Escolar, abordados neste período, foram os que sintetizamos no próximo quadro.

Assuntos	Nº de referências
Promoção da Leitura	5
Criação de Bibliotecas Escolares	2
Seleção do Fundo Documental	2

Quadro 10 – Assuntos abordados sobre as BE entre 1934 e 1939

No sub-período 1, o assunto mais abordado, nos artigos relacionados com a Biblioteca Escolar, foi claramente a *Promoção da Leitura*. Apesar dos autores dos cinco artigos publicados no período em análise serem sempre autores diferentes, tal facto não invalidou a existência de uma forte sintonia entre eles. A promoção da leitura é um tema premente após a instauração do Estado Novo e integra-se perfeitamente nas

preocupações do combate ao analfabetismo que este regime político vai enfrentar. Esta, porém, surge profundamente condicionada pelos dois outros aspetos referidos: a falta de bibliotecas escolares e a ausência de um fundo documental adequado.

1.2. A Escola Portuguesa, O Estado Novo e a Biblioteca Escolar entre 1940 e 1951

1.2.1. Missão da EP, EN e BE entre 1940 e 1951

A partir dos conceitos relacionados diretamente com a missão da EP, do EN e da BE, e de outros conceitos com significado idêntico (conceitos associados), obtivemos o seguinte quadro:

Missão	Conceitos Associados	Nº de referências
<ul style="list-style-type: none"> A Formação do Carácter 	<ul style="list-style-type: none"> Formar a personalidade dos alunos Promover a formação integral Desenvolver faculdades e aptidões 	6
<ul style="list-style-type: none"> Construir uma escola nacionalista 	<ul style="list-style-type: none"> Ressurgimento nacional Realizar o pensamento de Salazar Fortalecer a coesão nacional Servir a Nação 	3
<ul style="list-style-type: none"> Recristianizar os costumes 	<ul style="list-style-type: none"> Construir uma escola cristã Cultivar a formação católica do povo português Restaurar os valores morais 	3
<ul style="list-style-type: none"> Contribuir para a felicidade das crianças 	<ul style="list-style-type: none"> Renovar a didática e as metodologias de ensino 	1
<ul style="list-style-type: none"> Combater o analfabetismo 	<ul style="list-style-type: none"> Construir escolas Educar a um ideal superior Combater a ignorância 	9
<ul style="list-style-type: none"> Adaptar o ensino às necessidades do meio envolvente 	<ul style="list-style-type: none"> Influenciar culturalmente o meio 	2
<ul style="list-style-type: none"> Criar o gosto pela leitura 	<ul style="list-style-type: none"> Fomentar o convívio da família Complementar as lições do mestre 	2

Quadro 11 – Conceitos abordados na missão da EP, EN e BE entre 1940 e 1951

O período que decorre entre 1940 e 1951 é um período marcado por um combate, sem tréguas, ao analfabetismo, sobretudo para as crianças a frequentar a escolaridade obrigatória (ensino elementar).

Combater o analfabetismo (9 referências) e *Formar o carácter* (6 referências) são os conceitos mais abordados, mantendo continuidade com o período de análise anterior. Do mesmo modo, *Recristianizar os costumes* (3 referências) e o *Criar gosto pela leitura* (2 referências) são igualmente conceitos que mantêm praticamente o mesmo grau de continuidade, antes registado

Construir uma escola nacionalista (3 referências), tendo sido o conceito mais abordado entre 1934 e 1939 (21 referências), passa a ter uma expressão bastante inferior (3 referências).

Contribuir para a felicidade das crianças (1 referência) e *Adaptar o ensino às necessidades do meio envolvente* (2 referências) surgem pela primeira vez nos artigos estudados. Embora se possam estabelecer algumas ligações com outros conceitos previamente abordados, designadamente *Despertar o prazer pela vida do campo* e *Ensinar a alegria de viver*, existe nestes conceitos uma abordagem mais pedagógica que os distancia da questão meramente ideológica que anteriormente encerravam: ligação da ensino à vida rural como forma de fixar as populações, ideia com fortes traços românticos muito ao estilo do Estado Novo.

Os conceitos referidos, são distribuídos pelos três eixos de análise, do seguinte modo:

Escola Portuguesa	Estado Novo	Biblioteca Escolar
<ul style="list-style-type: none"> • Construir uma escola nacionalista 	<ul style="list-style-type: none"> • Construir uma escola nacionalista • Realizar o pensamento de Salazar 	
<ul style="list-style-type: none"> • Formar o carácter • Promover a formação integral • Desenvolver faculdades e aptidões 	<ul style="list-style-type: none"> • Formar o carácter 	<ul style="list-style-type: none"> • Formar o carácter • Formar moral e civicamente
<ul style="list-style-type: none"> • Recristianizar os costumes • Construir uma escola cristã 		
	<ul style="list-style-type: none"> • Combater o analfabetismo • Construir escolas 	

<ul style="list-style-type: none"> • Adaptar o ensino às necessidades do meio envolvente • Influenciar culturalmente o meio 		
<ul style="list-style-type: none"> • Renovar a didáctica e a metodologia do ensino 		
		<ul style="list-style-type: none"> • Promover a leitura • Fomentar o convívio na família • Completar as lições do mestre

Quadro 12 – A missão da EP, EN e BE entre 1940 e 1951

Através da análise deste quadro constatamos que apenas um conceito é comum aos três eixos de análise: a *Formação do carácter*.

A formação do carácter está ligada, como vimos, à educação para os valores ideológicos do Estado Novo e à tradição cristã do povo português (formação integral), valores que importava recuperar para afirmar e fazer vingar os princípios do novo regime político: servir a Deus e à Pátria. Neste contexto, a figura e o papel do professor da escola elementar surge muito valorizado, pois ele, para além de instruir e formar o carácter, é o elemento responsável pela educação (formação) nesses mesmos valores. A sua função seria portanto:

Ensinar a ler, escrever e contar, ministrar hábitos de higiene e de sociabilidade, desenvolver a inteligência, o senso prático e a confiança com que pela vida fora hão-de ser vencidas as imprevistas dificuldades, exercitar a vontade, o espírito de iniciativa e o poder de realização, iniciar na compreensão do amor ao trabalho e do apego à terra, (...) fortalecer o corpo e a alma que dele faz o suporte de uma consciência, preparar para a formação do carácter na capacidade de esforço heróico de servir a Deus e à Pátria (...) tal é a sagrada missão e a responsabilidade do modesto professor do ensino primário elementar (Pacheco, 1940: 557).

Outro conceito presente, desde o início do Boletim, é a *Construção do nacionalismo*. No sub-período 2, este conceito é apenas abordado em dois eixos de análise: EP e EN. *Construir uma escola nacionalista e realizar o pensamento de Salazar* tornam-se prioridades da escola e do ensino. A tónica é colocada constantemente no ressurgimento e rejuvenescimento de Portugal, missão que o Estado

Novo deseja cumprir procurando difundir os seus ideais no conjunto da sociedade, focalizando a sua intervenção nas novas gerações. A escola que não siga esses ideais é considerada uma escola criminosa, por não colaborar com a nobre missão do Estado:

ela não pode deixar de atingir plenamente, de ser das melhor, senão a melhor colaboradora do Estado Novo na difusão da doutrina e no rejuvenescimento de Portugal (...) a escola seria, justamente apodada de criminosa se não soubesse, ou não quisesse, dar o seu concurso eficiente à realização do pensamento de Salazar, que é a encarnação completa da mais elevada aspiração nacional (Moura, 1940: 136).

Este conceito é retomado no momento em que é aprovado o livro único. A escola primária elementar passa a dispor de um único manual para cada matéria leccionada e para cada ano de escolaridade. Este momento essencial para a escola nacionalista tem como objetivo a unificação da “acção formativa da escola elementar (...) a uniformização de um compêndio que importa transformar em veículo de cultura nacionalizadora” (Sousa, 1941: 865).

A Escola Portuguesa, ou seja, a escola dos novos princípios e valores ideológicos (Escola Nova), retoma igualmente dois conceitos: *Recristianizar os costumes e Adaptar o ensino às realidades do meio envolvente*. O apelo à religião cristã (católica) como garante da manutenção dos valores tradicionais é uma constante nos artigos do Boletim, ora ligado ao ideal nacionalista, ora focalizado na formação do carácter dos valores morais que interessa proteger. “A principal missão da Escola Nova é voltar às directivas dos precursores, daqueles que viram na educação o dever essencial de conduzir o homem a Deus” (s.a.,1940a: 273).

A adequação da escola ao meio envolvente advém do facto de, nos meios rurais, como vimos, a frequência escolar ser muito reduzida e massificadora. Este aspeto, aliado à necessidade de se criar uma escola mais prática (escola-oficina), mais apropriada à vida e às necessidades do mundo rural (já referida no período anterior), praticamente inexistente, originam uma desvalorização da escola, que não favorece a intenção do Estado Novo em extinguir o analfabetismo. A este propósito, um dos autores meta-analisados refere que a escola corresponderá “verdadeiramente aos seus fins quando integrada a valer no meio, e, conhecedora das suas reais necessidades, lhes adapta inteligentemente o ensino” (s.a.,1941b: 853).

Esta integração no meio é considerada, simultaneamente, como influência e promoção cultural das zonas rurais, na qual o professor, pela sua dedicação missionária, possui um papel incontornável. Para além de ministrar os conhecimentos no âmbito da leitura, escrita e cálculo, a escola tinha como missão promover “a melhoria cultural do meio, com vista à valorização material e moral da população que serve. Colaborará na acção educativa iniciada no lar, aconselhará o exercício das virtudes e afervorará o sentimento pátrio” (Santos, 1942: 405).

Ainda no contexto da EP, surge, no período em análise, um conceito novo que não se afasta da tradicional submissão ideológica: *Renovar a didáctica e a metodologia do ensino*, tendo em conta a felicidade das crianças. É precisamente, neste contexto, que é visto o livro único da primeira classe. Este manual foi, como sabemos, inspirado nos manuais escolares publicados em Itália, sob a orientação ideológica do fascismo de Mussolini, onde era visível o cuidado com o respetivo arranjo gráfico. Esta preocupação manifestava já alguma inovação didática:

O “Livro da Primeira Classe” que alegrou já os olhos infantis e cuja presença na escola é só por si uma afirmação de respeito e de carinho pela criança, deve considerar-se também uma indicação segura do interesse do Estado pela renovação didáctica das nossas escolas (...) o primeiro instrumento sólido da renovação didáctica por que todos ansiamos, que aumente a eficiência do ensino e torne mais felizes as crianças (s.a., 1941c:93).

O combate ao analfabetismo, frequentemente assinalado nos artigos referentes ao EN, surge ligado a uma questão fundamental, tendo em conta o contexto rural da sociedade portuguesa de meados do século: a construção de escolas. Este é um factor decisivo para a escolarização de todos os portugueses. Como sabemos, a construção de escolas por todo o País parte de uma decisão ligada às Comemorações de dois Centenários: a Fundação da Nacionalidade (1140) e da Restauração da Independência (1640). Estes factos, tendo sido marcos importantes de afirmação da nacionalidade e de valorização das virtudes do povo português, tornaram-se acontecimentos-chave para reforçar a identidade coletiva do povo português, devendo ser assinalados de forma exuberante e expressiva em todo o País. A construção de escolas foi a expressão mais significativa dessa comemoração ao nível do ensino. Deu-se, assim, um novo passo na conquista da alfabetização:

A verdade é que o País não possui os edifícios necessários para o ensino de toda a população escolar; dos que são utilizados (...) nem todos possuem o mínimo de condições higiénicas e pedagógicas que se suporia absolutamente indispensável (...) O plano das construções escolares é marco divisório na história da educação. Merece, por isso, a honra de estar ligada às comemorações dos Centenários (s.a., 1942a:767).

O esforço financeiro do governo em assumir tal encargo, como constatamos, chega a ser comparado com os momentos mais altos da história da pátria. De facto, não era tarefa fácil chegar aos locais mais recônditos de Portugal, com vias de comunicação pouco desenvolvidas e aldeias dispersas, onde a população demonstrava pouca motivação para uma escolarização sem resultados na sua vida prática.

A decisão política de extinguir o analfabetismo, por meio da construção de escolas, tem uma dupla missão: instituir a escolaridade obrigatória e promover a alfabetização dos adultos “de ambos os sexos, ministrado em cursos nocturnos, que funcionam em escolas e postos escolares” (s.a., 1945a:65).

A construção de escolas em todas as localidades do País, segundo uma arquitetura cuidada e integrada no meio envolvente, passa a ser um facto assinalável no contexto cultural da época. As várias tipologias regionais, que podemos apreciar na construção das primeiras escolas centenárias (Beja e outros, 1996), procuraram afirmar a diversidade das culturas regionais, aplicando a ideia de regionalismo, tão apreciada pelo Estado Novo, no seu desejo de afirmar o carácter do povo português. Estas construções constituíram a garantia da escolarização e da renovação cultural da sociedade portuguesa:

A execução do “Plano dos Centenários” tornou possível (...) a existência de sólidos, alegres e confortáveis edifícios escolares em localidades de todas as categorias, ainda as mais humildes e distantes (...) Os novos edifícios escolares que estão a erguer-se por todo o País, garantem-nos que, desta vez, sim, a “chaga” do analfabetismo vai ser curada, e constituem, por isso, a esperança sólida da renovação espiritual da Nação (...) Nós renovaremos Portugal! (s.a., 1948b:17).

Neste contexto de alfabetização em massa das crianças portuguesas, a BE mantém a sua missão inicial de promover o gosto pela leitura. Contudo, vão juntar-se a

esta função outras duas, que imprimem alguma novidade à missão da biblioteca escolar: *Fomentar o convívio na família* e *Completar as lições do mestre*.

A ligação da leitura à família, no âmbito da escola primária elementar, é um aspeto que importa realçar, embora a sua eficácia possa originar algumas dúvidas atendendo ao grau de alfabetização da população adulta dos meios rurais.

A ideia de formação complementar às lições do mestre estabelece uma ténue ligação às atividades curriculares que tornam a biblioteca um instrumento não só de leitura, entendida enquanto atividade recreativa, mas também como atividade de aprendizagem curricular complementar, mediada pelo professor. A BE funciona, assim, como a possibilidade de aprender para além do livro único, mesmo num contexto em que o fundo documental da biblioteca escolar era ideologicamente controlado. Ou seja:

Quanto aos que frequentam a escola, a biblioteca é para eles o complemento das lições do mestre (...) A finalidade de uma biblioteca escolar é dupla. Por um lado contribui para despertar nas crianças o interesse pelos livros, pelas leituras livres e espontâneas, principalmente de carácter literário; por outro serve de complemento e confirmação do trabalho docente do professor, conforme as leituras complementares que ele indique (Pestana, 1950:584).

A consciencialização da função da BE, na escola primária elementar, vai permitir que seja pensada a sua organização, não só em termos logísticos como em termos técnicos, como veremos.

1.2.2. Organização e Realizações do Ensino entre 1940 e 1951

A organização do ensino entre 1940 e 1951 assenta em três aspectos estruturantes: a metodologia e as condições físicas do ensino (EP), o combate ao analfabetismo (EN) e a organização técnica e dos serviços (BE); tal é a sistematização apresentada no quadro seguinte.

Escola Portuguesa	Estado Novo	Biblioteca Escolar
<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria das metodologias e condições do ensino • Adopção do livro único 		<ul style="list-style-type: none"> • Existência de recursos humanos qualificados • Instalação e Serviços
	<ul style="list-style-type: none"> • Combate ao analfabetismo 	<ul style="list-style-type: none"> • Catalogação da BE • Classificação de livros

Quadro 13 - Organização e realizações da EP, EN e BE entre 1940 e 1951

A *Melhoria das metodologias e condições do ensino* passa em primeiro lugar pela publicação de manuais escolares atraentes, preocupação subjacente à adoção do livro único. Pretendeu-se, assim, “dar ao livro uma apresentação gráfica atraente e um conjunto de ilustrações notáveis pela execução artística e pela eloquência da concepção” (Sousa, 1941: 865).

A renovação do ensino passa, igualmente, por uma renovação didática que tenha em conta a felicidade da criança. O bem-estar infantil na escola deve-se a fatores de ordem pedagógica e a uma melhoria das condições físicas dos espaços escolares. O empenho do governo em dotar as escolas das melhores condições para a aprendizagem passa pela melhoria das condições de higiene e conforto “melhorando as salas de aula com a aquisição de fogões que dão ao ambiente escolar a temperatura agradável da lareira paterna, facilitando a execução dos trabalhos e poupando os corpos infantis às inclemências do inverno” (s.a., 1941c:93).

A melhoria das condições deveu-se também à criação das Caixas e Cantinas Escolares, que permitiram apoiar os alunos com fracos recursos económicos.

No período em análise surge como grande preocupação do Estado Novo o combate ao analfabetismo. Extinguir o analfabetismo implicava, como vimos, construir escolas e criar postos escolares por todo o País, de um modo especial nas zonas rurais onde a escolarização era menor e as possibilidades de alfabetização mais exíguas.

O *Plano dos Centenários* vai constituir-se, assim, como momento decisivo para o Estado Novo enfrentar, com decisão, a tarefa de acabar com o analfabetismo. O horizonte temporal para a sua extinção fixou-se em dez anos, o que implicaria a construção de 15.316 escolas, conforme plano elaborado pela comissão responsável pelo programa das construções escolares. Estas estariam a cargo do Ministério da Educação Nacional e do Ministério das Obras Públicas e Comunicações – Direcção

Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. A comissão era constituída por Manuel Cristiano de Sousa, Director-Geral do Ensino Primário (Presidente), Vítor Manuel Braga Paixão (Director-Geral da Assistência) e o engenheiro Fernando Galvão Jácome de Castro (Chefe da Repartição de Obras Públicas da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais), funcionando na dependência do Ministério da Educação Nacional (Beja, 1996).

O percurso realizado pelo Estado Novo no combate ao analfabetismo foi por diversas vezes traçado ao longo da década de 1940. Logo no primeiro ano, o Ministro da Educação Nacional, Carneiro Pacheco, por ocasião da inauguração da Escola-Cantina Salazar em Santa Cruz do Vimieiro (Concelho de Santa Comba Dão), fez o primeiro balanço da obra educativa do Estado Novo, no qual se registou um aumento de 46% dos alunos a frequentar a escola primária e 74% de agentes de ensino (que consta no quadro a seguir apresentado).

Data	Alunos	Diferença	Professores	Regentes	Diferença
1930	344.653	-	7.177	-	
1940	506.425	161.772 46%	10.481	2.064	5.368 74%

Quadro 14 – Número de alunos e professores entre 1930 e 1940³

Em 1942 foi elaborado um programa de construções escolares tendo em vista a consecução dos objetivos lançados com o *Plano dos Centenários*, que permitiu programar um conjunto de construções escolares (adaptadas às necessidades da população em idade escolar) mas, também, extinguir uma parte delas (ver quadro número 15).

³ Informação extraída do artigo de Carneiro Pacheco (1940: 457-460).

	Necessários	Existentes	A criar	A extinguir
Escolas	15.316	11.191	4.868	743
Postos Escolares	2.038	2.868	929	1.759

Quadro 15 – Relação entre as escolas e os postos escolares decorrente do Plano dos Centenários⁴

Este Plano revela, simultaneamente, um aumento da construção de escolas e uma diminuição dos postos escolares considerados necessários. A resolução em diminuir os postos escolares dever-se-á, provavelmente, ao empenho do Governo em construir escolas por todo o País e à decisão de formar professores que respondessem às exigências pedagógicas do ensino. Vão ser reabertas, precisamente em 1942, as escolas do Magistério Primário fechadas em 1936, pelo Ministro Carneiro Pacheco. Este facto terá provocado a diminuição dos postos e dos Regentes Escolares que eram, de algum modo, um recurso de segunda linha.

Em 1945, ano em que se dá o fim da Segunda Guerra Mundial, o Boletim faz um balanço da escolarização a partir do ano da Revolução Nacional (1926). Nos dezoito anos de vigência de regimes ditatoriais é inegável o aumento da frequência escolar: aumenta o número de professores e de alunos. De 1925/26 (instauração da ditadura militar) até 1934/35 (início da vigência do Estado Novo), registou-se um aumento de 19% de professores e de 35,2% de alunos, ou seja, um número de 10.492 professores e regentes escolares, e de 447.258 alunos a frequentar a escola primária elementar.

Este número vai sofrer um aumento notável até ao ano de 1943/44, ou seja, o número de professores cresceu 51% (13.347 professores) e o número de alunos cresceu 57,8 %, (522.062 alunos) relativamente ao ano letivo de 1925/26, demonstrando de forma inequívoca, o investimento realizado pelo Estado Novo no combate ao analfabetismo. É o que podemos comprovar no quadro seguinte.

⁴ Informação extraída de s.a.(1942a:767-768).

Data	Professores Escolas Públicas	Professores Escolas Móveis Regentes Escolares	Total	Alunos Escolas Públicas	Alunos Escolas Móveis Postos Escolares	Total
1925/26	8.484	318	8.802	316.883	13.759	330.847
1934/35	9.752	740	10.492 (+ 19%)	482.698	18.560	447.258 (+35,2%)
1943/44	10.865	2.482	13.347 (+51%)	460.216	61.847	522.063 (+57,8%)

Quadro 16 – Balanço da escolarização entre 1925/26 e 1943/44

Há um aspecto nos dados do quadro anterior que coloca, no entanto, alguma perplexidade: entre 1934/35 e 1943/44, ou seja, no espaço de sensivelmente dez anos, o número de alunos matriculados nas escolas públicas baixou cerca de 22.482, enquanto que os alunos matriculados em escolas móveis e postos escolares aumentou para 43.287. A este facto não será certamente alheia a aposta do Ministério da Educação Nacional em criar postos escolares nos locais mais recônditos do País.

A questão do sucesso das aprendizagens, tendo em conta o investimento realizado, é uma questão igualmente abordada pelo Diretor Geral do Ensino Primário, Manuel Cristiano de Sousa. Com efeito, os alunos que saem da escolaridade obrigatória com aprovação são em número igualmente crescente, ao longo do período em análise. De facto, entre 1925/26 e 1934/35 os alunos aprovados em exame registaram um aumento de 68,9%, (correspondendo a 32.601 alunos).

Entre 1934/35 e 1940/41, vamos assistir a um extraordinário aumento do número de alunos aprovados na 3^a e 4^a classes, ou seja, um total de 100.898 alunos, perfazendo um acréscimo de 423%. Este número, sendo ligeiramente inferior em 1943/44, vai praticamente manter-se com um total de 97.118 aprovações, conforme também se pode verificar no quadro seguinte:

Data	Exames 5ª Classe	Exames 4ª Classe	Exames 3ª classe	Total	Diferença	% de aumento
1925/26	1.821	17.471	-	19.292	-	-
1934/35	-	32.601		32.601	13.309	68,9%
1940/41	-	34.185	66.713	100.898	81.606	423,0%
1943/44	-	33.901	63.217	97.118	77.826	403,4%

Quadro 17 – Alunos aprovados em exame entre 1925/26 e 1943/44

Apesar dos números revelarem uma crescente escolarização das crianças em idade escolar, os dados parecem não mostrar o grau de eficiência e de eficácia do sistema educativo, isto é, a relação entre o número de alunos matriculados e o número daqueles que conseguem obter aprovação.

Com a mesma finalidade de fazer uma síntese das ações educativas encetadas pelo Estado Novo, foi elaborado um balanço da actividade do Ministério da Educação, entre 1910 e 1941, pelo Diretor Geral do Ensino Primário, Manuel Cristiano de Sousa, no ano de 1949, no qual aponta a evolução do número de alunos que frequentaram a escola primária e de professores que ingressaram no sistema educativo, naquele período de tempo. A referida evolução é descrita no quadro infra:

Data	Alunos	Diferença	Professores	Diferença
1910/11	291.781	-	6.110	-
1925/26	330.647	38.866	8.802	2.692
1940/41	554.892	224.245	13.037	4.235

Quadro 18 – Evolução do número de alunos e professores entre 1910/11 e 1940/41⁵

⁵ Informação extraída de Sousa (1949:289-292).

A escolarização das crianças portuguesas ao longo dos anos 40, impulsionada pelo *Plano dos Centenários*, vai revelar-se uma realidade incontornável. De facto, Cristiano de Sousa afirma no Boletim que a percentagem das matrículas dos alunos da escola primária foi de 89,1% em 1943/44; 92,4% em 1945/46; e de 93,3% em 1946/47.

Estes números, porém, carecem de alguma análise quando confrontados com os números relativos à alfabetização, apontados nos Censos de 1940 e 1950, pois, a percentagem de alfabetos entre os 10 e os 14 anos, mencionada nos referidos Censos é de 60% e 76% respectivamente (ver anexo 11)

As razões apontadas por Cristiano de Sousa para este feito são diversificadas e denotam um forte envolvimento do Governo, fundamental para o sucesso da escolarização e do combate ao analfabetismo das crianças portuguesas:

O aumento da frequência escolar deve-se, em primeiro lugar (...) a um maior número de escolas em funcionamento (...) Depois à assistência através das cantinas e das caixas escolares (...) As receitas do livro único revertem totalmente a favor das caixas escolares; a instalação de cantinas é feita pelo Estado e a Obra das Mães pela Educação Nacional (...) Finalmente, à construção de novos edifícios, nas melhores condições higiénicas e pedagógicas, por todos os recantos de Portugal, em execução do Plano dos Centenários (Sousa, 1949:292).

O zelo e empenho dos professores são apontados como fatores essenciais para o sucesso do ensino em Portugal, ao longo das duas primeiras décadas de vigência do Estado Novo. São igualmente evidenciadas as ações assistenciais da Cantinas e das Caixas Escolares e o voluntariado socioeducativo organizado pela Obra das Mães pela Educação Nacional.

Toda esta logística assenta, como referimos, na execução do *Plano dos Centenários* e no esforço realizado pelo governo vigente em construir escolas adequadas às necessidades da população infantil, tendo como objetivo primordial a extinção do analfabetismo.

Os números apontados permitem-nos verificar que o investimento do Estado Novo, no ensino, resultou num crescente aumento de alunos e professores nas escolas primárias do País. Apenas se detetou uma ligeira inversão na frequência dos alunos nos anos de 1941 e 1944, provocada provavelmente pela crise vivida na sociedade portuguesa, no decurso da Segunda Guerra Mundial.

A evolução do número de alunos a frequentar a escola primária, entre 1911 e 1944, pode ser observada no seguinte gráfico:

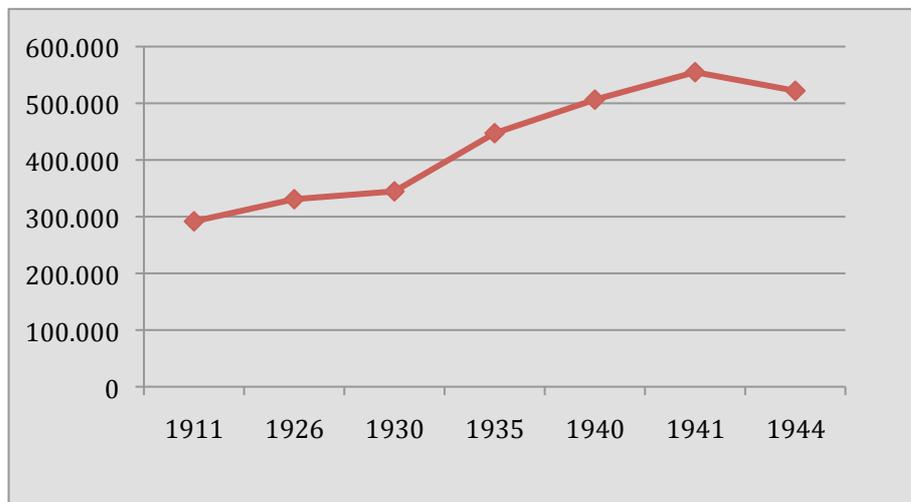


Gráfico 8 – Número de alunos a frequentar a escola entre 1911 e 1944

Uma situação idêntica acontece com a evolução do número de professores, tendo como limite temporal os mesmos anos, ou seja, entre 1911 e 1944. Neste caso, porém, o momento de inversão do número de agentes do ensino dá-se no período entre 1926 e 1930. Este abrandamento dever-se-á provavelmente à instauração da ditadura em 28 de maio de 1926. De facto, a crise económica e social tinha chegado ao seu auge, com consequências profundamente negativas, às quais o ensino não escapou, bem como a extinção das Escolas Normais Superiores, como anteriormente mencionámos.

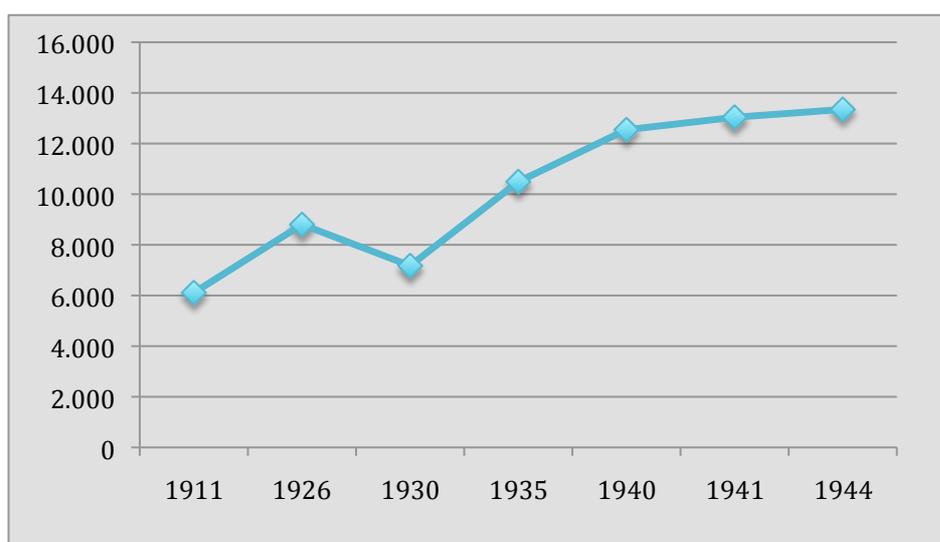


Gráfico 9 – Número de Professores no ensino entre 1911 e 1944

Associada à ideia de extinção do analfabetismo, uma outra ideia começa a emergir: a educação popular. Era necessário combater o analfabetismo não só nas crianças em idade escolar, que com alguma dificuldade cumpriam as determinações do governo da obrigatoriedade de frequentar a escola primária, como era necessário, também, alfabetizar uma percentagem enorme de adultos das zonas rurais, onde a iliteracia atingia níveis calamitosos.

As Bibliotecas Ambulantes de Cultura Popular, num primeiro momento, e as Bibliotecas Escolares, posteriormente, vão desempenhar um papel importante no processo de alfabetização em curso.

A organização das Bibliotecas Escolares vai obedecer a duas tarefas essenciais: a escolha de livros adequados ao público-alvo das referidas políticas educativas, entendendo-se que esta é uma prioridade a não desprezar, tendo em conta a salvaguarda da nova ideologia dominante, e a organização do respetivo catálogo. A catalogação da Biblioteca Escolar passaria sempre pela autorização da Direção Escolar da respetiva área. Para a catalogação das BE deveriam ser observados os seguintes procedimentos:

Por modesta que ela seja[a BE], torna-se necessária a catalogação das obras existentes. São quatro os sistemas por que podemos organizar o catálogo:

- 1) por nomes de autor – onomástico;
- 2) por título de obras – didascálico;
- 3) por assunto – ideográfico;
- 4) por inventário – topográfico.

Numa biblioteca escolar podem-se dispensar os dois últimos catálogos. A catalogação é feita em verbetes onde podem constar o número de entrada da obra e a estante onde ela se encontra. Convém que os verbetes sejam feitos em folhas soltas, de modo a colocar o verbete respeitante a qualquer nova obra no lugar que lhe compete pela ordem alfabética. Para organizar as fichas ou verbetes do catálogo onomástico, deverá utilizar-se, como elemento de ordem, o último apelido do autor ou o apelido ou apelidos por que ele é conhecido. Os verbetes do catálogo didascálico são redigidos tomando para alfabetização a primeira palavra do título, excluído do artigo (Barreto, 1941: 138).

A organização da BE não passa apenas pelo processo de catalogação do fundo documental mas, também, pela sua classificação e arrumação nas estantes.

A classificação dos livros de literatura infantil deveria ter em conta as idades das crianças e a classificação dos restantes livros não é referida. Para a literatura infantil,

Viana (1943:820) propõe 14 classes, à semelhança do que tinha sido proposto no *Congresso dos Amigos da Literatura Infantil*, realizado em Praga, no ano de 1931:

Classe	Assunto
1 ^a	Contos de Fadas
2 ^a	Fábulas
3 ^a	Narrativas Maravilhosas
4 ^a	Narrativas de Aventuras
5 ^a	Narrativas de Fundo Verídico
6 ^a	Biografias
7 ^a	Poesias
8 ^a	Obras instrutivas sob forma atraente
9 ^a	(não é referido)
10 ^a	Livros auxiliares de estudo
11 ^a	Leituras exclusivamente destinadas a meninas
12 ^a	Teatro para crianças
13 ^a	Leituras para adolescentes extra-escolares
14 ^a	Leituras de cultura histórica

Quadro 19 – Proposta de Classificação para a Literatura Infantil (Viana, 1943:820)

O mesmo autor adianta a necessidade de se criarem bibliotecas em função das diferentes classes sociais, da idade dos utilizadores e da diversidade geográfica, propondo a constituição de bibliotecas, divididas em 10 categorias, cada uma com determinado número de volumes proposto:

Tipo de Biblioteca	Nº de volumes
Bibliotecas de crianças até aos 10 anos	20
Bibliotecas para crianças até aos 12 anos	25
Bibliotecas para rapazes entre os 12 e os 15 anos	35
Bibliotecas para meninas entre os 12 e 15 anos	35
Bibliotecas para os filhos dos operários	20
Bibliotecas para os filhos dos pescadores	20
Bibliotecas para os filhos dos lavradores	20
Bibliotecas para os filhos de famílias	50
Bibliotecas para os filhos de professores	40
Bibliotecas para os estudantes do 1º ciclo liceal	30

Quadro 20 – Proposta de tipologias de Bibliotecas segundo Viana (1943:820)

Como constatamos a divisão proposta não prevê a interceção de duas ou mais categorias, revelando uma certa diferenciação social entre as classes tradicionalmente iletradas (lavradores, pescadores e operários) e as classes letradas, como é o caso da biblioteca dos filhos dos professores (Viana, 1943b:819)

Em 1951, quatro anos após a publicação do Decreto-Lei nº 36.147, de 5 de fevereiro de 1947, foram dadas normas sobre a instalação de fundos bibliográficos nas escolas primárias e nas Casas do Povo e orientações relativas à instalação, mobiliário, vigilância, leitura domiciliária, catalogação e regulamento das BE (Pestana, 1951:769), que destacamos no quadro seguinte:

Organização	Orientações
Instalação	Deve ser encontrada uma sala, com mesas e cadeiras suficientes, <i>bem iluminada, arejada e isenta de humidade, não só para conforto dos leitores, como também para impedir...a deterioração de livros e móveis.</i>

Móveis	Mesas e cadeiras do mesmo desenho, embora de alturas diferentes. <i>Aconselhamos o uso de uma pequena estante individual sobre as mesas para a colocação do livro que se lê...devem existir ainda armários ou estantes, de pequena altura, de modo a permitir que qualquer aluno com o braço estendido atinja a sua parte mais alta.</i>
Vigilância	A vigilância da sala de leitura pode ser feita por um professor ou empregado da escola. <i>Todavia, parece-nos mais educativo que seja confiada a um aluno mais velho (...)</i>
Leitura domiciliária	<i>Deve ser muito bem controlada a saída e a entrada dos volumes. Deve, de preferência marcar-se um prazo máximo de oito dias para cada saída. O encarregado dos empréstimos domiciliários deverá possuir um livro de registo donde conste o título da obra e o nome do seu autor, a cota do catálogo, o número de volumes, a data de saída, o nome e a morada do aluno. No acto do empréstimo receberá o leitor uma ficha com as mesmas referências e que entregará no momento da devolução do livro.</i>
Catálogo	Uso de fichas catalográficas. <i>Devem usar-se rectângulos da cartolina branca, pautados, de dimensões mínimas de 11,5 cm por 7,5 cm. Neles se fará a descrição de cada obra mais ou menos completa (...)</i>
Regulamento	<i>(...) deve constar tudo quanto se relacione com a técnica dos serviços de leitura, catalogação, vigilância, aquisição de espécies, empréstimos, permuta de livros, compras, conservação, limpeza das instalações e das espécies (...)</i>

Quadro 21 – Orientações sobre a Organização da BE

De todas as indicações e orientações dadas, destacamos a elaboração de um Regulamento para as Bibliotecas Escolares, espécie de manual de procedimentos e gestão dos respetivos serviços.

Assistimos, assim, a partir dos anos 40, à preocupação, de alguns autores, em estabelecer orientações para as bibliotecas escolares, de forma a uniformizar procedimentos e a instituir serviços mais organizados e orientados para o leitor.

1.2.3. Orientações e Princípios Pedagógicos da EP, EN e BE entre 1940 e 1951

As orientações e os princípios pedagógicos veiculados pelos artigos analisados, no período entre 1940 e 1951, distribuem-se pelos três eixos de análise, do seguinte modo:

Escola Portuguesa	Estado Novo	Biblioteca Escolar
<ul style="list-style-type: none"> • Formar à espiritualidade • Formar o carácter 	<ul style="list-style-type: none"> • Construir o carácter • Seguir os ensinamentos do Chefe • Construir uma escola nacionalista 	<ul style="list-style-type: none"> • Seleccionar e organizar o fundo documental
	<ul style="list-style-type: none"> • Combater o analfabetismo 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover o gosto pela leitura
<ul style="list-style-type: none"> • Formar culturalmente e profissionalmente com bases sólidas • Adequar o ensino às necessidades da vida quotidiana • Assegurar a felicidade da criança • Formar tendo em conta a cultura pedagógica 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover o sucesso escolar • Construir escolas para todos • Desenvolver o gosto pela escola • Motivar à frequência escolar 	<ul style="list-style-type: none"> • Organizar e gerir os serviços da BE

Quadro 22 – Orientações e Princípios Pedagógicos da EP, EN e BE entre 1940 e 1951

A EP tinha sofrido o impacto da pedagogia da Escola Nova que se implantou em Portugal nos anos 20. As ideias defendidas por Adolphe Ferrière, um dos seus mais influentes pensadores, não foram, no entanto, muito bem acolhidas pelo regime nacionalista. Contudo, os seus princípios vão-se tornando dominantes no discurso pedagógico, obrigando os professores à sua adoção como fator de identidade profissional (Nóvoa, 1999). A Educação Nova vai coincidir e influenciar a institucionalização da formação de professores e vai acabar por ser integrada na ideologia dominante, permitindo a valorização de uma cultura pedagógica que tivesse em conta a felicidade da criança e ao mesmo tempo a sua formação espiritual (substituída pela formação religiosa tão cara ao Estado Novo), assegurando, assim, o papel da escola na formação do carácter.

São, pois, os conceitos *Formar à espiritualidade* e *Formar tendo em conta a cultura pedagógica* que vão estar em confronto nas orientações e princípios pedagógicos entre 1940 e 1951. Estes nem sempre surgem antagónicos, mas estabelecendo uma relação de complementaridade.

Alberto Hehm vai mesmo defender a ideia de que a Escola Nova, inspirada em Bergson e no “romantismo filosófico moderno” *tem uma função nitidamente espiritualista: tende para o aumento do poder espiritual do homem e da sociedade e considera a educação como uma arte religiosa, que regenerará o mundo* (s.a., 1940a:273).

A ideia de que a escola deve *Assegurar a felicidade da criança*, conseguida através da utilização de novas metodologias de ensino, começa a ganhar terreno.

A Escola Nova, apesar de ser alvo de algumas críticas, era simultaneamente apreciada pela sua novidade pedagógica, dando ao ensino um carácter mais científico, ligeiramente diferente da missão religiosa que a ideologia dominante queria imprimir à educação. A reflexão em torno das novas propostas pedagógicas torna-se inevitável:

Não podemos satisfazer-nos com a renovação espiritual (...) mas devemos completá-la com a integração do ensino em métodos que assegurem a felicidade à criança. Os excessos de ternura pela criança, defendidos pela Escola Nova, levaram alguns professores a dar pouco crédito às suas doutrinas (...) mas por todo o conjunto dos princípios que o informam, onde, se alguma coisa há que censurar, muito há também que louvar e aproveitar (...) A ciência de ensinar orienta-se hoje por normas que se baseiam no interesse infantil, e este extingue-se onde a opressão domina (s.a., 1941c:95).

O papel dos professores vai ser determinante na adoção de novas metodologias de ensino, defendendo-se a necessidade de despertar nos professores o interesse pela cultura pedagógica. Só quando “se tornarem bons pedagogos, pelo estudo e pela observação das nossas realidades escolares, será possível entre nós o clima necessário para a renovação da nossa metodologia” (s.a., 1940c:34).

O professor é considerado “um artista, e a sua arte muito delicada, porque modela corações, desperta e desenvolve inteligências, vinca personalidades” (Escameia, 1948:363).

O conceito de felicidade é completado pelo princípio essencial de *Formar o carácter*; este permanecerá ligado aos valores cristãos, garantia da unidade da Pátria, conceito que surge simultaneamente ligado à função da EP e à função do EN. Para a ideologia dominante, o próprio sucesso e aproveitamento escolar estão dependentes da formação do carácter, na conquista de qualidades como a pontualidade, método, disciplina, respeito, energia, persistência e força de vontade. Como referia Foerster, “o êxito de uma qualquer carreira, no sentido elevado da palavra, depende, na verdade, muito mais do que se julga, das qualidades do carácter” (Viana, 1945:562)

A própria ideia de alfabetização não está desligada da função de inculcar nos espíritos o ideal cristão e nacionalista (*Seguir os ensinamentos do Chefe*), que está definido: “é sinceramente cristão, francamente nacionalista, genuinamente português”. (Sousa, 1940:524)

O caderno do agente do ensino deveria ser um repositório de frases e pensamentos de Salazar (...) devendo as crianças copiá-los nos seus cadernos e gravá-los na memória (...) então todos os corações seriam verdadeiramente legionários, todos defenderiam a Revolução e todos saberiam viver e morrer por Portugal! (Moura, 1940: 136). Mais especificamente:

Um aspeto focado por diversas vezes nos artigos analisados é a necessidade de se *Adequar o ensino às necessidades da vida quotidiana* e concreta dos alunos, e ao respetivo contexto familiar e cultural. Esta situação, quando não observada, gera frequentemente o desinteresse dos alunos e das famílias pela frequência escolar, fator responsável pelos níveis de analfabetismo, de modo especial nas zonas rurais:

Há situações difíceis, principalmente nos meios rurais, geradas no alheamento da escola da vida local. O saber adquirido pelos alunos não corresponde suficientemente àquele de que as famílias precisam, e desta discordância surge depois o desinteresse que por fim vai reflectir-se na frequência. (s.a., 1941b:853)

A solução apontada passa por um ensino ligado aos aspetos concretos da vida, nomeadamente a leitura de um semanário local, de correspondência ou o exercício das contas relacionadas com as atividades comerciais e negócios caseiros. O professor surge como um elemento fundamental no desenvolvimento do interesse dos alunos pela

escola, ou seja, pela frequência escolar nos meios rurais, conseguindo transformar o desinteresse da população em interesse, até ao ponto de demonstrar e criar a necessidade da escola, vencendo as forças contrárias.

Para criar uma escola capaz de cumprir de forma eficaz estes objetivos, tornou-se necessário *Construir escolas para todos*, permitindo, assim, o acesso de todas as crianças ao ensino. Porém, a educação a ser ministrada nas escolas do Estado Novo tem como finalidade a formação moral dos portugueses, a sua missão só ficará cumprida se conseguir integrar-se completamente na Nação, libertando-se *definitivamente duma filosofia materialista* (s.a., 1942b:17).

A construção de escolas por todo o País parece obedecer a procedimentos e objetivos precisos, visando especialmente as populações mais necessitadas de escolarização. Os fatores que presidiam à ampla construção das escolas primárias por todo o território português foram de ordem pedagógica, técnica e financeira. (s.a., 1943b:516)

Relativamente aos fatores pedagógicos, deveriam ser observados os seguintes aspetos:

- Função da escola primária;
- Extensão e exigências de ensino;
- Separação dos sexos;
- Número de crianças por aula;
- Localização da escola, tendo em conta a sua zona de influência e a distância máxima que as crianças teriam que percorrer para frequentar a escola.

Os aspetos técnicos a observar, e que presidiram às referidas construções escolares deveriam ter em conta:

- A modicidade do custo, sem prejuízo das exigências técnicas e pedagógicas;
- A extensão dos edifícios, garantindo a possibilidade de aumento futuro do número de salas;
- Os projectos-tipo regionais para uma, duas, três e quatro salas, de modo a integrar o mais possível o pequeno edifício escolar na paisagem que o cerca, observando o bom gosto;

- A confiança nos arquitetos responsáveis pelos projectos-tipo regionais, de modo a que os aspetos funcionais exigidos fossem conseguidos com algum bom gosto.

Os aspetos financeiros a ter em conta no plano das construções escolares foram estabelecidos pela Lei nº 1969, que estabeleceu o princípio da comparticipação do Estado e das autarquias locais (50% para cada uma das partes), admitindo a colaboração de entidades privadas mediante a comparticipação financeira, fornecimento de mão-de-obra ou de materiais de construção.

A questão da frequência escolar é uma questão que revela alguma preocupação, em alguns dos artigos analisados. Constroem-se então escolas para quem? O Estado novo pretende que seja para todos, independentemente da sua condição social, mas nem todos respondem do mesmo modo; como constatamos:

urge que em todas as nossas vozes de mestres e amigos da infância se levantem a despertar esses sentimentos em favor das crianças das escolas onde estiverem adormecidos, e a orientar no mesmo sentido os que de tão alto fim se houverem desviado (s.a., 1944b:97).

Apesar das dificuldades sentidas com a frequência escolar dos alunos das zonas rurais, o número de alunos a frequentar a escola é cada vez maior e aqueles que completam a escolaridade obrigatória vão também aumentando significativamente.

As causas apontadas para este sucesso são várias, designadamente a “nova concepção do ensino primário; a organização de programas adequados à mentalidade das crianças e (...) o trabalho sério e devotamento dos professores e regentes” (s.a., 1945a: 67)

Os agentes do ensino são frequentemente focados como elementos fundamentais do sucesso educativo implementado pelo Estado Novo.

No conjunto das ideias, orientações e princípios defendidos pelo governo, as Bibliotecas Escolares vão adquirindo um papel cada vez mais relevante no contexto da aprendizagem e da alfabetização dos portugueses, mas ainda submetidas a uma realidade cultural muito específica.

Promover o gosto pela leitura é uma das grandes funções da BE e este princípio mantém-se, porém, surge relacionada com outro: o envolvimento da família. Para

envolver a família, passa a ser fundamental a ideia da leitura domiciliária, mesmo correndo o risco da maior deterioração dos livros (Barreto, 1941).

A par da BE, o professor pode organizar uma biblioteca na sala de aula (Cabral, 1943). As ideias para a concretizar não faltam: aproveitar as ofertas de livros que os alunos podem receber no aniversário ou nas festas do Natal e Páscoa; solicitar essas ofertas aos amigos; aplicar algum dinheiro da caixa escolar na aquisição de livros; ou aplicar em livros os brindes que as livrarias oferecem à escola, quando a caixa escolar lhes paga contas avultadas, resultantes das requisições de material escolar para os alunos carenciados.

Um outro aspeto ligado à leitura é a seleção adequada do fundo documental – *Seleccionar e organizar o fundo documental*. Este conceito complementa os conceitos *Formar à espiritualidade e Formar o carácter*. Um conjunto de princípios, anunciados por Viana (1943a), deveria orientar a aquisição e leitura de livros infantis nas Bibliotecas Escolares, de modo a que esta pudesse cumprir a sua função:

Nem todos os livros da literatura infantil poderão, por isso, ser considerados como tal. Há certos aspectos essenciais a observar para que o livro infantil cumpra a sua função educadora. Este deve atender antes de mais nada, à moral, porque o livro é educativo ou tem de ser repellido em absoluto(...)Assentemos, pois, nisto que não admite contestação: primeiro a moral, depois a moral e sempre a moral (p.800).

Havia livros com os quais se deveria ter algum cuidado: os livros que servissem para distrair e ter graça podiam ser lidos, desde que os mesmos não caíssem no excesso, isto é deveriam ter graça mas nunca chalaça: “A chalaça é muito perigosa, rasteja pelo charro, pela grosseria, e infelizmente, dia a dia, se torna mais preciso combater a linguagem e a anedota charras, porque elas diminuem a espiritualidade” (idem: 801).

Outros livros que mereciam algum cuidado eram aqueles que recorressem excessivamente ao maravilhoso, com uma linguagem por vezes inacessível: “Fadas, gnomos, gigantes e pigmeus, duendes e às vezes até bruxas e almas penadas figuram em muitos volumezinhos que se enfeitam de “literatura infantil”. O maravilhoso com certas e apertadas restrições, poderá admitir-se” (idem).

Para ajudar na seleção dos livros de literatura infantil surge a necessidade de os professores disporem de uma bibliografia aconselhada, elaborada segundo os critérios

referidos. Não sendo, no entanto, possível apresentar tal bibliografia, Cabral (1943) aconselha o título “Algumas achegas para uma bibliografia infantil”, editado pela Imprensa Nacional.

O controle da qualidade dos livros infantis é um aspeto essencial, reconhecendo-se a importância da sua adequação às várias faixas etárias e a sua ajustada selecção:

A sua selecção e adequada selecção só poderia ser feita, convenientemente, por indivíduos especializados ou por instituições culturais, que, pela sua preparação e independência, estivessem acima de todas as mesquinhas da vida e de toda e qualquer suspeita de parcialidade. A leitura desordenada é, quase sempre, nociva. Se ela é, para os adultos, perigosa, torna-se catastrófica para uma criança (Viana, 1943b:819).

A propósito da selecção de livros adequados para a infância, são referidas as acções desenvolvidas em países estrangeiros como a Suíça, onde se realizaram feiras e exposições circulantes, como a famosa exposição realizada em Zurique, em 1931, organizada pela Comissão das Bibliotecas Populares (Viana, 1943).

Outras sugestões relacionadas com uma eficaz selecção do fundo documental para as bibliotecas infantis seria a elaboração e divulgação de esquemas de bibliotecas económicas, de 30 a 50 volumes, que pudessem ser replicados, garantindo, assim, a respectiva qualidade. Estas deveriam acautelar a diversidade cultural, geográfica, profissional e etária, dos próprios utilizadores, podendo ser constituídas bibliotecas resultantes da combinação dos fatores enunciados.

Por fim, considera-se fundamental, para se alcançarem resultados favoráveis e eficientes, a promoção de “conferências elucidativas acerca da literatura infantil e dos métodos científicos de crítica e selecção que convém pôr em prática” (Viana, 1943:822).

A organização das bibliotecas infantis requer conhecimentos específicos e especializados, essenciais para desenvolver um serviço útil e eficaz. Em suma:

Para a organização duma biblioteca são necessários grandes conhecimentos bibliográficos (...) exige pessoal idóneo e dedicado, amplas instalações, etc. Precisa de ser de vez em quando enriquecida com obras novas, publicações periódicas, manter correspondência, e ser considerado o centro principal de toda

a cultura da povoação. Se assim não for, deixa de ser considerada uma biblioteca para ser um museu, ou antes, um armazém de livros (Landeiro, 1945:680).

Para que a biblioteca escolar seja útil não necessita de grande quantidade de livros, porém é essencial que sejam bem selecionados, de modo a que a cultura seja devidamente divulgada e desperte “o amor e o gosto pela leitura” (Landeiro, 1945).

Apesar da sua importância no desenvolvimento de uma cultura verdadeiramente popular, a questão económica continua a ser um dos principais problemas para a criação das bibliotecas escolares. Seguindo alguns exemplos, como a criação da biblioteca da Escola Masculina de Penamacor, os professores podem utilizar várias estratégias para ultrapassar esta dificuldade, recorrendo a autores, editores e até às próprias livrarias. Tal como constata Landeiro (1945), a caridade ainda não faltou na terra portuguesa.

A importância das bibliotecas escolares nos meios rurais é absolutamente prioritária, dado que permite o acesso ao livro e à leitura, por pessoas com menos posses. A leitura, para além de permitir a aquisição de novos conhecimentos, é uma “arma a opor às influências da taberna, da vadiagem e da propaganda dissolvente e tendenciosa” (Landeiro, 1945: 110).

O desenvolvimento da coleção surge também como uma tarefa a não menosprezar. Os critérios para a sua elaboração devem ser bem definidos. Para Pestana (1948), as BE deveriam constituir dois grandes blocos de livros: um para as crianças que frequentam a escola (dos 7 aos 12 anos) e outro para aqueles que completaram a 4ª classe, possibilitando àqueles que estão fora da escola, o acesso à leitura.

Promover o gosto da leitura surge como uma função essencial da BE. Para Pestana (1948), quem está dentro ou fora da escolaridade, o gosto pela leitura será conseguido se a coleção for adequada e tiver em conta os interesses desse público, satisfazendo o seu desejo natural de saber.

Este não deve, no entanto, deixar de ter em conta a realidade, de modo a criar um gosto pela leitura que seja sensato e proveitoso, fixando-se, assim, uma orientação precisa para a constituição da coleção, nem sempre coerente e devidamente fundamentada. Para desenvolver o gosto pela leitura são dados os seguintes conselhos:

Se na biblioteca houver livros interessantes que versem de maneira adequada os assuntos mais palpitantes: os encantos e os mistérios da Natureza, os factos mais vibrantes e patrióticos da História Nacional; a vida dos heróis e dos santos; descrições de regiões maravilhosas que na aula de geografia mal se poderiam imaginar; quanto não se faz viver as almas das crianças, sempre ansiosas por encontrarem resposta ao seu natural desejo de saber! (...) devemos encaminhar os alunos para as leituras concretas que tenham sentido de realidades, donde se aproveite uma lição patriótica, um conceito moral, uma ampliação de conhecimentos, enfim, sem que dessa leitura resulte cansaço, muitas vezes causado por monotonia de um assunto ou muita semelhança com o texto dos compêndios. Afastemo-los da literatura de ficção, que não constrói ideias, antes aviva a imaginação das crianças, dirigindo-lha para um vácuo psicológico que nunca – ou muito dificilmente – poderá ser preenchido (Pestana, 1950:584).

Para os adolescentes, Pestana (1948) aconselha as biografias bem documentadas, de homens de vulto, considerados pelo valor do trabalho, patriotismo e altruísmo.

A leitura domiciliária é considerada um meio essencial para se levar ao seio da família os benefícios do livro. A compreensão da leitura é, igualmente, uma atividade que o professor deve valorizar, promovendo conversações dirigidas sobre os livros aconselhados para leitura.

Sendo as Bibliotecas Escolares um serviço fundamental para a divulgação da cultura popular, a sua organização tem que ser cuidada com grande empenho, mantendo sempre em ordem o fundo documental. Para que tal se verifique é imprescindível a existência de um regulamento para a biblioteca e um catálogo constituído por fichas catalográficas.

Para Pestana (1951), os móveis devem permitir o livre acesso, não aconselhando móveis com portas de vidro fechadas, para melhor ventilação, arejamento e conservação dos livros. Por outro lado, dá-se ao aluno a possibilidade de manusear os livros sem restrições. Esta perspetiva não vai ser seguida, no entanto, pelo Ministério da Educação Nacional, que faz aprovar em 1954 a tipologia de armário a ser utilizado em todas as Bibliotecas Escolares do País (ver anexo 2).

A manutenção e conservação dos livros é um outro aspeto mencionado por Pestana (1951), referindo a necessidade de serem utilizados vários meios para uma advertência aos respectivos utilizadores: colocação de cartões sobre as mesas e nas paredes, elaboração de marcadores de livros com legendas como “O livro é o teu maior amigo: respeita-o e estima-o”; “Não rasgues uma folha deste livro – é como se

destruísses um tesouro”; ou “Habitua-te a ver no livro que lês um conselheiro e um mestre, de quem tudo aprendes” (p. 771).

O súbito interesse que as Bibliotecas Escolares vão adquirindo, no contexto da escolarização e do combate ao analfabetismo, deveu-se ao facto de as “bibliotecas ambulantes de cultura popular” terem entrado em decadência. A principal causa deste acontecimento foi a falta de receção de livros, enviados por livreiros e editores para o Palácio Foz – centro de distribuição destas bibliotecas – a partir de 1947 (Ramos do Ó, 1990).

A partir de então, o Ministério da Educação quis encontrar uma solução mais eficaz para suprir a falta de livros nas zonas rurais, encontrando nas BE um meio privilegiado de divulgar a cultura popular.

Os artigos publicados, neste período, com o objetivo de consciencializar os leitores para a missão da Biblioteca Escolar e contribuir para a eficácia do seu papel junto das comunidades rurais, salientaram os seguintes assuntos:

Assunto	Nº de artigos
Organização da Biblioteca Escolar	4
Promoção da leitura	2
Desenvolvimento da colecção	2
Classificação do Fundo Documental	1

Quadro 23– Temas abordados sobre a BE entre 1940 e 1951

Os nove artigos publicados no sub-corpus 2 sugerem temas novos em relação ao período anterior, com exceção do da *Promoção da Leitura* que, embora perdendo a importância conseguida no conjunto dos artigos do sub-corpus 1, ainda se mantém como assunto relevante.

Os restantes temas demonstram uma preocupação mais orientada para a organização da Biblioteca Escolar e para aspetos técnicos essenciais ao seu bom funcionamento e eficácia, face às necessidades do leitor. Os autores destes artigos não

são os que publicaram os artigos do sub-corpus 1, o que explica, em parte, a novidade dos temas abordados.

O lançamento das bibliotecas permanentes nas escolas primárias, a partir de 1947 (Decreto-Lei 36. 147 de 5 de fevereiro), terá sido de algum modo responsável pela publicação de artigos mais especializados na área da biblioteconomia: catalogação, classificação, desenvolvimento da coleção, entre outros.

1.3. A Escola Portuguesa, o Estado Novo e a Biblioteca Escolar 1952 e 1959

1.3.1. Missão da Escola Portuguesa, Estado Novo e Biblioteca Escolar entre 1952 e 1959

Os conceitos abordados nos artigos publicados ao longo do terceiro período de análise (sub-corpus 3), no âmbito da missão da EP, EN e BE, são os seguintes:

Conceitos	Conceitos Associados	Nº de Referências
<ul style="list-style-type: none"> Formar o carácter 		2
<ul style="list-style-type: none"> Combater o analfabetismo 	<ul style="list-style-type: none"> Promover a Educação de adultos Melhorar o rendimento profissional Promover a escolaridade obrigatória Promover a Campanha Nacional de Educação de Adultos Adequar a escola aos meios rurais Integrar a cultura nos meios rurais Promover e expandir o bom livro 	20
<ul style="list-style-type: none"> Promover e expandir 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver o gosto 	8

o livro	<p>pela leitura</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver materialmente e espiritualmente a Nação • Reformar a mentalidade • Transformar a escola 	
<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar o panorama cultural do povo português 	<ul style="list-style-type: none"> • Criar bibliotecas escolares • Ampliar conhecimentos 	4

Quadro 24 – Conceitos abordados na missão da EP, EN e BE entre 1952 e 1959

O conceito que mais se destacou no período 3 deste estudo foi um conceito já abordado no período 1: *Combater o analfabetismo*. Para além da alfabetização da população em idade escolar, começa a ser objeto de intervenção do governo a alfabetização dos adultos, com o *Plano da Educação Popular* seguida da *Campanha de Educação de Adultos*, a partir de 1952.

Um conceito que aparece, ainda, nos artigos selecionados e que é mencionado, no sub-corpus 1 é *Formar o carácter*. Este, porém, passa agora a ter uma expressão pouco significativa.

Os conceitos que se destacam no sub-corpus 3 são os conceitos *Promover e expandir o livro* e *Melhorar o panorama cultural do povo português*. A leitura e as bibliotecas escolares começam a adquirir uma importância crescente, numa sociedade que se pretende não só mais alfabetizada, mas mais culta e preparada para os desafios da modernização e do desenvolvimento tecnológico, capaz de reformar a mentalidade e de transformar a escola.

A promoção da leitura e a criação de bibliotecas escolares surgem, simultaneamente, nos artigos ligados à biblioteca escolar e nos artigos relacionados com o combate ao analfabetismo – prioridade da ação do Estado Novo.

Os conceitos e ideias abordados no sub-corpus 3, foram distribuídos pelos três eixos de análise, do seguinte modo:

Escola Portuguesa	Estado Novo	Biblioteca Escolar
<ul style="list-style-type: none"> • Formar o carácter 		<ul style="list-style-type: none"> • Formar o carácter
	<ul style="list-style-type: none"> • Combater o analfabetismo • Promover a educação de adultos • Promover a escolaridade obrigatória • Melhorar o rendimento profissional 	<ul style="list-style-type: none"> • Combater o analfabetismo funcional • Criar e instalar bibliotecas escolares
<ul style="list-style-type: none"> • Promover e expandir o livro • Desenvolver material e espiritualmente a Nação • Ampliar conhecimentos 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover e expandir o bom livro • Melhorar o nível cultural 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver o gosto pela leitura • Difundir o bom livro • Reformar a mentalidade • Transformar a escola • Melhorar o panorama cultural do povo português • Ampliar conhecimentos
	<ul style="list-style-type: none"> • Adequar a escola aos meios rurais 	<ul style="list-style-type: none"> • Adequar a coleção ao público leitor • Ajudar à fixação das pessoas ao meio rural

Quadro 25 – A missão da EP, EN e BE entre 1952 e 1959

Os conceitos comuns aos eixos de análise ao longo deste período são: *Promover e expandir o livro* e *Desenvolver material e espiritualmente a Nação/Melhorar o nível cultural/Melhorar o panorama cultural do povo português*.

Estes conceitos aparecem ligados a outros como: *Difundir o bom livro*, *Promover e expandir o bom livro* ou *Desenvolver o gosto pela leitura*. A expansão do bom livro torna-se essencial, pois ele nem sempre cumpre a sua função de cultivar os valores da moral tradicional, podendo contribuir, assim, para a “destruição da sensibilidade moral da nossa gente e de divulgação de ideias anti-portuguesas e anti-cristãs” (Macedo, 1953b:690).

No eixo da BE, verificamos que estes conceitos vão adquirir novos atributos, contribuindo para uma crescente importância da Biblioteca Escolar, no contexto do ensino. Para além de promover o gosto pela leitura e de promover o progresso social e

cultural do povo português, o livro tem a função de reformar a mentalidade e transformar a escola. A função da BE vai ganhar, assim, novos contornos:

A biblioteca completa deste modo a escola, porque a boa leitura moraliza, eleva a alma e aperfeiçoa o trabalho de todos em geral e de cada indústria ou ofício em particular. Ler só o livro escolar para pouco serve. O gosto da leitura faz parte da educação que a escola tem que dar. A biblioteca pode ser o embrião de uma reforma da mentalidade(...)As bibliotecas transformarão também a própria escola, porque criarão a necessidade de aprender para compreender(...)os livros das bibliotecas rurais deverão contribuir tanto para a formação de carácter como para a divulgação dos conhecimentos (Pinto, 1957:318).

A BE adquire, deste modo, um novo papel, ajudando o professor “na obra de instrução e educação dos discípulos, mas também fornecer à população adulta possibilidades de não esquecer, e antes, ampliar, o que aprendeu na escola” (s.a., 1956:9).

A criação de bibliotecas escolares por todo o País passa a constituir um dos grandes objetivos do governo. Apesar de a sua criação ter sido instituída com o Decreto-Lei nº 36 147 de 5 de fevereiro de 1947, a execução deste diploma só arranca em 1953.

Para o lançamento destas bibliotecas o Ministério da Educação Nacional pensou em elaborar um regulamento, publicado em 21 de abril de 1956, para organizar à escala nacional “o funcionamento das bibliotecas das escolas primárias, de acordo com os interesses gerais (...) nunca prejudicando os interesses peculiares de cada núcleo” (s.a., 1956a:10).

Se os livros das bibliotecas não devem considerar-se “objectos de armazém onde predomina a mobilidade, mas deverão andar em movimento, na sua função de mestres mudos” (s.a., 1957b:382), a verdade é que a sua implantação encontrou algumas dificuldades. As principais dificuldades são apontadas pelo Ministro da Educação nacional Leite Pinto (1957:319-320), e vão desde a deficiência das instalações (espaço e mobílias), à ausência de livros adequados ao mundo rural e à falta de livros de literatura infantil. De facto, segundo o mesmo autor, no ano de 1956, as bibliotecas rurais só terão emprestado para leitura domiciliária cerca de 120.000 livros. O fundo documental que constituía as bibliotecas era, na realidade, muito desadequado à faixa etária dos alunos

que frequentavam a escola elementar. Este facto pode ser confrontado com a listagem dos livros que integravam as Bibliotecas Ambulantes de Cultura Popular (ver Anexo 1).

Para a dinamização da BE torna-se essencial a figura do Bibliotecário: “O bibliotecário de uma biblioteca popular deve ser um orientador e um conselheiro dos leitores” (Pinto, 1957:319-320). É ele que faz da biblioteca um organismo vivo.

Um outro conceito muito abordado pelos autores dos artigos analisados é *Combater o analfabetismo*. Relacionado com este conceito são referidos outros como: *Combater o analfabetismo funcional*, *Promover a educação de adultos* e *Promover a escolaridade obrigatória*.

O combate ao analfabetismo (Decretos-Lei 38 968 e 38 969) foi um dos principais objetivos do Estado Novo, pois, em 1950, registavam-se cerca de 195.631 crianças analfabetas, correspondendo a 24% da população recenseada, com idades compreendidas entre os 10 e os 14 anos (ver Anexo 11).

O analfabetismo não existia apenas entre a população em idade escolar, mas agudizava-se entre a população adulta. Esta, permanecendo analfabeta, não possuía qualificações mínimas para exercer profissões que exigiam alguma literacia. Este facto explica, de algum modo, o atraso económico em que vivia Portugal, na época em estudo.

A decisão de lançar o *Plano de Educação Popular* deveu-se precisamente ao imperativo de “libertar a Nação do peso de muitos milhares de iletrados que constituem um obstáculo sério ao progresso económico” (s.a., 1953c:394).

Deste modo, as medidas tomadas para a extinção do analfabetismo revestiram-se da maior importância, constituindo um facto histórico e um feito glorioso assinaláveis:

A missão da Campanha Nacional de Educação de Adultos foi a de desenvolver a educação de base, supletiva ou fundamental (...) fornecendo a cada indivíduo os instrumentos indispensáveis da cultura do nosso tempo, com técnicas que facilitem essa cultura – como a leitura, a escrita, a aritmética elementar, noções de ciências, de vida social, de civismo, de higiene – e, com as quais, segundo suas capacidades, cada homem possa desenvolver-se e procurar para si melhor ajustamento social (Macedo, 1953e:83).

Os cursos de educação de adultos, inicialmente dirigidos para os trabalhadores com menos de 35 anos, acabaram por abarcar pessoas mais idosas interessadas em receber o ensino primário elementar. Este plano do Governo envolveu muitas empresas que colaboraram na instrução dos seus trabalhadores, facilitando a frequência dos mesmos nos respetivos cursos de alfabetização. Foi o caso da Casa Hipólito, Lda. que recebeu do Ministério da Educação Nacional um louvor pela sua “nobre iniciativa de contribuir, com todos os meios ao seu alcance, para a elevação cultural e defesa moral do povo português” (Macedo, 1953a:342).

O *Plano Nacional de Educação Popular*, utilizando todos os meios ao seu alcance para dotar a população adulta com uma qualificação mínima (3ª classe), permitiu que, no período de um ano e meio, recebessem instrução cerca de 380.000 portugueses de todas as idades. Esta vitória foi possível, devido à determinação do Governo em vigiar o cumprimento da escolaridade obrigatória.

Para ajudar à concretização da missão de extinguir o analfabetismo na população portuguesa, o governo previu a criação de bibliotecas escolares. Estas foram, muitas vezes, resultado da colaboração da sociedade civil, como foi o caso da criação de uma pequena biblioteca na Escola Primária da Oliveirinha, concelho de Tábua, que recebeu 2.000\$00 de um particular daquela freguesia, residente em África (s.a., 1954a).

A criação de Bibliotecas Escolares passa a ter como objetivo, para além de desenvolver o gosto pela leitura, permitir dar continuidade à aprendizagem elementar da leitura, procurando reduzir o *número de analfabetos e semi-analfabetos funcionais*, sobretudo, como já referimos, nas regiões rurais. Este objetivo concretizou-se através da distribuição de 100.000 livros, pelas 350 primeiras bibliotecas escolares, criadas em todo o País, na sequência da *Campanha contra o Analfabetismo* (s.a., 1955a).

Para combater o analfabetismo, o Ministério da Educação Nacional, criou, para além das bibliotecas escolares, as *Missões Culturais*, equipas multidisciplinares que se deslocavam às povoações rurais com maior número de analfabetos e com falta de meios de comunicação (s.a, 1955d), para aí realizarem um conjunto de sessões culturais e cursos de adultos.

Apesar de os meios encontrados pelo Governo para extinguir o analfabetismo em todos os distritos do País, nem sempre os resultados foram os esperados, situação que levou o governo lançar um inquérito nacional sobre o cumprimento da escolaridade

obrigatória em todo o território nacional, dando pleno cumprimento ao Decreto-Lei nº 38 369 de 6 de agosto de 1951, e determinou que os diretores escolares incentivassem, de forma incisiva, os agentes do ensino a uma dedicação mais aturada à *Campanha Nacional de Educação de Adultos* (s.a., 1955c).

A preocupação em *Adequar a escola aos meios rurais*, como forma de evitar o desinteresse das crianças pela vida do campo, foi uma ideia abordada simultaneamente por dois dos eixos de análise do nosso estudo: o EN e a BE. Este objetivo tinha como função “impedir que a luta contra o analfabetismo possa, de qualquer maneira, ser factor de desagregação dos meios agrícolas e incentivo à já tão generalizada e tantas vezes perniciosa tendência da fuga das gentes do campo para os grandes centros urbanos” (Macedo, 1954a:389).

A inexistência de livros destinados aos leitores do mundo rural originou, por seu lado, um incentivo à publicação de obras destinadas às classes populares, levadas a cabo pelo Serviço de Escolha de Livros para as Bibliotecas Escolares, situação, como vimos, sem grandes resultados práticos, devido ao reduzido número de títulos publicados, com esta finalidade (Ramos do Ó, 1992).

A formação do carácter continua a ser uma das funções da EP, à qual não é também alheia a BE. Esta deveria dar o seu contributo para a ruralização que era necessário imprimir ao processo de alfabetização, ajudando à formação de uma cultura rural e à fixação do homem do campo ao seu meio. A este propósito pode ler-se:

Através dos livros o homem do campo se aperfeiçoará nas técnicas do amanho, tratamento e comercialização dos produtos agrícolas; através deles adquirirá a cultura indispensável à sua adaptação às condições da vida moderna; através ainda deles ocupará utilmente grande parte dos ócios do seu trabalho, fugindo aos (...) ambientes prejudiciais à sua saúde e à sua bolsa (...) As bibliotecas constituirão um dos melhores instrumentos de integração da cultura no meio rural, facilitando uma maior compreensão dos deveres e da missão do campo na sociedade moderna (...) As bibliotecas passarão a ser um complemento natural da acção exercida pelos párocos e pelos professores, ajudando a manter as virtudes tradicionais do nosso povo, de sentimento de honra, de cumprimento do dever (...) de inteireza de carácter, de respeito pela Família, por Deus e pela Pátria (s.a., 1957a:321-322).

Ler, escrever e contar, na medida certa, é o objetivo para acabar lenta mas eficazmente com o analfabetismo e com a cultura urbana, redimensionando Portugal à sua identidade rural e provinciana.

1.3.2. Organização e Realizações do Ensino entre 1952 e 1959

Ao longo deste período (sub-corpus 3), a organização do ensino e as principais realizações, na Escola Portuguesa, Estado Novo e Biblioteca Escolar foram:

Escola Portuguesa	Estado Novo	Biblioteca Escolar
<ul style="list-style-type: none"> • Promoção da criança 	<ul style="list-style-type: none"> • Combate ao analfabetismo • Cumprimento da escolaridade obrigatória • Reorganização da rede escolar 	<ul style="list-style-type: none"> • Instalação e Organização das Bibliotecas Escolares • Catalogação do fundo documental da BE
	<ul style="list-style-type: none"> • Organização de cursos de educação de adultos • Organização de missões culturais 	

Quadro 26 – Organização e realizações do ensino entre 1952 e 1959

A grande preocupação do Estado Novo continua a ser, como vimos, o combate ao analfabetismo. O *Plano Nacional de Educação Popular*, permitiu organizar várias iniciativas para conseguir extinguir a elevada percentagem de analfabetos que existia em Portugal: realização de cursos de educação de adultos, manutenção de uma apertada vigilância do cumprimento da escolaridade obrigatória, organização de missões culturais em localidades rurais muito afastadas dos centros urbanos, e uma continua preocupação com a organização da rede escolar, de onde resultou a construção de escolas por todo o País, privilegiando-se as zonas rurais, com menos meios de acesso ao ensino.

Para atingir tão vasto objetivo, o Governo lançou, através do Decreto-Lei nº 38 969 de 27 de outubro de 1952, como sabemos, o *Plano de Educação Popular* e definiu um conjunto de linhas de atuação, que as respetivas Comissões Distritais e Concelhias, entretanto criadas, deveriam implementar.

Para concretizar as referidas medidas, com a *Campanha Nacional de Educação de Adultos* estabeleceram-se três linhas de ação: envolver a opinião pública, procurando a colaboração de particulares; desenvolver uma propaganda generalizada e personalizada junto do potencial público-alvo; avaliar os resultados obtidos, revendo os métodos utilizados em caso de necessidade (Macedo, 1953c).

Os objetivos propostos, segundo Macedo (*idem*), poderiam ser atingidos mediante um conjunto de atividades, de modo a obter-se o sucesso do programa:

- Realização de reuniões de estudo ou sessões de propaganda;
- Afixação de cartazes;
- Distribuição de folhetos;
- Organização de reportagens na imprensa;
- Concessão de entrevistas;
- Criação de rubricas nos jornais e na rádio;
- Publicação dos nomes das pessoas ou entidades que mais se distinguiram no desenvolvimento do ensino primário entre os adultos;
- Divulgação de elementos respeitantes à taxa de analfabetismo no distrito, concelho ou freguesia;
- Indicação dos locais onde é mais urgente combater o analfabetismo;
- Colaboração efectiva com os órgãos centrais da Campanha na difusão, através do cinema, do teatro, do livro, de conferências e palestras, de artigos e cartazes, de noções de educação moral e cívica, higiene e defesa da saúde, educação familiar, organização corporativa e de previdência social, segurança no trabalho, pecuária e agricultura, factos da História Pátria e posição de Portugal e do Império no mundo;
- Interessar toda a freguesia na luta contra o analfabetismo;
- Convencer os iletrados da necessidade que têm de saber ler, escrever e contar;
- Promover a cooperação das entidades patronais, nomeadamente as domésticas e as da lavoura, por forma que não levantem obstáculos, antes facilitem e aconselhem ao seu pessoal o acesso à cultura elementar;

- Dar publicidade a tudo o que diga respeito à luta contra o analfabetismo;
- Colaborar com as autoridades escolares para a perfeita execução dos princípios sobre a obrigatoriedade do ensino;
- Convidar todas as pessoas com uma cultura mínima a colaborar com a Campanha;
- Indicar às Comissões Distritais e Concelhias as pessoas que mais se salientem na actividade da Campanha, a fim de poder encarar-se a eventual concessão de louvores.
- Fornecer ao Ministério da Educação Nacional informações concretas sobre a maneira como decorre a Campanha, bem como sugestões ou críticas tendentes a retificar, melhorar e a aperfeiçoar os métodos seguidos.

Os cursos de educação de adultos, com a duração de dois anos, destinavam-se preferencialmente aos trabalhadores com menos de 35 anos, que careciam de conhecimentos básicos para poderem exercer com mais qualidade e eficiência a sua profissão. O Governo procurou envolver nesta tarefa as próprias empresas, solicitando a sua colaboração, pois estas seriam, também, as grandes beneficiadas. Esta colaboração era sobretudo ao nível da logística:

Entre as providências tomadas quanto ao funcionamento desses cursos, há (...) a da obrigatoriedade para as entidades patronais do comércio ou da indústria, do fornecimento de instalações destinadas ao funcionamento de cursos para os assalariados dos quadros permanentes de idade inferior a 35 anos, sem a habilitação da 3ª classe do ensino primário (Lima, 1953:326).

Para obter a adesão dos trabalhadores, o Governo, com a colaboração das empresas, criou um conjunto de incentivos, desde a oferta de fatos adequados ao ambiente escolar, livros, material escolar, refeição e transporte às mulheres que residissem longe do local do curso.

Aos professores, o Governo concedia um prémio de 500\$00 por cada aluno que obtivesse aprovação no exame do ensino elementar.

Às empresas que colaboravam com o governo cabia não só fornecer instalações para a realização dos cursos, a que acabamos de aludir, como ainda manter

“integralmente à sua custa o funcionamento dos cursos durante os meses em que o Estado se não responsabilizava pela remuneração do pessoal docente” (Macedo, 1953a).

A criação dos inúmeros cursos de educação de adultos nem sempre correspondeu às necessidades sentidas, pelo que o Governo apelou à mobilização da sociedade civil e dos agentes do ensino para que se empenhassem nesta campanha de carácter nacional:

torna-se necessário que todas as pessoas “com tempo e vocação”, colaborem dedicadamente nesta campanha nacional, habilitando para o exame do ensino primário elementar os analfabetos que puderem. Os agentes do ensino (professores e regentes dos postos escolares) devem ocupar o lugar da vanguarda, tanto mais que, desse modo, poderão aumentar e até duplicar os seus vencimentos e melhorar a sua valorização profissional (...) Fazendo-o, praticarão em alto grau a caridade, beneficiando-se ao mesmo tempo a si mesmos (s.a., 1953c:394).

No sentido de chegar aos locais mais recônditos do País, o *Plano de Educação Popular* lançou, também, as *Missões de Difusão Cultural*. Estas eram compostas por um médico, um professor primário, uma educadora familiar, um fantocheiro e um motorista projecionista. A informação e os conteúdos tratados eram veiculados através da utilização de alguns meios modernos como o cinema, teatro de fantoches, e conferências e um conjunto de livros que pertenciam às Bibliotecas Circulantes, relacionados com História, Religião, Cidadania, Agricultura e Pecuária. Após uma primeira abordagem das *Missões*, as ações eram continuadas por um professor da localidade, orientado para essa tarefa.

Estas equipas estavam especialmente habilitadas a visitar localidades sem grandes condições logísticas e de acessibilidade. As indicações práticas para a execução deste programa eram:

Para as localidades onde não existe energia eléctrica utilizam-se viaturas especialmente estudadas e adaptadas, capazes de percorrerem os caminhos mais difíceis e alcançar as povoações mais isoladas, providas de um grupo electrogéneo capaz de fornecer corrente eléctrica para o funcionamento do material de cinema, de gravação e de projecção fixa (s.a., 1958a:10).

Para além dos cursos de educação de adultos realizados em todo o País, recordamos que o Governo fez um acompanhamento muito intenso ao cumprimento da escolaridade obrigatória (Decreto-Lei nº 38 369 de 6 de agosto de 1951).

Foi, assim, tomado um conjunto de medidas que permitiram travar o absentismo escolar. De entre as medidas tomadas, Macedo (1953b) refere as seguintes:

- Regulamentar o sistema de matrículas para a escola primária;
- Instituir um eficiente sistema de penalidades a aplicar em caso de transgressão, imputáveis aos encarregados de educação;
- Conferir poderes às diversas autoridades para colaborar na execução das normas da obrigatoriedade do ensino;
- Prever pesadas sanções para os empregadores do comércio e indústria que admitissem empregados menores de 18 anos sem a escolaridade mínima;
- Estabelecer como requisito para a obtenção de abono de família, o cumprimento da instrução obrigatória;

Além destas, outras medidas são igualmente assinaladas por Macedo (1953b):

- O exame para condutor de veículos automóveis só podia ser realizado por quem tivesse aprovação no ensino elementar;
- O ingresso nas categorias superiores à de auxiliar de limpeza, nos serviços do Estado, só poderia ser acedido com a habilitação da 4ª classe;
- A imigração foi proibida a pessoas que não possuíssem a 3ª classe;
- Foi atribuído um prémio de 500\$00 a cada analfabeto aprovado no exame de ensino elementar.

Como o absentismo era devido, em grande parte dos casos, a fatores de natureza económica, abriram-se novas perspectivas para a ação social e educativa, nomeadamente reforçou-se a estrutura das caixas escolares e das cantinas.

No sentido de controlar o cumprimento da lei, o governo procedeu a uma reorganização da rede escolar:

Conhecida a defeituosa organização da rede escolar e as perturbações que do facto têm advindo para o ensino primário, torna-se imprescindível proceder à sua

revisão e actualização por forma a adaptá-la às realidades geográficas e sociais, às conveniências dos povos e, em especial, aos interesses das crianças (s.a., 1955c:601).

O empenho do Governo em combater o analfabetismo, permitiu reduzir substancialmente a iliteracia elementar. De facto, após o primeiro ano do arranque da *Campanha Nacional de Educação de Adultos*, obtiveram-se os seguintes resultados:

Abertura de novas escolas e postos escolares	1.546
Cursos de adultos em funcionamento	3.613
Número de iletrados envolvidos	167.784
Número de adultos com aprovação na 3ª classe	21.525
Número de adultos com aprovação na 4ª classe	5.580
Número de alunos a frequentar a escola primária	90.145

Quadro 27 – Resultados do PNEP no primeiro ano de existência

O sucesso da *Campanha Nacional de Educação de Adultos* ficou a dever-se não só ao envolvimento de recursos humanos em larga escala, mas a um conjunto de meios modernos que facilitaram a sua missão, nomeadamente:

Meios de divulgação	Formas de divulgação
Rádio (para aperfeiçoar a língua falada)	<ul style="list-style-type: none"> • Teatro e literatura radiofónico • Reportagens • Entrevistas e palestras • Discotecas circulantes • Cursos de Leitura de Textos
Cinema	<ul style="list-style-type: none"> • Cinema educativo (chegou a cerca de 200.000 espectadores)
	<ul style="list-style-type: none"> • Peças especialmente escritas para a campanha

Teatro	<ul style="list-style-type: none"> • Espectáculos preparados pela Mocidade Portuguesa • Deslocação frequente aos diferentes pontos do País
Imprensa	<ul style="list-style-type: none"> • Utilização de jornais nacionais e regionais
Bibliotecas	<ul style="list-style-type: none"> • Bibliotecas das Escolas Primárias • Biblioteca Central da Campanha • Bibliotecas Móveis da Campanha
Jornal da Campanha e Jornais de Parede	<ul style="list-style-type: none"> • Edição de jornais para a Campanha • Execução de Jornais de Parede com informações específicas
Publicações de doutrina e educação	<ul style="list-style-type: none"> • Livros e Panfletos para orientar os jovens e os adultos
Missões Culturais	<ul style="list-style-type: none"> • Missão de cinema: estimular e propagar a cultura através do cinema • Missão sanitária: cooperação com o Subsecretário de Estado da Assistência Social • Difusão do livro através das Bibliotecas Móveis da Campanha
Exposições itinerantes e visitas a museus e monumentos	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação do Património Cultural
Cursos de Preparação de Educadores de Adultos	<ul style="list-style-type: none"> • Publicação de livros adequados ao ensino de adultos • Criação de cursos de aperfeiçoamento pedagógico

Quadro 28 – Meios e formas de divulgação utilizados na Campanha Nacional de Educação de Adultos

Dos meios utilizados pela CNEA, as Bibliotecas, e de um modo especial as Bibliotecas Escolares, vão constituir um meio de promover o gosto pela leitura e desenvolver o interesse pela aprendizagem. Pretendia-se que fossem, antes de tudo, um instrumento didático e um incentivo à leitura:

Serão brevemente instaladas as primeiras bibliotecas junto das escolas primárias, que se espera venham a ser precioso instrumento didático ao serviço do professor, estímulo benéfico para a criação do gosto e hábito de leitura e do interesse pela aprendizagem, e factor relevante de educação moral que à escola

primária incumbe (...) construir uma das maiores forças da luta contra o analfabetismo e um dos principais instrumentos da educação fundamental (Macedo, 1953e:91).

Porém, o problema da leitura e da criação de hábitos de leitura foi reconhecido como uma tarefa difícil e complexa, sendo necessário, antes de mais, escolher criteriosamente os primeiros livros, estes deveriam ser adequados à mentalidade e aos interesses dos adultos em recuperação cultural. Conforme reconhece Macedo (1953c) “esta campanha de disseminação do livro, do bom livro, e especialmente a de levar o povo a ler com certa regularidade e proveito, é das mais difíceis e complexas que podem apresentar-se” (p. 92)

A Biblioteca Central da Campanha tinha como objetivo enviar coleções de livros escolhidos para organismos e entidades idóneas: associações culturais e recreativas, clubes desportivos, sindicatos, Casas do Povo, Centros da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, hospitais, estabelecimentos prisionais, empresas de comércio e indústria, e cursos de educação de adultos.

As publicações de doutrina e educação eram, segundo Macedo (1953e), constituídas por uma série de livros e folhetos sobre temáticas de interesse para o regime: Doutrina (discursos, legislação, despachos), História Pátria e Geografia de Portugal e do Império; Arte Portuguesa, Etnografia e Folclore; Literatura e Pensamento Portugueses; Educação Moral e Cívica; Educação Familiar; Economia Doméstica e Puericultura, Educação Sanitária e Educação Física e Desporto; Aperfeiçoamento Profissional; Organização Corporativa; Seguro Social e Segurança no Trabalho; Agricultura e Pecuária; Artesanato, e, finalmente Psicologia de adultos e Educação de adultos (didáctica geral e especial).

As exposições e visitas a museus e monumentos constituíram uma nova forma de educar para os valores nacionalistas que o Estado Novo defendia, investindo na “formação do gosto artístico e da cultura histórica do nosso povo e, principalmente, no fortalecimento dos sentimentos de respeito e de amor por tudo o que é belo e português” (Macedo, 1953e:92).

A *Campanha Nacional de Educação de Adultos*, desde o seu arranque, foi pensada para atingir duas finalidades: a primeira de combate ao analfabetismo e, a segunda, de educação para a cidadania.

A segunda fase da Campanha caracterizou-se, sem prejuízo do combate ao analfabetismo, por uma feição nitidamente educativa (Macedo, 1953e). Assim, foi dado maior alcance à divulgação de noções de educação moral, cívica, familiar e sanitária, de organização corporativa e de previdência, de agricultura e pecuária, de história pátria, e de tudo o que pudesse contribuir para uma mais perfeita integração dos iletrados na coletividade nacional.

Para além dos meios referidos, o sucesso da CNEA deveu-se igualmente a um investimento do Estado, sem precedentes, na apoio a:

- Cantinas da Obra das Mães pela Educação Nacional;
- Cantinas Escolares (existentes e novas);
- Vestuário e agasalhos de lã;
- Livros e material escolar, nomeadamente a distribuição gratuita do livro único a milhares de alunos;
- Aquisição de livros pelas caixas escolares com 20% de desconto;
- Refeições gratuitas às crianças de Lisboa e Porto, em colaboração com a Legião Portuguesa e a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho.

Outros aspetos que permitiram o desenvolvimento do programa da Campanha foram os relacionados com a organização do ensino e de ordem pedagógica e didática:

- Análise atenta à experiências feitas noutros países no combate ao analfabetismo;
- Prestígio do professor e da função docente;
- Revisão dos métodos didáticos;
- Formação dos futuros mestres;
- Realização e cursos de aperfeiçoamento pedagógico;
- Adaptação dos programas às necessidades e desenvolvimento mental dos alunos;
- Sentido prático, sóbrio e simples atribuído ao ensino;

- Revisão da rede dos estabelecimentos de ensino e actualização dos respectivos núcleos de acordo com os interesses das crianças;
- Organização do recenseamento escolar;
- Preocupação em integrar a escola rural no seu ambiente próprio;
- Esforços para fomentar um estreito contacto entre o professor e a família do aluno e para fazer dos agentes de ensino verdadeiros apóstolos de acção social e educativa no meio em que exercem [funções].
- Criação de classes especiais para instáveis ou atrasados mentais;
- Aumento do pessoal da Direcção Geral e das Direcções Distritais Escolares;
- Elaboração de uma das mais completas legislações do mundo sobre a escolaridade obrigatória.

A diminuição dos alunos por turma foi, igualmente, um aspeto considerado, não tendo sido aplicado pela falta de agentes de ensino. As turmas eram constituídas por 35 alunos por turma, nas escolas, e 25 nos postos escolares.

No segundo ano de vigência do *Plano Nacional de Educação Popular* e da *Campanha Nacional de Educação de Adultos*, os resultados da ação encetada foram surpreendentes:

Número de crianças matriculadas pela primeira vez	40.000
Número de escolas a funcionar	1.840
Número de postos escolares a funcionar	1.127
Número de cursos de educação de adultos	5.345
Número de matriculas de adolescentes e adultos (total)	227.000
Número de alunos aprovados em exame	35.000

Quadro 29 – Resultados do PNEP no segundo ano de existência

A Igreja Católica teve, igualmente, um papel interventivo em relação ao *Plano Nacional de Educação Popular*, nomeadamente em relação à escolarização das crianças e ao cumprimento da escolaridade obrigatória. Numa nota oficiosa emanada da Reunião

Plenária do Episcopado Português e publicada nos jornais de 24 de dezembro de 1952, o apelo aos fiéis foi claro:

A Igreja apela aos pais e encarregados de educação para que façam quanto em si esteja para que os ditos [filhos ou pupilos] não faltem à escola; no caso de dificuldades oriundas do facto de a criança ser pobre, pode, sempre que for o caso, apelar-se cordatamente para a Assistência escolar através das Caixas e Cantinas escolares, senão mesmo promovendo-se ou ajudando-se a criação ou expansão dessas instituições (s.a, 1954a:136).

As Bibliotecas Escolares vão adquirir uma importância e um estatuto nunca alcançado até então. Ao longo do período 3, vão ser criadas centenas de *Bibliotecas Junto das Escolas Primárias*, acompanhadas e incentivadas pelo Governo, quer ao nível da instalação e organização, quer ao nível do funcionamento e animação e promoção da leitura. Ou seja, a instalação de bibliotecas em todo o País constituiu um passo decisivo no combate ao analfabetismo e a promoção da leitura tornou-se um aspeto fundamental do acesso ao conhecimento, tanto mais que “O analfabeto é sempre um ser diminuído, um mutilado, um homem inferior na escala dos valores humanos” (Mateus, 1953:843).

Portanto, o Governo iniciou um programa de instalação de Bibliotecas Escolares, tendo sido constituídas, logo em 1954, as primeiras 350 bibliotecas (de um total de 1180), e tendo sido mobilizados 30.000 livros e 100.000 folhetos e revistas, sob a orientação do Serviço de Escolha de Livros para as Bibliotecas das Escolas Primárias. Algumas das bibliotecas instaladas tiveram o apoio financeiro de particulares e empresas, bastando para a instalação de uma biblioteca a quantia de 2.000\$00.

O Serviço de Escolha de Livros tinha como função selecionar as espécies de cada biblioteca, remeter o fundo documental à BE, dar parecer sobre a incorporação na biblioteca de livros oferecidos, fixar as regras pelas quais as bibliotecas escolares se haviam de reger (Regulamento Interno) e requalificar as bibliotecas que demonstrassem maior movimento de leitura, enviando-lhes uma 2ª remessa de livros.

A organização da BE passou pela elaboração de um conjunto de procedimentos aos quais deviam obedecer todas as bibliotecas que fossem criadas a partir do *Plano Nacional de Educação Popular*. Um dos aspetos a privilegiar era a existência em cada BE de uma boa organização catalográfica, podendo os catálogos a criar ser, como vimos:

- Onomástico ou Geral – ordenado pelo nome dos autores;
- Disdascálico – alfabetado pelo título dos livros;
- Sistemático – classificado por assuntos;
- Ideográfico – quando o título é o assunto particular e especial de cada obra;
- Topográfico – organizado pela cota ou numeração das estantes (para uso exclusivo dos serviços internos).

A publicação do Regulamento das Bibliotecas Rurais Junto das Escolas Primárias constituiu um momento crucial de afirmação das BE como serviço essencial à promoção da leitura das crianças, jovens e adultos das populações rurais. Estas bibliotecas começaram a ser organizadas segundo um conjunto de normas e procedimentos que o Ministério da Educação Nacional pretendia ver observados por todas. O referido Regulamento foi organizado em 4 capítulos:

- Capítulo I – Criação, Instalação, Mobiliário e Recursos Humanos da Biblioteca;
- Capítulo II – Recepção do fundo documental e sua organização: tratamento documental (catalogação, classificação e cotação);
- Capítulo III – Leitura, requisição e empréstimo de livros;
- Capítulo IV – Dinamização da leitura, e estatística de utilização.

Para além dos 4 capítulos, o Regulamento era acompanhado por um anexo intitulado *Instruções aos Agentes de Ensino sobre a Organização e Funcionamento das Bibliotecas*, subdividido em 7 partes (ver Anexo 15):

- A – Recepção e inventariação das espécies;
- B – Ordenação do catálogo;
- C – Arrumação nas estantes;
- D – Empréstimo para leitura;
- E – Preceitos a difundir quanto à utilização dos livros;
- F – Reuniões de leitores;
- G – Estatística.

Estava criado, assim, o principal instrumento de orientação das Bibliotecas Escolares das escolas rurais, com o qual se pretendia criar uma nova dinâmica de leitura em zonas do território português desprovidas de livros e de hábitos de leitura.

1.3.3. Orientações e Princípios Pedagógicos da EP, EN e BE entre 1952 e 1959

As orientações e princípios pedagógicos transmitidos nos artigos do sub-corpus 3, relativamente aos três eixos de análise do nosso estudo, distribuem-se do seguinte modo:

Escola Portuguesa	Estado Novo	Biblioteca Escolar
<ul style="list-style-type: none"> Promoção da leitura 	<ul style="list-style-type: none"> Combate ao analfabetismo 	<ul style="list-style-type: none"> Criação de Bibliotecas Escolares Promoção da leitura
<ul style="list-style-type: none"> Promoção da criança 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento da escolaridade obrigatória 	
	<ul style="list-style-type: none"> Adequação do ensino ao mundo rural 	
	<ul style="list-style-type: none"> Campanha de educação de adultos 	

Quadro 30 – Orientações e Princípios Pedagógicos da EP, EN e BE entre 1952 e 1959

A Escola Portuguesa, envolvida no combate ao analfabetismo, começa a consciencializar-se da importância da criança e dos métodos de aprendizagem. O sucesso escolar passa pela justa adequação das estratégias de aprendizagem, entre elas, a aprendizagem da leitura.

Neste contexto surgem duas ideias fundamentais e complementares:

- A importância de uma nova atitude face à criança, no sentido de se ter em conta a sua psicologia e as leis do desenvolvimento infantil, de modo a criar-se uma escola viva, alegre e criativa, procurando adotar os aspetos positivos da Escola Activa.

- A instalação de bibliotecas acessíveis, atraentes, capazes de disponibilizar bons serviços, pois *abrir uma biblioteca é fechar uma taberna* (Dordonnat, 1957:34).

A literatura, porém, deve ter um valor educativo, situação que nem sempre se verifica, nomeadamente os “livros de aventuras tão do gosto da juventude(...)são(...)o elogio da violência” (Dordonnat, 1957: 34).

O combate ao analfabetismo foi, como já referimos, o grande objetivo do Estado Novo. Para o conseguir, o Diretor Geral do Ensino Primário, através de uma circular aos Diretores dos Distritos Escolares (circular Lº 23-A Nº1013), aponta algumas medidas:

- Conseguir autorização para estabelecimentos de ensino em localidades privadas de instalação;
- Propor urgentemente a criação dos estabelecimentos de ensino (escolas ou postos escolares);
- Propor a criação de escolas em localidades servidas por postos escolares com frequência excessiva;
- Propor a fusão de postos escolares numa escola mista ou numa escola para cada sexo “sempre que o número de recenseados, de matriculados e frequência média o justifique”(s.a., 1952:674).

As medidas preconizadas mostravam-se, por si só, insuficientes. Era necessário envolver as pessoas e as empresas. Elas, como sabemos, foram impelidas pelo Governo a participar neste programa nacional. A instrução era tão vantajosa para o trabalhador como para a empresa, constituindo um fator de riqueza nacional. A evidência da instrução foi, assim, anunciada:

É indiscutível que uma boa instrução traz grandes vantagens ao trabalhador: desenvolve as suas faculdades de atenção, apura-lhe o espírito de observação, estimula a sua actividade mental, torna-o mais confiante, mais inteligente e mais apto a aperfeiçoar-se no exercício da sua profissão (...) uma boa instrução traz grandes vantagens ao trabalhador e constitui factor importante na produção da riqueza (...) o desenvolvimento do ensino se traduz sempre em acréscimo do rendimento nacional (s.a., 1953b:378).

A instrução, constituindo um fator de riqueza nacional, vai tornar-se um aspecto-chave da atenção do Governo. É com este objetivo que a *Campanha Nacional de Educação de Adultos* vai encontrar os meios para alfabetizar e promover culturalmente as populações, investindo na exibição de filmes, no teatro da Mocidade Portuguesa, na divulgação de factos históricos importantes, na visita a museus e monumentos e na promoção da leitura de jornais, revistas e livros de carácter educativo, onde se divulgavam “noções de educação moral e cívica, economia doméstica e educação familiar, organização corporativa, previdência, higiene e defesa da saúde, agricultura e pecuária, bem como os acontecimentos mais notáveis da nossa história e a posição de Portugal no mundo” (Macedo, 1953d:50).

A luta contra o analfabetismo não atingiu os resultados esperados em todos os distritos. Tal situação levou o Subsecretário de Estado da Educação Nacional a determinar que os Directores Escolares acompanhassem melhor o desenvolvimento da *Campanha Nacional de Educação de Adultos* e a sua intervenção no processo de alfabetização. De entre as orientações dadas, salientamos as seguintes:

- Manutenção da acção desenvolvida pela imprensa regional, divulgando notícias, informações e artigos, na imprensa e na rádio;
- Envolvimento de um número alargado de pessoas sob a orientação das *Comissões Regionais*;
- Colaboração das autoridades e corpos administrativos, organizações corporativas e de previdência, os párocos, as associações culturais e desportivas e voluntários contra o analfabetismo;
- Intervenção das comissões de freguesia ou de núcleos escolares, pároco, presidente da junta, regedor, agentes de ensino, dirigentes corporativos e desportivos, industriais, comerciantes e proprietários esclarecidos e pessoas cultas;
- Colaboração das *Comissões de Freguesia* e das autoridades para execução da obrigatoriedade de ensino e para acompanhamento das acções da Campanha.
- Edição de livros de carácter cultural e educativo;
- Formação de bibliotecas, com publicações devidamente seleccionadas de acordo com as indicações dos serviços competentes;

- Concessão de todas as facilidades possíveis, mormente a da redução de horário de trabalho, aos operários inscritos nos cursos das empresas e, particularmente, às assalariadas com família constituída e filhos pequenos;
- Atribuição de prémios aos professores ou operários que mais se evidenciem, pelo ensino e pelo aproveitamento;
- Atribuição de livros e material escolar aos trabalhadores que desejem melhorar a sua preparação profissional ou a sua cultura;
- Protecção continuada e efectiva à obra de assistência escolar;
- Concessão de bolsas de estudo aos filhos dos trabalhadores que mais se distingam nos estudos;
- Organização de excursões, de visitas a museus e monumentos nacionais e de programas culturais e recreativos destinados a preencher com dignidade as horas livres dos trabalhadores, especialmente os que frequentam cursos de educação de adultos.

Sendo a escolarização um fator de progresso social, originou inesperadamente o êxodo das pessoas do campo para a cidade, situação que o Governo quis evitar, lançando um conjunto de medidas tendentes a promover a fixação das pessoas ao mundo rural. Entre as medidas tomadas, Macedo (1954a) refere as seguintes:

- Favorecer a ligação da escola ao meio rural em que se integra, de modo que seja possível provocar nos alunos marcado interesse pelos trabalhos agrícolas e amor consciente pela vida dos campos;
- Adoptar medidas para uma melhor formação social dos professores, de modo a compreenderem e a viverem os problemas das comunidades locais;
- Realizar, junto das Escolas do Magistério Primário, cursos especiais sobre assuntos relacionados com a vida rural, destinados aos alunos daqueles estabelecimentos de ensino, professores e regentes dos postos escolares, em estreita colaboração com os Serviços de Agricultura, Pecuária e Florestais do ministério da Economia;
- Obter a colaboração de técnicos que possam colaborar nos cursos de aperfeiçoamento pedagógico dos professores;

- Publicar livros destinados ao ensino primário ou à educação supletiva dos adultos, onde esteja presente o amor pela vida do campo e pelos trabalhos agrícolas;
- Publicar artigos ligados à vida rural no boletim pedagógico da Direcção Geral do Ensino Primário e no jornal “A Campanha”;
- Solicitar intervenção do Instituto Superior de Agronomia, na solução dos diversos problemas nacionais de ordem material e cultural;
- Promover nas escolas demonstrações de técnicas agrícolas;
- Requisitar aos Serviços Pedagógicos da Direcção Geral do Ensino Primário fitas de cinema sobre a vida agrícola;
- Integrar, nas sessões da Campanha Nacional de Educação de Adultos, algumas fitas respeitantes à agricultura, pecuária, higiene e defesa da saúde dos centros rurais;
- Promover palestras e elaborar folhetos para distribuir nas missões culturais da Campanha;
- Realizar visitas a explorações agrícolas para possibilitar aos alunos a observação de variadas tarefas agrícolas e pecuárias;
- Criar museus etnográficos junto das escolas primárias que deverão incluir reproduções, gravuras ou exemplares mais característicos da produção agrícola, pecuária ou silvícola local, ou animais úteis e nocivos à agricultura;
- Elaborar um manual elementar, sobre as mais rudimentares noções de agricultura e pecuária;
- Criar uma secção especializada no jornal “A Campanha”;
- Disponibilizar livros sobre agricultura e pecuária na Biblioteca Central da Campanha e nas bibliotecas móveis;
- Disponibilizar literatura alusiva à vida no campo nas Bibliotecas das Escolas Primárias a serem brevemente instaladas;
- Apoiar o ensino na observação do ambiente e utilizá-lo como recurso didático;
- Promover a plantação de pelo menos uma árvore, por cada aluno, em cada ano lectivo;
- Realizar visitas aos rios e outros recursos hídricos, a fim de criar nas crianças e nos adultos, a noção do valor económico, turístico e desportivo que os peixes podem representar para o País;

- Criar na criança dos centros urbanos interesse pela vida do campo;
- Atribuir galardões e prémios pecuniários aos professores que se distinguirem na sua missão pedagógica e social, no âmbito dos cursos de adultos dos meios rurais.

O período 3, como vimos, foi o período da especialização das Bibliotecas Escolares. O seu primeiro e grande objetivo continuou a ser a promoção da leitura, mas esta ganha uma dimensão nova, alarga o seu campo de atuação, organizando e estruturando os seus serviços, de modo a poder prestar um serviço mais eficaz.

Para além da publicação do *Regulamento para as Bibliotecas Rurais Junto das Escolas Primárias*, que já enunciámos, vão ser publicados vários artigos com indicações técnicas relativas à organização dos catálogos ou à dinamização da leitura.

A criação das Bibliotecas Escolares foi fortemente impulsionada, como sabemos, a partir de 1952, através da ação do Ministro da Educação Nacional Fernando Alexandre Pires de Lima, com a colaboração magistral do Subsecretário de Estado Henrique Veiga de Macedo, que estabeleceu os critérios e os procedimentos de instalação das primeiras bibliotecas, com a execução do *Plano Nacional de Educação Popular* e da *Campanha Nacional de Educação de Adultos*.

Os critérios e as orientações emanadas do ministério foram acompanhadas, no terreno, pelo Serviço de Escolha de Livros.

As determinações estabelecidas para a criação das Bibliotecas Escolares obedeciam a princípios que tinham em conta as necessidades das populações, a qualidade dos espaços, a adesão dos municípios e a existência de recursos humanos que garantissem o seu bom funcionamento. Os Directores dos Distritos Escolares vão ter um papel fundamental na instalação das BE porque:

farão, desde já, estudos tendentes à determinação das escolas onde julguem de maior vantagem que as primeiras bibliotecas sejam instaladas (...) Para este efeito, deverão ser escolhidas as escolas onde exerçam professores capazes de compreender o alto significado das bibliotecas, de utilizar e fazer utilizar os livros com regularidade e ainda de organizar com proveito sessões públicas de leitura (...) Deve ser dada preferência às escolas dos meios rurais, e entre estas às que estão instaladas em edifícios que ofereçam as melhores condições ao normal funcionamento das bibliotecas (s.a., 1954b:272).

As bibliotecas a instalar deveriam ter um espaço próprio, devendo-se evitar as salas de aula. A escolha de livros deveria passar pelas sugestões dos diretores dos distritos escolares, tendo em conta as necessidades das crianças e dos adultos, e os condicionalismos do lugar.

Os mesmos diretores deveriam informar o Serviço de Escolha de Livros sobre o estado das bibliotecas existentes, a data da sua criação e o estado de conservação do respetivo fundo documental, com indicação dos autores e do movimento anual médio de leitores.

O papel das bibliotecas, sobretudo nas localidades rurais, passou a ser considerado um papel decisivo em termos culturais, morais e profissionais, propiciando “uma ocupação sadia e recreativa aos trabalhadores nos seus tempos livres” (s.a., 1954b:273).

Relativamente à instalação de novas bibliotecas, a primeira ideia a ser veiculada foi a da organização catalográfica. Esta é essencial para prestar um serviço eficaz aos utilizadores, disponibilizando, de forma organizada, o respetivo fundo documental. Dos cinco tipos de catálogos existentes, é aconselhada a disponibilização de três: o catálogo Onomástico ou Geral (ordenado segundo o nome dos autores), o catálogo Didascálico (alfabetado pelo título dos livros) e o catálogo Sistemático (organizado por assuntos).

Para a organização dos catálogos, deveriam ser usados verbetes de cartolina branca pautada e para cada secção dos catálogos sistemáticos podiam ser usados verbetes de cartolina colorida, diferente para cada assunto.

Os catálogos onomásticos eram considerados os mais importantes, devendo a referida catalogação obedecer às seguintes orientações específicas:

- No cabeçalho: nome da obra e do autor, com os apelidos literariamente mais conhecidos;
- Descrição do rosto do livro com todas as indicações necessárias para identificar a obra;
- Data e local de impressão, com o nome da casa tipográfica e da livraria ou do editor;
- Colação: descrição da natureza da encadernação ou brochura, formato, dimensões, número de páginas numeradas e não numeradas, número de folhas de estampas, gravuras, mapas, etc.;

- Nome e número da colecção a que porventura a obra possa pertencer;
- Cota: lugar que se destina ao livro, com a indicação do número ou nome da sala, número da estante e da prateleira;
- Registo no canto [inferior] direito o número do livro no registo de entrada das espécies.

Estas orientações permitiam uniformizar procedimentos, garantindo, como vimos, uma organização sistematizada das Bibliotecas Escolares.

O grande momento de sistematização do trabalho relativo às Bibliotecas Escolares, sobretudo das bibliotecas das zonas rurais, foi a publicação do respetivo Regulamento, cuja execução teve, como referimos, o acompanhamento especializado do Serviço de Escolha de Livros, que detinha as seguintes funções:

- Seleccionar as espécies de cada biblioteca;
- Remeter o fundo documental à biblioteca;
- Dar parecer sobre a incorporação na biblioteca de livros oferecidos;
- Fixar as regras de funcionamento das bibliotecas (Regulamento Interno).

O Regulamento das Bibliotecas Rurais Junto das Escolas Primárias (s.a.,1956 publicado no Boletim *Escola Portuguesa*⁶ foi dividido, como sabemos, em 4 capítulos, abrangendo cada capítulo uma área específica. Os artigos que a seguir destacamos pretendem demonstrar que existiam, desde o início da criação das Bibliotecas Escolares, um conjunto de procedimentos que asseguravam o seu bom funcionamento, respondendo, assim, com eficácia, às necessidades dos seus potenciais utilizadores. Atualmente, estes princípios continuam, na sua maioria, válidos, embora os procedimentos tenham sido melhorados e otimizados devido, em parte, à modernização

⁶ O Regulamento publicado no Boletim *Escola Portuguesa* não possui as *Instruções aos Agentes de Ensino sobre a Organização e Funcionamento das Bibliotecas*, anexo à publicação oficial do Ministério da Educação Nacional. Este anexo incluía instruções sobre a Recepção e Inventariação das Espécies; Ordenação do catálogo; Arrumação nas estantes; Empréstimo para leitura; Preceitos a difundir quanto à utilização dos livros e Reunião de leitores.

provocada pela introdução das novas tecnologias, não só ao nível da catalogação dos documentos, como ao nível da gestão dos serviços (consulta, empréstimos e levantamento estatístico), bem como à criação da Rede de Bibliotecas Escolares que tem produzido e divulgado, desde a sua criação, um conjunto de orientações relativas à instalação, funcionamento e organização das Bibliotecas Escolares, tornando as BE espaços e serviços adequados às exigências e necessidades da escola atual e da sociedade da informação e do conhecimento em que vivemos.

Neste Regulamento foram contempladas, em termos gerais, as diferentes fases de organização e gestão da informação: instalação, registo, catalogação, classificação, cotação, leitura, requisição, dinamização. Destes aspetos destacamos os artigos:

Capítulo I – Criação, instalação, mobiliário e recursos humanos da Biblioteca

art.º 1º - As bibliotecas rurais junto das escolas primárias destinam-se a proporcionar leituras tanto aos alunos do ensino primário como aos jovens e adultos, residentes nas localidades onde elas estão instaladas (...);

art.º 3º - Funcionam junto das escolas do ensino primário, sempre que possível dentro do edifício escolar, ou anexo, e em sala própria se houver uma disponível;

art.º 4º - Nas localidades onde haja várias escolas do ensino primário (...) a biblioteca funciona na escola masculina da sede do núcleo escolar, ou então naquela que oferecer melhores condições;

art.º 6º - O professor da escola onde está instalada uma biblioteca é o responsável pela sua guarda e utilização (...);

art.º 8º - Não dispondo a escola de sala (...) será esta instalada ou na cantina, se a houver, ou na sala de aula mais vasta e iluminada (...);

art.º 9º - A aquisição de mobiliário, que é considerado mobiliário escolar, é feita a expensas do município;

Capítulo II - Recepção do fundo documental e sua organização: tratamento documental (catalogação, classificação e cotação)

art.º 13 – Após a conferência da remessa, o professor-director da biblioteca faz a inscrição de cada espécie no “Livro de Inventário da Biblioteca”, atribuindo-lhe um número de ordem, que escreve com tinta vermelha, por debaixo do carimbo de óleo impresso na página de rosto de cada volume e, em data oportuna, dá as

espécies recebidas à carga no respectivo mapa de cadastro, dos bens do Estado (...);

art.º 14- único – O catálogo será posto à disposição dos leitores, para consulta, a fim de lhes facilitar a escolha das suas leituras, para o que em regra, contêm os verbetes um resumo do conteúdo da obra, assim como a indicação da idade a que a respectiva leitura é mais adequada;

art.º 15- As espécies são classificadas em dez secções distintas⁷, designadas com numeração romana, e cada uma dessas secções comporta um certo número de subdivisões, designadas com letras do alfabeto.

Capítulo III – Leitura, requisição e empréstimo de livros

art.º 16º - Em todos os dias úteis, excepto durante as férias oficiais...haverá dois períodos de empréstimo para leitura: um imediatamente a seguir à conclusão dos tempos lectivos, com a duração mínima de duas horas, e outro ao fim da tarde, ou à noite, com horário variável, consoante as conveniências ou os hábitos dos locais;

art.º 17º - O empréstimo das espécies para leitura é feito mediante requisição em duplicado, preenchida pelo leitor e apresentada ao professor encarregado de presidir ao serviço de empréstimo;

1º - Da requisição devem constar as seguintes indicações: nome do requisitante, morada, profissão e idade; nome do autor e título da obra que deseja consultar, data e assinatura.

art.º 19º - Para leitura domiciliária só será autorizada a requisição de uma espécie de cada vez (...);

art.º 21º - Qualquer espécie requisitada para leitura domiciliária deve ser devolvida à biblioteca no prazo máximo de 15 dias (...);

único – Se a leitura não tiver sido terminada dentro do prazo fixado de 15 dias, pode o leitor renovar a requisição de qualquer espécie, no caso de não haver já pedido de outro leitor para a mesma obra;

art.º 25º - O extravio das espécies requisitadas (...) obrigam o requisitante a reembolsar a biblioteca pela importância da avaliação, conforme as normas legais vigentes.

⁷ A classificação era dividida em 10 temas, organizados segundo um esquema próprio, não tendo sido adotada a Classificação Decimal Universal ou outra com a mesma autoridade. Os temas utilizados foram: I – Religião. Moral. Apologética; II – Educação; III – Estudos da Língua e da Literatura Portuguesas; IV – História. Geografia. Viagens; V- Hagiografias. Biografias; VI – Sociologia; VII- Poesia. Romance e Conto. Teatro; VIII – Iniciação à Arte. Folclore. Regionalismo; IX – Divulgação da Ciência das Técnicas; X – Publicações Periódicas.

Capítulo IV – Dinamização da leitura e estatística de utilização

art.º 28º – Os professores organizarão grupos de alunos das classes primárias que já tenham lido a mesma obra, ou obras do mesmo género, e promoverão reuniões (...) para verificarem a forma como cada um assimilou as leituras (...) Também poderão os agentes de ensino utilizar os livros das bibliotecas para exercícios escolares, tirando assim o maior proveito deles;

2º - Esta actividade circum-escolar, nada tendo de comum com as lições ministradas na aula, de forma alguma deve deixar nas crianças a impressão de se tratar de mais uma disciplina; ao contrário, será conduzida de maneira a interessá-las vivamente pela leitura (...);

art.º 29º - O professor-director da biblioteca preencherá, ao findar de cada ano lectivo, e com referência ao período de 1 de agosto do ano anterior a 31 de julho do ano em curso, o mapa estatístico (...) o qual será remetido, directamente ao Serviço de Escolha de Livros para as Bibliotecas Junto das Escolas Primárias, até 31 de agosto de cada ano.

A novidade do Regulamento publicado em 1956, reside no capítulo IV, sobretudo os aspetos relacionados com a leitura e com a sua compreensão, sendo referido, no artº 28º, a importância da utilização dos livros da biblioteca para a realização de exercícios escolares, aproximando, assim, a biblioteca do currículo.

Relativamente ao documento anexo, *Instruções aos Agentes de Ensino sobre a Organização e Funcionamento das Bibliotecas*, são dadas orientações precisas sobre a receção dos livros na Biblioteca Escolar, o registo, as espécies não inventariadas, a ordenação do catálogo, a arrumação dos livros nas estantes, o empréstimo domiciliário, o levantamento estatístico das requisições domiciliárias e a idade do leitor, a classificação dos livros tendo em conta as idades dos leitores, os conselhos e procedimentos a adotar pelos leitores relativamente à preservação dos livros requisitados e a promoção cultural através da reunião de leitores e o levantamento estatístico do movimento da BE.

De todos os aspetos abordados no referido documento destacamos para o empréstimo domiciliário, a necessidade de ser o professor a aconselhar as leituras e a adequação do livro à faixa etária do leitor. Assim, os livros disponíveis nas Bibliotecas Escolares deveriam ser classificados em 6 grupos etários:

Grupo A – leitores até aos 10 anos;

Grupo B – leitores entre os 10 e 12 anos;

Grupo C – leitores dos 12 aos 14 anos;

Grupo D – leitores dos 14 aos 18 anos;

Grupo E – leitores maiores de 18 anos;

Grupo F – Agentes de ensino.

Outro aspeto relevante no mesmo documento é o conjunto de cuidados que os leitores deveriam ter para a preservação dos vários documentos como: “Não desfolhar os livros com mãos sujas”, “As páginas devem ser sempre desfolhadas pelo ângulo superior direito, sem ensalivar os dedos”, ou “As leituras nunca devem ser marcadas dobrando as pontas das folhas”, entre outros.

Os agentes do ensino tornaram-se, assim, essenciais na conquista dos objetivos traçados de promoção da leitura:

Nas escolas onde estiverem instaladas bibliotecas, eles [os professores] saberão extrair o máximo rendimento desse capital de ideias e de sentimentos, facilitando o movimento de livros, realizando sessões de leitura com explicações ou comentários dos trechos que forem lidos, mostrando a riqueza e a beleza da nossa Língua e lembrando o dever de todos os portugueses aprenderem a falar e a escrever sem erros, na certeza de que isso também é servir Portugal (s.a., 1955a:506).

A dinamização da leitura passa a constituir um dos aspetos mais importantes das novas Bibliotecas Escolares. Como referiu o ministro Leite Pinto, *O gosto da leitura faz parte da educação que a escola tem que dar* (s.a., 1957b:382).

O gosto pela leitura exige, no entanto, alguns cuidados que o professor e o diretor da biblioteca devem ter em conta:

O gosto pela leitura só será conseguido se se proceder de forma a que as crianças possam associar aos livros ideias de satisfação e de prazer (...) Depois é preciso habituar os alunos a compreender o que lêem (...) Não se lê de vontade o que não se compreende, mas, quando se entende o que se lê, a leitura, além de tornar-se ocupação agradável, gera naturalmente a reforma da mentalidade pela assimilação das ideias contidas nos textos lidos (s.a., 1957b:382).

A compreensão da leitura passa a adquirir um lugar central na aquisição de competências a desenvolver e, nesse sentido, o diretor da biblioteca passa a ter um papel crucial, devendo atualizar-se acerca dos livros que constituem a coleção da respectiva BE e, assim, poder aconselhar e orientar adequadamente o leitor.

O elogio da leitura e da sua importância como capital cultural não pode ser descuidado. Ele só rende na medida em que for aplicado, sendo de todo desejável que os livros fiquem ao alcance das pessoas a quem se destinam, em lugares acessíveis, junto das escolas. Estava-se, então, “pode dizer-se na hora das bibliotecas escolares. Dispomos de livros adequados. Não devem faltar também as respectivas instalações, e estas hão-de obter-se pela cooperação de todos” (s.a., 1957:414).

Mas, que livros faziam parte do fundo documental das Bibliotecas Escolares, recém constituídas? A escolha do fundo documental para as Bibliotecas Escolares assentou em duas grandes tipologias: livros recreativos e livros instrutivos: *romances, contos, narrativas históricas, obras de formação moral, de técnica agrária, de divulgação da vida ultramarina, geografia, etc.* (s.a., 1955b:507).

No conjunto dos livros selecionados vão passar a ter maior expressão os livros de literatura infantil e de literatura para jovens e adultos. Relativamente à adequação da coleção e à quantidade e qualidade dos espaços das Bibliotecas Escolares, as opiniões divergem:

Lamentamos que uma grande parte da literatura economicamente viável e de apresentação vistosa, seja lamentável, quanto ao valor educativo. Os livros de aventuras, tão do gosto da juventude, que se vêem à venda e nas mãos dos rapazes, são (...) o elogio da violência (...) O ciclo literário das aventuras do “far-west” americano, com centenas de obras que se vendem aos milhares de exemplares, e cujos heróis são os que mais habilmente manejam as armas de fogo, está a ser impunemente responsável pela degradação moral duma geração (Dordonnat, 1957).

Paralelamente, as críticas voltaram-se para a desadequação da coleção ao mundo rural e aos interesses e exigências das pessoas do campo, pois a grande parte dos livros existentes refletem sobretudo a cultura urbana. Torna-se essencial evitar o envio de livros estranhos ao público do campo, cuja cautela deve ser *redobrada quando se trate de bibliotecas rurais, devido ao carácter peculiar da população campesina* (s.a., 1956a:10).

Por outro lado, parte da literatura urbana era vista como nefasta constituindo um elemento de deformação dos bons costumes.

Por isso, devem evitar-se livros onde a ilustração seja predominante, tornando-se “indispensável criar uma literatura de iniciação para o povo dos campos (...) abrindo novos caminhos à cultura popular em Portugal” (s.a., 1956a:10).

A quantidade e qualidade dos espaços são, também, aspetos sensíveis que importa acautelar, já que estes envolvem algum investimento financeiro, nem sempre disponibilizado. É o caso da dificuldade de participação dos municípios na instalação das Bibliotecas Escolares, dado que:

muitas autarquias declararam incomportáveis não só as despesas com a aquisição do mobiliário e do material para os novos edifícios, como as despesas mais pequenas (...) de renovação do mobiliário e material didático e mesmo de limpeza (...) Apesar de haver muito quem enalteça por palavras o valor da educação e da instrução popular, nem sempre se vêem actos que lhes correspondam (s.a., 1957c:414).

As ideias de desadequação da coleção e da qualidade dos espaços das Bibliotecas Escolares rurais vão originar algumas (poucas) críticas ao esforço empreendido pelo Estado Novo na cultura, nomeadamente através da instalação das BE. É o caso da opinião de Rodrigues (1959), ao afirmar que não podemos exhibir em Portugal uma só biblioteca infantil digna desse nome, quando comparadas com as bibliotecas infantis de algumas cidades europeias, como Oxford ou Bremen, que eram bibliotecas agradáveis, modernas, funcionais, de excelente bom gosto:

As janelas rasgadas, a iluminação interior criavam um ambiente de bem estar que incitava à permanência. As estantes metálicas abriam as suas riquezas à voracidade de mil pequenos leitores de vários tamanhos; um móvel especial iniciava-os nos segredos da catalogação e da classificação decimal, e o princípio da liberdade de acesso às estantes saciava todas as ambições (...) Quem escreverá um dia em Portugal um poema assim? (Rodrigues, 1959:12).

Esta distância levaria, ainda, alguns anos a esbater, mesmo se alguma consciência começava a inquietar os verdadeiramente interessados na mudança cultural do País.

Retomando a nossa meta-análise, e sintetizando, os temas abordados, no sub-corpus 3, que mais contribuíram para consciencializar os leitores para a missão da Biblioteca Escolar, foram os seguintes:

Assunto	Nº de artigos
Formar o carácter	2
Combater o analfabetismo funcional	3
Elevar a cultura popular	4
Desenvolver o gosto pela leitura	5
Adequar a colecção da BE ao público leitor	2

Quadro 31 – Temas abordados sobre a BE entre 1952 e 1959

Das ideias expressas sobre a missão da BE, ao longo do período 3, são evidenciadas três:

- A biblioteca escolar é um instrumento para combater o analfabetismo funcional, ou seja, a leitura não é um fim em si mesma, mas serve para compreender melhor a realidade, tendo como fim o conhecimento;
- O combate ao analfabetismo passa por elevar a cultura popular. A formação nas diversas áreas da atividade humana passa a preocupar a BE, nomeadamente ao nível da coleção;
- O desenvolvimento do gosto pela leitura, assente na organização de atividades de dinamização, tendo em conta o prazer de ler, para, através da compreensão dos textos, se extrair da leitura um capital de ideias e sentimentos que estimulem o desenvolvimento intelectual.

A par das ideias referidas, foi dada importância à adequação da coleção, sobretudo em relação à população dos meios rurais, que não beneficiava de uma literatura adequada às suas necessidades e interesses, podendo, assim, tornar-se vítima da deformação da literatura própria dos meios urbanos.

1.4. A Escola Portuguesa, o Estado Novo e a Biblioteca Escolar entre os anos de 1960 e 1974

1.4.1. Missão da Escola Portuguesa, Estado Novo e Biblioteca Escolar entre os anos de 1960 e 1974

Os conceitos abordados no período 4, relativamente à missão da EP, EN e BE, são os seguintes:

Conceitos	Conceitos associados	Nº de Referencias
<ul style="list-style-type: none"> Difundir o livro 	<ul style="list-style-type: none"> Difundir a cultura Portuguesa Enriquecer culturalmente Formar e Instruir Actualizar conhecimentos Expandir a cultura Preparar Intelectualmente Formar o carácter Desenvolver o gosto pela leitura Despertar a curiosidade e o saber Proporcionar o avanço da educação 	15
<ul style="list-style-type: none"> Especializar profissionalmente 	<ul style="list-style-type: none"> Permitir uma formação mais alargada Reduzir o analfabetismo funcional 	3
<ul style="list-style-type: none"> Permitir o acesso de todos ao ensino 	<ul style="list-style-type: none"> Criar igualdade de oportunidades 	2
<ul style="list-style-type: none"> Ensinar a coeducação 	<ul style="list-style-type: none"> Formar indivíduos atuantes e livres 	2

Quadro 32 – Conceitos abordados na missão da EP, EN e BE entre 1960 e 1974

Dos conceitos abordados nos artigos do sub-corpus 4, ressalta com grande evidência a importância do livro (e da Biblioteca Escolar): *Difundir o livro* (15 referências). O livro entendido como difusor de cultura, de instrução, instrumento essencial à construção do conhecimento e do saber, ao ponto de constituir um fator de avanço da própria educação.

Depois, mas com bastante menos referências (3) o conceito de *Especializar profissionalmente*. Este conceito surge intimamente ligado a outro dois conceitos: *Permitir uma formação mais alargada* e *Reduzir o analfabetismo funcional*, conceitos essenciais num período de forte modernização da sociedade, motivada pelo desenvolvimento científico e tecnológico da segunda metade do século XX.

Por fim, surgem dois conceitos fundamentais no processo de democratização da sociedade portuguesa: *Permitir o acesso de todos ao ensino* e *Criar igualdade de oportunidades*; *Ensinar a coeducação* e *Formar indivíduos actuates e livres*.

A escolaridade obrigatória passa para seis e oito anos ao longo do período 4, procurando responder-se, assim, aos desafios impostos pela modernização da sociedade e à necessidade de se apostar numa formação mais especializada e sólida.

Um dos aspetos focados e que merece ser destacado é a aposta na coeducação, ou seja, na formação conjunta dos sexos, que até então não era considerada: os alunos eram educados em salas de aula separadas, consoante o sexo.

Dividindo os conceitos referidos no período 4, pelos três eixos de análise, encontramos a seguinte distribuição:

Escola Portuguesa	Estado Novo	Biblioteca Escolar
	<ul style="list-style-type: none"> • Difundir a cultura Portuguesa • Desenvolver o gosto pela leitura 	<ul style="list-style-type: none"> • Difundir o livro • Enriquecer culturalmente • Formar e Instruir • Actualizar conhecimentos • Expandir a cultura • Preparar Intelectualmente • Formar o carácter • Desenvolver o gosto

		pela leitura <ul style="list-style-type: none"> • Despertar a curiosidade e o saber • Proporcionar o avanço da educação
<ul style="list-style-type: none"> • Especializar profissionalmente 	<ul style="list-style-type: none"> • Permitir uma formação mais alargada 	
<ul style="list-style-type: none"> • Promover a coeducação 	<ul style="list-style-type: none"> • Permitir o acesso de todos ao ensino • Criar igualdade de oportunidades 	

Quadro 33 – A missão da EP, EN e BE entre os anos de 1960 e 1974

No sub-corpus 4, a promoção da leitura, *Difundir o livro*, e a difusão da cultura, nomeadamente *Difundir a cultura portuguesa*, surgem como missão conjunta do Estado Novo e da Biblioteca Escolar. Às Bibliotecas Escolares são associadas as Bibliotecas Circulares e a Coleção Educativa, formas encontradas pela *Campanha Nacional de Educação de Adultos*, para levar o livro e a cultura portuguesa aos locais rurais, mais recônditos.

Em 1965, o País possuía cerca de 3000 bibliotecas, cada uma com um público diferente e com necessidades próprias. Responder com eficácia às necessidades manifestadas era uma tarefa do professor-director. A ele cabia a função de sugerir e aconselhar os leitores de forma adequada. O número de bibliotecas não foi, no entanto, suficiente e ficou muito aquém das necessidades, se tivermos em conta o número de escolas e salas de aula existentes neste período (ver Anexo 12).

As novas conceções educativas, baseadas num ensino mais centrado nos alunos e nas suas capacidades de aprofundar conhecimentos, vão ajudar o professor a ver na biblioteca uma aliada “para exercer a sua função pedagógica com maior eficácia, tendo ao seu dispor elementos mais valiosos para atingir o fim desejado” (Fazenda, 1965:14)

A BE cumpre, assim, um papel essencial, de desenvolver “conhecimentos úteis para a vida presente e futura e ao mesmo tempo contribui para o desenvolvimento da leitura e capacidade intelectual” (Fonseca e Osório: 1970:8).

Além disso, e como temos vindo a mencionar, a instalação de bibliotecas fixas, nas zonas rurais, parte delas junto das escolas primárias, vai contribuir de forma

decisiva para a promoção e intensificação da leitura infantil e juvenil. Era nestas idades que se encontrava a maior percentagem de leitores das bibliotecas itinerantes e fixas (Nóvoa e Ramos do Ó, s.d.), sendo a literatura para crianças o género mais requisitado, seguida da literatura para adolescentes.

Para Oliveira (1971), a BE exerce um papel relevante na expansão da cultura das crianças e dos adultos. Por sua vez, o papel das Bibliotecas da Fundação Calouste Gulbenkian é referido como fator criador e impulsionador de hábitos de leitura:

Portanto, é de toda a conveniência criar nos nossos alunos hábitos de leitura, o que não será difícil, pois temos à nossa disposição as Bibliotecas Escolares, que já muitas escolas possuem, e que têm ótimos livros. E, na ausência destas, ainda se podem utilizar as bibliotecas itinerantes da fundação Calouste Gulbenkian (Veloso, 1971:12).

A Biblioteca Escolar respondeu com prontidão aos desafios da didática moderna, num contexto em que o manual escolar se revelava insuficiente para despertar, nos alunos, a curiosidade e o desejo de saber (Afonso, 1973). Neste sentido uma das missões da Biblioteca Escolar é a de possibilitar a concretização desse saber disponibilizando “livros de consulta, dicionários, enciclopédias ilustradas, atlas, etc. (...) É lendo que se cria espírito de iniciativa e responsabilidade e, ao mesmo tempo, um saber duradouro, porque de experiência feito” (Afonso: 1973:12).

A Biblioteca Escolar constituiu-se como:

- Fonte de trabalho ativo;
- Recreação e estímulo para desenvolver o amor pela leitura;
- Meio de enriquecimento cultural;
- Desenvolvimento do sentido social, ensinando a usar os livros.

Tal como as Bibliotecas Escolares, as bibliotecas infantis exercem um papel educativo insubstituível. Elas são verdadeiros *Centros de Cultura*. O livro de nada interessará se a criança não compreender o seu valor ideológico. É função da biblioteca levar às crianças “a alegria do livro e do gosto pela leitura, satisfazendo a sua necessidade psicológica do gosto pelo “maravilhoso”, que as vai levar até junto da realidade e prepará-las para a iniciação ao conhecimento” (Mota, 1974:8).

Mas, nem sempre a sua missão é cumprida. Os autores que lançam críticas à ineficácia da Biblioteca Escolar, apontam algumas das razões dessa ineficácia. Para Fazenda (1966), a falta de dinamização da leitura nas bibliotecas deve-se aos seguintes fatores:

- Falta de acondicionamento apropriado para os livros;
- Instalações deficientes para a leitura;
- Desinteresse dos leitores;
- Perigo de extravio dos livros;
- Falta de livros.

Já para Delgado (1971), algum do insucesso da BE tem origem nos professores e na sua atitude face à leitura:

Alguns professores desinteressam-se por que os alunos se sirvam dos livros das bibliotecas, não os estimulam à prática e ao exercício da leitura útil que devia ser diária, dentro dos tempos lectivos ou fora deles (...) alguns senhores professores estão ansiosos por chegar o último minuto do último tempo lectivo para partirem para as suas casas; outros (...) exercendo em curso duplo ou acumulação, não têm tempo bastante para dedicarem um pouco de atenção aos livros da biblioteca que os alunos devem ler (...) E a leitura em casa não dá o resultado desejado. Para alguns professores menos interessados isso dos livros da biblioteca são um supérfluo, um excedente, das actividades escolares obrigatórias. Para esses (...) basta-lhes os livros de leitura (...) Como se o livro de leitura bastasse! Melhor fora que os exercitassem, diária e obrigatoriamente, ainda que dentro dos tempos lectivos, sob a sua orientação, na leitura dos livros da biblioteca (p.7).

As dificuldades enunciadas têm sempre, no contexto do ensino, a vantagem de não poderem ser generalizadas, mostrando, apenas, uma porção da realidade. Esta realidade é confirmada por Azeredo Perdigão, em 1960 (citado por Nóvoa e Ramos do Ó, s.d.):

Na realidade existiam, e existem no país, numerosas bibliotecas, mas todas elas, ou quase todas, em funcionamento irregular e imperfeito, quer por estarem mal apetrechadas e deficientemente organizadas, quer porque não conseguiram despertar o interesse do público, o que bem se prova pela sua baixa frequência, em alguns casos quase nula, como acontece com as 2000 bibliotecas escolares do Ministério da Educação.

Sobre o papel da Biblioteca Escolar, Rocha (1974) defende que o seu papel será mais conseguido se se desenvolver cooperação com a Biblioteca Pública, destacando o papel fundamental da Biblioteca Escolar no êxito da tarefa do professor. Ela é uma espécie de a “*casa das máquinas* da Escola querendo com isso significar que ela é a grande fonte de energia para o avanço da educação” (idem:11).

Os desafios colocados à Biblioteca Escolar são, igualmente, colocados ao Estado Novo e à Escola Portuguesa, no cumprimento sempre atualizado da sua missão.

O progresso científico e tecnológico da segunda metade do século XX vai originar alterações mais ou menos profundas na organização e nas metodologias do ensino.

A primeira exigência do progresso e da industrialização, é a necessidade de especialização profissional dos trabalhadores, apesar desta especialização poder conter aspetos negativos, nomeadamente a desestruturação dos lares (Silva, 1968).

Perante as urgentes exigências de modernização, Portugal teve que iniciar uma reforma educativa profunda, a que não esteve alheia a intervenção da OCDE, inserida, como sabemos, no *Plano Regional do Mediterrâneo*.

A reforma educativa levada a cabo pelo Ministro de Educação Nacional, Veiga Simão, teve como objetivo primordial, proporcionar uma formação mais alargada e reduzir o analfabetismo funcional do País. De entre as medidas tomadas destacamos:

O arranque audacioso da educação pré-escolar; o aumento da escolaridade obrigatória para oito anos; o estabelecimento da polivalência do ensino secundário; a definição dos princípios de orientação escolar; a criação de uma convivência frutuosa com o ensino particular; a planificação cuidada das instalações escolares (...) a reforma das Universidades, intimamente ligada a uma estruturação cada vez mais eficiente da investigação científica; a diversificação do ensino superior universitário e não universitário (s.a. 1972:2-3).

Estas medidas visavam colocar o ensino ao nível do ensino dos restantes países europeus, preparando homens melhores, mais justos e mais livres.

Uma outra ideia, complementar às anteriormente referidas, é da igualdade de oportunidades e de escolarização para todos, criando as bases para a construção de uma

verdadeira cidadania. Deste modo, o governo pretendia que a educação dos portugueses se aproximasse da educação dos outros povos europeus, evitando, assim, a exportação de mão-de-obra não qualificada.

A modernização da sociedade provocou, também, uma nova consciência da igualdade dos sexos. Esta ideia originou a defesa da coeducação do ensino.

Estabelecida nas escolas primárias e preparatórias no próximo ano lectivo, a coeducação(...)deverá significar compreensão e adesão às qualidades reclamadas pela educação dos nossos dias virada fundamentalmente para o indivíduo actuante e livre como termo seguro de uma sociedade equilibrada e livre (...) é pois a vida que se impõe à escola (...) a direcção natural da criação saudável, harmoniosa e integral das criaturas (Grácio, 1973:11).

A coeducação foi uma consequência natural da modernidade, do progresso e da difusão rápida das ideias, que provocaram inevitáveis transformações sociais, entre elas, a igualdade entre o homem e a mulher, mas também, a aproximação dos povos e a promoção dos indivíduos e das classes.

1.4.2. Organização e Realizações do Ensino entre 1960 e 1974

A organização do ensino e as principais realizações, no período 4, nos três eixos de análise do nosso estudo, foram as seguintes:

Escola Portuguesa	Estado Novo	Biblioteca escolar
	<ul style="list-style-type: none"> • Reforma educativa 	<ul style="list-style-type: none"> • Instalação de Bibliotecas Escolares
		<ul style="list-style-type: none"> • Aquisição de fundo documental • Leitura

Quadro 34 – Organização e realizações do ensino entre 1960 e 1974

Neste período, o Estado Novo é confrontado, como já referimos, com a necessidade de empreender uma reforma educativa a fim de responder aos desafios colocados pelo progresso científico e tecnológico, da segunda metade do século XX. A crescente industrialização do País exigia uma mão-de-obra qualificada que escasseava, levando o governo a implementar um conjunto de medidas para responder às carências manifestadas.

No processo de modernização do ensino, teve um papel determinante o *Projecto Regional do Mediterrâneo* (PRM), iniciado em 1960. As conclusões do relatório sobre o trabalho desenvolvido pelo Centro de Estudos de Estatística Económica, do Instituto de Alta Cultura, elaborado no âmbito do *Projecto*, só viria a público em abril de 1964, altura em que o Grupo de Trabalho sobre as Construções Escolares iniciou a sua intervenção, tendo apresentando como resultado das suas conclusões, a construção da Escola Piloto de Mem Martins, anunciando uma nova tipologia de escola (ver anexo 8). Esta obedecia a novos conceitos pedagógicos, visível no respectivo programa arquitectónico e construtivo (Beja e Serra, 2010:38):

A partir do programa de ensino, obtiveram-se as primeiras indicações quanto ao programa do edifício escolar:

- 1- A sala de aula seria um espaço para múltiplos fins, com apetrechamento que permitisse vários tipos de organização do ensino. As salas de aula deveriam ser concebidas à escala dos alunos, sendo o menos possível descontínuas em relação à vida familiar;
- 2- Seria necessário um espaço para actividades de conjunto da população escolar, e também actividades sociais e da comunidade;
- 3- Teria de se providenciar o arranjo exterior do terreno de modo a possibilitar actividades e práticas de ar livre;
- 4- Atender-se-ia à obrigação de haver espaços diferenciados para rapazes e raparigas - separação de sexos.

Definida a estrutura da escola, foi apresentado o programa das instalações, com a seguinte estrutura:

- Salas de aula: 4 – duas para rapazes e duas para raparigas, sendo uma sala para o 1º e 2º anos e a outra para 3º e 4º anos;
- Espaço Polivalente: sala de encontro e refeitório;

- Biblioteca;
- Instalações sanitárias para professores e alunos;
- Sala para o pessoal docente e administração da escola;
- Cozinha e anexos;
- Arrecadação de material de ensino;
- Zonas ao ar livre (exercícios físicos, ensino ao ar livre, horta pedagógica, jardins e recreio).

Apesar de a escola apresentar um novo conceito pedagógico de organização do ensino, ainda mantém a separação dos sexos, situação que estava a ser revista pelo próprio Ministério da Educação Nacional. Contudo, já é concebido um espaço para ser usufruído em atividades comuns, como é o caso do espaço polivalente.

A aplicação e o desenvolvimento do PRM acabou por influenciar a reforma educativa levada a cabo alguns anos mais tarde (1972), pelo então Ministro da Educação Nacional Veiga Simão, onde os novos conceitos pedagógicos acabariam por vingar, de um modo mais decidido e sem retorno.

As medidas implementadas pela reforma educativa em curso foram:

- Multiplicação dos cursos de actualização para professores, directores, inspectores e delegados escolares (beneficiaram cerca de 3600 docentes de 88 concelhos);
- Ampliação dos quadros das direcções escolares distritais, abrindo caminho para a regionalização do ensino;
- Simplificação do regime de colocação, recrutamento, provimento e remuneração dos professores primários;
- Alteração do estatuto dos regentes escolares, e substituição dos postos escolares por escolas;
- Criação de seis escolas do Magistério Primário e conferiu-se autonomia às escolas das ilhas da Madeira e dos Açores;
- Instituição de subsídios de transporte e de residência para professores primários e alunos;

- Criação do Instituto de Acção Social Escolar (IASE), para promover o ensino em todas as camadas sociais;
- Estabelecimento da escolaridade obrigatória para 6 anos;
- Ingresso no ensino básico aos 6 anos;
- Incremento dos Jardins de Infância;
- Oficialização da educação pré-escolar;
- Definição de critérios de cooperação e de zonas de competência entre o sector privado e público;
- Criação das duas primeiras escolas oficiais de educadoras de infância;
- Arranque de cursos especiais de formação de professores para essas escolas;
- Estabelecimento progressivo do regime de coeducação;
- Concessão de subsídios de residência e de transporte a professores;
- Entrada em funcionamento das escolas do magistério primário, de cursos especiais destinados a valorizar os regentes escolares, de modo a permitir-lhes a obtenção do diploma de professor;
- Revisão dos programas e métodos de ensino, tendo em conta o ingresso na escola aos 6 anos;
- Criação de um novo instituto destinado à formação de professores para o ensino de crianças diminuídas ou inadaptadas.

Relativamente à organização e realizações no âmbito da Biblioteca Escolar, o período 4 registou um conjunto de avanços assinaláveis.

Destaca-se primeiramente um conjunto de publicações acompanhadas pelo Serviço de Escolha de Livros (SEL), que permitiram a atualização do fundo documental da BE e da respetiva coleção, entre outras: a edição de *A Menina do Mar e Noite de Natal* da poetisa Sophia de Mello Breyner Andresen; uma edição especial da *Mensagem* de Fernando Pessoa; *Contos Infantis* de Ester Lemos; *O Conto de Amadis*, de Afonso Lopes Vieira; a tradução do *Príncipezinho*, de Saint-Exupéry.

O número de Bibliotecas Escolares aumentou consideravelmente e as primeiras 300 bibliotecas, instaladas em 1953, atingiram as 3000 em 1965, abrangendo todos os distritos do continente e das ilhas dos Açores e da Madeira.

A dinamização da leitura nas Bibliotecas Escolares originou um movimento de consultas e requisições domiciliárias que passaram a ser anualmente contabilizadas pelo professor-director e, através do envio do *Boletim Anual Estatístico* aos serviços centrais, o SEL publicava a lista das escolas que mais leitores possuíam em cada distrito (ver Anexo 13).

Assim, o número de leitores no ano de 1963/64 foi de 179.605 e no ano seguinte registaram-se 194.017 leitores, tendo-se portanto verificado um aumento de 14.412 leitores (s.a., 1966b).

As estatística obtidas pela Direcção Geral do Ensino Primário, no ano letivo de 1964/65, mostram que, em média, eram consultados pelos alunos das escolas primárias cerca de 60.000 livros por semana, perfazendo 1.500.000 leituras anuais.

Se este movimento de leitores é considerável, no contexto do ensino e da educação do Estado Novo, na verdade o número de leitores, tendo em conta só o total de crianças a frequentar a escolaridade obrigatória (cerca de 800.000), é um número bastante reduzido, inferior a 25% dos potenciais leitores em idade escolar (ideia, como vimos, corroborada por Azeredo Perdigão no momento do lançamento das Bibliotecas Fixas da Fundação Calouste Gulbenkian).

Para além das Bibliotecas Escolares, a leitura era promovida noutros organismos e instituições, através da Colecção Educativa. Esta era composta por 82 títulos, com uma distribuição de 1.300.000 exemplares em Portugal e 1.200.000 exemplares no estrangeiro: 22 países da Europa, África, América e Ásia. Destes países destaca-se o Brasil que recebeu 186 colecções (s.a., 1966a). A distribuição destas colecções era bastante alargada:

A maior parte das 12.415 colecções distribuídas até hoje foram confiadas a estabelecimentos de ensino, Imprensa, estabelecimentos prisionais, albergues, associações de escuteiros e de bombeiros, grupos recreativos e desportivos, institutos prisionais, salões paroquiais, Juventude Católica, Casas do Povo e dos Pescadores, sindicatos, centros de assistência, missões, etc. (s.a., 1966a:5).

A dinamização da leitura foi impulsionada de um modo inigualável pela Fundação Calouste Gulbenkian que instalou, como referimos, algumas das suas bibliotecas junto das Bibliotecas Escolares (muitas vezes a funcionar no mesmo espaço), orientadas pelo professor director e por outros professores. Exemplos desta intervenção da FCG foram as Bibliotecas da Escola Masculina de Reguengos de Monsaraz e a da Escola Primária de Vale de Cavalos (Chamusca – Santarém). Assim, encontramos, nos artigos meta-analisados, menção à FCG e ao seu contributo para a leitura; por exemplo:

[A biblioteca da]Fundação Calouste Gulbenkian, também a cargo de professores, com cerca de três mil exemplares, classificados e ordenados ao dispor de crianças e adultos. O número de leitores aumentou (...) e presentemente temos 2050 inscrições, o que nos permite um movimento mensal de 1200 livros aproximadamente (Oliveira, 1971:10).

A promoção da leitura e o desenvolvimento do gosto pelos livros, na escola primária, resulta da criação de hábitos que o professor deve incutir nos alunos. Quando existe a preocupação de introduzir a rotina da leitura na infância e na adolescência, os resultados são visíveis, conforme testemunha Veloso (1971):

Com grande alegria da minha parte tenho visto as crianças procurarem cada vez mais a biblioteca e, o que é para mim mais importante, já estou começando a ver um certo resultado dessa acção (...) noto que o âmbito dos seus conhecimentos se vai alargando (p. 12)

Para dinamizar a leitura, é apontado um conjunto de atividades que revelam a importância que as Bibliotecas Escolares passam a desempenhar, junto dos alunos da escola primária, sendo a ação dos professores essencial na promoção e desenvolvimento da leitura. Também nos artigos analisados é referida uma série de ações com o objetivo de manter a BE em permanente dinamismo. Os professores encontram, assim, as mais diversas estratégias para promoverem a leitura e desenvolverem competências leitoras nos seus alunos. De entre as ações desenvolvidas, recolhemos as seguintes experiências:

- Qualquer dúvida ou desejo de esclarecimento por parte dos alunos no decorrer da leitura dos livros requisitados, são sempre elucidados (...) há

sempre uma oportunidade em que se reúnem os alunos, para em conjunto eles comentarem os passos mais importantes da leitura. Por meio destas reuniões os alunos desenvolvem o vocabulário, facilidade de expressão, enriquecimento da imaginação (Mira e Cruz, 1970:8).

- É muito frutuosa a leitura feita pelo professor na sala que (...) em conjunto se comentará e saboreará a frase, a palavra, detalhadamente. Na biblioteca da minha sala de aula, os livros não param e, coisa curiosa, os mais pretendidos são sempre aqueles que em conjunto lemos e comentámos. E ninguém pense que ler assim, na escola, é perder tempo. Lendo o vocabulário amplia-se, redigir fica mais fácil (Torcato, 1971a:14).
- Eu próprio procuro nos livros que tenho ao meu alcance, passagens que leio nas aulas (...) procuro dar-lhes umas noções um pouco desenvolvidas acerca dos autores dos trechos que lêem. Tenho-lhes fornecido notas biográficas sobre esses autores e é notável o interesse que mostram em conhecer os pormenores da vida desses escritores (...) Depois procuro mostrar-lhes os livros de onde são extraídos os trechos que lêem (...) e, se a idade deles o permite, deixo-os ler a obra completa (Velooso, 1971b:12).
- De todas as actividades (...) a “hora do conto” é a mais importante (...) é um óptimo meio de aprendizagem. Algumas vezes deixamos de contar o final [da história] (...) indicando nesta altura o livro ou a revista onde poderão encontrar o desenlace. Outra actividade significativa é a comemoração do Dia Internacional do Livro Infantil, onde se realizaram uma série de actividades, desde exposições, execução de cartazes, construção de poemas, etc. (Afonso, 1973:10).

1.4.3. Orientações e Princípios Pedagógicos da EP, EN e BE entre 1960 e 1974

No período 4, encontramos nas orientações e princípios pedagógicos, os seguintes conceitos e ideias:

Escola Portuguesa	Estado Novo	Biblioteca Escolar
<ul style="list-style-type: none"> • Inovação Pedagógica • Coeducação 	<ul style="list-style-type: none"> • Escolarização para todos 	<ul style="list-style-type: none"> • Organização da BE
		<ul style="list-style-type: none"> • Adequação da colecção
		<ul style="list-style-type: none"> • Promoção da Leitura

Quadro 35 – Orientações e princípios pedagógicos da EP, EN e BE entre 1960 e 1974

A Escola Portuguesa foi-se deparando, ao longo do período 4, com a necessidade de responder às exigências da modernização da sociedade e à preparação mais especializada dos indivíduos.

A inovação pedagógica era, assim, fundamental. Por outro lado, era necessário que uma educação voltada para a aquisição de competências não perdesse o seu carácter humanista.

Para combater o efeito da industrialização no modo de vida do homem moderno, surge como imprescindível a “humanização da sociedade através da cultura da afectividade (...) educar é procurar por todos os meios o desenvolvimento das virtualidades infantis. Um dos meios é o emprego de métodos e técnicas actualizados” (Silva, 1968:5).

Um dos métodos e técnicas a ter em conta é a educação conjunta dos sexos ou a coeducação, à qual antes aludimos.

A preparação para a vida em sociedade e para o intercâmbio saudável entre o homem e a mulher, começa, evidentemente, na escola (Sampaio, 1971).

A coeducação traz vantagens pedagógicas acrescidas e constitui um valor educativo que não deve ser menosprezado. Os ganhos seriam a vários títulos inegáveis:

Não se compreende a razão que nos leva a não generalizar as escolas mistas visto ser de maiores vantagens pedagógicas e económicas conducentes a cimentar relações de maior afectividade e cooperação. O funcionamento não pode deixar de ser vantajoso pela uniformização de classes homogéneas e selectivas para um maior rendimento cultural, além do essencial valor educativo que cultiva a natural vivência (idem:14).

No momento em que a escolarização está a ser ganha, o governo não pode descuidar qualquer recanto do País, sem que o ensino chegue a todos. Este é o principal fator do progresso que se pretende implementar. Para que a escola chegue a todos é necessário possuir instalações, material didático e professores (s.a., 1970).

O acesso generalizado das crianças à escola cria novos desafios ao ministério de Veiga Simão, que se vê na impossibilidade de cumprir as metas da escolaridade obrigatória.

A necessidade de professores tende, por isso, a sobrepor-se ao processo de formação existente. Para o Ministro Veiga Simão, torna-se urgente simplificar o processo de formação dos professores, de modo a poder-se dispor de um número suficiente de docentes para as necessidades emergentes (idem).

É forçoso fazer chegar o ensino a todos, pois não se pode caminhar na escolarização sem que as crianças cumpram a escolaridade obrigatória. O problema só poderá ser resolvido se forem formados mais professores, abrindo-se escolas sem que haja um número suficiente de alunos ou disponibilizando transportes para os alunos poderem beneficiar do ensino numa escola próxima. *Deixá-las sem ensino não tem sentido no tempo presente* (idem).

Num tempo de generalização da escola para todos e da modernização do ensino, a Biblioteca Escolar vai ganhando um impacto crescente no contexto educativo. A alfabetização não chega para responder aos desafios colocados pela modernização da sociedade. A leitura e a aquisição de competências leitores tornam-se necessidades inquestionáveis.

A organização da BE e a respetiva atualização do fundo documental adquirem uma importância essencial para poderem prestar um serviço eficaz aos leitores e às exigências da aprendizagem.

A Biblioteca Escolar, para ser útil aos professores e aos alunos tem que ser devidamente cuidada, organizada e apetrechada. A par da organização é fundamental o papel do diretor da BE. Ele é capaz de fazer da biblioteca um elemento vivo, profundamente educativo. Por isso, é crucial cativar os professores e os alunos para a preciosidade que encerra a Biblioteca Escolar:

É uma medida que se impõe, pois que se se pretende que uma biblioteca, tal como uma árvore, dê bons frutos é necessário cuidar dela. Assim, tratemos de a consolidar e fazer com que a árvore, digo, a biblioteca crie raízes fortes. O primeiro passo será despertar nos professores interesse e entusiasmo pelas bibliotecas, e só se tem interesse e entusiasmo pelo que se estima (Fazenda, 1965:14).

O interesse pela BE só é possível se o fundo documental for adequado e atualizado, sobretudo se o público for um público rural, tendo um critério seguro de

seleção dos livros, a começar pelo “seu valor intrínseco, o carácter educativo, a qualidade literária e a sua apresentação gráfica” (s.a., 1965:5).

É essencial que o professor-diretor desenvolva uma atitude de formação de leitores da BE, não se limitando a facilitar o acesso aos livros, mas propondo livros que ajudem à formação e atualização dos alunos enquanto cidadãos, tendo em conta uma educação voltada para a realidade presente e os livros de carácter prático. “Importa que os livros da biblioteca estejam aptos a satisfazer os desejos e as necessidades dos leitores de diferentes idades e formação ou que a preparação dos directores esteja à altura de sugerir o livro exacto para o caso particular ou individual” (Crespo, 1965).

A promoção e dinamização da leitura não é tarefa fácil, exige dos professores e dos directores da biblioteca uma atitude pró-ativa, que evite a rotina. Nem sempre as escolas respondem positivamente ao desafio lançado pelo Ministério da Educação/Serviço de Escolha de Livros. Assim é fundamental que como agentes do ensino:

Não queiramos entrar nas fileiras dos inativos, dos desinteressados, dos decadentes, dos derrotistas. Procuremos reagir contra o marasmo, contra a rotina. E a rotina e o marasmo, neste caso, são os livros ainda empacotados, como saíram do depósito para seguirem para o correio, são os livros enfileirados, hieráticos, frios e indiferentes – porque ninguém os procura – nas estantes(...) não se alcançará o que se pretende – levar a todos a cultura pelo livro – sem a valiosa, sem a indispensável colaboração dos professores (Fazenda, 1966:7).

As razões que podem ser encontradas para explicar a falta de leitura e ausência de prazer no ato de ler, podem ser variadas, mas, para Torcato (1971), esta dificuldade será ultrapassada se forem dados às crianças livros apropriados à sua idade. Mesmo que a leitura seja difícil, se o texto for acompanhado de ilustrações, a atenção da criança ficará presa e influenciará as suas futuras leituras. O receio da deterioração do livro não deve dificultar o acesso ao mesmo.

Não nos desculpemos com a responsabilidade no transvio dos livros. Os livros são para eles, e deles [alunos] (...) tudo pode ser feito sem receio de estragar o livro, pois ele não é enviado para estar arrumadinho, estático e frio na estante (...) Deixemo-los escolher dentro das possibilidades. Eles têm as suas preferências que apenas devem ser orientadas (idem:14).

As estratégias para promover a leitura podem ser muito variadas e o professor tem alguns meios para desenvolver a curiosidade e a aprendizagem inerente à leitura (Afonso, 1973):

- Comentando na aula determinados passos de livros da biblioteca, com o fim de estimular a leitura dos mesmos;
- Pedindo aos alunos que apresentem dúvidas sugeridas pelas leituras;
- Procurando que o aluno participe nos trabalhos de empréstimo, preenchimento de requisições;
- Entusiasmando as crianças a oferecerem livros para a biblioteca.

O gosto e o hábito da leitura só será conseguido se a aplicação da técnica da leitura proporcionar prazer ao aluno. A leitura traz consigo inúmeras vantagens que não podem ser descuradas; a sua aprendizagem é vital para formar leitores:

Há uma relação vital entre a aptidão para ler e as atividades de leitura (...) A técnica da leitura pressupõe o hábito de ler. A técnica sem o hábito acaba por originar analfabetismo. Mas se à criança recém-alfabetizada forem oferecidos materiais de leitura de acordo com os seus interesses, ela não se deixará recair no analfabetismo (...) A leitura ajuda, também, à comunicação das ideias: a criança que reconta a história lida treina uma forma de comunicação social que se lhe tornou acessível pela leitura, aprende um código de transmissão de ideias (...) que a leitura lhe proporcionou (Rocha, 1974:11).

Para desenvolver o hábito da leitura pode constituir uma grande ajuda a cooperação com a Biblioteca Pública, através da qual pode ser utilizado o serviço de empréstimo, adequado às necessidades da escola.

A leitura deve ser implementada de variadíssimas formas, mesmo através de jornais regionais, do recorte de uma notícia, ou, até, da leitura dos cabeçalhos; “Mas, o ideal é as escolas possuírem boas bibliotecas. Evidentemente que uma biblioteca com boa leitura infantil escolhida de acordo com os grupos etários e os interesses e actividades regionais, será sempre a solução mais satisfatória e de melhores resultados” (idem).

As Bibliotecas Escolares começam a ganhar, lentamente, um papel decisivo na escola. Seguindo o exemplo da Biblioteca de Clamart, Mota (1974) defende mesmo a

transformação da BE num Centro Educativo, onde haja professores com preparação adequada para orientarem as crianças e os jovens na interpretação da leitura, narração das histórias e explicação dos temas:

Esta leitura e interpretação far-se-ia numa sala, noutra sala projectar-se-iam paisagens e figuras relacionadas com os assuntos do livro (...) e ainda numa outra sala distribuir-se-iam papel e lápis de cores e materiais plásticos para as crianças e jovens reproduzirem com desenhos e trabalhos manuais as histórias (...) Numa destas salas (...) proceder-se-ia à dramatização dos textos lidos (idem:8)

Os temas relacionados com a missão biblioteca escolar, ao longo do período 4, nos últimos anos de vigência do Estado Novo, foram:

Assuntos	Nº de Artigos
Instalação de Bibliotecas Escolares	1
Adequação da colecção	1
Promoção da Leitura	13

Quadro 36 – Assuntos abordados nos artigos sobre as BE entre 1960 e 1974

O quadro acima evidencia a Promoção da Leitura como o assunto mais abordado no período 4. O fim primeiro e último da BE é, de facto, formar leitores. A leitura é referida como um meio de formação cultural, divulgação da cultura portuguesa, difusão dos valores e formação do carácter, potenciadora da ação pedagógica dos professores.

Para formar leitores, surge como aspeto fundamental, tal como anteriormente referimos, instalar bibliotecas em todas as escolas e adequar a colecção, como forma de proporcionar leituras adequadas e promover, assim, de forma segura o gosto pela leitura.

Para além de promover o gosto pela leitura, o livro é um meio essencial para a aquisição de conhecimentos, conquistando um espaço importante no contexto curricular: é através do livro que o aluno pode completar os conhecimentos transmitidos pelo professor e pelo manual escolar.

A BE, ao longo do período 4, foi adquirindo um estatuto cada vez mais alargado, constituindo-se, como referiu Natércia Rocha (1974), a “casa das máquinas” da escola, ou seja, o motor da própria educação.

2. A EVOLUÇÃO DOS CONCEITOS ENTRE 1934 e 1974: SÍNTESE META-ANALÍTICA

Os conceitos de Escola Portuguesa, Estado Novo e Biblioteca Escolar, constituíram os três eixos de análise do presente estudo.

A constituição de um governo autoritário, chefiado por António de Oliveira Salazar, a partir do ano de 1933, sob a designação de Estado Novo, marcou indubitavelmente o trajeto realizado pelo ensino em Portugal, ao longo de 40 anos.

O Governo, assumindo claramente uma ideologia nacionalista, baseada no culto do chefe e assente na trilogia Deus, Pátria e Família, vai balizar a evolução da Escola Portuguesa e da Biblioteca Escolar, delimitando fortemente os seus potenciais significados.

A evolução registada teve em conta a meta-análise (sobretudo qualitativa) dos 143 artigos selecionados, no Boletim *Escola Portuguesa*, tendo em conta os três eixos de abordagem já referidos: Escola Portuguesa, Estado Novo e Biblioteca Escolar.

2.1- Escola Portuguesa

O conceito de Escola Portuguesa vai sofrer ao longo da vigência do Estado Novo um conjunto de transformações revelando uma adaptação constante às exigências do contexto político e socioeconómico português.

Ao longo do período que delimita o presente estudo, os conceitos-chave encontrados nos quatro momentos de análise foram os seguintes:

Período 1 1934/39	Período 2 1940/51	Período 3 1952/59	Período 4 1960/1974
<ul style="list-style-type: none"> • Nacionalismo • Formar o carácter • Recristianizar • Ler, escrever e contar • Ensinar a alegria de Viver 	<ul style="list-style-type: none"> • Nacionalismo • Formar o carácter • Recristianizar • Integrar no meio • Renovação didática 	<ul style="list-style-type: none"> • Formar o carácter • Promover o livro e a leitura • Ampliar conhecimentos • Desenvolvimento espiritual e material 	<ul style="list-style-type: none"> • Especialização profissional • Coeducação

Quadro 37 - Evolução do conceito de “missão” da Escola Portuguesa entre 1934 e 1974

Respondendo prontamente à nova ideologia política, os artigos analisados caracterizam a Escola Portuguesa como sendo nacionalista; transmissora da herança da civilização e dos valores tradicionais; formadora de verdadeiros portugueses; modeladora da alma; formadora do carácter e cristã.

Estes conceitos dominam ao longo dos dois primeiros períodos de análise, ou seja, entre 1934 e 1951, nos quais se concentra o maior número de artigos sobre a Escola Portuguesa (35 artigos).

A educação assume um valor proeminente face à instrução, por isso a escola elementar obrigatória passa para três anos e resume-se à aquisição de competências básicas como *ler, escrever e contar*.

Neste contexto, o professor primário não necessita de ter uma elevada preparação. As Escolas do Magistério Primário chegam a fechar entre 1936 e 1942 e tornam-se agentes de ensino os *regentes escolares*: pessoas com alguma literacia, mas sem qualquer preparação pedagógica.

O conceito de formar o carácter mantém-se praticamente até ao final do período três, momento em que a Escola Portuguesa começa a sentir a necessidade de promover e expandir o livro e a leitura, ampliar conhecimentos e promover o progresso material, para além do progresso espiritual, apelando a uma renovação didáctica mais voltada para a criança.

A Escola Portuguesa vai encontrar grandes desafios como sejam: a alfabetização da população adulta e o progresso tecnológico que não possibilita um desenvolvimento sustentável da economia portuguesa, sem que haja uma mão-de-obra qualificada. O atraso ao nível do ensino demonstra a existência de um enorme atraso cultural que é necessário corrigir.

A escola prepara-se, então, para promover a especialização profissional da população adulta e passa a conceber uma educação mais abrangente e unificada, começando pela educação conjunta dos sexos (coeducação), tendo em vista a construção de uma cidadania mais ativa e integradora.

2.2 – Estado Novo

O Estado Novo, formado a partir da Constituição de 1933, vai traduzir-se num percurso ideológico muito marcante, ao longo de 40 anos.

Os conceitos-chave encontrados ao longo do período em análise foram:

Período 1 1934/39	Período 2 1940/51	Período 3 1952/59	Período 4 1960/74
<ul style="list-style-type: none"> • Renovar a escola • Fazer ressurgir as glórias do passado • Fortalecer o amor da família e da Pátria • Formar portugueses • Orientar para os princípios da moral cristã • Extinguir o analfabetismo • Combater o comunismo • Combater as ideias liberais e republicanas • Combater a corrupção • Popularizar o ensino 	<ul style="list-style-type: none"> • Construir uma escola nacionalista • Realizar o pensamento de Salazar • Formar o carácter • Combater o analfabetismo • Construir escolas 	<ul style="list-style-type: none"> • Combater o analfabetismo • Promover a educação de adultos • Cumprir a escolaridade obrigatória • Promover e expandir o bom livro • Melhorar o nível cultural • Adequar a escola aos meios rurais 	<ul style="list-style-type: none"> • Difundir a cultura portuguesa • Desenvolver o gosto pela leitura • Permitir uma formação mais alargada • Permitir o acesso de todos ao ensino • Criar igualdade de oportunidades

Quadro 38 – Evolução do conceito de “missão” do Estado Novo entre 1934 e 1974

É a nova ideologia que enforma não só a educação, mas o conjunto da sociedade portuguesa.

A preocupação em educar o povo nos valores dominantes (entre os quais: o engrandecimento da Nação; o ressurgimento das glórias do passado histórico; o amor à Pátria, à família e a moral cristã) fez desenvolver um combate ideológico e prático às

ideias republicanas e liberais, e às ideias comunistas conotadas com a ideia de corrupção e anarquia moral.

A educação para os valores ideológicos dominantes iria encontrar na escola um meio privilegiado para criar bases sólidas de perpetuação daquele regime político.

Assim, o combate ao analfabetismo, constituindo o grande desafio do Estado Novo, permitiu o arranque de inúmeras construções escolares que tiveram origem no designado Plano dos Centenários. A alfabetização serviu, igualmente, para a educação ideológica da população analfabeta, razão pela qual se introduziu o *livro único* na Escola Primária, ou se desenvolveu a ideia de promover e expandir o bom livro, obviamente aquele que se enquadrava ideologicamente no regime.

A necessidade de formar mão-de-obra qualificada, numa economia essencialmente rural e tecnologicamente arcaica, tornou imprescindível a promoção da educação da população adulta (Plano de Educação Popular e Campanha Nacional de Educação de Adultos), a partir de 1952, e o cumprimento da escolaridade obrigatória para as crianças em idade escolar.

O combate ao analfabetismo, o Plano de Educação Popular e a Campanha Nacional de Educação de Adultos, e o cumprimento da escolaridade obrigatória foram a grande realização do Estado Novo, ação visível nos períodos dois e três (com uma forte concentração de artigos publicados de cerca de 1/5 do corpus de análise).

Paralelamente à escolarização, vamos assistir a uma tentativa de manter a população no meio rural. O Estado Novo, assumindo a ideia de que a cidade é o foco dos desvios morais, procura inserir a escola e o ensino no meio envolvente, procurando conteúdos curriculares ligados à vida campestre, na qual procura formar, também, os professores.

A modernização da sociedade e os desafios lançados pelo avanço tecnológico e científico, iniciados no mundo ocidental, levam o Governo a procurar novas soluções, tendo recebido apoio especializado da OCDE para a modernização do ensino. Esta intervenção foi protocolada por meio do Plano Regional do Mediterrâneo, ao qual se associou um conjunto de países do sul da Europa.

O peso ideológico do Estado Novo foi perdendo, assim, intensidade, a escolaridade obrigatória passou para seis e, mais tarde, oito anos, permitindo-se, deste

modo, uma formação mais alargada e pedagogicamente mais integradora (coeducação), implicando a criação de igualdades de oportunidades para ambos os sexos.

O conceito-chave *educação ideológica*, do início da vigência do Estado Novo, foi substituído pelo de *educação para a cidadania*, nos últimos tempos de exercício do regime, tendo sido abordado pela primeira vez nos discursos oficiais, nomeadamente nos discursos do Ministro Veiga Simão, o conceito de *educação democrática*. Eram, evidentemente, tempos de viragem sem retorno para a educação e o ensino em Portugal.

2.3 – Biblioteca Escolar

A Biblioteca Escolar foi conquistando paulatinamente o seu espaço, ao longo dos 40 anos de governação do Estado Novo.

Os conceitos-chave abordados entre 1934 e 1974, relacionados com a Biblioteca Escolar foram:

Período 1 1934/39	Período 2 1940/51	Período 3 1952/59	Período 4 1960/74
<ul style="list-style-type: none"> • Aquisição de conhecimentos • Promover a leitura • Melhorar a cultura infantil 	<ul style="list-style-type: none"> • Formar o carácter • Promover a leitura • Fomentar o convívio • Completar conhecimentos 	<ul style="list-style-type: none"> • Combater o analfabetismo funcional • Instalar bibliotecas • Desenvolver o gosto pela leitura • Difundir o bom livro • Melhorar o panorama cultural • Adequar a coleção ao público leitor • Fixar a população ao meio rural 	<ul style="list-style-type: none"> • Difundir o livro • Enriquecer culturalmente • Atualizar conhecimentos • Desenvolver o gosto pela leitura • Formar o carácter • Despertar a curiosidade e o saber • Proporcionar o avanço da educação

Quadro 39 – Evolução do conceito de “missão” da BE entre 1934 e 1974

A Biblioteca Escolar está necessariamente ligada à promoção da leitura e este conceito é transversal ao longo de todo o período de análise.

No início da governação do Estado Novo, mais propriamente nos períodos 1 e 2 em estudo, a incidência da BE na escola era muito ténue, pois a percentagem de crianças analfabetas em idade escolar, era de cerca de 40% e 24% respetivamente, ou seja, 322.679 analfabetos no período 1 e 195.631 analfabetos no período 2.

A necessidade de bibliotecas escolares, apesar de ser notada por alguns autores, só adquire visibilidade a partir de 1947, altura em que as Bibliotecas Ambulantes vão perder eficácia pela falta de oferta de livros de editores e livreiros. Mas é a partir de 1952, com o aparecimento do Plano Nacional de Educação Popular e da Campanha Nacional de Educação de Adultos, que as bibliotecas vão adquirir um estatuto autónomo no contexto educativo.

A par das bibliotecas das Casas do Povo, Grémios, Associações e Paróquias, as BE vão sustentar grande parte do processo de alfabetização e promoção cultural, que o Governo quis encetar.

Apesar da submissão às orientações ideológicas do regime (visível em conceitos como formar o carácter; difundir o bom livro; reformar a mentalidade; adequar a coleção ao público leitor e ajudar à fixação das pessoas ao meio rural), o período 3 é, também, o momento de crescimento e maturação de um serviço específico, disponibilizado à escola e à comunidade.

A referida autonomia conquistou-se através da publicação de um *Regulamento para as Bibliotecas Escolares Rurais junto das Escolas Primárias*, pelo Ministério da Educação Nacional, em 1956, e pela publicação de um conjunto de procedimentos técnicos (registo, catalogação, classificação, cotação, etc), que garantiram o seu crescimento sustentado, uniformizando procedimentos e conceitos. Pode então, afirmar-se que foi uma saída à vida pública, sem retorno.

O combate ao analfabetismo originou um investimento do Governo, desconhecido até então, já que as 300 bibliotecas instaladas em 1953, chegaram às 3000 em 1965, ou seja, num período de doze anos. Este número, como vimos, apesar de ser elevado, ficou muito aquém das necessidades. Dotar todas as escolas do País com uma Biblioteca Escolar era a intensão inicial do Governo, porém, no ano letivo de 1964/1965 existiam 11.559 edifícios (20.984 salas de aula) do ensino primário de

Portugal continental e ilhas adjacentes (Madeira e Açores), sendo que 10.780 edifícios eram do Continente (19.648 salas de aula). Ou seja, foram apetrechadas menos de 1/3 das escolas, com uma Biblioteca Escolar (ver Anexo 12).

O período 4 vai constituir um momento de amadurecimento dos conceitos já abordados. A leitura não se limita apenas a formar o carácter ou a instruir, mas ganha dimensões novas (como o enriquecimento cultural, a actualização de conhecimentos, a preparação intelectual, a motivação para despertar a curiosidade e o saber e, até, proporcionar o avanço da educação). A BE surge, assim, com a função de completar o currículo e proporcionar novas formas de aprendizagem, mais autónoma e crítica.

A visibilidade da BE foi conseguida, também, com a difusão das Bibliotecas da Fundação Calouste Gulbenkian. Instaladas, algumas vezes, junto das Bibliotecas Escolares, com novos fundos documentais e, sobretudo, portadoras de um novo conceito de Biblioteca, contribuíram para mobilizar novos leitores, nomeadamente entre as camadas mais jovens.

A leitura deixa de ser apenas um ato isolado, passando frequentemente a constituir-se como um ato social e coletivo, envolvendo atividades de formação de leitores, não reveladas até então.

A importância da BE ficou a dever-se, também, à função do professor e do professor-director da biblioteca, no exercício da sua função de técnico, orientador e formador de leitores.

Outro passo anunciado, mas que só anos mais tarde constituiria realidade nacional, foi a colaboração entre a BE e a Biblioteca Pública (Rocha, 1974), um princípio profético que viria a tornar-se numa realidade incontornável na promoção da leitura e na formação de leitores no contexto da sociedade da informação e do conhecimento, como veio a acontecer a partir de 1996, com a criação da Rede de Bibliotecas Escolares, pelos Ministérios da Educação e da Cultura.

PARTE III – REFLEXÕES FINAIS

1. CONCLUSÃO

Ao longo dos 40 anos de existência do Estado Novo, a questão cultural tornou-se sempre uma questão problemática.

O primeiro quartel do século XX, em Portugal, constituiu um momento de profunda alteração política e ideológica: a passagem de um governo tradicionalmente monárquico para um governo republicano, democrático e laico vai alterar largamente os padrões culturais vigentes.

As alterações introduzidas ao nível político e sociocultural não obtiveram o sucesso esperado, prejudicado por um contexto externo conturbado como foi a eclosão da Primeira Guerra Mundial, o que permitiu a afirmação de uma ideologia autoritária, que se encarnou na implementação no Estado Novo.

A nova ideologia, marcada por um forte oposição às ideias liberais e democráticas, que não tinham conseguido afirmar-se no panorama político português, vai introduzir em Portugal um governo autoritário, sob a forma de uma ditadura nacionalista, que passou a marcar o pensamento ideológico e a cultura dominantes.

O Estado Novo impôs a instauração de um poder pessoal, centrado na figura do chefe, António de Oliveira Salazar, a partir do qual todas as decisões governativas eram legitimadas.

Portugal vivia, no entanto, um flagelo cultural que ameaçava a sua economia e o seu desenvolvimento social: o analfabetismo. Com uma percentagem muito elevada de analfabetos (58% em 1930) e, de analfabetos funcionais, o Governo, então constituído, passa a ter enormes dificuldades em modernizar-se.

Neste cenário, as Bibliotecas Escolares vão afirmar-se e ganhar um estatuto próprio, nem sempre muito fácil de conquistar, como pudemos constatar nos artigos meta-analisados do Boletim *Escola Portuguesa* – documento base deste trabalho de dissertação.

Após a Constituição de 1933, o Estado Novo vai afirmar-se como uma nova ideologia política, pelo controlo de todas as estruturas políticas e socioculturais do País.

Uma das estruturas culturais mais controladas pelo Estado Novo foi o ensino. Este serviu como meio privilegiado de educar para os valores ideológicos defendidos

pelo novo regime político. Um dos recursos utilizados pelo Governo para orientar e cultivar ideologicamente a escola foi, precisamente, o Boletim *Escola Portuguesa*, a partir do qual quisemos estudar a evolução da Biblioteca Escolar, ao longo do período de governação do Estado Novo.

Quisemos estudar esta evolução, utilizando alguns marcos históricos que nos pareceram decisivos para a compreensão da missão da BE e do seu papel no cenário educativo do nacionalismo:

- *O Plano dos Centenários* (1940) - no contexto das celebrações do oitavo centenário da Fundação da Nacionalidade (1140) e do terceiro centenário da Restauração da Independência (1640), o governo decide apostar num programa de construções escolares por todo o País;
- *O Plano Nacional de Educação de Popular* (1952) - o programa de alfabetização de adultos vai suscitar a criação de Bibliotecas Escolares em todo o território português, com especial incidência nas zonas rurais;
- *O Plano Regional do Mediterrâneo* (1960) - acordo entre Portugal e a OCDE para a modernização do sistema de ensino português com vista à modernização do País, tendo como base uma maior escolarização da população portuguesa.

Os marcos históricos enunciados permitiram a divisão deste trabalho em quatro momentos de análise:

Período 1 – 1934-1939;

Período 2 – 1940-1951;

Período 3 – 1952-1959;

Período 4 – 1960-1974.

Ao longo do período 1, a Biblioteca Escolar surge com a função de *melhorar a cultura infantil por meio de livros apropriados e atraentes* (s.a., 1936:12). A leitura é, assim, a grande missão da BE. Os livros apropriados seriam livros com qualidade gráfica, com papel bom e com ilustrações atraentes.

A promoção da leitura só poderia fazer-se mediante um investimento adequado do Governo, na aquisição de livros e na criação de Bibliotecas Escolares, o mesmo é

dizer, na criação de escolas. Estas, não sendo suficientes, vão ser completadas por postos escolares e os docentes por regentes escolares, sem qualificação pedagógica específica. O ensino é reduzido à aquisição de conhecimentos mínimos (3 anos de escolaridade obrigatória), onde a educação passa a ter primazia face à instrução. Neste contexto, o papel da leitura vai ser muito reduzido.

Alguns autores, como Parente Figueiredo e Luíz Moita, alertam para a necessidade das Bibliotecas Escolares terem livros atrativos, bem encadernados e adequados aos alunos, e acessíveis. Segundo estes autores não se pode desenvolver o gosto pela leitura se os livros forem pouco atrativos, mal encadernados e se estiverem fechados “a sete chaves”: “As bibliotecas não podem ter função decorativa” (Figueiredo, 1935:659).

As ideias mais focadas no período 1 sobre a BE são a qualidade e a adequação dos livros (faixa etária e interesse do público-alvo), como aspetos essenciais à promoção da leitura, e a existência de bibliotecas, com o fundo documental acessível.

No período 2, o principal objetivo do Estado Novo foi o combate ao analfabetismo. Este objetivo vai orientar a missão da Biblioteca Escolar, investindo-se na sua organização, na promoção da leitura, no desenvolvimento da coleção e na classificação do respetivo fundo documental.

A promoção da leitura vai ter em conta outras finalidades: *fomentar o convívio na família e completar as lições do mestre*. A primeira vai assentar na ideia da importância do envolvimento da família no desenvolvimento da leitura, valorizando-se a prática da leitura domiciliária e a oferta de livros em ocasiões especiais como o aniversário e as festas de Natal e da Páscoa. A segunda, aponta para a utilização do livro como forma de completar os conhecimentos transmitidos no livro único entretanto adotado no sistema de ensino primário. Para além de promotora da leitura, a BE aparece também com a missão de *formar o carácter*, explicitado no conceito *formar moral e civicamente*, constituindo-se como instrumento do Estado para formar ideologicamente os leitores.

Com o Plano dos Centenários o governo iniciou um vasto programa de construções escolares, impulsionando de forma decisiva o combate ao analfabetismo. A Biblioteca Escolar vai adquirir, assim, um papel fundamental na disponibilização de um fundo documental. Este devia ser adequado ao ambiente rural onde as Bibliotecas

Escolares estavam inseridas, preocupação que persiste por iniciativa do Governo, apostado em cultivar ideologicamente as massas.

Neste contexto, a BE vai ser desafiada pelos diferentes autores a organizar esse espólio, através da catalogação, classificação e arrumação do respetivo fundo documental, de modo a poder servir com eficácia os leitores.

Os catálogos deveriam ser organizados segundo quatro categorias:

- Por nome do autor: onomástico;
- Por título das obras: didascálico;
- Por assunto: ideográfico;
- Por inventário: topográfico.

A classificação do fundo documental foi proposta por Viana (1943), com base nas orientações do Congresso dos Amigos da Literatura Infantil, realizada em Praga em 1931. Assim surgiram 14 classes onde, para além da literatura infantil e da literatura para adolescentes, constava a leitura de cultura histórica, o teatro para crianças, poesia, biografias, narrativas maravilhosas, narrativas com fundo verídico e narrativas de aventuras, fábulas, contos de fadas, obras instrutivas e livros auxiliares de estudo.

A preocupação em criar bibliotecas que fossem adequadas aos diferentes públicos vai originar a conceção de tipologias exageradas e rígidas, pouco práticas para serem implementadas. O mesmo autor chega a propor diversos tipos de bibliotecas, segundo a faixa etária dos utilizadores, o sexo e a respetiva categoria profissional. Foram identificados, assim, dez tipos de bibliotecas, desde bibliotecas para crianças até aos 10 anos, bibliotecas para rapazes dos 12 aos 15 anos, ou mesmo bibliotecas para filhos de professores, entre outras.

A importância da Biblioteca Escolar como recurso para a leitura e a aprendizagem vai ser valorizada a partir de 1947, com a criação de fundos documentais definitivos nas escolas primárias e nas Casas do Povo (Decreto-Lei 36 147); porém, os seus efeitos práticos só se farão sentir a partir da execução do Plano da Educação Popular (1952).

Neste período, no Boletim *Escola Portuguesa* publica-se também um conjunto de orientações relativas à organização, funcionamento e dinamização das Bibliotecas Escolares, como forma de uniformizar os respetivos serviços, nomeadamente a instalação, o mobiliário a adotar, a vigilância na sala de leitura e a leitura domiciliária, a

catalogação e o regulamento da BE. Um dos aspetos referidos nas recomendações mencionadas, mas que não vai ser aplicado, é o livre acesso dos alunos às estantes.

Relativamente ao fundo documental a ser disponibilizado às crianças apesar de não existir uma bibliografia aconselhada, Cabral (1943) elabora um guia para aquisição de livros, com o título *Algumas achegas para uma bibliografia infantil*, editado pela Imprensa Nacional.

Outras ideias são divulgadas para ajudar as Bibliotecas Escolares a adquirirem um fundo documental de qualidade, como:

- A constituição de bibliotecas infantis económicas com 30 ou 50 volumes que pudessem ser replicadas;
- A promoção de conferências elucidativas sobre literatura infantil.

A importância da Biblioteca Escolar no combate ao analfabetismo, na promoção da leitura e na valorização da aprendizagem, vão exigir, segundo Landeiro (1945), que esta se atualize permanentemente e que possua recursos humanos com conhecimentos especializados, de modo a tornar-se o centro principal de toda a cultura das povoações rurais, e não um museu, nem um armazém de livros.

No período 3 vai dar-se continuidade ao combate ao analfabetismo, agora alargado à faixa adulta da população. Estando a ser debelado o analfabetismo infantil, permanecia analfabeta toda uma faixa etária adulta que era necessário alfabetizar, sobretudo tendo em conta a modernização da economia europeia e o avanço tecnológico que exigia novas competências dos trabalhadores.

Foi, como sabemos, o período do Plano Nacional de Educação de Adultos (1952), seguido da Campanha Nacional de Educação de Adultos.

Neste contexto, a Biblioteca Escolar vai adquirir um novo papel: ajudar o professor na instrução e educação dos alunos e fornecer à população adulta uma possibilidade de não esquecer as aprendizagens realizadas e mesmo ampliá-las.

A Biblioteca Escolar vai alargar a sua área de intervenção e surge como um meio privilegiado de alfabetização e de promoção cultural. Este “estatuto” vai originar a criação e publicação do Regulamento das Bibliotecas Rurais Junto das Escolas Primárias (1956).

A publicação deste Regulamento surge no momento crucial de execução do programa de criação de Bibliotecas Escolares, iniciado em 1953, com a criação e a instalação de 350 Bibliotecas em todo o País. Este documento regulador era constituído por quatro capítulos, conforme antes explicitado:

- Capítulo I - Criação, instalação, mobiliário e recursos humanos da Biblioteca;
- Capítulo II – Recepção do fundo documental e sua organização: tratamento documental (catalogação, classificação e cotação);
- Capítulo III – Leitura, requisição e empréstimo de livros;
- Capítulo IV – Dinamização da Leitura e estatística de utilização.

Para além dos referidos capítulos, existe um documento anexo sobre o tratamento documental e levantamento estatístico dos serviços de leitura da BE.

O presente Regulamento vai destacar algumas competências da BE que interessa sublinhar: a dinamização da leitura e a *utilização dos livros para exercícios escolares*, evidenciando, assim, a ligação da BE ao currículo. Por outro lado, vai evidenciar o papel do professor (agente do ensino) e do professor-director da biblioteca na promoção da leitura, no desenvolvimento das competências da compreensão da leitura e na utilização eficaz do fundo documental disponibilizado pela BE.

O fundo documental destas bibliotecas passou a ser controlado pelo Serviço da Escolha de Livros e assentava sobretudo em dois tipos de livros: livros recreativos (romances, contos, teatro, poesia) e livros instrutivos (narrativas históricas, obras de formação moral, obras de técnica agrária, obras de divulgação da vida ultramarina, obras de geografia).

Apesar da aposta das orientações produzidas, o sucesso da Biblioteca Escolar nem sempre é conseguido, estando na origem desta dificuldade a desadequação da coleção. Por um lado, a literatura infantil e juvenil (aventuras do farwest americano) que começava a ser procurada pelos jovens não é tida como boa literatura, não se encontrando, por isso, na BE; por outro, a literatura disponibilizada não correspondia aos interesses e exigências dos potenciais leitores das zonas rurais.

Outra dificuldade manifestada é a questão do espaço físico e a organização da BE. Segundo Rodrigues (1959), não existia em Portugal uma só biblioteca infantil digna

desse nome, sobretudo quando comparadas com as bibliotecas de algumas cidades europeias, mais agradáveis, modernas, funcionais e de excelente bom gosto.

No período 4, a BE mantém a fidelidade à sua principal missão: *Difundir o livro, enriquecer culturalmente e expandir a cultura.*

Este esforço de enriquecimento e expansão cultural, torna-se possível com a criação de cerca de 3000 bibliotecas entre 1953 e 1965, ajudadas nesta tarefa pelas Bibliotecas Circulares, pela Coleção Educativa e pelas Bibliotecas Itinerantes e Fixas da Fundação Calouste Gulbenkian.

A modernização do sistema educativo promovida pelo Plano Regional do Mediterrâneo e, mais tarde, a reforma educativa implementada pelo Ministro da Educação Nacional, Veiga Simão, vão permitir à Biblioteca Escolar responder com eficácia aos desafios da didática moderna (Afonso, 1973), onde o manual escolar se revela insuficiente para despertar nos alunos a curiosidade e o desejo de saber.

Neste contexto é significativo o conselho dado por Afonso (1973), para a utilização de livros de consulta, dicionários, enciclopédias ilustradas, atlas, entre outros, como forma de tornar o trabalho da BE mais ativo, estimulador e culturalmente enriquecedor.

A promoção da leitura e o desenvolvimento das competências da leitura passam então a estar no centro da atividade dos professores e da Biblioteca Escolar. A consciência de que é necessária a criação de hábitos de leitura, para que as crianças e os adolescentes desenvolvam o gosto pelos livros, torna-se uma ideia fundamental.

A ideia do desenvolvimento de hábitos de leitura e a conquista do gosto pelos livros, como forma de promover o enriquecimento cultural e social das crianças e adolescentes, vai originar uma mudança significativa na atitude dos agentes do ensino (professores e diretores das Bibliotecas Escolares) e do Ministério da Educação Nacional (Serviço de Escolha de Livros).

Estas alterações fizeram sentir-se de diferentes modos:

- Seleção de novos autores para as Bibliotecas Escolares, pelo Serviço da Escolha de Livros, nomeadamente, Sophia de Mello Breyner Andresen, Fernando Pessoa, Ester Lemos, Afonso Lopes Vieira e Saint-Exupéry, entre outros;

- O envio anual, pelo professor-director da Biblioteca Escolar, do movimento de requisições domiciliárias da respetiva BE, através do Boletim Anual Estatístico;
- A introdução de ações diversificadas de promoção da leitura e de desenvolvimento de competências leitoras por parte dos professores, nomeadamente a reunião de leitores com diálogo sobre as obras, como forma de desenvolver a expressão oral, o vocabulário e a imaginação; a leitura de trechos pelo professor, como forma de motivar para a requisição de livros; a leitura de excertos de biografias como forma de motivar os alunos para a pesquisa sobre os autores dos livros requisitados; a hora do conto e a comemoração do Dia Internacional do Livro Infantil, onde passou a ser comum a realização de várias atividades, tais como execução de cartazes, construções de poemas, exposições, entre outras;
- A divulgação de experiências de promoção da leitura no BEP, por parte de alguns dos professores colaboradores.

O sucesso na promoção da leitura e no desenvolvimento do gosto pelo livro é consequência inegável da ação do professor-director da Biblioteca Escolar, e da sua atitude dinâmica e proativa junto dos leitores. A partir da década de 1960, passam a ter um papel impulsionador na promoção da leitura das crianças e adolescentes as Bibliotecas Itinerantes da Fundação Calouste Gulbenkian e das suas Bibliotecas Fixas, que chegaram a co-habitar o espaço de algumas das Bibliotecas Escolares das zonas rurais.

O sucesso referido não é, no entanto, isento a algumas das críticas dos autores dos artigos do Boletim *Escola Portuguesa*. De facto, nem sempre a eficácia da Biblioteca Escolar é conseguida. Para Fazenda (1966), a falta de dinamização da leitura é devida à falta de acondicionamento dos livros; às instalações deficientes para a leitura; à falta de livros, entre outros. Delgado (1971) aponta, por sua vez, a atitude dos professores face à leitura e o desinteresse por eles demonstrado na promoção de hábitos e exercícios de leitura.

Para Rocha (1974), o sucesso da Biblioteca Escolar na promoção da leitura seria conseguido se houvesse uma aposta na cooperação com a Biblioteca Pública, fazendo notar que a BE é uma espécie de “casa das máquinas” da escola, ou seja, uma “grande

fonte de energia para o avanço da educação”. Neste sentido, Mota (1974) vai defender a transformação da BE num Centro Educativo, onde professores com formação adequada podiam orientar as crianças e jovens na interpretação da leitura, narração de histórias e explicação dos temas, numa tentativa de aproximação da BE ao currículo.

A reforma educativa que vigorava desde 1972 e a inovação pedagógica em curso trouxeram desafios à educação que passariam obrigatoriamente por uma redefinição do estatuto da Biblioteca Escolar: estava a iniciar-se a democratização do acesso à leitura.

2. LIMITAÇÕES DO ESTUDO

A presente dissertação não conseguiu responder a todas as interrogações iniciais, nomeadamente no que se refere à realidade das Bibliotecas Escolares urbanas. Não sabemos, pela análise dos artigos seleccionados, se o papel das BE, nos seus diversos campos de ação, manteve uma fisionomia idêntica às Bibliotecas Escolares rurais. Pensamos, no entanto, que a intervenção da BE, na cidade, terá sido mais reduzida, em determinados aspetos, nomeadamente no combate ao analfabetismo ou na preocupação com a adequação da coleção, considerados para o público das zonas rurais.

Nos artigos consultados não tivemos a oportunidade de conhecer a realidade dos fundos documentais, dos autores e títulos seleccionados, nem conseguimos obter uma estatística da leitura que nos permitisse avaliar a progressão da mesma ao longo do período em estudo, ou mesmo em parte dele, sobretudo a partir da data de publicação do Regulamento das Bibliotecas Escolares (abril de 1956), pelo Ministério da Educação Nacional.

Não conseguimos detetar, igualmente, se existia alguma formação mais específica para o professor-director da Biblioteca Escolar, para além da formulada em alguns dos artigos do Boletim ou do Regulamento mencionado, que resultava de conhecimentos práticos relacionados com a respetiva função, e que retomamos brevemente:

- Registo dos livros rececionados pela BE;
- Catalogação;
- Arrumação nas estantes;
- Empréstimo domiciliário;
- Levantamento estatístico das requisições domiciliárias;
- Classificação dos livros;
- Preservação dos documentos;
- Promoção da leitura.

A informação obtida nos artigos analisados nem sempre pôde ser confirmada por outras fontes, dado o período de tempo abrangido pela presente investigação ser relativamente recente e não haver, na literatura atual, informação suficiente para podermos confrontar alguns dos dados e das informações.

As opiniões expressas nesses artigos são opiniões de autores integrados no sistema político dominante, pois o periódico em causa foi publicado pelo regime para divulgar a ideologia e as opiniões a ele afetas, facto que nos impossibilitou também confrontar ideias e opiniões diferentes.

As ações que porventura foram levadas a cabo, por outras pessoas e entidades, no âmbito do tema que abordamos, não as conhecemos, pelo que estamos conscientes de termos conhecido, apenas, uma porção da realidade, mesmo que possa ser, de algum modo, significativa.

Muitos outros temas e assuntos poderíamos ter abordado no presente estudo. A orientação e o caminho traçados poderiam ter sido outros, dado existir um conjunto de questões passíveis de serem aprofundadas. Saliento, entre outras, as questões relacionadas com a arquitetura das escolas primárias, nomeadamente as opções dos arquitetos do Estado Novo relativamente às Bibliotecas Escolares. Seria importante perceber até que ponto as Bibliotecas Escolares entravam no programa de conceção das novas escolas primárias promovidas pelo Regime, o que apesar de tudo inferimos ser o caso (ver Anexo 6 e Anexo 8)

Um tema que gostaríamos de ter aprofundado foi o contributo que o Serviço das Bibliotecas Itinerantes e das Bibliotecas Fixas da Fundação Calouste Gulbenkian terão dado à promoção da leitura junto das populações rurais e que tipo de colaboração terão encetado com as Bibliotecas Escolares.

Porém, o facto de o nosso objecto de estudo se ter centrado no Boletim *Escola Portuguesa*, limitou de *per si* os temas e as questões desenvolvidos na presente dissertação, pois estes resultaram das questões abordadas nos respetivos artigos, que foram, de algum modo, focalizando e orientando o nosso trabalho.

3. SUGESTÕES PARA FUTURAS INVESTIGAÇÕES

A investigação agora iniciada pode beneficiar e ganhar novos contornos, se puder ser alargada a novas fontes que sirvam de confronto às ideias e conceitos explanados.

Como referimos, algumas questões não puderam ser confirmadas no corpus de análise que trabalhamos, razão pela qual será conveniente passar a novas etapas de pesquisa, nomeadamente na documentação oficial do arquivo do Ministério da Educação.

O tema das Bibliotecas Escolares, sendo muito abrangente, pode suscitar novas investigações, quer complementando a presente dissertação, alargando o período temporal de análise, estabelecendo uma comparação com a evolução da BE após a Revolução do 25 de Abril de 1974, quer estudando, para o mesmo período, as Bibliotecas Escolares das escolas de outros níveis de ensino.

A primeira hipótese poderia mostrar-nos a relação que pode existir entre um determinado regime político/contexto ideológico, social e económico e as opções educativas e culturais tomadas pelos respetivos governos.

A segunda opção permitir-nos-ia obter uma visão mais abrangente das medidas tomadas pelo Estado Novo, no âmbito da promoção da leitura, organização e gestão das BE, nomeadamente nas Escolas Preparatórias e nos Liceus.

Um outro aspeto que pode constituir objeto de estudo no contexto da Biblioteca Escolar, é a influência das opções políticas e culturais na conceção arquitetónica do espaço da escola e da BE, incluindo o design e a ergonomia do mobiliário adotado e os aspetos relacionados com o bem-estar e a comodidade conseguidos. Poderá ser de grande utilidade a consulta de documentos preparatórios, memórias descritivas, projetos e plantas de arquitetura, para compreender a importância da BE no espaço da escola.

Um assunto por explorar no contexto da BE e da promoção da leitura é a influência das bibliotecas criadas pela Fundação Calouste Gulbenkian junto das escolas primárias, ou mesmo o papel das Bibliotecas Itinerantes no aumento dos índices de leitura das populações rurais e a sua influência na atualização e modernização das Bibliotecas Escolares.

Terminamos, portanto, com estas (algumas) propostas para outros estudos, pontos de partida futuros, para nós e/ou para os nossos leitores.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DO CORPUS DE ANÁLISE

AAVV (1935). A Cultura Popular em Portugal: Parecer da Câmara Corporativa sobre o projecto de lei nº22, da autoria do deputado Sr. Engenheiro Araújo Correia. *Escola Portuguesa*, I(24), 446-448

AFONSO, Elisa G. Amorim (1973). A Utilização da Biblioteca Escolar na Aprendizagem Activa. *Escola Portuguesa*, 1389, 10

ARAÚJO, Anselmo (1937). A escola de ontem e a escola de hoje. *Escola Portuguesa*, III(132), 193

ARESTA, Manuel Borges Rodrigues (1973). Educação nova e escola moderna. *Escola Portuguesa*, 1394, 6

BARRETO, Manuel (1941). As bibliotecas escolares. *Escola Portuguesa*, VIII(370), 138-140

CABRAL, Oliveira (1943a). Como formar uma biblioteca infantil na sala de aula. *Escola Portuguesa*, IX(454), 703-704

CABRAL, Oliveira (1943b). Como formar uma biblioteca infantil na sala de aula. *Escola Portuguesa*, IX(460), 800-801

CASTELÃO, José Maria (1937). A acção do professor na organização das Casas do Povo (Prelecção realizada na conferencia de Ancião): Bibliotecas. *Escola Portuguesa*, III(116), 100

COSTA, Leite (1935). A Escola Primária Atravessa uma Era de Renovação. *Escola Portuguesa*, I(23), 432

CRESPO, Firmino (1965a). Bibliotecas, Livros e Preferências. *Escola Portuguesa*, XXXI(1297), 10

CRESPO, Firmino (1965b). O significado de uma oferta. *Escola Portuguesa*, XXXI(1300), 6

DORDONNAT, Octávio (1957). Cultura Popular. *Escola Portuguesa*, XXIV(1167), 33-34

ESCARAMEIA, António José (1946). A função da escola. *Escola Portuguesa*, XII(585), 253-254

ESCARAMEIA, António José (1948). A escola e o professor. *Escola Portuguesa*, XIV(703), 362-363

EVANGELISTA, Domingos (1937). Escola e Nacionalismo. *Escola Portuguesa*, III(123), 139

EVANGELISTA, Domingos (1938). O Professor Primário: “apóstolo dos novos rumos e da eternidade da Pátria Portuguesa”. *Escola Portuguesa*, V(214), 92

FAZENDA, Manuel P. (1965). Bibliotecas Escolares: um novo ano de actividades. *Escola Portuguesa*, XXXI(1299), 14

FAZENDA, Manuel P. (1966). Bibliotecas Escolares: Seu Valor Pedagógico. *Escola Portuguesa*, XXXII(1304), 7

FIGUEIREDO, Parente (1934). Escola Portuguesa. *Escola Portuguesa*, I(3), 40

FIGUEIREDO, Parente (1935). Vai sendo tempo de Pensar, a Sério, na Criação de Bibliotecas Infantis. *Escola Portuguesa*, I(36), 659-660

FIGUEIREDO, Parente (1935). Criar Nas Crianças o Gosto Da Leitura. *Escola Portuguesa*, I(42), 759-760

FIGUEIREDO, Parente (1936a). Literatura para Crianças: Palestra realizada na Emissora Nacional, em 28 de Fevereiro, por Parente de Figueiredo, inspector dos Serviços de Orientação Pedagógica. *Escola Portuguesa*, II(74), 150-151

FIGUEIREDO, Parente (1936b). O sentimento da Disciplina. *Escola Portuguesa*, III(113), 75-76

FIGUEIREDO, Silvestre de (1971). A Língua Portuguesa e as Bibliotecas Escolares. *Escola Portuguesa*, 1366, 7

GASPAR, José Maria (1953). Não consintas analfabetos no teu meio. *Escola Portuguesa*, XIX(955), 545-546

GRAÇA, Luíz Quartin (1935). Embelezamento da Vida Rural. *Escola Portuguesa*, II(53), 17-18

GRÁCIO, Joaquim Martins (1973). Enquadramento Pedagógico da Educação. *Escola Portuguesa*, 1387, 11

JANEIRO, Manuel António (1937). Bibliotecas e museus pedagógicos: A Biblioteca e o Museu do Ensino Primário. *Escola Portuguesa*, III(133), 201-202

LANDEIRO, José Manuel (1945). A biblioteca escolar. *Escola Portuguesa*, XI(561), 680

LANDEIRO, José Manuel (1948). O museu e a biblioteca escolar e o ensino rural. *Escola Portuguesa*, XV(735), 110

LEAL, António (1934a). Portugal reafirma a sua existência no Mundo. *Escola Portuguesa*, I(6), 109-110

LEAL, António (1937a). Política do Espírito – Política da Alma. Boletim *Escola Portuguesa*, III(121), 127-128

LEAL, António (1937b). Não nos é lícito ensaiar na actividade docente ideas que não se coadunem com as que não se coadunem com as que têm presidido ao renascimento da Pátria, sob a égide do Estado Novo. *Escola Portuguesa*, III(122), 131-132

LEÃO, Francisco da Cunha (1934b). Os deveres da Escola Portuguesa. *Escola Portuguesa*, I(2), 1

LEÃO, Francisco da Cunha (1935). A Escola Renovada é Anti-Livresca. *Escola Portuguesa*, I(29), 541

LEÃO, Francisco da Cunha (1936). A nossa escola precisa de ser cada vez mais Portuguesa. *Escola Portuguesa*, II(78), 169-170

LIMA, Fernando Andrade Pires de (1953). Plano de Educação Popular no acto da passe das Comissões Executivas e de Orientação Pedagógica, Administrativa e de Informação e Propaganda, realizada em 7 do corrente. Discurso proferido por sua EX^a o Ministro da Educação Nacional Prof. Doutor Fernando Andrade Pires de Lima. *Escola Portuguesa*, XIX(943), 325-326

LISBOA, Irene (1935). Ler, Haver Sociedades Formadoras de Leitores e Comentadores das Ideas Que Lhes Interessem. *Escola Portuguesa*, I(16), 272

MACEDO, H. Veiga de Macedo (1953a). Discurso proferido por Sua Excelência o Subsecretário de Estado da Educação Nacional, Dr. H. Veiga de Macedo, em 8 de Fevereiro de 1953, na cerimónia de inauguração dos Cursos de Educação de Adultos da Casa Hipólito, Lda. De Torres Vedras. *Escola Portuguesa*, XIX(944), 341-342

MACEDO, H. Veiga de Macedo (1953b). A missão do livro na Educação Popular: Discurso pronunciado por S. Ex^a o Subsecretário de Estado da Educação Nacional, Dr. H. Veiga de Macedo, no acto da posse do Director e Adjuntos do Serviço das Bibliotecas junto das escolas primárias, realizado na Ministério da Educação Nacional, no dia 8 de Julho de 1953. *Escola Portuguesa*, XIX(963), 689-690

MACEDO, H. Veiga de Macedo (1953c). Notável despacho de S. Ex^a o Subsecretário de Estado da Educação Nacional, Dr. H. Veiga de Macedo, em que se traçam directrizes e regras de acção às Comissões Regionais da Campanha Nacional de Educação de Adultos. *Escola Portuguesa*, XIX(965), 729-732

MACEDO, H. Veiga de Macedo (1953d). O que está feito é garantia segura de que se fará o muito que ainda é preciso realizar – Afirma o Subsecretário de Estado da Educação Nacional, Dr. Veiga de Macedo. *Escola Portuguesa*, XX(976), 49-50

MACEDO, H. Veiga de (1954a). Despacho de S. Ex^a o Subsecretário de Estado da Educação Nacional, Senhor Dr. H. Veiga de Macedo, sobre a missão das Escolas Primárias e dos Cursos de Educação de Adultos nos meios rurais. *Escola Portuguesa*, XX(933), 397-401

MACEDO, H. Veiga de (1954b). No acto da partida das 350 bibliotecas das escolas primárias: palavras proferidas por S. Ex^a o Subsecretário de Estado da Educação Nacional, Senhor Dr. H. Veiga de Macedo. *Escola Portuguesa*, XX(1000), 529-530

MACEDO, H. Veiga de (1954b). No Atlético Clube de Portugal – Importante exposição feita por S. Ex^a o Subsecretário de Estado da Educação Nacional, Senhor Dr. H. Veiga de Macedo, sobre os resultados do Plano de Educação Popular. *Escola Portuguesa*, XX(1006), 633-634

MARQUES, Henrique Brás Ferreira (1972). Bibliotecas Escolares. *Escola Portuguesa*, 1381, 9

MATEUS, Clotilde (1953). A função das bibliotecas escolares. *Escola Portuguesa*, XIX(972), 842-843

MARTINS, José Carlos (1938). Discurso proferido pelo Dr. José Carlos Moreira, professor da Universidade de Coimbra, na sessão inaugural do edifício escolar de Góis. *Escola Portuguesa*, IV(203), 545-547

MIRA, Clementina Augusta Fonseca; CRUZ, Maria Teresa Osório (1970). Funcionamento e actualidade da Biblioteca. *Escola Portuguesa*, 1355, 8

MOITA, Luíz (1935). Livros Escolares. *Escola Portuguesa*, I(51), 917

MOTA, Irene (1974). Centros Vivos de Cultura. *Escola Portuguesa*, 1405, 8

MOURA, J. Francisco de (1940). As lições de Salazar na escola primária: sua importância na formação das gerações. *Escola Portuguesa*, VII(318), 136

MÚRIAS, Manuel (1935). Ou pensam que a Escola Primária Terá cumprido Toda a Sua Obrigação No Dia Em Que Não Houver Já Analfabetos em Portugal? *Escola Portuguesa*, I(25), 463-464

MÚRIAS, Manuel (1936). Se a Função da Escola é Educar. *Escola Portuguesa*, II(81), 187-188

OLIVEIRA, Felismina (1934). Que Quere Dizer Escola Portuguesa? *Escola Portuguesa*, I(9), 145-146

OLIVEIRA, Felismina (1936). Bastará saber Ler, Escrever e Contar ao sair da Escola Primária? *Escola Portuguesa*, II(86), 233-234

OLIVEIRA, José Cardoso de (1971). A Biblioteca ao serviço da escola. *Escola Portuguesa*, 1364, 10

PACHECO, Carneiro (1936). O Sentido da presença do crucifixo na escola: Extracto do discurso proferido por S. Ex.^a o Ministro da Educação Nacional, Doutor Carneiro Pacheco. *Escola Portuguesa*, II(89), 255-256

PACHECO, Carneiro (1938a). Discurso proferido por S. Ex^a, o Ministro da Educação Nacional em 22 de Maio último na sede do destacamento militar mixto de Almada, no acto de distribuição dos diplomas aos soldados aprovados no exame primário elementar. *Escola Portuguesa*, IV(180), 457-458

PACHECO, Carneiro (1938b). Discurso proferido em 27 de Outubro último no Teatro Nacional Almeida Garrett, pelo Sr. Doutor Carneiro Pacheco, Ministro da Educação Nacional e Presidente da Comissão Executiva da União Nacional. *Escola Portuguesa*, V(211), 63-64

PACHECO, Carneiro (1940). Discurso proferido por S. Exa. O Ministro da Educação Nacional, no acto da inauguração da “Escola-Cantina Salazar”, no dia 28 de Abril, em Santa Cruz do Vimieiro. *Escola Portuguesa*, VI(288), 457-460

PAIXÃO, Braga (1935). Revirvalho. *Escola Portuguesa*, I(30), 555-556

PEREIRA, Nilo (1938). A espiritualidade do ensino primário em Portugal. *Escola Portuguesa*, IV(196), 507-508

PESTANA, Manuel Inácio (1950). Bibliotecas Escolares: Sua Finalidade. *Escola Portuguesa*, XVI(818), 584-585

PESTANA, Manuel Inácio (1951). Bibliotecas Escolares: Apontamentos para a sua organização. *Escola Portuguesa*, XVII(874), 769-770

PESTANA, Manuel Inácio (1952). Bibliotecas Escolares: organização de catálogos. *Escola Portuguesa*, XVII(909), 533-534

PINTO, Francisco de Paula Leite (1957). Discurso Proferido por S. Ex^a o Ministro da Educação Nacional, Senhor Prof. Dr. Francisco Paula Leite Pinto, em Portimão, em 10 de Fevereiro de 1957. *Escola Portuguesa*, XXIII(1135), 317-320

PORTUGAL, Miguel (1935). Existe um avultado número de Escolas cuja Frequência não Justifica a sua Manutenção. *Escola Portuguesa*, I(35), 643-644

ROCHA, Natércia (1974). O Treino da Leitura: A Imprensa e a Biblioteca. *Escola Portuguesa*, 1402, 11

RODRIGUES, António Gonçalves (1959). Bibliotecas Infantis. *Escola Portuguesa*, XXV(1223), 12

SANTOS, Gomes dos (1942). Visita a uma escola. *Escola Portuguesa*, VIII(387), 405-406

S.A. (1934a). A Escola ao Serviço da Nação. *Escola Portuguesa*, I(1), 2-5

S.A. (1934b). Serviços de orientação Pedagógica e Aperfeiçoamento. *Escola Portuguesa*, I(1), 4-6

S.A. (1934c). Os livros do Ensino Primário Elementar. *Escola Portuguesa*, I(3), 49

S.A. (1935). Livros e Compêndios (relação das obras apresentadas a concurso). *Escola Portuguesa*, II(55), 41

S.A. (1936). Factos e Comentários: Escola Masculina de Leça da Palmeira: Biblioteca. *Escola Portuguesa*, III(103), 12

S.A. (1937). Reflexões sobre a finalidade escolar. *Escola Portuguesa*, IV(155), 9-10

S.A. (1938a). Necessidade de relações durante as férias entre professores e alunos. *Escola Portuguesa*, IV(197), 515-516

S.A. (1938b). A nossa Reeducação. *Escola Portuguesa*, IV(204), 549-550

S.A. (1939a). A Escola e a Recristianização do País. *Escola Portuguesa*, V(236), 361-362

S.A. (1939b). O Estado Novo e a Escola Primária. *Escola Portuguesa*, V(246), 521-524

S.A. (1939c). Ainda sobre o ensino da moral. *Escola Portuguesa*, VI(262), 61-62

S.A. (1940a). Tendências actuais da Escola Nova. *Escola Portuguesa*, VI(276), 273-274

S.A. (1940b). A Escola e as Palavras dos Chefes. *Escola Portuguesa*, VI(302), 673-674

S.A. (1940c). Necessidade de renovação didáctica. *Escola Portuguesa*, VII(312), 33-34

S.A. (1941a). Importância do ensino elementar. *Escola Portuguesa*, VII(347), 673-674

S.A. (1941b). Trabalho de férias. *Escola Portuguesa*, VII(361), 853

S.A. (1941c). A escola e a felicidade da criança. *Escola Portuguesa*, VIII(368), 93-95

S.A. (1942a). O “Plano dos Centenários” e a rede escolar. *Escola Portuguesa*, VIII(410), 767-768

S.A. (1942b). A Escola e o clima instaurado pela Revolução Nacional. *Escola Portuguesa*, IX(415), 17-18

S.A. (1943a). O Estado Novo e o combate ao analfabetismo. *Escola Portuguesa*, IX(442), 500-501

S.A. (1943b). Alguns passos do Despacho da Presidência do Conselho sobre o “Plano dos Centenários”. *Escola Portuguesa*, IX(443), 516-517

S.A. (1944a). Contra o Analfabetismo. *Escola Portuguesa*, X(499), 509-510

S.A. (1944b). A campanha da frequência escolar. *Escola Portuguesa*, XI(525), 97-98

S.A. (1945a). O Director Geral do Ensino Primário fala do interesse do Estado Novo pela educação popular. *Escola Portuguesa*, XII(575), 65-68

S.A. (1945b). Nós e a batalha contra o analfabetismo. *Escola Portuguesa*, XII(581), 173-174

S.A. (1948a). Inauguração da Biblioteca e Museu da Escola Masculina de Penamacor. *Escola Portuguesa*, XIV(713), 485-486

S.A. (1948b). Novo Ano Escolar Novas Escolas. *Escola Portuguesa*, XV(729), 17-18

S.A. (1952). No combate ao analfabetismo. *Escola Portuguesa*, XVII(918), 673-674

S.A. (1953a). Educação de Adultos. *Escola Portuguesa*, XIX(945), 361-362

S.A. (1953b). As entidades patronais e a educação de adultos. *Escola Portuguesa*, XIX(946), 377-378

S.A. (1953c). É na vanguarda da Campanha Nacional de Educação de Adultos o lugar de todos os agentes do ensino primário. *Escola Portuguesa*, XIX(947), 393-394

S.A. (1953d). Os Agentes do Ensino Primário e a Campanha contra o Analfabetismo. *Escola Portuguesa*, XX(977), 65-66

S.A. (1953e). O problema da educação supletiva dos adultos e o do analfabetismo entre as crianças em idade escolar: Na Comemoração do I Aniversário da Publicação do Plano de Educação Popular (Primeira parte da exposição feita por S. Ex^a., o Subsecretário de Estado da Educação Nacional, Senhor Dr. Veiga de Macedo, na Conferência de Imprensa e da Rádio, realizada no dia 4 do corrente, no ministério da Educação Nacional). *Escola Portuguesa*, XX(978), 81-93

S.A. (1953f). O problema da educação supletiva dos adultos e o do analfabetismo entre as crianças em idade escolar (2^a parte): O combate ao analfabetismo das crianças em idade escolar. *Escola Portuguesa*, XX(976), 105-116

S.A. (1954a) Bibliotecas Escolares: Importante Donativo de um português residente em África. *Escola Portuguesa*, XX(1018), 830

S.A. (1954b) IV reunião anual dos funcionários superiores do ensino primário, realizada sob a presidência de Sua Excelência o Subsecretário de Estado da Educação Nacional Senhor Dr. Henrique Veiga de Macedo, nos dias 7,8,9,10,11 e 12 de Setembro de 1953:

Sumário dos assuntos estudados, das recomendações feitas e das directivas dadas. O Plano da Educação Popular. *Escola Portuguesa*, XXI(1027), 132-136

S.A. (1954c) IV reunião anual dos funcionários superiores do ensino primário, realizada sob a presidência de Sua Excelência o Subsecretário de Estado da Educação Nacional Senhor Dr. Henrique Veiga de Macedo, nos dias 7,8,9,10,11 e 12 de Setembro de 1953: Sumário dos assuntos estudados, das recomendações feitas e das directivas dadas. O Plano da Educação Popular: As Bibliotecas Junto das Escolas Primárias. *Escola Portuguesa*, XXI(1032), 271-273

S.A. (1955a). Bibliotecas Escolares. *Escola Portuguesa*, XXI(1045), 505-506

S.A. (1955b). Milhares de Bibliotecas estarão em breve espalhadas pelas escolas de todo o País – revelou S. Ex^a o Subsecretário de Estado da Educação Nacional. *Escola Portuguesa*, XXI(1045), 507-508

S.A. (1955c). A obrigatoriedade escolar: inquérito de muita importância. *Escola Portuguesa*, XXI(1050), 601-602

S.A. (1955d). A XVI Missão Cultural da Campanha Nacional de Educação de Adultos. *Escola Portuguesa*, XXI(1057), 737-738

S.A. (1956a). Regulamento das Bibliotecas Rurais Junto das Escolas Primárias. *Escola Portuguesa*, XIII(1117), 9-10

S.A. (1956b). Regulamento das Bibliotecas Rurais Junto das Escolas Primárias. *Escola Portuguesa*, XIII(1118), 25-27

S.A. (1956c). Algumas considerações sobre a escola activa. *Escola Portuguesa*, XXIII(1120), 49-51

S.A. (1957a). Bibliotecas Rurais: oportuna iniciativa da Junta dos Lacticínios da Madeira. *Escola Portuguesa*, XXIII(135), 321-322

S.A. (1957b). As bibliotecas escolares e a reforma da mentalidade. *Escola Portuguesa*, XXIII(1139), 381-382

S.A. (1957c). A Hora das Bibliotecas Escolares. *Escola Portuguesa*, XXIII(1141), 413-414

S.A. (1958a). Difusão da Cultura Popular. *Escola Portuguesa*, XXV(1216), 10

S.A. (1958b). Notas. *Escola Portuguesa*, XXV(1217), 15

S.A. (1965). O livro ao serviço da educação. *Escola Portuguesa*, XXXI(1291), 4-5

S.A. (1966a). A Educação Popular Através do Livro. *Escola Portuguesa*, XXXII(1303), 3-5

S.A. (1966b). Notas sobre as Bibliotecas Escolares. *Escola Portuguesa*, XXXII(1304), 8

S.A. (1970). Não podemos caminhar através dos outros graus de ensino, se houver crianças que não recebem a escolaridade primária obrigatória: afirmou o Ministro da Educação Nacional, Professor Doutor Veiga Simão ao receber uma comissão de Portalegre. *Escola Portuguesa*, 1362,

S.A. (1972a). “Perante o atraso em que nos encontramos, o que há 3para fazer será sempre muito mais do que foi feito” disse o Ministro da Educação Nacional Prof. Doutor Veiga Simão durante a posse dos novos dirigentes do seu ministério. *Escola Portuguesa*, 1375, 2-4

S.A. (1972b). Melhorar seriamente a educação dos portugueses e contribuir para que estes, como nação, possam sentir-se companheiros de outros povos nos caminhos do futuro – este é o nosso programa: afirmou o Ministro da Educação Nacional, Prof. Doutor Veiga Simão. *Escola Portuguesa*, 1376, 4-10

SAMPAIO, Manuel Teles (1971). A Reforma do Ensino. As Escolas Mistas: a educação comum. *Escola Portuguesa*, 1365, 14

SANTOS, Elvira Graça C. dos (1971). O prolongamento da escolaridade. *Escola Portuguesa*, 1367, 10

SEQUEIRA, F.J. Martins (1937). Estado Novo. *Escola Portuguesa*, III(148), 313-314

SERRAS e Silva (1934). Ler , Escrever e Contar não constituem uma ciência. *Escola Portuguesa*, I(4), 56

SILVA, Noémia Fazenda da (1968). A Educação no Mundo Moderno. *Escola Portuguesa*, 1330, 5

SOUSA, Manuel Cristiano de (1937). Na Inauguração do edifício escolar de Alvaiázere: Discurso proferido em 6 do corrente mês, pelo Sr. Director Geral do Ensino Primário Dr. Manuel Cristiano de Sousa. *Escola Portuguesa*, III(138), 235-236

SOUSA, Manuel Cristiano de (1939). Discurso proferido pelo Director Geral do Ensino Primário, Dr. Cristiano de Sousa, em 28 de Maio último, na sessão solene realizada na Sociedade de Geografia de Lisboa, em homenagem aos professores do ensino primário. *Escola Portuguesa*, V(243), 473-474

SOUSA, Manuel Cristiano de (1940). Discurso proferido pelo Director Geral do Ensino Primário, Dr. Manuel Cristiano de Sousa, na sessão solene realizada em 28 de Maio último, no Liceu D. Filipa de Lencastre em homenagem aos professores do ensino primário. *Escola Portuguesa*, VI(1940), 521-524

SOUSA, Manuel Cristiano de (1941). O Livro Único. *Escola Portuguesa*, VII(362), 865-866

SOUSA, Manuel Cristiano de (1949). O ensino primário em Portugal. O número de analfabetos baixou de 1930 a 1940 três vezes mais do que nos decénios de 1911 a 1920 e de 1920 a 1930. As matriculas já atingiram 93,3% do total das crianças em idade escolar. O rendimento escolar melhorou e aumentou a partir de 1926, graças à eficiência do ensino e, sobretudo, à dedicação e competência dos professores primários – diz o Dr. Manuel Cristiano de Sousa. *Escola Portuguesa*, XV(748), 289-292

SOVERAL, Eduardo S. Abranches (1959). As Funções Sociais da Escola Primária. *Escola Portuguesa*, XXV(1220), 13

TAMAGNINI, Eusébio (1934). 1º de Dezembro de 1640. *Escola Portuguesa*, I(9), 129-135

TORCATO, Cacilda Maria Jorge F. (1971). O gosto da leitura: Bibliotecas e Jornais. *Escola Portuguesa*, 1373, 14

VELOSO, Mariana Manuela Moita da Costa Canejo (1971). O Livro: As Bibliotecas Escolares. *Escola Portuguesa*, 1373, 12

VIANA, Mário Gonçalves (1943a). Como formar uma biblioteca infantil na sala de aula. *Escola Portuguesa*, IX(460), 800-801

VIANA, Mário Gonçalves (1943b). A classificação dos livros infantis e os esquemas de bibliotecas. *Escola Portuguesa*, IX(463), 819-820

VIANA, Mário Gonçalves (1945). Educação Cívica: A escola e a formação do carácter. *Escola Portuguesa*, XI(554), 562-563

5. OUTRAS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALARCÃO, I (2001). *Novas Tendências de investigação em educação*. Em I. Alarcão (org.). *Escola Reflexiva e nova racionalidade*. Porto Alegre: Artmed Editores, pp.135-144

ALVES, L. A. M. (1999). *Contributos para o Estudo do Ensino Industrial*, vol. 3. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras.

BARROSO, João, *Os Liceus. Organização pedagógica e administração (1836-1960)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/JNICT, 1995.

BEJA, Filomena e outros (1990). *Muitos anos de escolas: ensino primário*, vols. I. Lisboa: Ministério da Educação.

BEJA, Filomena e outros (1996). *Muitos anos de escolas: edifícios para o ensino infantil e primário. Anos 40 –Anos 70*, vol.II. Lisboa: Ministério da Educação

BEJA, Filomena; Serra, Júlia (2010). *Muitos anos de escolas: edifícios para o ensino infantil e primário. Da Escola Piloto à Área Aberta. Casos Especiais*, vol. III, Lisboa: Ministério da Educação

BELL, Judith (2004). *Como Realizar Um Projecto de Investigação*. Lisboa: Gradiva

CANDEIAS, António e outros (Dir.) (2007). *Alfabetização e Escola Em Portugal Nos Séculos XIX e XX: Censos e Estatísticas*. (2ª ed.) Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

CARDOSO, Teresa; ALARCÃO, Isabel; CELORICO, Jacinto Antunes (2010). *Revisão da Literatura e Sistematização do Conhecimento*. Porto: Porto Editora.

CARDOSO, Teresa (2007). *Interação verbal em aula de línguas: meta-análise da investigação portuguesa entre 1982 e 2002*. Aveiro: Universidade de Aveiro.

CARMO, Hermano; FERREIRA, Manuela Malheiro (2008). *Metodologia da Investigação: Guia para Auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta

COHEN, Louis; MANION, Lawrence (1990). *Métodos de Investigación Educativa*. Madrid: La Muralla, S.A.

CARVALHO, Rómulo de (1986). *História do Ensino em Portugal: desde a Fundação da Nacionalidade até o Fim do Regime de Salazar Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

CORREIA, Luís Grosso, et al. (2007). *A história da educação em Portugal: Balanço e perspectivas*. Porto: Edições Asa.

FERNANDES, Rogério, Os Caminhos do ABC. Sociedade Portuguesa e Ensino das Primeiras Letras. Porto, Porto Editora, 1994

FERNANDES, Rogério; FELGUEIRAS, Margarida Louro; “História Social da Infância em Portugal: um território em construção”, in GONDRA, J. G. (org.), *História, Infância e Escolarização*, Rio de Janeiro, 7 Letras, 2002.

GOMES, Joaquim Ferreira (1986). *A Educação Infantil em Portugal*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica-Centro de Psicologia da Universidade de Coimbra

MACHADO, Maria de Fátima Sá, Maneiras de sentar. Contributo para a história das carteiras escolares do ensino primário em Portugal (1835-1970). Dissertação de

Mestrado em Ciências da Educação, Lisboa, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, 2004

MAGALHÃES, J. (1994). *Ler e escrever no mundo rural do Antigo Regime: um contributo para a história da alfabetização e da escolarização em Portugal*. Braga: Universidade do Minho, Instituto de Educação.

MARTINS, C. (2001). *Meta-análise*. Em E. Fernandes e L. Almeida. *Métodos e Técnicas de Avaliação: Contributos para a Prática e Investigação Psicológicas*. Braga, Universidade do Minho: Centro de Estudos em Educação e Psicologia, pp. 233-261

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (1956). *Regulamento: Bibliotecas Rurais Junto das Escolas Primárias*. Lisboa: Direcção Geral do Ensino Básico.

MÓNICA, Maria Filomena (1981). *Education and Society in Salazar's Education and National Development*. Lisbon: The Open University

MÓNICA, Maria Filomena (1978). *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar (1926-39)*. Lisboa: Presença-Gis

MÓNICA, Maria Filomena (1981). *A Escola e as Classes Sociais (Antologia)*. Lisboa: Presença-Gis

NÓVOA, António (s.d.). *A República e a Escola: das intenções generosas aos desenganos das realidades*. Ministério da Educação. Instituto de Inovação Educacional.

NÓVOA, António (1998) *A História do Ensino Primário em Portugal: balanço da investigação realizada nas últimas décadas: 1.º Encontro de História da Educação em*

Portugal. Comunicações, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Serviço de Educação.

NÓVOA, António, (dir.) *A Imprensa de Educação e Ensino. Repertório analítico (séculos XIX-XX)*, Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1993.

NÓVOA, António; ROSAS, Fernando (coord.) (1992). *A Educação Nacional in Portugal e o Estado Novo (1930-1960)* [Nova História de Portugal- vol. XXII]. Lisboa: Editorial Presença

NÓVOA, António (1999). *Do Mestre-Escola ao Professor do Ensino Primário: Subsídios para a história da profissão docente em Portugal (Séculos XVI-XX)*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa- Faculdade de Motricidade Humana

NÓVOA, António (2005). *Evidentemente: Histórias da Educação*. Porto: Asa

PORTUGAL (1960). *Estatísticas da Educação: Ano lectivo 1964-1965*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

RAMOS DO Ó, Jorge; ROSAS, Fernando (coord.) (1992). *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)* [Nova História de Portugal- vol. XXII]. Lisboa, Editorial Presença.

RAMOS, R. (1988). *Cultura de alfabetização e cultura de analfabetismo em Portugal: uma introdução à história da alfabetização no Portugal contemporâneo*. [Análise Social]: 24, 103-104, 4,5, 1067-1145.

RAMOS, R. (1993). O método dos pobres: educação popular e alfabetização em Portugal (séculos XIX e XX). *Colóquio Educação e Sociedade*, 2, 41-68.

REIS, J. (1988). O analfabetismo em Portugal numa perspectiva comparada: algumas reflexões. In *1.º Encontro de História da Educação em Portugal – Comunicações* (pp. 75-79). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

ROSAS, Fernando (coord.), Portugal e o Estado Novo (1930-1960) [Nova História de Portugal- vol. XXII]. Lisboa, Editorial Presença, s.d.

SARMENTO, Manuela (2008). *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada*. Lisboa: Universidade Lusíada.

SILVA, A. E. D. e outros (1986). *Salazar e o Salazarismo*, (org. de Fernandes Rosas e José M. Brandão), Lisboa: Publicações Dom Quixote.

STOER, S.R.(1986). *Educação e Mudança social em Portugal: 1970-1980, uma década de transição*. Porto. Edições Afrontamento.

VEIGA, Isabel (cood.) (1996). *Lançar a Rede de Bibliotecas Escolares*. Lisboa: Ministério da Educação

6. REFERÊNCIAS WEBOGRÁFICAS

ADÃO, Áurea do Carmo (2006). *A Escola em Meio Rural no Portugal do Estado Novo: A Formação dos seus Professores no(s) discurso(s) do Poder Político (1933-1956)*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia. Retirado de:

<http://www.grupolusofona.pt/pls/portal/docs/PAGE/OPECE/APRESENTACAO/OBJETIVOS/RESEARCH%20GROUPS/SCHOOL%20MEMORIES%20IN%20THE%20LUSOPHONE%20SPACE/MEM%20RIAS%20DA%20EDUCA%20NO%20ESPA%20LUS%20FONO/A%20ESCOLA%20EM%20MEIO%20RURAL%20-%20ESTADO%20NOVO.PDF>

CANDEIAS, António; SIMÕES, Eduarda (1999). *Alfabetização e Escola em Portugal no Século XX: Censos Nacionais e Estudos de Caso [Análise Psicológica 1, (XVII): 163-194]*. Retirado de:

<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aps/v17n1/v17n1a17.pdf>

CATARINO, Acácio(s.d.). *A apreciação técnica na O.C.D.E., do Projecto Regional do Mediterrâneo*. Retirado de:

<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224253764X4cKJ0lv2Ti74SS4.pdf>

CUNHA, Paulo Ferreira da Cunha (2005). *Da Constituição do Estado Novo Português*.

Retirado de: <http://hc.rediris.es/07/articulos/pdf/05.pdf>.

GUINOTE, Paulo. *A Educação do Meu Umbigo (Blogue) - Os Caprichos do Grande Educador*. Retirado de:

<http://educar.wordpress.com/2006/07/27/os-caprichos-do-grande-educador-viii/>

MARTINS, C.M. Alves (s.d.). *Alguns aspectos do ensino em Portugal*. Retirado de:

<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224252034T4rXV1uq3Ws84DD7.pdf>

MATINHAS, Aníbal. *Portugal e o Ensino: que Futuro? (Blogue)*. Retirado de:

<http://matinhas.no.sapo.pt/hist.htm>

MELLO, Márcia Cristina de Oliveira (2006). *Discursos sobre Alfabetização no Boletim “Escola Portuguesa” (1934/43)*. Eixo Temático 6. Intelectuais, pensamento social e Educação. Retirado de:

<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo06/Marcia%20Cristina%20de%20Oliveira%20Mello%20-%20Texto.pdf>

MELO, Daniel (2005). *As bibliotecas da Fundação Gulbenkian e a leitura pública em Portugal (1957-1987)*. *Análise Social*, vol. XL (174). Retirado de:

http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S0003-25732005000200003&script=sci_arttext

MENDONÇA, Alice (s.d.). *Evolução da Política Educativa em Portugal*. Retirado de:

<http://www3.uma.pt/alicemendonca/politicaeducativaalicemendonca.pdf>

MÓNICA, Maria Filomena (1977). *Deve-se ensinar o Povo a Ler?: a questão do analfabetismo (1926-39)*. [*Análise Social*, vol. XIII (50), 1977-2º: 321-353].

Retirado de:

<http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:owpgFRa9TIgJ:analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223915576N2uIW7kz6Wc55GA7.pdf+Combate+ao+Analfabetismo+PDF+Maria+Filomena+M%C3%B3nica&hl=pt>

NÓVOA, António; RAMOS do Ó, Jorge (s.d.). *Fundação Calouste Gulbenkian – 50 anos: Educação*. Retirado de:

<http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4824/3/9789729774874.pdf>

PIMENTEL, Irene Flunser (1998). *A Mocidade Portuguesa Feminina nos Dez Primeiros Anos de Vida (1937-47)*. [Penélope 19-20, 1998: 161-87]. Retirado de:

http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:qg0Q14alGXsJ:www.penelope.ics.ul.pt/indices/penelope_19_20/19-20_09_IPimentel.pdf+Cria%C3%A7%C3%A3o+da+Mocidade+Portuguesa+Feminina&hl=pt

SERUYA, Teresa; MONIZ, Maria Lin Sousa (s.d.). *História Literária e Traduções no Estado Novo: Uma Introdução possível*. Retirado de:

<http://www.eventos.uevora.pt/comparada/VolumeII/HISTORIA%20LITERARIA%20E%20TRADUCOES%20NO%20ESTADO%20NOVO.pdf>

TEODORO, António (2000). *O Fim do Isolacionismo: da Participação de Portugal no Plano Marshall ao Projecto Regional do Mediterrâneo*. Retirado de:

<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rhumanidades/article/view/1330/1083>

ANEXOS

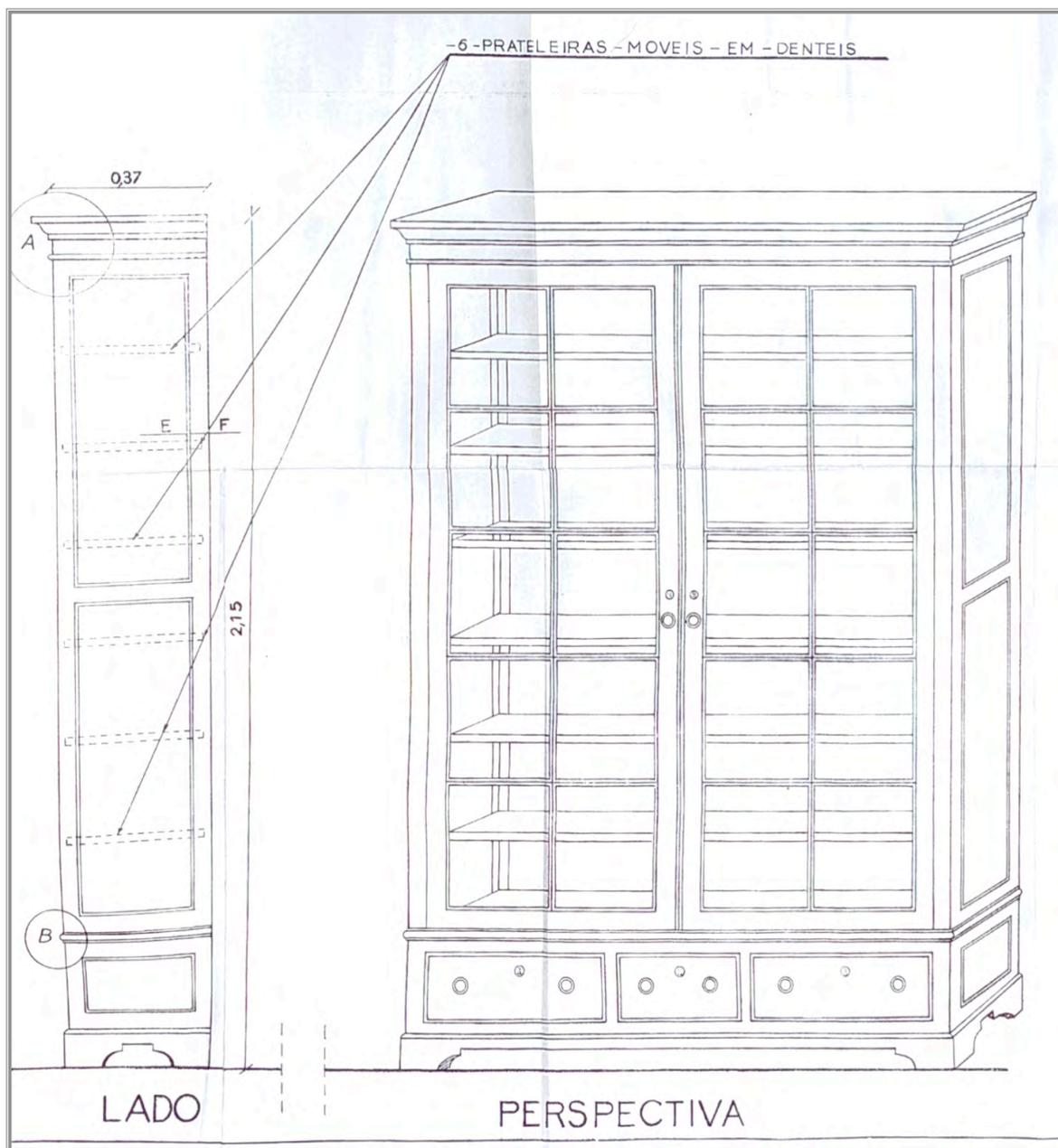
Anexo 1

Listagem dos livros que integravam as *Bibliotecas Ambulantes de Cultura Popular*⁸

Biblioteca Ambulante do SNI (1946)					
Secções	Autores	N.º obras	Secções	Autores	N.º obras
Romance Histórico	Alexandre Herculano	4	Puericultura	M. Ferreira de Mira	2
	Camilo Castelo Branco	4		Samuel Maia	1
	Manuel Pinheiro Chagas	1	Literatura Infantil	Virgínia de Castro e Almeida	2
	Arnaldo Gama	3		Adolfo Simões Muller	1
	Antero de Figueiredo	2		Rodrigues Matias	2
Afonso Lopes Vieira	1	João C. Beckert de Assunção		1	
Romance, Conto, Novela, Biografia, etc.	Almeida Garrett	1	S. A.	1	
	Camilo Castelo Branco	18	Literatura Radiofónica	Olavo de Eça Leal	1
	Manuel Pinheiro Chagas	4		Instrução Profissional (cultura elementar)	J. Ribeiro Cristino da Silva
	Júlio Diniz	5	António Baião		1
	Alberto Pimentel	3	A. Cunha Rosa		2
	Pedro Ivo	1	Severiano Ivens Ferraz		1
	Teixeira Queiroz	1	S. A.	1	
	Silva Pinto	1	Instrução Profissional (arte e ofícios)	João Emílio dos S. Segurado	5
	Eça de Queiroz	8		Josef Fuller	2
	Carlos Malheiro Dias	2		Hugo P. de Moraes Sarmento	1
	D. João da Câmara	1		Henrique Francem da Silveira	1
	Antero de Figueiredo	7		João Sequeira de Castro	1
	Afonso Lopes Vieira	2		Antero Dâmaso das Neves	1
	João Barros	2		António Mendes Barata	1
	Edmundo de Amicis	1		Pedro Prostes	1
	Vicente Blasco Ibanez	2		Carlos Pedro da Silva	1
	Condessa de Ségur	9		Manuel M. Calvet de Magalhães	1
Jane Austen	4	Ensino Técnico	Luís de Sequeira Oliva Junior	6	
Madelena Genestoux	1		João de Sousa Duarte	1	
Viagens e Aventuras	Júlio Verne		26	Eugénio Miguéis Gonçalves	1
	Daniel de Foe		1	Carlos Alberto Correia	1
	Emílio Salgari		50	Artur Lobo de Ávila	1
Jonathan Swift	1		L. de Mira Correia	1	
Literatura Humorística	André Brun	7	Bento Carqueja	1	
	Armando Ferreira	6	Agricultura	A. Larbaletrier	1
Poesia	António Feliciano de Castilho	2		M. A. Petit	1
	Alexandre Herculano	1		Celedónio Rodrigariaz	1
	Almeida Garrett	2		Henrique de Barros e L. Quartín Graça	1
	João de Deus	1		Mário Marques e Ernesto F. de Abreu	1
	Júlio Diniz	1		Francisco Ferreira	1
	Afonso Lopes Vieira	3		João da Mota Prego	3
	António Correia de Oliveira	2		Eduardo Sequeira	1
	Mário Beirão	4		João de S. Machado Fontes	1
	Fernanda Castro	1		Jaime Rebelo Espanha	2
Fernando Pessoa	1	Joaquim J. Santos		1	
História	Caetano Beirão	2		Joaquim J. Santos e A. Urbano de Castro	1
	João Ameal	2		Artur Urbano de Castro	2
	Manuel Múrias	1		A. Urbano de Castro e Joaquim Pratas	1
	Aquilino Ribeiro	1		António Peres Durão	1
	António Sérgio	1		e A. Urbano de Castro	1
Domingos de Oliveira Martins	1	António Peres Durão		2	
Arte	Ramalho Ortigão	1	António Luís de Seabra	1	
	Política	Oliveira Salazar	4	J. Vieira Natividade	1
Pedro Teotónio Pereira		1	Horácio Eliseu	1	
J. P. da Costa Leite (Lumbrales)		1	Manuel J. Coutinho	1	
António Ferro		2	Joaquim Pratas	7	
Luis Teixeira		1	César de Lima Alves	2	
Marcelo Caetano		2	José Miranda do Vale	2	
Leopoldo Nunes		1	Manuel Castelo Branco	1	
S. A.		3	J. G. Alfaro Cardoso	1	
Fernando Campos		1	Fomento Nacional Civilidade	S. A.	3
Manuel Lubambo		1		Maria Amália Vaz de Carvalho	2
Sidónio Miguel		1	Total		311

⁸ Ramos do Ó; Rosas, Fernando (coord.) (1992).

Anexo 2

Desenho de Armário adotado nas Bibliotecas Escolares⁹

⁹ Direcção Geral do Ensino Primário (1954). *Escola Portuguesa*, XX (995)

Anexo 3**Grelha Documental do Corpus de Análise**

Título	Autor	Ano/Nº	Data	Pags.	Codificação do Artigo	Assunto	Aspectos formais

Anexo 4**Grelha do Corpus de Análise**

Título	
Autor	
Data	
Área	
Palavras-Chave	
Missão	
Organização/Realização	
Orientações/ Princípios Orientadores	

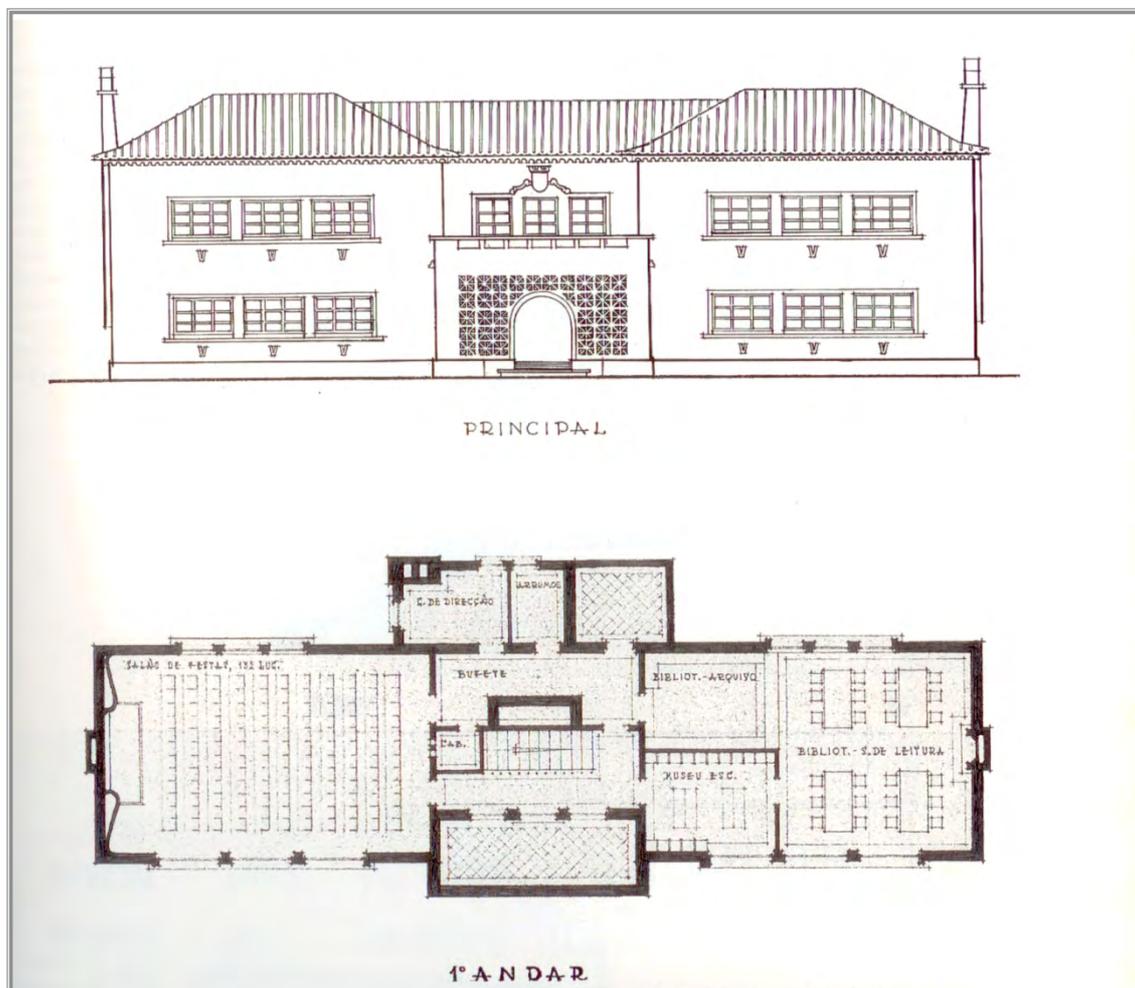
Anexo 5

Primeira Fase das Construções Escolares lançada pelo *Plano dos Centenários*¹⁰

LANÇAMENTO DA I FASE DO PLANO DOS CENTENÁRIOS						
Totais nacionais previstos no Plano dos Centenários						
Salas previstas	11 458					
Limite máximo de salas admitido	12 500					
Edifícios previstos	6 809					
Limite máximo de edifícios admitido	7 180					
NORTE						
DISTRITO	Total previsto		Lançadas antes de 1944		Lançadas na 1.ª fase 1944	
	edifícios	salas	edifícios	salas	edifícios	salas
Braga	519	749	14	29	38	68
Bragança	229	268	—	—	24	36
Porto	639	1 348	23	48	27	67
Viana do Castelo	284	428	7	17	33	61
Vila Real	428	560	—	—	28	53
CENTRO						
DISTRITO	Total previsto		Lançadas antes de 1944		Lançadas na 1.ª fase 1944	
	edifícios	salas	edifícios	salas	edifícios	salas
Aveiro	325	493	5	8	43	86
Castelo Branco	263	420	—	—	29	64
Coimbra	309	402	15	31	48	73
Guarda	216	289	—	—	26	48
Leiria	376	538	5	9	30	61
Viseu	571	776	—	—	49	85
LISBOA						
DISTRITO	Total previsto		Lançadas antes de 1944		Lançadas na 1.ª fase 1944	
	edifícios	salas	edifícios	salas	edifícios	salas
Lisboa	500	1 266	—	—	23	57
Santarém	368	537	—	—	24	51
SUL						
DISTRITO	Total previsto		Lançadas antes de 1944		Lançadas na 1.ª fase 1944	
	edifícios	salas	edifícios	salas	edifícios	salas
Beja	266	442	—	—	14	36
Évora	188	333	1	2	26	67
Faro	356	578	—	—	28	105
Portalegre	150	281	—	—	10	45
Setúbal	268	527	—	—	23	89
ARQUIP. DA MADEIRA						
DISTRITO	Total previsto		Lançadas antes de 1944		Lançadas na 1.ª fase 1944	
	edifícios	salas	edifícios	salas	edifícios	salas
Madeira	253	618	—	—	19	61
Porto Santo	4	6	—	—	—	—
FUNCHAL						
Madeira	253	618	—	—	19	61
Porto Santo	4	6	—	—	—	—
ARQUIP. DOS AÇORES						
DISTRITO	Total previsto		Lançadas antes de 1944		Lançadas na 1.ª fase 1944	
	edifícios	salas	edifícios	salas	edifícios	salas
ANGRA DO HEROÍSMO						
Graciosa	9	13	—	—	1	2
São Jorge	27	39	—	—	4	7
Terceira	54	71	—	—	—	—
HORTA						
Faial	27	48	—	—	1	3
Flores	18	24	—	—	1	2
Pico	32	46	—	—	2	4
Corvo	0	0	—	—	—	—
PONTA DELGADA						
Santa Maria	12	16	—	—	—	—
São Miguel	119	288	—	—	8	24

¹⁰ Beja et. al. (1996:103)

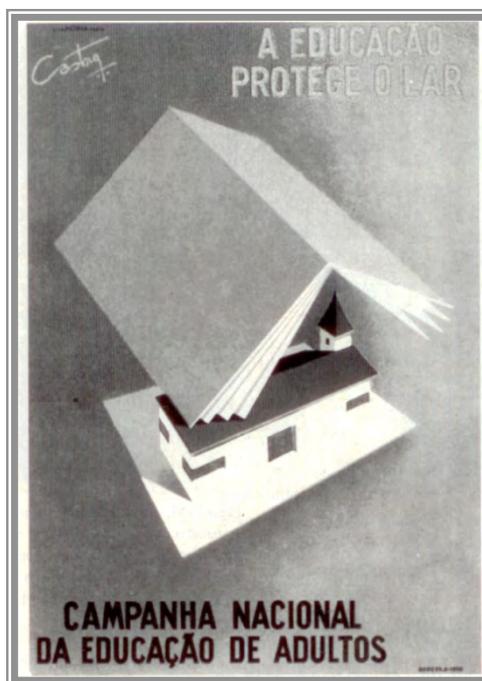
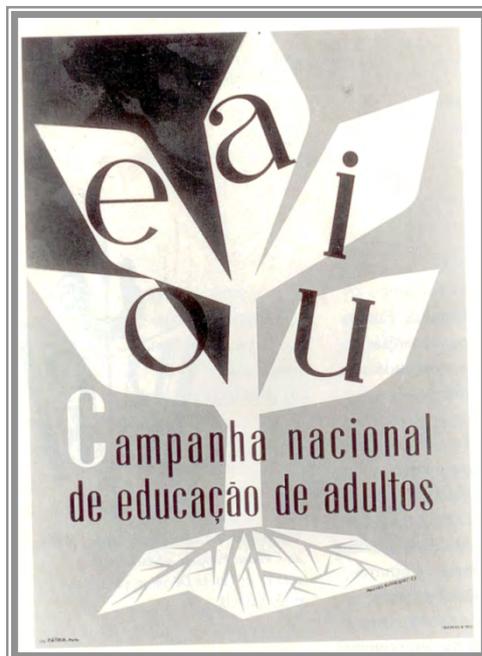
Anexo 6

Escola Primária construída após o *Plano dos Centenários*¹¹

¹¹ Beja, et. al. (1996:219)

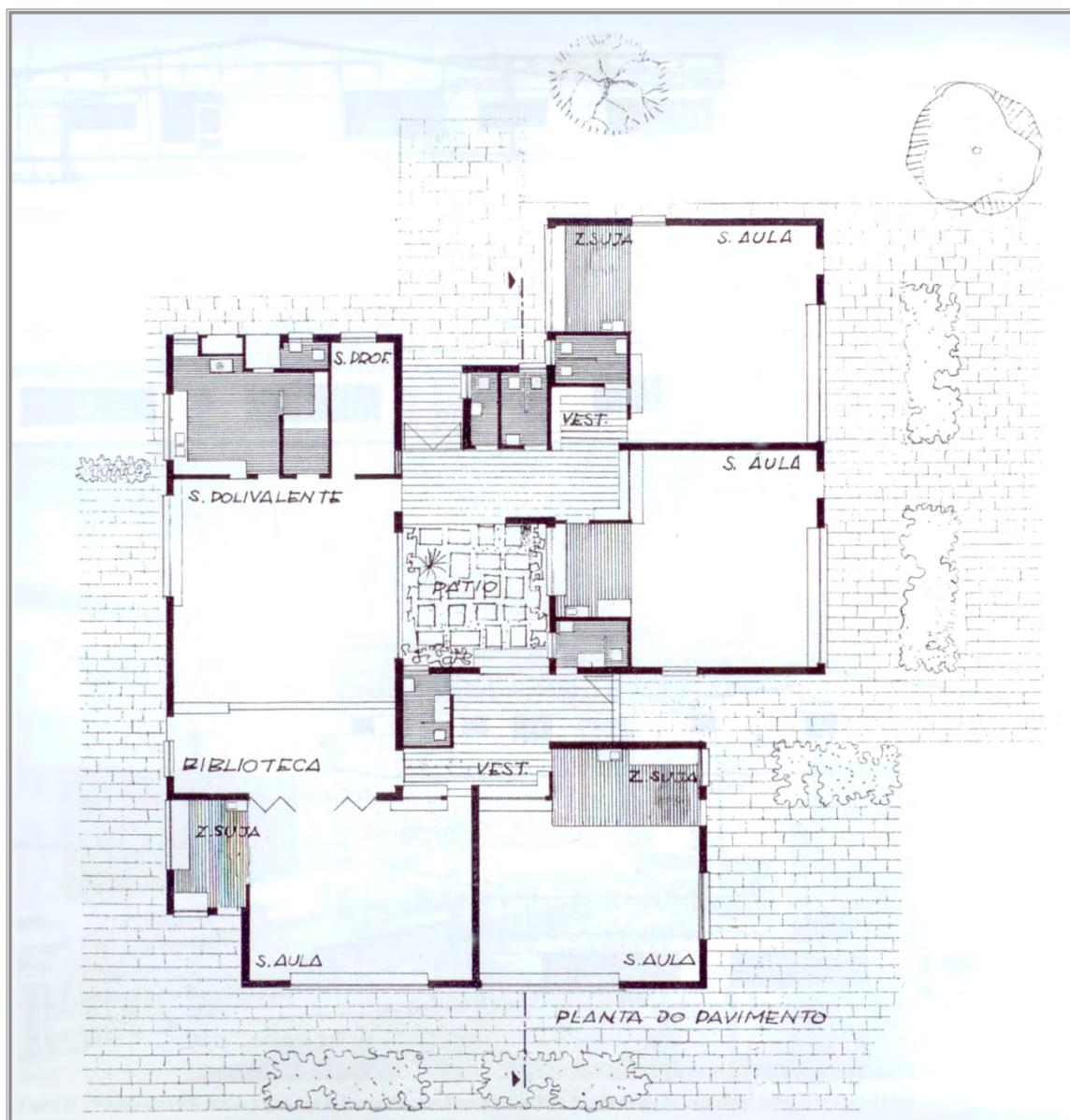
Anexo 7

Cartazes da Campanha Nacional de Educação de Adultos¹²



¹² Beja e t al. (1996:145)

Anexo 8

Tipologia de escola após o *Projecto Regional do Mediterrâneo*: Escola Piloto de Mem-Martins (1965).¹³

¹³ Beja et. al. (2010: 45)

Anexo 9**Ministros da Educação entre 1933 e 1974¹⁴**

Ministério da Instrução Pública	
11.03.1933	Gustavo Cordeiro Ramos
24.07.1933	Alexandre Alberto de Sousa Pinto
29.07.1934	Manuel Rodrigues Júnior*
23.09.1934	Eusébio Tamagnini de Matos
Ministério da Educação Nacional	
18.01.1936	António Faria Carneiro Pacheco
28.04.1940	Mário de Figueiredo
06.09.1944	José Caeiro da Mata
04.02.1947	Fernando Alexandre Pires de Lima
07.07.1955	Francisco de Paula Leite Pinto
04.05.1961	Manuel Lopes de Almeida
04.12.1962	Inocêncio Galvão Teles
19.08.1968	José Hermano Saraiva
15.01.1970	José Veiga Simão

* Exerceu o cargo de Ministro da Educação Nacional entre 09.03.1939 e 23.03.1939

¹⁴ Ministério da Educação e do Ensino Superior

Anexo 10

Despacho de 21 de Outubro de 1960¹⁵

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL
INSTITUTO DE ALTA CULTURA

D E S P A C H O

1. Pareceu não só fundamental mas indispensável proceder-se a estudo sobre as nossas necessidades em mão-de-obra especializada, acompanhando-o de inquéritos às necessidades de pessoal, em face da mutabilidade da Técnica e da nossa adaptação ao crescimento económico mundial. Foi neste espírito que encarreguei o Sr. Doutor Alves Martins de elaborar um primeiro projecto de trabalho entrando em contacto com especialistas estrangeiros na matéria.
2. Este primeiro projecto foi submetido à O. E. C. E., com vista a ser considerado Projecto de Fundo Limitado, tendo merecido aprovação do Comité Director desta Organização Internacional, e sido integrado num Projecto generalizado à área do Mediterrâneo.
3. Entre as condições acordadas entre o Ministério da Educação Nacional e a O. E. C. E., foram as seguintes:
 - a) Existência duma Comissão Consultiva e Centralizadora;
 - b) Existência duma entidade nacional responsável, que executará o projecto (a O. E. C. E. indicou expressamente o Centro de Estudos de Estatística Económica) e designação de uma pessoa que, além do representante permanente do Ministério da Educação Nacional, figurará como Organizador do Projecto (a O. E. C. E. indicou expressamente o Director do Centro);
 - c) Participação do Director do Centro e dos investigadores por ele julgados convenientes, quer nas reuniões internacionais para discussão do projecto português, quer nas relativas a cada um dos países mediterrânicos.
4. Nesta conformidade, determino:
 - a) que a Comissão de Estudo para a Formação de Pessoal Científico e Técnico funcione como Comissão Consultiva e Centralizadora;
 - b) que o Centro de Estudos de Estatística Económica seja a entidade nacional responsável pela execução do projecto, figurando o seu Director como representante permanente deste Ministério e Organizador do referido Projecto;

¹⁵ Beja, Filomena e Serra, Júlia (2010). *Muitos Anos de Escolas*, vol.III. Lisboa: Ministério da Educação

c) e autorizo que o Director do Centro de Estudos de Estatística Económica, bem como os investigadores por ele julgados convenientes tomem parte, quer nas reuniões internacionais referentes ao projecto português, quer nas referentes a cada um dos países mediterrânicos, devendo o Instituto de Alta Cultura providenciar, para cada caso, o fornecimento dos respectivos passaportes.

5. O financiamento deste projecto será realizado por duas formas:

a) através da verba de 15 230 dólares dos Estados Unidos, concedida pela O. E. C. E., e a transferir pela Comissão de Estudo para a Formação do Pessoal Científico e Técnico ou pela Comissão Técnica de Cooperação Económica Externa para o Centro de Estudos de Estatística Económica, na medida em que forem recebidas as correspondentes prestações, devendo o Centro apresentar as respectivas contas finais ao visto de Sua Excellência o Secretário de Estado do Comércio e ao meu;

b) através da verba de 700 mil escudos concedida pelo Instituto Nacional de Investigação Industrial, nas condições a acordar entre este Instituto e o Instituto de Alta Cultura, que transferirá os fundos para o Centro na medida em que os for recebendo, devendo o Centro apresentar as contas correspondentes nas condições que forem estipuladas pela instituição donatária.

Esta verba de 700 mil escudos, além de constituir parte do financiamento geral do projecto, destina-se à instalação do pessoal, dotado do material julgado necessário, e ao pagamento dos diversos encargos, a aprovar pelo Director do Centro.

6. Haverá, posteriormente, necessidade e vantagem da correcção e aperfeiçoamento dos resultados a obter com o estudo do presente projecto, sendo para isso conveniente a sua revisão periódica, se não todos os anos, pelos menos de dois em dois.

Oportunamente se determinará por quem deverão ser realizadas, devendo no entanto o Centro indicar no seu relatório final a forma julgada mais económica para a sua efectivação.

Lisboa, 21 de Outubro de 1960.

(a) F. LEITE PINTO

Anexo 11

A alfabetização da população infantil portuguesa (10 a 14 anos) entre 1930 e 1970

16

	População Recenseada	Declarados Alfabetos (total)	Percentagem Alfabetos (total)	Percentagem Analfabetos (total)
1930	646.267 Sexo M: 329.901 Sexo F: 316.366	269.271 152.777 116.494	42% 46% 37%	58% 54% 63%
1940	803.356 Sexo M: 408.344 Sexo F: 395.012	480.659 261.283 219.396	60% 64% 56%	40% 36% 44%
1950	799.693 Sexo M: 406.039 Sexo F: 393.654	604.062 320.167 283.895	76% 79% 72%	24% 21% 28%
1960	839.400 Sexo M: 423.614 Sexo F: 415.786	814.971 412.055 402.916	97% 97% 97%	3% 3% 3%
1970	812.700 Sexo M: 410.865 Sexo F: 401.835	803.660 406.405 397.255	99% 99% 99%	1% 1% 1%

¹⁶ Candeias, António (Dir. e Coord.) (2007)

Anexo 12

Edifícios e salas de aula por distrito no ano letivo de 1964/1965¹⁷

23. — Edifícios, segundo o número de salas de aula e salas de aula segundo a área, por distritos																	
<i>Edifices, d'après le nombre de salles de classe et salles de classe d'après la superficie, par districts</i>																	
<i>Enseignement primaire. Mineurs en âge scolaire</i>																	
<i>Ensino primário. Menores em idade escolar — 1964/1965</i>																	
Distritos Districts	Edifícios — Edifices											Salas de aula — Salles de classe					
	Total	Com 1 sala Avec 1 salle	2	3	4	5	6	7	8	9	Com 10 e mais Avec 10 et plus	Total	Com 20 m ² De 20 m ²	21-29	30-34	35-47	Com 48 m ² e mais De 48 m ² et plus
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
TOTAL	11 559	6 632	3 234	415	864	56	146	15	129	3	65	20 984	399	1 032	875	3 116	15 562
Continente — Continent	10 780	6 125	3 080	389	797	52	136	14	120	3	61	19 645	367	853	754	2 895	14 849
Aveiro	693	339	191	41	95	10	8	1	7	..	1	1 895	17	35	37	159	1 147
Baja	409	240	104	16	37	..	9	..	3	722	10	24	21	58	609
Braga	843	485	242	32	64	..	12	1	4	..	3	1 472	19	81	57	290	1 025
Bragança	623	470	135	4	14	808	27	74	50	155	502
Castelo Branco	512	317	120	19	40	3	5	..	7	..	1	886	21	24	30	125	686
Coimbra	659	377	210	29	33	1	6	2	1	1 079	5	8	23	150	893
Évora	256	124	76	14	37	1	2	..	2	499	4	14	7	36	438
Faro	462	322	88	6	31	2	4	1	8	745	81	63	29	69	503
Guarda	596	383	162	16	26	4	2	..	3	915	11	38	48	196	822
Lisboa	641	333	241	21	32	..	7	..	6	..	1	1 112	4	11	16	71	1 010
Lisboa	730	342	226	41	50	7	13	3	19	1	23	1 824	35	123	100	265	1 301
Mortalegre	230	121	62	9	27	2	5	..	3	..	1	455	7	14	13	47	374
Porto	1 019	567	317	70	154	15	36	4	28	2	26	2 699	32	138	151	460	1 918
Santarém	681	391	227	11	37	2	4	1	8	1 131	14	24	27	184	882
Vizela	343	161	110	7	38	2	8	..	16	..	1	760	5	26	16	68	636
Ilhas do Castelo	442	262	130	12	28	..	8	..	2	734	9	33	23	120	549
Ilha Real	727	529	168	10	14	..	4	..	2	991	36	93	64	176	822
Ponte de Lima	914	662	271	31	40	3	3	1	1	..	2	1 431	20	60	42	176	1 133
Ilhas Adjacentes — Ilas Adjacentes	779	507	154	26	67	4	10	1	9	..	1	1 336	42	149	121	311	713
Alentejo	135	83	30	6	12	1	2	..	1	240	14	16	25	55	136
Beja	102	72	23	2	5	144	7	21	16	46	54
Castro Verde	199	79	53	12	40	1	6	1	7	485	4	10	23	67	381
Castro Verde	343	273	48	6	10	2	4	461	17	102	57	143	142
Cidades — Villes:																	
Lisboa	128	26	21	16	14	6	8	3	6	1	27	724	7	47	44	112	514
Porto	84	6	11	5	18	6	6	1	8	1	22	626	2	27	39	91	367

Nota — So no ensino oficial. Remarque — De l'enseignement officiel seulement.

¹⁷ Portugal (1960). *Estatísticas da Educação: Ano lectivo 1964-1965*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística

Anexo 13

Bibliotecas com maior número de leitores por distrito, no ano lectivo de 1964/65¹⁸

Distrito	Nº da Biblioteca	Localidade	Nº de leitores
Aveiro	2539	Aldeia Nova - Lourosa	1408
Beja	1437	S. Pedro de Sólis – Mértola	1256
Braga	1620	Igeja – Lijó - Barcelos	866
Bragança	1217	Fornos – Freixo de Espada à Cinta	3084
Castelo Branco	2115	Alcongosta – Fundão	450
Coimbra	673	Eiras - Coimbra	775
Évora	1700	Reguengos	765
Faro	1059	Sé - Faro	988
Guarda	2647	Ruvina - Sabugal	1172
Leiria	1088	Nazaré	429
Lisboa	1788	Alhandra – Vila Franca de Xira	1351
Portalegre	931	Beirã – Marvão	584
Porto	1100	Travanca - Amarante	3200
Santarém	534	Vale de Figueira	851
Setúbal	2368	Faias – Santo Isidoro de Pegões - Montijo	1347
Viana do Castelo	1126	Outeiro - Insalde – Paredes de Coura	759
Vila Real	560	Telões – Vila Pouca de Aguiar	1502
Viseu	2527	Escola do Magistério Primário	463
Angra do Heroísmo	2875	Conceição - Angra	593
Funchal	2470	Assomada – Caniço – Santa Cruz	549
Horta	1981	S. João – Lages do Pico	871
Ponta Delgada	1162	Pedreira - Nordeste	498

¹⁸ s.a. (1966b:8)

Anexo 14**Levantamento do corpus por ano e por eixo de análise**

Anos	Escola Portuguesa	Estado Novo	Biblioteca Escolar
1934	6	2	1
1935	9	4	1
1936	4	1	1
1937	5	2	2
1938	2	5	0
1939	1	3	0
Total	27	17	5
1940	2	4	0
1941	4	0	1
1942	1	2	0
1943	0	2	4
1944	0	2	0
1945	1	2	1
1946	1	0	0
1947	0	0	0
1948	1	1	1
1949	0	1	0
1950	0	0	1
1951	0	0	1
Total	10	14	9
1952	0	1	1
1953	0	11	2
1954	0	3	3
1955	0	2	2
1956	1	0	2

1957	1	0	4
1958	0	1	1
1959	1	0	1
Total	3	18	16
1960	0	0	0
1961	0	0	0
1962	0	0	0
1963	0	0	0
1964	0	0	0
1965	0	0	4
1966	0	1	2
1967	0	0	0
1968	1	0	0
1969	0	0	0
1970	0	1	1
1971	2	0	4
1972	0	2	1
1973	2	0	1
1974	0	0	2
Total	5	4	15

Anexo 15

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL
DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO PRIMÁRIO

BIBLIOTECAS RURAIS
JUNTO DAS ESCOLAS PRIMÁRIAS

REGULAMENTO

APROVADO POR DESPACHO DE SUA EXCELÊNCIA
O SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
NACIONAL, DE 21 DE ABRIL DE 1956.

LISBOA
1956

REGULAMENTO

CAPÍTULO I

Art.º 1.º — As bibliotecas rurais junto das escolas primárias destinam-se a proporcionar leituras tanto aos alunos do ensino primário como aos jovens e adultos, residentes nas localidades onde elas estão instaladas, que desejem utilizá-las para sua recreação ou aumento dos seus conhecimentos.

Art.º 2.º — São orientadas pelo Ministério da Educação Nacional, por intermédio do Serviço de Escolha de Livros para as Bibliotecas Junto das Escolas Primárias, ao qual compete:

- a) Seleccionar as espécies de que cada biblioteca se há-de compor;
- b) Remetê-las às escolas-bibliotecas, acompanhadas dos respectivos verbetes impressos para os catálogos;
- c) Dar parecer sobre a incorporação em qualquer biblioteca de espécies que lhe sejam oferecidas — de harmonia com o art.º 11.º deste Regulamento;

d) Fixar as regras pelas quais as bibliotecas se hão-de reger e dar aos professores-directores das bibliotecas a orientação e assistência técnica de que elles carecerem.

Art.º 3.º — Funcionam junto das escolas do ensino primário, sempre que possível dentro do edificio escolar, ou anexo, e em sala própria, se houver uma disponível.

Art.º 4.º — Nas localidades onde haja várias escolas do ensino primário (contando-se neste número as que ficarem a uma distância inferior a 3 quilómetros do centro da povoação), a biblioteca funciona na escola masculina da sede do núcleo escolar, ou então naquella que oferecer melhores condições, no caso de a referida escola estar instalada em edificio acanhado.

§ único — Podem, no entanto, ser instaladas várias bibliotecas dentro do mesmo núcleo escolar, desde que o número de prováveis leitores e a distância relativa das escolas o justifique.

Art.º 5.º — Compete às Direcções dos Distritos Escolares designar as escolas onde devem ser instaladas bibliotecas, indicando, na respectiva proposta, não só as condições para a sua instalação, como também o condicionalismo social e económico e o grau de cultura da população da região a que pertence a localidade proposta, e ainda quaisquer outras circunstâncias que possam servir de orientação para a escolha do

recheio das bibliotecas, de harmonia com o estabelecido no § único do art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 36:147, de 5 de Fevereiro de 1947.

Art.º 6.º — O professor da escola onde está instalada uma biblioteca é o responsável pela sua guarda e utilização, nos termos deste Regulamento e da legislação em vigor, na parte applicável.

§ 1.º — Havendo, na referida escola, mais do que um lugar de professor, o Director do respectivo Distrito Escolar designará qual dos professores deve desempenhar as funções de director da biblioteca.

§ 2.º — Sob a orientação e responsabilidade do professor-director da biblioteca, todos os outros professores da mesma escola, das escolas da mesma localidade, ou das escolas abrangidas pela mesma unidade bibliotecária, podem ser chamados a prestar serviço nela.

Art.º 7.º — Sendo a biblioteca instalada em sala própria, deve esta ser mobilada, sempre que seja possível, com a estante ou estantes necessárias para a arrumação das espécies e respectivo catálogo, uma mesa grande, ou várias mesas individuais, para leitura, e cadeiras.

Art.º 8.º — Não dispondo a escola de sala que possa ser exclusivamente destinada a biblioteca, será esta instalada, ou na cantina, se a houver, ou na sala de aula mais vasta e iluminada, servindo as «carteiras» de mesas de leitura para as

crianças e destinando-se uma ou duas mesas para a leitura dos jovens e dos adultos.

Art.º 9.º — A aquisição do mobiliário, que é considerado mobiliário escolar, é feita a expensas do respectivo município, de harmonia com o disposto no § 2.º do art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 36:147, de 5 de Fevereiro de 1947, e requisitado pela competente Direcção do Distrito Escolar.

§ único — Este mobiliário deve obedecer, quanto possível, às características que constam do anexo a este Regulamento.

Art.º 10.º — Os municípios, ou quaisquer entidades oficiais ou particulares, podem tomar a iniciativa da instalação de bibliotecas em escolas de sua escolha, uma vez preenchidas as condições do n.º 2.º do art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 36:147, de 5 de Fevereiro de 1947.

§ único — A entidade ofertante tomará também o encargo de prover a escola com o indispensável mobiliário, que deve obedecer às condições estabelecidas no § único do art.º 9.º deste Regulamento.

Art.º 11.º — A incorporação, em qualquer biblioteca, de espécies que eventualmente lhe sejam oferecidas carece de prévia aprovação do Serviço de Escolha de Livros para as Bibliotecas Junto das Escolas Primárias.

§ único — Para este efeito, o professor-director da biblioteca deve enviar ao referido Serviço, com a indicação da

entidade ofertante, uma lista completa das espécies oferecidas, contendo, em relação a cada espécie, a indicação do nome do autor, título da obra, nome do editor, data da edição, número de volumes e seu estado de conservação, acrescentando ainda se a espécie está encadernada ou em brochura.

CAPÍTULO II

Art.º 12.º — As espécies que hão-de constituir cada uma das bibliotecas são remetidas à escola acompanhadas de um aviso de recepção no qual o professor-director da biblioteca passa recibo, devolvendo-o seguidamente ao Serviço de Escolha de Livros para as Bibliotecas Junto das Escolas Primárias.

(Mod. n.º 1)

§ único — O duplicado do aviso de recepção, devidamente assinado pelo professor que fez a conferência, fica arquivado juntamente com a restante escrituração da biblioteca. O arquivo completo da biblioteca será entregue ao agente de ensino que vier suceder no mesmo lugar ao professor que exerça funções de director, quando este se transferir para outra escola ou, por qualquer motivo, abandonar, periódica ou definitivamente, o seu lugar.

Art.º 13.º — Após a conferência da remessa, o professor-director da biblioteca faz a inscrição de cada espécie no «Livro de Inventário da Biblioteca», atribuindo-lhe um número de

ordem, que escreve, com tinta vermelha, por debaixo do carimbo de óleo impresso na página de rosto de cada volume e, em data oportuna, dá as espécies recebidas à carga no respectivo mapa de cadastro dos bens do Estado, de harmonia com as normas legais em vigor.

(Mod. n.º 2)

Art.º 14.º — Seguidamente, o professor-director da biblioteca distribuirá no catálogo, de acordo com as instruções anexas a este Regulamento, os verbetes impressos que acompanham as espécies.

§ único — O catálogo será posto à disposição dos leitores, para consulta, a fim de lhes facilitar a escolha das suas leituras, para o que, em regra, contêm os verbetes um resumo do conteúdo da obra, assim como a indicação da idade a que a respectiva leitura é mais adequada.

Art.º 15.º — As espécies são classificadas em dez secções distintas, designadas com numeração romana, e cada uma dessas secções comporta um certo número de subdivisões, designadas com letras do alfabeto, conforme o quadro que se segue:

I. RELIGIÃO. MORAL. APOLOGÉTICA

- a. Religião
- b. Textos bíblicos; história sagrada
- c. Vida de Cristo. Virgem Maria (Fátima)
- d. Moral
- e. Apologética

II. EDUCAÇÃO

- a. Tema geral. Psicologia
- b. Pedagogia. Livros escolares
- c. Educação familiar
- d. Formação do carácter
- e. Higiene. Alimentação. Primeiros socorros
- f. Puericultura
- g. Educação sexual
- h. Educação física e desporto
- i. Economia doméstica; culinária. Economia rural

III. ESTUDO DA LÍNGUA E DA LITERATURA PORTUGUESAS

- a. Dicionários
- b. Gramáticas; ortografia
- c. Estudos sobre a língua
- d. História da literatura portuguesa

IV. HISTÓRIA. GEOGRAFIA. VIAGENS

- a. História pátria (história ultramarina — o padroado)
- b. História universal; povos e civilizações
- c. Monografias históricas
- d. Geografia de Portugal e universal
- e. Viagens; crónicas de viagens

V. HAGIOGRAFIAS E BIOGRAFIAS

- a. Os Grandes Santos
- b. Os Santos portugueses e os evangelizadores do Ultramar português e do Brasil
- c. Biografias dos grandes portugueses
- d. Grandes vultos da Humanidade

VI. SOCIOLOGIA

- a. Doutrina social
- b. Corporativismo; previdência social e segurança no trabalho
- c. Assuntos afins

VII. POESIA. ROMANCE E CONTO. TEATRO

- a. Poesia
- b. Romance e conto
- c. Teatro
- d. Leituras para crianças e adolescentes

VIII. INICIAÇÃO À ARTE. FOLCLORE. REGIONALISMO

- a. Arte. Arte portuguesa. Monumentos nacionais
- b. Iniciação musical
- c. Desenho, pintura, fotografia, etc.
- d. Folclore
- e. Monografias regionais. Etnografia

IX. DIVULGAÇÃO DA CIÊNCIA E DAS TÉCNICAS

- a. Divulgação científica
- b. Artesanato
- c. Agricultura (culturas especiais, vini-viticultura, floricultura, etc.)
- d. Pecuária e veterinária (animais domésticos, apicultura, caça, pesca, produtos animais, etc.)

X. PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

- a. Revistas e jornais ilustrados para crianças
- b. Revistas e jornais sobre a vida rural.
- c. Outras publicações periódicas

§ 1.º — Estas subdivisões podem ser aumentadas, se for julgado conveniente.

§ 2.º — A sinalização de cada espécie é completada pelo número de ordem que lhe couber dentro da respectiva secção e subsecção.

§ 3.º — Esta sinalização completa, além de classificar a espécie, serve de cota para arrumação do volume na estante.

CAPÍTULO III

Art.º 16.º — Em todos os dias úteis, excepto durante as férias oficiais de Natal, de Páscoa e de Verão, haverá dois períodos de empréstimo para leitura: um imediatamente a

seguir à conclusão dos tempos lectivos, com a duração mínima de duas horas, e outro ao fim da tarde, ou à noite, com horário variável, consoante as conveniências ou os hábitos locais.

§ 1.º — O horário do segundo período diário de empréstimo deve ser previamente aprovado pela competente Direcção do Distrito Escolar. A mesma entidade autorizará as alterações de horário que, em cada caso, as circunstâncias aconselhem, quanto ao primeiro período diário de empréstimo.

§ 2.º — É facultativo aos professores directores que assim o entenderem estabelecer horário de empréstimo aos domingos, dias de feriado e durante as férias oficiais.

Art.º 17.º — O empréstimo das espécies para leitura é feito mediante requisição em duplicado, preenchida pelo leitor e apresentada ao professor encarregado de presidir ao serviço de empréstimo.

(Mod. n.º 3)

§ 1.º — Da requisição devem constar as seguintes indicações: nome do requisitante, morada, profissão e idade; nome do autor e título da obra que deseja consultar; data e assinatura.

§ 2.º — O requisitante preencherá uma requisição para cada obra que deseje consultar.

§ 3.º — Dando por finda a leitura, ou terminado o período de empréstimo, o leitor devolverá as espécies requisi-

tadas ao professor encarregado do serviço de empréstimo, exigindo em troca o «duplicado» da requisição, em que será passado o respectivo recibo.

Art.º 18.º — A leitura pode fazer-se, ou na sala onde a biblioteca funciona, ou no domicílio do requisitante, bastando para isso fazer a declaração na respectiva requisição.

Art.º 19.º — Para leitura domiciliária, só será autorizada a requisição de uma espécie de cada vez e não será atendida nova requisição para domicílio enquanto o leitor não houver devolvido à biblioteca qualquer espécie que tenha em seu poder.

Art.º 20.º — Não será autorizada a saída para leitura domiciliária das espécies que previamente tenham sido especialmente designadas: «para utilização só na biblioteca».

Art.º 21.º — Qualquer espécie requisitada para leitura domiciliária deve ser devolvida à biblioteca no prazo máximo de 15 dias, a contar da data da requisição, excepto quando o termo desse prazo recair num período de férias oficiais de Natal ou de Páscoa, caso em que a devolução se fará imediatamente após a reabertura da escola, se não tiver sido estabelecido horário de abertura da biblioteca durante férias, consoante o § 2.º do Art.º 16.º deste Regulamento.

§ único — Se a leitura não tiver sido terminada dentro do prazo fixado de 15 dias, pode o leitor renovar a requisição

de qualquer espécie, no caso de não haver já pedido de outro leitor para a mesma obra.

Art.º 22.º — Nos casos em que a devolução das espécies requisitadas para leitura domiciliária não seja efectuada até ao dia limite marcado, o professor procurará, pelos meios o seu alcance, avisar o requisitante da sua falta, durante os cinco dias subsequentes. Não obtendo desta forma a desejada devolução, notificá-lo-á por escrito para que a devolução se efectue no prazo de 48 horas.

§ 1.º — Recusando-se o leitor a fazer a devolução, ou se esta demorar para além de 30 dias a contar da data da notificação, considerar-se-á a espécie extraviada, procedendo-se de harmonia com o Art.º 25.º deste Regulamento.

§ 2.º — Sempre que o professor director da biblioteca disponha de elementos por onde possa seguramente concluir que a demora na entrega foi propositada, ou que tal procedimento se tornou hábito no leitor, pode proibir-lhe, temporária ou definitivamente, as requisições para domicílio.

Art.º 23.º — É proibido aos requisitantes emprestar as espécies requisitadas para leitura domiciliária a pessoas que não pertençam ao seu agregado familiar.

§ único — De modo algum, porém, serão de considerar desculpas apresentadas quanto à demora na devolução, ou quanto ao mau estado de conservação das espécies, com o facto de terem sido emprestadas a outras pessoas. O requi-

sitante é sempre pessoalmente responsável pelas espécies requisitadas.

Art.º 24.º — O requisitante obriga-se a estimar as espécies requisitadas para consulta no seu domicílio, evitando que se deteriore ou se inutilizem.

§ único — Quando o professor director da biblioteca verificar que determinado leitor não tem o imprescindível cuidado para preservar as espécies da deterioração que exceda a que pode considerar-se normal pelo bom uso dos livros, pode negar-lhe autorização de fazer requisições para leitura domiciliária.

Art.º 25.º — O extravio das espécies requisitadas para domicílio, ou quaisquer malfetorias nelas praticadas que determinem a sua inutilização, obrigam o requisitante a reembolsar a biblioteca pela importância da avaliação, conforme as normas legais vigentes.

§ único — No caso de recusa por parte do requisitante quanto ao pagamento da indemnização, proceder-se-á conforme o estabelecido na lei.

Art.º 26.º — Se, durante o período em que o requisitante reteve as espécies no seu domicílio, se tiver declarado qualquer doença contagiosa, ou casos de doenças epidémicas, tais como sarampo, difteria, escarlatina, etc., nele, ou em pessoas que com ele coabitem, é seu indeclinável dever comunicar o facto ao professor director da biblioteca, no momento da de-

volução, para que imediatamente se proceda à desinfecção, ou se usem das indispensáveis cautelas, a fim de se evitar o contágio.

§ 1.º — Em tais casos, o professor director da biblioteca tomará conselho com o médico da localidade quanto ao mais seguro modo de proceder à desinfecção.

§ 2.º — Se o prudente conselho do referido clínico determinar que a espécie ou espécies devam ser inutilizadas pelo fogo, proceder-se-á, para o respectivo abatimento, conforme está regulado para a organização do cadastro dos bens do Estado.

Art.º 27.º — A todos os professores incumbe a obrigação de aconselhar, não só as crianças que frequentam as escolas, mas também, de uma maneira geral, os jovens e os adultos, especialmente os usuários das bibliotecas, quanto à forma mais higiénica e cautelosa de utilizar os livros. A difusão dos bons preceitos deve fazer-se por todos os modos possíveis.

CAPÍTULO IV

Art.º 28.º — Os professores organizarão grupos de alunos das classes primárias que já tenham lido a mesma obra, ou obras do mesmo género, e promoverão reuniões, em oportunidades, horas, local e com o número de alunos que julgarem mais convenientes, para verificarem a forma como cada um assimilou as leituras, analisando e explicando o que as crianças não tenham compreendido. Poderão mesmo permitir a generalização de um debate entre as próprias crianças, que

orientarão com a prudência e o tacto que a experiência lhes aconselhar. Também poderão os agentes de ensino utilizar os livros das bibliotecas para exercícios escolares, tirando assim o maior proveito deles.

§ 1.º — Com os alunos que não estejam ainda em condições de ler ou de inteiramente compreender o que lêem, poderão os professores organizar reuniões para lhes lerem algumas obras curtas e de fácil intelligência, ou contarem-lhes resumidamente o trecho de uma obra atraente.

§ 2.º — Esta actividade circum-escolar, nada tendo de comum com as lições ministradas na aula, de forma alguma deve deixar nas crianças a impressão de se tratar de mais uma disciplina; ao contrário, será conduzida de maneira a interessá-las vivamente pela leitura ou audição de textos interessantes e a desenvolver-lhes o gosto e a cultura.

§ 3.º — Os jovens e os adultos mais assíduos à leitura, que sejam intellectualmente pouco desenvolvidos, poderão igualmente participar de sessões de leitura ou de explicação especialmente para eles organizadas.

§ 4.º — Os professores procurarão tirar o maior partido possível destas reuniões conjuntas, utilizando-as como valioso elemento de difusão cultural. Quando for vantajoso, os professores poderão solicitar a colaboração dos párocos das respectivas freguesias para conduzir estas reuniões.

Art.º 29.º — O professor-director da biblioteca preencherá, ao findar de cada ano lectivo, e com referência ao período de 1 de Agosto do ano anterior a 31 de Julho do ano em

curso, o mapa estatístico, segundo as instruções anexas a este Regulamento, o qual será remetido, directamente ao Serviço de Escolha de Livros para as Bibliotecas Junto das Escolas Primárias, até 31 de Agosto de cada ano.

(Mod. n.º 4)

ANEXO

De harmonia com o § único do Art.º 9.º do Regulamento, esclarece-se que do armário-estante para arrumação dos livros estão aprovados os modelos n.ºs 1 e 2 por despachos de Sua Excelência o Subsecretário de Estado da Educação Nacional, de 9 de Março de 1954 e 6 de Agosto de 1954, e publicados em anexo a «Escola Portuguesa», respectivamente de Março e Agosto do mesmo ano.

**INSTRUÇÕES AOS AGENTES DE ENSINO
SOBRE A ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO
DAS BIBLIOTECAS**

A — Recepção e inventariação das espécies

Após a conferência das espécies recebidas, o professor-director da biblioteca deve fazer imediatamente o seu registo no livro de inventário, para cuja escrituração se dão algumas indicações:

— Na col. 1, o número de ordem, a partir da unidade. Cada espécie receberá um único número, mesmo que se componha de vários volumes. Supondo que a biblioteca venha a possuir dois ou mais exemplares da mesma obra, cada exemplar terá o seu número de ordem privativo, que será o primeiro disponível na altura em que for feito o registo.

O número que cada espécie recebeu ao ser inventariada será escrito, com tinta vermelha, na página de rosto, por debaixo do carimbo de óleo que lá se encontra impresso.

No caso de a espécie se compor de vários volumes, escre-

ver-se-á na página de rosto o número de inventário seguido da indicação do número do volume.

Exemplos:

N.º 52, vol. I N.º 52, vol. II, etc.

— Na col. 2, escrever-se-á a classificação que foi dada à espécie

I — a — 3, V — c — 6, II — f — 1, etc.

designações estas que servirão para abreviadamente referenciar as obras da biblioteca. Essa classificação encontra-se no aviso de recepção e no verbete para o catálogo. Também deve ser escrita por debaixo do carimbo na página de rosto.

— Para o preenchimento das colunas 3 e 4, utilizam-se as indicações dadas pela 1.ª e 2.ª linhas do respectivo verbete, podendo abreviar-se o título, quando for muito extenso, de forma a caber na linha que lhe é destinada.

— A data de entrada, a lançar na coluna 6, deve ser a mesma com que se datou o aviso de recepção.

— Contém o aviso de recepção o valor atribuído a cada espécie, o qual deve ser exactamente transportado para a coluna 8 do livro de inventário. Fica desta forma facilitado o trabalho de preenchimento dos mapas de cadastro dos bens do Estado, pois que o valor a inscrever nos referidos mapas se encontra directamente no livro de inventário da biblioteca.

Em qualquer boa compilação da legislação sobre o ensino primário se encontram as normas legais para o preenchi-

mento dos mapas de cadastro dos bens do Estado, a remeter às Direcções dos Distritos Escolares até 15 de Janeiro de cada ano.

— Ao preencher os referidos mapas, cada objecto recebe um número de cadastro, como pelas respectivas normas está estabelecido. Esse número será então transportado para a coluna 7 do nosso inventário, que, deste modo, comportará uma referenciação completa de cada espécie da biblioteca.

Nota: As publicações periódicas (jornais e revistas), por se tratar de espécies que facilmente se estragam e de difícil substituição, não devem ser inventariadas — e por isso não serão dadas à carga no cadastro dos bens do Estado — embora se colecionem cuidadosamente e se resguardem, a fim de servirem à leitura por muito tempo.

B — Ordenação do catálogo

Os verbetes classificam-se segundo a ordem alfabética do último apelido do autor.

A parte superior dos verbetes compõe-se, normalmente, de três linhas, a primeira das quais corresponde ao nome do autor e a segunda ao título da obra; da terceira linha constam as indicações bibliográficas.

O nome do autor está sempre escrito da seguinte forma: último apelido, em letras capitais, seguido do nome próprio — e restantes apelidos, se os houver — em caracteres normais e separados daquele por uma vírgula.

Exemplos:

CAMÕES, Luís de
COSTA, Emília de Sousa
MENDONÇA, Henrique Lopes de

As partículas desprezam-se para a ordenação alfabética.

O *último apelido* pode, porém, ser composto, quando duas palavras constituem unidade onomástica, como por exemplo:

CASTELO-BRANCO, ...
CORTE-REAL, ...

caso em que o conjunto se encontra todo em capitais e unidos os nomes por um travessão. O mesmo sucede quando os autores (especialmente estrangeiros) assim o escrevem:

DANIEL-ROPS
MOURA-BRÁS, ...

Finalmente, temos ainda a considerar os casos semelhantes a

CAMPOS JÚNIOR, António de

Se se tratar de uma obra com dois autores, o nome do autor designado na página de rosto em segundo lugar aparece no verbete a seguir ao primeiro, na seguinte disposição:

COSTA, J. Almeida da e A. de Sampaio e MELO

O título da obra é normalmente escrito em caracteres itálicos, na segunda linha, como se disse:

1.^a linha — CAMÕES, Luís de
2.^a linha — *Os Lusíadas*

Porém, nos casos em que a obra não tem autor expresso, ou é obra de colaboração ou uma antologia de mais do que dois autores, o título repete-se na primeira linha do verbete, para servir à ordenação alfabética.

Assim:

1.^a linha — HISTÓRIA da Carochinha
2.^a linha — *História da Carochinha*

e se o título principia por uma partícula aparece esta colocada a seguir à primeira ou primeiras palavras significativas, e entre parênteses:

ANDANÇAS (As) de Hazadi

Nota: Na redacção dos verbetes, sempre que qualquer indicação não se colheu directamente na página de rosto da obra, aparece colocada dentro de parênteses rectos []

Procede-se à ordenação alfabética do seguinte modo:

a) No caso de haver mais do que um verbete com o mes-

mo apelido de autor, procura-se também a ordem alfabética do nome próprio e dos outros apelidos.

Exemplos:

1.º FERREIRA, A. Jacinto
Coelhos

2.º FERREIRA, Leiguarda
História Maravilhosa de Santo António

Estando qualquer nome representado só pela inicial, como no caso do primeiro verbete acima transcrito (mesmo que o nome abreviado seja conhecido), considera-se para a ordenação alfabética só a sequência das letras efectivamente representadas.

Exemplos:

1.º SANTOS, A. Costa dos

2.º SANTOS, Antenor dos

Supondo que o nome abreviado do primeiro autor fosse **António**, e estivesse expresso por extenso, ficaria naturalmente depois de **Antenor**; assim como se apresenta, forçosamente ficará antes.

b) Havendo dois ou mais verbetes de obras do mesmo autor, ficam juntos, evidentemente; mas procura-se a ordem alfabética dos títulos das obras, desprezando-se, para este efeito, as partículas que eventualmente iniciem o título.

Assim:

1.º ANDERSEN, Hans Christian
O Pequeno Porqueiro, ou o Príncipe Disfarçado

2.º ANDERSEN, Hans Christian
Um Valente Soldadinho de Chumbo

exemplos em que as palavras ordenadoras são: **Pequeno e Valente**.

c) Suponhamos que temos de classificar vários verbetes de obras do mesmo autor e numa delas há um co-autor; o verbete desta última obra será classificado depois de todas aquelas em que o autor figura sozinho.

Dêmos como exemplo dois ou três verbetes de obras de

QUEIRÓS, Eça de

...

só no fim dos quais se classificaria:

QUEIRÓS, Eça de e Ramalho ORTIGÃO
O Mistério da Estrada de Sintra

d) No caso de verbetes de obras sem autor expresso, que, como acima se disse, têm o título da obra na primeira linha, serve este para a ordenação alfabética entre os nomes de autores.

Exemplos:

- 1.º AMEAL, João
História de Portugal, das Origens até 1940
- 2.º ANDANÇAS (As) de Hazadi
As Andanças de Hazadi
- 3.º ANDERSEN, Hans Christian
O Pequeno Porqueiro, ou o Príncipe Disfarçado
- 4.º ANDERSEN, Hans Christian
Um Valente Soldadinho de Chumbo
- 5.º CAMÕES, Luís de
Os Lusíadas
- 6.º FERREIRA, A. Jacinto
Coelhos
- 7.º FERREIRA, Leiguarda
História Maravilhosa de Santo António
- 8.º HISTÓRIA da Carochinha
História da Carochinha
- 9.º MENDONÇA, Henrique Lopes de
Capa e Espada
- 10.º MENDONÇA, Henrique Lopes de
Lanças n'África

C — Arrumação nas estantes

Cada verbete tem impressa, no ângulo superior direito, a classificação que corresponde à respectiva obra, segundo o quadro metódico a que faz referência o art.º 15.º, e seu § 2.º, do Regulamento. Os correspondentes volumes, quando encadernados, conterão bem visível na lombada a mesma indicação.

A arrumação da estante será portanto feita de harmonia com tal classificação.

Assim, arrumar-se-ão primeiro todas as espécies classificadas na secção I (Religião. Moral. Apologética), seriando-as segundo as subdivisões desta secção a, b, c, ..., e ainda segundo o número de ordem dentro de cada subdivisão 1, 2, 3, ..., isto é:

I—a—1, I—a—2, I—a—3, ... I—b—1, I—b—2, ...

Virão depois as espécies classificadas na secção II (Educação), observando-se a mesma ordem; sucessivamente virão as das secções III, IV, etc.

II—a—1, II—a—2, ... II—b—1, ... II—c—1, II—c—2, ...
II—d—1, ... III—a—1 ... III—a—3 ... III—c—1 ... etc.

Evidentemente que, se na biblioteca não houver a espécie correspondente a II—b—3, por exemplo, arrumar-se-á II—b—4 imediatamente a seguir a II—b—2.

Desta forma, da ausência de qualquer livro correspondente a II—c—... resultará que aos II—b—... se seguem os II—d—...

Também é evidente que, de qualquer obra em mais do que um volume, se arrumarão os volumes na sua lógica sequência:

II — a — 1, vol. 1.º II — a — 1, vol. 2.º, etc.

A arrumação segundo este critério permite, por um lado, numa rápida observação das lombadas, saber de que livros dispõe a biblioteca sobre o assunto que interessa ao leitor; por outro lado, conhecida a cota dada pelo verbete, encontrar, sem perda de tempo, o livro que se procura; em terceiro lugar, é sempre fácil arrumar no correspondente lugar qualquer livro que regresse à estante depois da leitura.

D — Empréstimo para leitura

1) No art.º 16.º do Regulamento, faz-se a exclusão do empréstimo durante as férias oficiais do Natal, da Páscoa e do Verão, prevenindo os casos em que os agentes de ensino não residam nas localidades onde exercem, e portanto se ausentem durante esses períodos. Não obsta, porém, essa exclusão a que o professor, residindo na localidade onde a biblioteca funciona, mantenha o serviço de empréstimo durante as férias, e mesmo aos domingos e dias de feriado, consoante a doutrina do § 2.º do mesmo art.º 16.º. Muito de louvar seria que, nos casos possíveis, esse serviço se mantivesse nos meses de Agosto e de Setembro.

2) A requisição deve ser preenchida pelo punho do requisitante, pois, especialmente quando se trata de empréstimo para domicílio, é conveniente que ele deixe um documento com a sua própria letra.

Nenhuma obra será emprestada para leitura sem que seja preenchida requisição, mesmo nos casos em que a leitura se faça na sala da biblioteca.

3) Para efeitos estatísticos, nunca deve faltar na requisição a indicação da idade do leitor; e o professor encarregado do serviço de empréstimo nunca se esquecerá de registrar na requisição a classificação da espécie, isto é, a designação abreviada, tal como I — b — 3, IV — a — 5, etc., cuja razão adiante se esclarece.

4) Seria de grande interesse que se estabelecesse uma ficha para cada leitor, na qual se anotassem todos os livros por ele requisitados (podendo para isso utilizar-se um caderno ou tiras de papel) ficha que seria de grande utilidade na mais importante das missões que na biblioteca incumbe ao professor: orientar os leitores quando verifique que propendem exclusivamente para o passatempo e para a futilidade, em vez de procurarem tirar partido cultural dos livros à sua disposição. Neste particular, é óbvio que a acção a exercer junto das crianças tem um sentido muito diferente daquela que há-de ser exercida junto dos adolescentes e dos adultos.

Por outro lado, serviria a ficha de leitor para, de harmonia com o art.º 19.º do Regulamento, se verificar, quando o leitor se apresentar a fazer uma requisição para domicílio, se não terá ainda qualquer espécie da biblioteca em seu poder.

Não se regulamentou a obrigatoriedade desta ficha para não parecer demasiada a sobrecarga de trabalho com o

empréstimo para leitura. Mas fica patente a sua utilidade, deixando-se a iniciativa ao critério do professor.

5) Por via de regra, contêm os verbetes do catálogo um resumo do conteúdo da respectiva espécie, que servirá de auxílio na escolha das leituras.

Conforme o § único do art.º 14.º do Regulamento, o catálogo fica à disposição dos leitores, para consulta. Crê-se, no entanto, que a maioria terá de ser aconselhada pelo professor; mas também neste caso os resumos são de utilidade pois, muito embora o professor, tendo sido o primeiro leitor da biblioteca, conheça mais ou menos o conteúdo de todas as espécies pode, de momento, não ter presente o assunto de que trata determinado livro, mormente quando o número de espécies da biblioteca se contar pelas centenas.

Além do resumo, contêm ainda os verbetes a indicação da idade dos leitores para que as leituras são aconselhadas.

Grupo A: leitores até 10 anos

- » B: leitores entre 10 e 12 anos
- » C: leitores entre 12 e 14 anos
- » D: leitores entre 14 e 18 anos
- » E: leitores maiores de 18 anos
- » F: Agentes de ensino

Neste particular fica, no entanto, ao professor uma larga margem de avaliação, pois, como é sabido, o desenvolvimento

mental e a cultura variam muito de indivíduo para indivíduo e, por exemplo, o que convém a um determinado rapaz de 12 anos pode não convir a outro determinado rapaz ou rapariga de 14 ou 15 anos, ou, quiçá, de muito mais idade. O professor, que os conhece, melhor pode fazer a destrição em função do adiantamento mental de cada um.

Há-de notar-se, além disso, que a distribuição das idades convenientes para as diversas leituras é sempre feita segundo um limite mínimo para além do qual utilizarão as espécies todos os que assim o desejem. Dêmos um exemplo: A «História Breve de Portugal» de Caetano Beirão está assinalada para o grupo D, isto é, leitores entre os 15 e os 18 anos. Isso porém não impede que a obra seja de grande utilidade para um leitor de 60 anos. Leitores com idade inferior à que está assinalada em cada verbete é que, parece, não devem ter interesse pela respectiva leitura. Mas nem mesmo por isso lhes será proibida, a não ser que deva ser considerada inconveniente pelo assunto; exemplifiquemos: um livro sobre educação sexual não deve ser posto nas mãos de um leitor de idade inferior àquela para que é aconselhada. Deixa-se, portanto, ao esclarecido critério do professor a avaliação do interesse que os diversos leitores possam ter pela leitura das espécies que compõem a biblioteca, considerando só como guia as indicações dadas nos verbetes.

6) Em tudo se apela para a irradiação da influência do professor sobre o meio e muito se espera da moderação, e firmeza, com que há-de haver-se nos casos previstos nos art.ºs 22.º a 26.º, e seus §§, do Regulamento.

E — Preceitos a difundir, quanto à utilização dos livros

Eis alguns conselhos fundamentais a dar a todos os usuários das bibliotecas — indiferenciadamente a crianças e a adultos:

1. Não desfolhar os livros com as mãos sujas.
2. As páginas devem ser **sempre** desfolhadas pelo ângulo superior direito, sem ensalivar os dedos.
3. As leituras nunca devem ser marcadas dobrando as pontas das folhas, mas sim com um marcador de leituras, que pode ser um simples pedaço de papel limpo.
4. Não abrir os livros bruscamente nem dobrar para trás as páginas que falta ler de forma que a face posterior da capa venha a aproximar-se da face anterior, forçando, portanto, a costura do livro. A maneira mais recomendável de ler um livro é assente sobre uma mesa limpa.
5. Evitar que os livros caiam no chão.
6. Não deixar o livro abandonado em qualquer parte onde fique sujeito a manchar-se, ao alcance dos animais, ou a ser roubado. É sempre recomendável não levar os livros para fora de casa, especialmente para a taverna ou para o café, pois em qualquer parte podem ficar perdidos ou sujar-se.

F — Reuniões de leitores

As reuniões preconizadas no art.º 28.º, e seus parágrafos, do Regulamento devem ser tidas pelo professor como do maior interesse.

Recordam-se, a propósito, as seguintes palavras do opúsculo intitulado **A Missão do Livro na Educação Popular**, publicado em 1953 pela «Campanha Nacional de Educação de Adultos» (pág. 15).

«As bibliotecas junto das escolas primárias deverão ser utilizadas pelos professores para intensificar as relações de amizade e de convívio com os alunos e com as próprias famílias. As conversas, dentro e fora da escola, sobre assuntos tratados nos livros, oferecerão novos ensejos aos agentes de ensino para instruírem e educarem os discípulos, e através destes, ou directamente, os encarregados de educação, e para fomentarem uma mais perfeita compreensão e mais apertada camaradagem entre todos os que, de algum modo, estão interessados na eficiência da escola e no bom conceito do professorado primário. É já lugar comum afirmar-se que o mestre não tem apenas uma função didáctica dentro da escola, porque lhe incumbe também dar testemunho do seu ideal docente no meio em que vive, estendendo, com a força do seu exemplo, da sua palavra e do seu prestígio, a acção educativa a todos os que, letrados ou analfabetos, dela precisam, — e ninguém há que não seja susceptível ou carecido de elevação e aperfeiçoamento cultural e moral».

«É evidente que também neste campo o livro permitirá ao professor ou à professora maior penetração do seu trabalho fora da escola e tornará mais fecundos e duradouros os ensinamentos do seu magistério social, a exercer em íntima cooperação com as demais entidades educativas, numa acção de constante presença junto dos encarregados de educação e das famílias».

Com efeito. A utilização dos livros da biblioteca por parte de todas as pessoas em condições de ler proporcionará ao professor a oportunidade de criar, através das reuniões de leitores, o ambiente que lhe permita alargar o seu magistério para além dos pequenos alunos das classes primárias e, entre estes, por outro lado, poderá ser feita uma mais completa e profícua educação, pelo alargamento dos seus minguados horizontes, chamando a sua atenção para os mais diversos assuntos que, não fazendo parte do seu dia-a-dia, não estão à altura de inteiramente compreender, ou desenvolvendo-lhes a curiosidade por um mundo mais vasto.

De aconselhar seria que as crianças fossem convidadas a narrar ao professor e aos condiscípulos, conjuntamente reunidos, pequenos trechos das suas leituras, a fim de se exercitarem na descrição de factos, o que em muito ajudaria o trabalho docente do professor. Lido e devidamente assimilado, por exemplo, um pequeno trecho de um livro sobre os feitos do Condestável — a tal ponto que sobre ele se possa fazer uma redacção escolar — tirou-se desse trabalho um duplo proveito: progrediu-se em língua materna e no conhecimento da história pátria.

No citado opúsculo pode ainda ler-se (pág. 12) :

«É, infelizmente, vulgar encontrarem-se crianças que, por carência de livros variados e sugestivos, e à força de lerem, no decurso do ano, os mesmos trechos, acabam por saber de cor páginas inteiras dos manuais escolares, dando, tantas vezes, a impressão enganadora de que lêem corrente e expressivamente. Outras conseguem, depois de ouvirem falar com insistência do mesmo assunto, fazer redacções aceitáveis, mas são, por exemplo, incapazes de resumir qualquer trecho simples que não figure no livro aprovado. A falta de vocabulário e de ideias é muitas vezes confrangedora e resulta quase sempre da dificuldade em que o mestre se encontra de fornecer aos alunos temas diferentes dos sugeridos pelos textos utilizados e da carência de frequentes exercícios de leitura e, especialmente, de composição».

Em relação aos adolescentes e adultos, uma actuação por parte do professor semelhante à que se sugere para as crianças será obra de grande mérito.

G — Estatística

Conforme estabelece o art.º 29.º do Regulamento, até 31 de Agosto de cada ano deve o professor-director da biblioteca remeter ao Serviço de Escolha de Livros para as Bibliotecas Junto das Escolas Primárias um mapa estatístico referente ao movimento da biblioteca durante o ano lectivo que findou, compreendendo, portanto, o período de 1 de Agosto do ano anterior a 31 de Julho do ano em curso.

Sendo este mapa estatístico destinado a estudo e conferência por parte do referido Serviço, todas as indicações pedidas devem ser dadas com inteira objectividade.

Os dados para o preenchimento do respectivo modelo facilmente se colhem no livro de inventário, nos impressos de requisição e nos apontamentos que o professor terá o cuidado de tomar no que se refere às suas próprias iniciativas ou às reuniões de leitura preconizadas no Regulamento.

Façamos, no entanto, especial referência ao quadro intitulado «discriminação do total das requisições segundo as idades e as rubricas da classificação»:

Pelos impressos de requisição, é fácil fazer um apanhado das indicações pedidas, uma vez que tenha havido o cuidado de que neles fiquem registadas as idades dos leitores e a indicação da classificação das obras requisitadas.

Assim, por exemplo, quando haja sete requisições do livro V — c — 5 «O Grande Almirante das Estrelas do Sul», (1 de um leitor de 13 anos, 3 de leitores cujas idades variem entre 14 e 18 anos, 2 de leitores adultos — isto é, com mais de 18 anos — e 1 de um agente de ensino), na linha correspondente a V — c escrever-se-iam os números 1, 3, 2 e 1, respectivamente nas colunas 3, 4, 5 e 6 do modelo de estatística. Se houver outras requisições de livros igualmente classificados V — c, por exemplo, o V — c — 2 «Aventuras do Trinca-Fortes», adicionam-se àqueles números, nas respectivas colunas, as vezes que foi requisitado, conforme as idades dos leitores.

Procedendo de igual modo para todas as requisições, obtêm-se os totais a escrever em cada linha de cada coluna.

Far-se-ão depois as adições horizontais de cada linha para a última coluna da direita, e as adições verticais de cada coluna para a última linha do modelo.

Como o que se pretende saber é o número de obras lidas por diferentes leitores, há-de notar-se que, se houver duas ou mais requisições de um determinado leitor para a mesma obra, — o que significa que, não a tendo lido de uma só vez, repetiu a requisição para terminar a leitura, e certamente sucederá assim se a leitura for feita aos poucos na sala da biblioteca — não serão de considerar estes casos de duplicação, anotando-se, portanto, uma só requisição.

Se tal caso se verificar, o «total geral» do referido quadro há-de ser inferior ao número total de requisições a inscrever no quadro II, à esquerda do mesmo mapa.

Também, para este último quadro, o número de requisições para leitura na sala, ou para leitura domiciliária, facilmente se consegue, fazendo um apanhado pelas requisições, onde, no lugar próprio, se terá sempre o cuidado de riscar a indicação que não interessa.

COMPOSTO E IMPRESSO NAS
OFICINAS GRÁFICAS DE
GOMES & RODRIGUES, LDA.
RUA ENGENHEIRO VIEIRA DA SILVA, 12-B
— LISBOA —

Anexo 16

Grelha Documental do Corpus de Análise: levantamento dos artigos consultados

Título	Autor	Ano/Nº	Data	Pags.	Codificação do Artigo	Assunto	Aspectos formais
A Escola ao Serviço da Nação	s.a.	I/1	2 de Outubro de 1934	2/6	s.a.,1934a	Escola Portuguesa	Artigo de 1ª página. Texto simples sem gravuras
Serviços de Orientação Pedagógica e Aperfeiçoamento	s.a.	I/1	2 de Outubro de 1934	4/6	s.a., 1934b	Escola Portuguesa	Página interior sem gravuras
Os Deveres da Escola Portuguesa	Francisco da Cunha Leão	I/2	18 de Outubro de 1934	1	Leão, 1934	Escola Portuguesa	Artigo de 1ª página. Texto simples sem gravuras
Escola Portuguesa	Parente de Figueiredo	I/3	25 de Outubro de 1934	40	Figueiredo, 1934	Escola Portuguesa	Artigo de 1ª página. Texto simples sem gravuras
Os Livros do Ensino Primário Elementar	s.a.	I/3	25 de Outubro de 1934	49	s.a.(b), 1934	Escola Portuguesa	Página interior sem gravuras
Ler, Escrever e Contar não constituem uma	Serras e Silva	I/4	1 de Novembro de 1934	56	Silva, 1934	Biblioteca Escolar	Página interior sem gravuras

ciência							
Portugal reafirma a sua existência no Mundo	António Leal (inspector principal)	I/6	22 de Novembro de 1934	109/110	Leal, 1934	Estado Novo	Páginas interior sem gravuras
1º de Dezembro de 1640	Eusébio Tamagnini	I/8	29 de Novembro de 1934	129/135	Tamagnini, 1934	Estado Novo	Páginas interiores sem gravuras
Que quiere dizer Escola Portuguesa?	Felismina Oliveira	I/9	6 de Dezembro de 1934	145/146	Oliveira, 1934	Escola Portuguesa	Páginas interiores sem gravuras
Ler, Haver Sociedades Formadoras de Leitores e Comentadores das Ideias que lhes Interessem	Irene Lisboa	I/16	24 de Janeiro de 1935	272	Lisboa, 1935	Escola Portuguesa	Página interior sem gravuras
Movimento de Renovação	Miguel Portugal	I/20	21 de Fevereiro de 1935	351/352	Portugal, 1935	Estado Novo	Páginas interiores sem gravuras
A Escola Primária atravessa uma Era de renovação	Leite da Costa	I/23	14 de Março de 1935	431/432	Costa, 1935	Escola Portuguesa	Artigo de 1ª página sem gravuras
A Cultura Popular	AAVV	I/24	21 de	446/448	AAVV	Estado Novo	Página interior

em Portugal: Parecer da Câmara Corporativa sobre o projecto de lei nº22, da autoria do deputado Sr. Engenheiro Araújo Correia			Março de 1935				sem gravuras
Ou pensam que a Escola Primária terá cumprido toda a sua obrigação no dia em que não houver já analfabetos em Portugal?	Manuel Múrias	I/25	28 de Março de 1935	463/464	Múrias, 1935	Escola Portuguesa	Artigo de 1ª página sem gravuras
A Escola Renovada é anti-livresca	Francisco da Cunha Leão	I/29	25 de Abril de 1935	541	Leão, 1935	Escola Portuguesa	Artigo de 1ª página sem gravuras
Revivalho	Braga Paixão	I/30	2 de Maio de 1935	555/556	Paixão, 1935	Estado Novo	Artigo de 1ª página sem gravuras
Existe um avultado número de escolas cuja frequência não justifica a sua manutenção	Miguel Portugal	I/35	6 de Junho de 1935	643/644	Portugal, 1935	Escola Portuguesa	Artigo de 1ª página sem gravuras

Vai sendo tempo de se pensar, a sério, na criação de Bibliotecas Infantis	Parente de Figueiredo	I/36	13 de Junho de 1935	659/660	Figueiredo, 1935 a	Bibliotecas Escolares	Artigo de 1ª página sem gravuras
Criar nas crianças o gosto da leitura	Parente de Figueiredo	I/42	25 de Julho de 1935	759/760	Figueiredo, 1935 b	Escola Portuguesa	Artigo de 1ª página sem gravuras
Fundamento moral da educação	Maria Guardiola	I/48	5 de Setembro de 1935	859	Guardiola, 1935	Estado Novo	Artigo de 1ª página sem gravuras
Livros escolares	Luiz Moita	I/51	26 de Setembro de 1935	917	Moita, 1935	Escola Portuguesa	Artigo de 1ª página sem gravuras
Embelezamento da vida rural	Luiz Martin Graça	II/53	17 de Outubro de 1935	17/18	Graça, 1935	Escola Portuguesa	Artigo de 1ª página sem gravuras
Livros e Compêndios (relação das obras apresentadas a concurso)	s.a.	II/55	31 de Outubro de 1935	41	s.a., 1935	Escola Portuguesa	Página interior sem gravuras
A nossa escola precisa de ser cada vez mais	Francisco da Cunha Leão	II/78	9 de Abril de 1936	169/170	Leão, 1936	Escola Portuguesa	Artigo de 1ª página sem gravuras

portuguesa							
Se a função da escola é educar	Manuel Múrias	II/81	30 de Abril de 1936	187/188	Múrias, 1936	Escola Portuguesa	Artigo de 1ª página sem gravuras
Bastará saber ler, escrever e contar ao sair da escola primária?	Felismina Oliveira (Inspectora dos Serviços de Orientação Pedagógica)	II/86	4 de Junho de 1936	233/234	Oliveira, 1936	Escola Portuguesa	Artigo de 1ª página sem gravuras
O sentido da presença do crucifixo na escola: extracto do discurso proferido por S. Ex.ª. O Ministro da Educação Nacional, Doutor Carneiro Pacheco, na sessão solene de inauguração das escolas nº116 e 117 da cidade de Lisboa, na sede da Junta de freguesia da Graça	Carneiro Pacheco	II/89	25 de Junho de 1936	255/256	Pacheco, 1936	Estado Novo	Artigo de 1ª página sem gravuras

Factos e comentários. Escola masculina de Leça da Palmeira: Biblioteca	s.a.	III/103	7 de Outubro de 1936	12	s.a.,1936	Biblioteca Escolar	Página interior sem gravuras
O Sentimento da Disciplina	Parente de Figueiredo	III/113	17 de Dezembro de 1936	75/76	Figueiredo, 1936 b	Escola Portuguesa	Artigo de 1ª página sem gravuras
A acção do professor na organização das Casas do Povo: prelecção realizada na conferência de Anciãos. Bibliotecas	José Maria Castelão (professor)	III/116	7 de Janeiro de 1937	100	Castelão, 1937	Biblioteca Escolar	Artigo de 1ª página sem gravuras
Política do Espírito – Política da Alma	António Leal (adjunto do director geral do ensino primário para os serviços pedagógicos e	III/121	18 de Fevereiro de 1937	127/128	Leal, 1937a	Escola Portuguesa	Artigo de 1ª página sem gravuras

	disciplinares)						
Não nos é lícito ensaiar na actividade docente ideas que não se coadunem com as que têm presidido ao renascimento da Pátria, sob a égide do Estado Novo.	António Leal	III/122	25 de Fevereiro de 1937	131/132	Leal, 1937b	Escola Portuguesa	Artigo de 1ª página sem gravuras
Escola e nacionalismo	Domingos Evangelista (professor)	III/123	4 de Março de 1937	139	Evangelista, 1937	Escola Portuguesa	Página interior sem gravuras
A escola de ontem e a escola de hoje	Anselmo Araújo (professor)	III/132	6 de Maio de 1937	193	Araújo, 1937	Escola Portuguesa	Página interior sem gravuras
Bibliotecas e museus pedagógicos: a Biblioteca e o Museu do Ensino Primário	Manuel António Janeiro Acabado (professor)	III/133	13 de Maio de 1937	201/202	Acabado, 1937	Biblioteca Escolar	Artigo de 1ª página sem gravuras
Na inauguração do edifício de Alvaiázere: Discurso proferido	Manuel Cristiano de Sousa (director-geral do ensino	III/138	17 de Junho de 1937	235/236	Sousa, 1937	Estado Novo	Artigo de 1ª página sem gravuras

pelo Sr. director geral do ensino primário, Dr. Manuel Cristiano de Sousa.	primário)						
Estado Novo	F. J. Martins Sequeira (professor)	III/148	26 de Agosto de 1937	313/314	Sequeira, 1937	Estado Novo	Artigo de 1ª página sem gravuras
Reflexões sobre a finalidade escolar	s.a.	IV/155	14 de Outubro de 1937	9/10	s.a., 1937	Escola Portuguesa	Artigo de 1ª página sem gravuras
Discurso proferido por S. Exª o Ministro da Educação Nacional em 22 de Maio último na sede do destacamento militar mixto de Almada, no acto da distribuição dos diplomas aos soldados aprovados no exame de ensino primário elementar	Carneiro Pacheco	IV/180	16 de Junho de 1938	457/458	Pacheco, 1938	Estado Novo	Artigo de 1ª página sem gravuras
A espiritualidade do ensino primário	Nilo Pereira (director do	IV/196	28 de Julho de	507/508	Pereira, 1938	Estado Novo	Artigo de 1ª página sem

em Portugal	Departamento de Educação		1938				gravuras
Necessidade das relações durante as férias entre professores e alunos	s.a.	IV/197	4 de Agosto de 1938	515/516	s.a., 1938	Escola Portuguesa	Artigo de 1ª página sem gravuras
Discurso proferido pelo Sr. Dr. José Carlos Moreira, professor da Universidade de Coimbra, na sessão inaugural do edifício escolar de Góis.	José Carlos Martins	IV/203	15 de Setembro de 1938	545/547	Moreira, 1938	Estado Novo	Artigo de 1ª página sem gravuras
A nossa reeducação	s.a.	IV/204	22 de Setembro de 1938	549/550	s.a., 1938	Estado Novo	Artigo de 1ª página sem gravuras
Discurso proferido em 27 de Outubro último, no Teatro Nacional Almeida Garrett, pelo Sr. Dr. Carneiro Pacheco, Ministro da Educação Nacional e	Carneiro Pacheco	V/21	10 de Novembro de 1938	63/64	Pacheco, 1938	Estado Novo	Artigo de 1ª página sem gravuras

Presidente da Comissão Executiva da União Nacional							
O professor primário: apóstolo dos novos rumos e da eternidade da Pátria Portuguesa	Domingos Evangelista	V/214	30 de Novembro de 1938	92	Evangelista, 1938	Escola Portuguesa	Página interior sem gravuras
A escola e a recristianização do País.	s.a.	V/236	4 de Maio de 1939	361/362	s.a., 1939a	Estado Novo	Artigo de 1ª página sem gravuras
Discurso proferido pelo Director Geral do Ensino Primário, Dr. Cristiano de Sousa, em 28 de Maio último, na sessão solene realizada na Sociedade de Geografia de Lisboa, em homenagem aos professores do ensino primário	Manuel Cristiano de Sousa	V/243	22 de Junho de 1939	473/474	Sousa, 1939	Estado Novo	Artigo de 1ª página sem gravuras
O Estado Novo e a	s.a.	V/246	13 de	521/522	s.a., 1939b	Estado Novo	Artigo de 1ª

escola primária			Julho de 1939				página sem gravuras
Ainda sobre o ensino da moral	s.a.	VI/262	2 de Novembro de 1939	61/62	s.a., 1939c	Escola Portuguesa	Artigo de 1ª página sem gravuras
Tendências actuais da Escola Nova	s.a.	VI/276	8 de Fevereiro de 1940	273/274	s.a., 1940a	Escola Portuguesa	Artigo de 1ª página sem gravuras
Discurso proferido por S. Ex.ª. O Ministro da Educação Nacional, no acto da inauguração da Escola – Cantina Salazar, no dia 28 de Abril em Santa Cruz do Vimieiro	Carneiro Pacheco	VI/288	2 de Maio de 1940	457/460	Carneiro Pacheco, 1940	Estado Novo	Artigo de 1ª página sem gravuras
Discurso proferido pelo Director Geral do Ensino Primário, Dr. Manuel Cristiano de Sousa, na sessão solene realizada em 28 de Maio último, no Liceu D. Filipa	Manuel Cristiano de Sousa	VI/292	30 de Maio de 1940	521/524	Sousa, 1940	Estado Novo	Artigo de 1ª página sem gravuras

de Lencastre em homenagem aos professores do ensino primário							
A Escola e as Palavras dos Chefes	s.a.	VI/302	8 de Agosto de 1940	673/674	s.a., 1940b	Estado Novo	Artigo de 1ª página sem gravuras
Necessidade de renovação didáctica	s.a.	VII/312	17 de Outubro de 1940	33/34	s.a., 1940c	Escola Portuguesa	Artigo de 1ª página sem gravuras
As lições de Salazar na escola primária: sua importância na formação das gerações	J. Francisco de Moura (adjunto do director do distrito escolar de Lisboa)	VII/318	28 de Novembro de 1940	136	Moura, 1940	Estado Novo	Página interior sem gravuras
Importância do ensino elementar	s.a.	VII/347	19 de Junho de 1941	673/674	s.a., 1941a	Escola Portuguesa	Artigo de 1ª página sem gravuras
Trabalho de férias	s.a.	VII/361	25 de Setembro de 1941	853	s.a., 1941b	Escola Portuguesa	Artigo de 1ª página sem gravuras
O livro único	Manuel Cristiano de Sousa	VII/362	2 de Outubro de 1941	865/866	Sousa, 1941	Escola Portuguesa	Artigo de 1ª página sem gravuras

A escola e a felicidade da criança	s.a.	VIII/368	13 de Novembro de 1941	93/95	s.a., 1941c	Escola Portuguesa	Artigo de 1ª página sem gravuras
As bibliotecas escolares	Manuel Barreto (professor)	VIII/370	27 de Novembro de 1941	138/140	Barreto, 1941	Biblioteca Escolar	Página interior com gravura
Visita a uma escola	Gomes dos Santos (inspector)	VIII/387	26 de Março de 1942	405/406	Santos, 1942	Escola Portuguesa	Artigo de 1ª página sem gravuras
O “Plano dos Centenários” e a rede escolar	s.a.	VIII/410	3 de Setembro de 1942	767/768	s.a., 1942a	Estado Novo	Artigo de 1ª página sem gravuras
A Escola e o clima instaurado pela Revolução Nacional	s.a.	IX/415	8 de Outubro de 1942	17 18	s.a., 1942b	Estado Novo	Artigo de 1ª página (texto simples sem gravuras)
O Estado Novo e o combate ao analfabetismo	s.a.	IX/442	15 de Abril de 1943	500 501	s.a., 1943a	Estado Novo	Artigo de 2ª página (texto simples sem gravuras)
Alguns passos do Despacho da	s.a.	IX/443	22 de Abril de	516	s.a., 1943b	Estado Novo	Artigo de 2ª página (texto

Presidência do Conselho sobre o "Plano dos Centenários"			1943	517			simples sem gravuras)
Como formar uma biblioteca infantil na sala de aula	Professor Oliveira Cabral	IX/454	8 de Julho de 1943	703 704	Cabral, 1943a	Biblioteca Escolar	Página interior. Artigo sem gravuras
Como formar uma biblioteca infantil na sala de aula (continuação)	Oliveira Cabral	IX/460	19 de Agosto de 1943	800 801	Cabral, 1943b	Biblioteca Escolar	Artigo interior sem gravuras
A classificação dos livros infantis e os esquemas de bibliotecas	Mário Gonçalves Viana	IX/463	9 de Setembro de 1943	819 820	Viana, 1943b	Biblioteca Escolar	Artigo de 1ª página sem gravuras
Como formar uma biblioteca infantil na sala de aula	Oliveira Cabral (professor)	X/468	14 de Outubro de 1943	22 23	Cabral, 1943	Biblioteca Escolar	
Contra o Analfabetismo	s.a.	X/499	18 de Maio de 1944	509 510	s.a., 1944a	Estado Novo	
A campanha da frequência escolar	s.a.	XI/525	16 de Novembro	97 98	s.a., 1944b	Estado Novo	Artigo de 1ª página sem

			de 1944				gravuras
Educação Cívica	Mário Gonçalves Viana	XI/554	7 de Junho de 1945	562 563	Viana, 1945	Escola Portuguesa	Artigo de 1ª página sem gravuras
A biblioteca escolar	José Manuel Landeiro	XI/561	26 de Julho de 1945	680	Landeiro, 1945	Biblioteca Escolar	Artigo interior sem gravuras
O Director Geral do ensino Primário fala do interesse do Estado Novo pela educação popular	s.a.	XII/575	1 de Novembro de 1945	65 66 67 68	s.a., 1945a	Estado Novo	Artigo de 1ª Página sem gravuras
Nós e a batalha contra o analfabetismo	s.a.	XII/581	13 de Dezembro de 1945	173 174	s.a., 1945b	Estado Novo	Artigo de 1ª página sem gravuras
A Função da Escola	António José Escarameia (Inspector)	XII/585	10 de Janeiro de 1946	253 254	Escarameia, 1946	Escola Portuguesa	Artigo de primeira página sem gravuras
A escola e o professor	António José Escarameia	XIV/703	15 de Abril de 1948	362 363	Escarameia, 1948	Escola Portuguesa	Artigo do verso da primeira página sem

							gravuras.
Novo Ano Escolar Novas Escolas	s.a.	XV/729	14 de Outubro de 1948	17 18	s.a., 1948b	Estado Novo	Artigo de primeira página sem gravuras
O museu e a biblioteca escolar e o ensino rural	José Manuel Landeiro - professor	XV/735	25 de Novembro de 1948	110	Landeiro	Biblioteca Escolar	Artigo de página interior (2ª página), sem gravuras
O ensino primário em Portugal. O número de analfabetos baixou de 1930 a 1940 três vezes mais do que nos decénios de 1911 a 1920 e de 1920 a 1930. As matrículas já atingiram 93,3% do total das crianças em idade escolar. O rendimento escolar melhorou e aumentou a partir de 1926, graças à eficiência do ensino e, sobretudo, à	Manuel Cristiano de Sousa – Director Geral do Ensino Primário	XV/748	23 de Fevereiro de 1949	289 290 291 292	Cristiano de Sousa, 1949	Estado Novo	Artigo de primeira página sem gravuras.

dedicação e competência dos professores primários – diz o Dr. Manuel Cristiano de Sousa							
Bibliotecas Escolares Sua Finalidade	Manuel Inácio Pestana - Professor	XVI/818	10 de Julho de 1950	584 585	Pestana, 1950	Biblioteca Escolar	Artigo de página interior sem gravuras
Bibliotecas Escolares: Apontamentos para a sua organização	Manuel Inácio Pestana – professor	XVII/874	10 de Setembro de 1951	769 770	Pestana, 1951	Biblioteca Escolar	Artigo de página interior sem gravuras
Bibliotecas Escolares: organização de catálogos	Manuel Inácio Pestana – professor	XVII/909	2 de Junho de 1952	533 534	Pestana, 1952	Biblioteca Escolar	Artigo de página interior com gravuras (fichas catalográficas)
No combate ao analfabetismo	s.a.	XVII/918	10 de Agosto de 1952	673 674	s.a., 1952	Estado Novo	Artigo de primeira página sem gravuras
Plano de Educação Popular No acto da	Fernando Andrade Pires	XIX/943	17 de Fevereiro	325	Pires de	Estado Novo	Artigo de primeira

<p>posse das Comissões Executivas e de Orientação Pedagógica, Administrativa e de Informação e Propaganda, realizada em 7 do corrente. Discurso proferido por sua Ex^a o Ministro da Educação Nacional, Prof. Doutor Fernando Andrade Pires de Lima</p>	<p>de Lima (Ministro da Educação Nacional)</p>		<p>de 1953</p>	<p>326</p>	<p>Lima, 1953</p>		<p>página sem gravuras.</p>
<p>Discurso proferido por Sua Excelência o Subsecretário de Estado da Educação Nacional, Dr. H. Veiga de Macedo, em 8 de Fevereiro de 1953, na cerimónia de inauguração dos Cursos de Educação de Adultos da Casa Hipólito, Lda. de</p>	<p>H. Veiga de Macedo</p>	<p>XIX/944</p>	<p>25 de Fevereiro de 1953</p>	<p>341 342</p>	<p>Veiga de Macedo, 1953a</p>	<p>Estado Novo</p>	<p>Artigo de primeira página sem gravuras.</p>

Torres Vedras							
Educação de Adultos	s.a.	XIX/945	2 de Março de 1953	361 362	s.a., 1953a	Estado Novo	Artigo de Primeira Página sem gravuras.
As entidades patronais e a educação de adultos	s.a.	XIX/946	10 de Março de 1953	377 378	s.a., 1953b	Estado Novo	Artigo de Primeira Página sem gravuras.
É na vanguarda da campanha Nacional de Educação de Adultos o lugar de todos os agentes do ensino primário	s.a.	XIX/947	17 de Março de 1953	393 394	s.a., 1953c	Estado Novo	Artigo de Primeira Página sem gravuras.
Não consintas analfabetos no teu meio	José Maria Gaspar (professor de didáctica Especial da Escola do Magistério Primário de Coimbra)	IX/955	17 de Maio de 1953	54	Gaspar, 1953	Estado Novo	Artigo de Primeira Página sem gravuras.
A missão do livro	H. Veiga de	XIX/963	17 de	689	Veiga de	Biblioteca	Artigo de

<p>na Educação Popular: Discurso pronunciado por S. Ex.^a o Subsecretário de Estado da Educação Nacional, Dr. H. Veiga de Macedo, no acto da posse do Director e Adjuntos do Serviço das Bibliotecas junto das escolas primárias, realizado no Ministério da Educação Nacional, no dia 8 de Julho de 1953</p>	<p>Macedo</p>		<p>Julho de 1953</p>	<p>690</p>	<p>Macedo, 1953b</p>	<p>Escolar</p>	<p>Primeira Página sem gravuras.</p>
<p>Notável despacho de S. Exa. O Subsecretário de Estado da Educação Nacional, Dr. H. Veiga de Macedo, em que se traçam directrizes e regras de acção às Comissões Regionais da</p>	<p>H. Veiga de Macedo</p>	<p>XIX/965</p>	<p>2 de Agosto de 1953</p>	<p>729 730 731 732</p>	<p>Veiga de Macedo, 1953c</p>	<p>Estado Novo</p>	<p>Artigo de Primeira Página sem gravuras.</p>

Campanha Nacional de Educação de Adultos.							
A função das bibliotecas Escolares	Clotilde Mateus (professora)	XIX/972	25 de Setembro de 1953	842 843	Mateus, 1953	Biblioteca Escolar	Artigo de página interior sem gravuras.
O que já está feito é garantia segura de que se fará o muito que ainda é preciso realizar – Afirma o Subsecretário de Estado da Educação Nacional, Senhor Dr. Veiga de Macedo	Veiga de Macedo	XX/976	25 de Outubro de 1953	49 50	Veiga de Macedo, 1953d	Estado Novo	Artigo de Primeira Página sem gravuras.
Os Agentes do Ensino Primário e a Campanha contra o analfabetismo	s.a.	XX/977	2 de Novembro de 1953	65 66	s.a., 1953a	Estado Novo	Artigo de Primeira Página sem gravuras.
O Problema da educação supletiva dos adultos e o do analfabetismo entre as crianças em idade escolar: Na	s.a.	XX/978	10 de Novembro de 1953	81/93	s.a., 1953b	Estado Novo	Artigo de primeira página sem gravuras

Comemoração do I Aniversário da Publicação do Plano de Educação Popular							
O Problema da educação supletiva dos adultos e o do analfabetismo entre as crianças em idade escolar (2ª parte): O combate ao analfabetismo das crianças em idade escolar	s.a.	XX/979	17 de Novembro de 1953		s.a., 1953c	Estado Novo	
Despacho de S. Exa. o Subsecretário de Estado da Educação Nacional, Senhor Dr. H. Veiga de Macedo, sobre a missão das Escolas Primárias e dos Cursos de Educação de Adultos nos meios	s.a.	XX/993	2 de Março de 1954	397 398 399 400 401	s.a., 1953	Estado Novo	Artigo de primeira página sem gravuras

rurais.							
No acto da partida das primeiras 350 bibliotecas das escolas primárias: Palavras proferidas por S. Exa. o Subsecretário de Estado da Educação Nacional, Senhor Dr. H. Veiga de Macedo	H. Veiga de Macedo	XX/1000	25 de Abril de 1954	529 530	Veiga de Macedo, 1954a	Biblioteca Escolar	Artigo de primeira página sem gravuras
No Atlético Clube de Portugal – Importante exposição feita por S. Exa. o Subsecretário de Estado da Educação Nacional, Senhor H. Veiga de Macedo, sobre os resultados do Plano de Educação Popular	H. Veiga de Macedo	XX/1006	10 de Junho de 1954	633 634	Veiga de Macedo, 1954b	Estado Novo	Artigo de primeira página sem gravuras
Bibliotecas Escolares: Importante	s.a.	XX/1018	10 de Setembro de 1954	830	s.a., 1954a	Biblioteca Escolar	Página interior sem gravuras

Donativo de um português residente em África							
IV reunião anual dos funcionários superiores do ensino primário, realizada sob a presidência de Sua Excelência o Subsecretário de Estado da Educação Nacional Senhor Dr. Henrique Veiga de Macedo, nos dias 7,8,9,10,11 e 12 de Setembro de 1953: Sumário dos assuntos estudados, das recomendações feitas e das directivas dadas. O plano da Educação popular (continuação)	s.a.	XXI/1027	17 de Novembro de 1954	132/136	s.a., 1954b	Estado Novo	Página interior sem gravuras
IV reunião anual dos funcionários superiores do	s.a.	XXI/1032	25 de Dezembro	271 272	s.a., 1954c	Biblioteca Escolar	Página Interior sem

<p>ensino primário, realizada sob a presidência de Sua Excelência o Subsecretário de Estado da Educação Nacional Senhor Dr. Henrique Veiga de Macedo, nos dias 7,8,9,10,11 e 12 de Setembro de 1953: Sumario dos assuntos estudados, das recomendações feitas e das directivas dadas. O plano da Educação popular</p>			<p>de 1954</p>	<p>273</p>			<p>gravuras</p>
<p>Bibliotecas Escolares</p>	<p>s.a.</p>	<p>XXI/1045</p>	<p>2 de Abril de 1955</p>	<p>505 506</p>	<p>s.a., 1955a</p>	<p>Biblioteca Escolar</p>	<p>Artigo de Primeira página sem gravuras</p>
<p>Milhares de Bibliotecas estarão em breve espalhadas pelas escolas de todo o País – revelou S.</p>	<p>s.a.</p>	<p>XXI/1045</p>	<p>2 de Abril de 1955</p>	<p>507 508</p>	<p>s.a., 1955b</p>	<p>Biblioteca Escolar</p>	<p>Página interior com fotografia</p>

Exa. o Subsecretário de Estado da Educação Nacional							
A obrigatoriedade Escolar: Inquérito de muita importância	s.a.	XXI/1050	10 de Maio de 1955	601 602	s.a., 1955c	Estado Novo	Página Inicial sem gravuras
A XVI Missão Cultural da Campanha Nacional de Educação de Adultos	s.a.	XXI/1057	2 de Julho de 1955	737 738	s.a., 1955d	Estado Novo	Páginas Interiores sem gravuras
Regulamento da Bibliotecas Rurais Junto das Escolas Primárias	s.a.	XXIII/1117	2 de Outubro de 1956	9 10	s.a., 1956a	Biblioteca Escolar	Páginas interiores sem gravuras
Regulamento das Bibliotecas Rurais Junto às Escolas Primárias	s.a.	XXIII/1118	10 de Outubro de 1956	25 26 27	s.a., 1956b	Biblioteca Escolar	Páginas Interiores sem gravuras
Algumas considerações sobre	s.a.	XXIII/1120	25 de Outubro	49 50	s.a., 1956c	Escola Portuguesa	Página Inicial sem gravuras

a escola activa			de 1956	51			
Discurso Proferido por S. Exa. o Ministro da educação Nacional, Senhor Prof. Dr. Francisco Paula Leite Pinto, em Portimão, em 10 de Fevereiro de 1957	Francisco de Paula Leite Pinto (Ministro da Educação)	XXIII/1135	17 de Fevereiro de 1957	317 318 319 320	Pinto Leite, 1957	Biblioteca Escolar	Página Inicial sem gravuras
Bibliotecas Rurais: oportuna iniciativa da Junta dos Lacticínios da Madeira	s.a.	XXIII/1135	17 de Fevereiro de 1957	321 322	s.a., 1957a	Biblioteca Escolar	Página interior com duas fotografias
As bibliotecas escolares e a reforma da mentalidade	s.a.	XXIII/1139	17 de Março de 1957	381 382	s.a., 1957b	Biblioteca Escolar	Página Inicial sem gravuras
A Hora das Bibliotecas Escolares	s.a.	XXIII/1141	2 de Abril de 1957	413 414	s.a., 1957c	Biblioteca Escolar	Página Inicial sem gravuras
Cultura Popular	Octávio Dordonnat	XXIV/1167	17 de Outubro de 1957	33 34	Dordonnat, 1957	Escola Portuguesa	Página Principal sem gravuras

Difusão da Cultura Popular	s.a.	XXV/1216	25 de Outubro de 1958	10	s.a., 1958a	Estado Novo	Página interior com fotografias (a preto e branco)
Notas	s.a.	XXV/1217	25 de Novembro de 1958	15	s.a., 1958b	Biblioteca Escolar	Página Interior sem gravuras
As Funções Sociais da Escola Primária	Eduardo S. Abranches Soveral	XXV/1220	25 de Fevereiro de 1959	13	Soveral, 1959	Escola Portuguesa	Página Interior sem gravuras
Bibliotecas Infantis	António Gonçalves Rodrigues	XXV/1223	25 de Maio de 1959	12	Rodrigues, 1959	Biblioteca Escolar	Página Interior sem gravuras
O livro ao serviço da Educação	s.a.	XXXI/1291	Janeiro de 1965	4 5	s.a., 1965	Biblioteca Escolar	Páginas interiores com fotografias a preto e branco
Bibliotecas, Livros e Preferências	Firmino Crespo	XXXI/1297	Julho de 1965	10	Crespo, 1965a	Biblioteca Escolar	Página interior sem gravuras
Bibliotecas Escolares: um novo ano de actividades	M.P. Fazenda	XXXI/1299	Setembro de 1965	14	Fazenda, 1965	Biblioteca Escolar	Página interior sem gravuras
O Significado de	Firmino Crespo	XXXI/1300	Outubro	6	Crespo, 1965b	Biblioteca	Página

uma oferta			de 1965			Escolar	Interior sem gravuras
A Educação Popular Através do Livro	s.a.	XXXII/1303	Janeiro de 1966	3 5	s.a., 1966 ^a	Estado Novo	Página interior sem gravuras
Bibliotecas Escolares: Seu Valor Pedagógico	Manuel P. Fazenda	XXXII/1304	Fevereiro de 1966	7	Fazenda, 1966	Biblioteca Escolar	Página Interior sem gravuras
Notas sobre as Bibliotecas Escolares	s.a.	XXXII/1304	Fevereiro de 1966	8	s.a., 1966 ^b	Biblioteca Escolar	Página Interior com gravura (fotografia)
A Educação no Mundo Moderno	Noémia Fazenda da Silva professora	1330	Abril de 1968	5	Silva, 1968	Escola Portuguesa	Página interior sem gravuras
Não podemos caminhar através dos outros graus de ensino, se houver crianças que não recebam a escolaridade primária obrigatória: afirmou o Ministro	s.a.	1362	Dezembro de 1970	3	s.a., 1970	Estado Novo	Página interior sem gravuras

da educação Nacional, Professor Doutor Veiga Simão ao receber uma comissão de Portalegre							
Funcionamento e actualidade da Biblioteca	Clementina Augusta Fonseca de Mira e Maria Teresa Osório da Cruz	1355	Maio de 1970	8	Mira e Cruz, 1970	Biblioteca Escolar	Página interior sem gravuras
A Biblioteca ao serviço da escola	Prof. José Cardoso de Oliveira (Escola Masculina de Reguengos de Monsaraz)	1364	Fevereiro de 1971	10	Oliveira, 1971	Biblioteca Escolar	Página interior com fotografia a preto e branco
A Reforma do Ensino. Escolas Mistas: a educação comum	Manuel Teles Sampaio (professor da Escola Masculina nº1 de Portimão)	1365	Março de 1971	14	Sampaio, 1971	Escola Portuguesa	Página Interior com fotografias a preto e branco
A Língua Portuguesa e as Bibliotecas	Silvestre de Figueiredo (Inspector-	1366	Abril de 1971	7	Figueiredo, 1971	Biblioteca Escolar	Página Interior sem gravuras

Escolares	orientador)						
O prolongamento da escolaridade	Elvira Graça C. dos Santos (professora de Figueira de Castelo Rodrigo)	1367	Maio de 1971	10	Santos, 1971	Escola Portuguesa	Página interior com gravuras
O gosto pela leitura: Bibliotecas e Jornais	Cacilda Maria Jorge F. Torcato (professora da Escola Masculina do Porto da Lage - Tomar)	1373	Novembro de 1971	14	Torcato, 1971	Biblioteca Escolar	Página interior sem gravuras
O Livro: As Bibliotecas Escolares	Mariana Manuela Moita da Costa Canejo Veloso (professora da Escola de Vale de Cavalos)	1373	Novembro de 1971	12	Veloso, 1973	Biblioteca Escolar	Página interior com gravura
“Perante o atraso em que nos encontramos, o que há para fazer será sempre muito mais	s.a.	1375	Janeiro de 1972	2/4	s.a., 1972	Estado Novo	Páginas interiores com Fotografia.

do que foi feito” disse o ministro da Educação Nacional Prof. Doutor Veiga Simão durante a posse dos novos dirigentes do seu ministério.							
Melhorar seriamente a educação dos portugueses e contribuir para que estes, como nação, possam sentir-se companheiros de outros povos nos caminhos do futuro - este é o nosso programa: afirmou o Ministro da Educação Nacional, Prof. Doutor Veiga Simão	s.a.	1376	Fevereiro de 1972	4/10	s.a., 1972	Estado Novo	Páginas interiores sem ilustração
Bibliotecas Escolares	Henrique Brás Ferreira Marques (professor da Escola	1381	Julho de 1972	9	Marques, 1972	Biblioteca Escolar	Página interior sem gravuras

	Masculina de Tondela)						
Enquadramento Pedagógico da Coeducação	Joaquim Martins Grácio (Inspector-orientador)	1387	Janeiro de 1973	11	Grácio, 1973	Escola Portuguesa	Página Interior sem gravuras
A Utilização da Biblioteca Escolar na Aprendizagem Activa	Elisa G. Amorim Afonso (professora)	1389	Março de 1973	10	Afonso, 1973	Biblioteca Escolar	Página Interior sem gravuras
Educação nova e escola moderna	Manuel Borges Rodrigues Aresta (Professor de Didáctica da Escola do M. de Penafiel)	1394	Agosto de 1973	6	Aresta, 1973	Escola Portuguesa	Página interior sem gravuras
O Treino da Leitura: A Imprensa e a Biblioteca	Natércia Rocha (Bibliotecária-Documentalista da Direcção-Geral do Ensino Básico)	1402	Abril de 1974	11	Rocha, 1974	Biblioteca Escolar	Página interior sem gravuras
Centros Vivos de Cultura	Irene Mota (professora)	1405	Julho de 1974	8	Mota, 1974	Biblioteca Escolar	Página interior sem gravuras